



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO - DOUTORADO

MAIARA RAQUEL CAMPOS LEAL

CARTOGRAFANDO O DISCURSO DE JAIR BOLSONARO ACERCA
DA PANDEMIA DA COVID-19: entre comunicação, desinformação e a
negação da cidadania no Brasil

GOIÂNIA
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC n° 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Maiara Raquel Campos Leal

3. Título do trabalho

CARTOGRAFANDO O DISCURSO DE JAIR BOLSONARO ACERCA DA PANDEMIA DA COVID-19: entre comunicação, desinformação e a negação da cidadania no Brasil

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio Signates Freitas, Professor do Magistério Superior**, em 03/07/2024, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maiara Raquel Campos Leal, Discente**, em 05/07/2024, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4642355** e o código CRC **7F2A8244**.

MAIARA RAQUEL CAMPOS LEAL

CARTOGRAFANDO O DISCURSO DE JAIR BOLSONARO ACERCA
DA PANDEMIA DA COVID-19: entre comunicação, desinformação e a
negação da cidadania no Brasil

Tese apresentada à Banca de Defesa de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Goiás, como pré-requisito para obtenção de título de Doutora. Área de Concentração Comunicação, Cultura e Cidadania. Linha de Pesquisa: Mídia e Cidadania, sob orientação do professor Dr. Luiz Antonio Signates Freitas.

GOIÂNIA
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Leal, Maiara Raquel Campos
CARTOGRAFANDO O DISCURSO DE JAIR BOLSONARO
ACERCA DA PANDEMIA DA COVID-19 [manuscrito] : entre
comunicação, desinformação e a negação da cidadania no Brasil / Maiara
Raquel Campos Leal. - 2024.
x, 270 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Signates Freitas.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós-Graduação em
Comunicação, Goiânia, 2024.

Bibliografia.

Inclui fotografias, lista de figuras.

1. Cidadania. 2. Comunicação. 3. Controvérsias. 4. Desinformação.
5. Pandemia. I. Freitas, Luiz Antonio Signates , orient. II. Título.

CDU 007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº **04/2024** da sessão de Defesa de Tese de **Maiara Raquel Campos Leal** que confere o título de Doutora em **Comunicação**, na área de concentração em **Comunicação, Cultura e Cidadania**.

Aos vinte e um dias de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, a partir das nove horas, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada **“CARTOGRAFANDO AS CONTROVÉRSIAS DE JAIR BOLSONARO ACERCA DA PANDEMIA DA COVID-19: entre comunicação, desinformação e a negação da cidadania no Brasil”**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Luiz Antonio Signates Freitas (PPGCOM/FIC/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Tiago Mainieri de Oliveira (PPGCOM/FIC/UFG), membro titular interno; Professor Doutor Pedro Santos Mundim (PPGCOM/FIC/UFG), membro titular interno; Professor Doutor Afonso de Albuquerque (PPGCOM/UFF), membro titular externo; Professor Doutor Alberto da Silva Moreira (PPGCR/PUC-GO), membro titular externo; e Professor Doutor Luiz Carlos do Carmo Fernandes (PPGADM/UNIALFA), membro titular externo, com a participação de todos por **videoconferência**. Durante a arguição os membros da banca houve sugestão de alteração do título do trabalho para: **“CARTOGRAFANDO O DISCURSO DE JAIR BOLSONARO ACERCA DA PANDEMIA DA COVID-19: entre comunicação, desinformação e a negação da cidadania no Brasil”**. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido a candidata **APROVADA** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Luiz Antonio Signates Freitas, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e um dias de fevereiro de dois mil e vinte e quatro.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

CARTOGRAFANDO O DISCURSO DE JAIR BOLSONARO ACERCA DA PANDEMIA DA COVID-19: entre comunicação, desinformação e a negação da cidadania no Brasil



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio Signates Freitas, Professor do Magistério Superior**, em 17/07/2024, às 23:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos do Carmo Fernandes, Usuário Externo**, em 18/07/2024, às 07:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Mainieri De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 18/07/2024, às 08:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Afonso Albuquerque registrado(a) civilmente como Afonso de Albuquerque, Usuário Externo**, em 18/07/2024, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alberto da Silva Moreira, Usuário Externo**, em 18/07/2024, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Santos Mundim, Professor do Magistério Superior**, em 19/07/2024, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4679442** e o código CRC **667B4B59**.

Referência: Processo nº 23070.005061/2024-11

SEI nº 4679442

Dedico este trabalho à minha querida filha, Clarisse Campos Leal, que veio iluminar as nossas vidas com a sua alegria ingênua, a sua personalidade impositiva e o seu desenvolvimento encantador. Uma luz que nasceu no meio do turbilhão da escrita de uma tese, “após” um prolongado, doloroso e sombrio período pandêmico, que nos atravessou com diferentes intensidades, vitimando mais de 708 mil pessoas somente no Brasil, indivíduos esses a quem também dedico esta tese, com respeito a dor de cada familiar que viveu o luto dessa despedida abrupta. Clarisse me fortaleceu, oferecendo o ânimo necessário para concluir essa pesquisa, mesmo com todas as dificuldades esbarradas pelo caminho. Te amo minha pequena! Obrigada por cada instante ao seu lado e por cada sorriso a mim dedicado. Com carinho, mamãe.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, tenho que agradecer ao Universo pela oportunidade da existência e de tantas conquistas na minha vida, que algumas vezes pareceram poucas, mas outras tantas vezes, enxerguei com a grandeza desse mesmo Universo!

Também quero agradecer ao meu companheiro de vida, Guilherme de Freitas Leal, que tanto me incentivou aos estudos e que por diversos momentos, possibilitou materialmente a realização de tal proeza. Agradeço pela paciência que teve comigo durante a realização desse trabalho, principalmente, pela demora que tive em finalizá-lo, o que gerou alguns desgastes emocionais de ambos os lados, mas que superamos com a nossa parceria e amor.

Agradeço aos meus pais (Robson e Luzia), irmãos (Bruno, Ilana, Samarah e Árina), sobrinhos (João Vitor, Ana Luiza, Renan Henrique, Alana e Maria Clara), ao amparo dos meus sogros (Fátima e Oclécio), a Dedé, a Fabíola e os diversos amigos que me acompanham nessa jornada da vida e que tanto iluminam a minha existência, vocês são maravilhosos!

Agradeço aos colegas que passaram pela minha trajetória acadêmica, em excelso, as amigas que ficaram: Geisa Muller, Bernadete Coelho e Milena Marra.

Agradeço ao PPGCOM/UFG pela oportunidade de ingresso em seu programa de Doutorado e pela compreensão com o meu percurso, sei que não foi fácil, mas me sinto honrada pela paciência que tiveram comigo e pelo o auxílio em todas as etapas que precisei. Em especial, quero agradecer as secretarias (Tessa e Annelise) que nos auxiliam nos perrengues burocráticos, além da coordenadora professora Dra. Rosana Maria R. Borges.

Também quero agradecer ao corpo docente, que tanto engradeceu a minha formação acadêmica, principalmente, pela minha falta de familiaridade com o Campo da Comunicação, quando ingressei no programa em 2019, mas que foi sanado pelos conhecimentos compartilhados pelos meus Mestres, em especial aos professores que ministraram disciplinas durante a minha formação: Ana Carolina Rocha Pessôa Temer; Simone Antoniaci Tuzzo; Claudomilson Fernandes Braga; Tiago Mainieri Oliveira; Nélia Rodrigues Del Bianco e Douglas Farias Cordeiro, vocês foram fundamentais!

Em especial agradeço ao professor e meu orientador Luiz Antônio Signates Freitas, que esteve ao meu lado durante todos esses anos, com sua cordialidade e inteligência, me auxiliou em todos os momentos necessários, com bastante paciência com as minhas falhas, delongas e questões pessoais, que atravessaram a minha formação no Doutorado. Agradeço por ter me encorajado, pelo conhecimento compartilhado durante as aulas de Epistemologia e de Estágio Docência e pelas trocas nas escritas conjuntas.

Também quero agradecer à Universidade Federal de Goiás (UFG), que foi minha casa durante toda a minha formação acadêmica, possibilitando tanto crescimento pessoal como profissional na minha vida, jamais me esquecerei dos anos que passei pelos espaços dessa Universidade, as amizades conquistadas e as experiências que vivi como aluna dessa instituição. Agradeço ainda ao auxílio financeiro da agência de fomento Capes, sem a qual não teria tido a possibilidade de cursar uma pós-graduação.

Agradeço ainda aos professores que aceitaram compor a minha banca de defesa em um período pós-festivo, Afonso Albuquerque (UFF), Alberto Moreira (PUC-Goiás), Tiago Mainieri (UFG), Pedro Santos Mundim (UFG), Luiz Carlos Fernandes (UNIALFA) e Rosana Maria Ribeiro Borges. Obrigada pela disposição e leitura atenta.

Por fim, agradeço imensamente pela chegada da minha filha Clarisse durante o ano de 2022, que trouxe tanta vivacidade e coisas belas para a minha vida! Agradeço também, pela minha persistência e dedicação em momentos cruciais da minha formação, sem os quais eu não teria conseguido chegar até aqui. A todo o caminho percorrido, só tenho gratidão!

*“Vamos às atividades do dia,
Lavar os copos, contar os corpos,
E sorrir,
A essa morna rebeldia.”*
(Criolo).

RESUMO

A presente pesquisa propõe uma análise dos discursos divulgados pelo presidente Jair Bolsonaro acerca da pandemia da COVID-19, durante o ano de 2020, tendo como fonte de observação e coleta dos dados, a sua página oficial na rede social Twitter, que foi bastante utilizada pelo mandatário da república no período pandêmico. Realizamos uma abordagem multimétodo, com o entrelaçamento das metodologias conhecidas como netnografia (Amaral et al. 2008), análise de conteúdo (Bardin, 1977, 2000, 2010) e cartografia de controvérsia (Venturini, 2009; Latour, 2012; Lemos, 2013), buscando identificar as regularidades, discrepâncias e intensidades publicadas por Bolsonaro sobre a temática, com foco nos conceitos de comunicação, desinformação e cidadania. Coletamos 498 tuítes sobre a temática durante o ano de 2020, na qual as questões econômicas e a desinformação representaram as maiores regularidades identificadas em suas publicações, com destaque para as cifras bilionárias gastas pelo governo federal para o controle e combate ao vírus. As principais controvérsias fomentadas pelo presidente tiveram relação com a desinformação divulgada sobre o vírus e suas formas de tratamento, com destaque para os assuntos envolvendo a cloroquina e hidroxiclороquina, além de conflitos em torno dos decretos estaduais de isolamento social e a polêmica com o STF, evidenciando uma relação problemática com tais entidades. Concluímos que Bolsonaro se apoiou fortemente num discurso de autoridade para fomentar controvérsias acerca da pandemia da COVID-19, impulsionando a negação da cidadania aos brasileiros, onde a necropolítica surge como uma espécie de política pública, já que preservar a vida das pessoas foi uma preocupação secundária na gestão da crise sanitária por parte do governo federal sob responsabilidade do presidente Jair Bolsonaro, que preferiu se dedicar quase que exclusivamente sobre os assuntos envolvendo a economia.

Palavras-chave: Cidadania. Comunicação. Controvérsias. Desinformação. Pandemia.

ABSTRACT

This research proposes an analysis of the speeches released by President Jair Bolsonaro about the COVID-19 pandemic, during the year 2020, using his official page on the social network Twitter, which was widely used, as a source of observation and data collection. by the president of the republic during the pandemic period. We carry out a multi-method approach, with the interweaving of methodologies known as netnography (Amaral et al. 2008), content analysis (Bardin, 1977, 2000, 2010) and controversy cartography (Venturini, 2009; Latour, 2012; Lemos, 2013) , seeking to identify the regularities, discrepancies and intensities published by Bolsonaro on the topic, focusing on the concepts of communication, disinformation and citizenship. We collected 498 tweets on the topic during 2020, in which economic issues and misinformation represented the biggest regularities identified in their publications, with emphasis on the billion-dollar figures spent by the federal government to control and combat the virus. The main controversies fomented by the president were related to the misinformation spread about the virus and its forms of treatment, with emphasis on issues involving chloroquine and hydroxychloroquine, in addition to conflicts surrounding state social isolation decrees and the controversy with the STF, highlighting a problematic relationship with such entities. We conclude that Bolsonaro relied heavily on a discourse of authority to foment controversies surrounding the COVID-19 pandemic, driving the denial of citizenship to Brazilians, where necropolitics emerges as a type of public policy, since preserving people's lives was a concern secondary role in the management of the health crisis by the federal government under the responsibility of President Jair Bolsonaro, who preferred to focus almost exclusively on matters involving the economy.

Keywords: Citizenship. Communication. Controversies. Disinformation. Pandemic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma simplificado de um projeto de pesquisa netnográfica.....	16
Figura 2 - Publicação de Jair Bolsonaro em seu Twitter em fevereiro de 2020.....	73
Figura 3 - Primeira publicação de Jair Bolsonaro sobre a COVID-19 no Twitter.....	97
Figura 4 - Curva de contaminação pela COVID-19 no Brasil (abril de 2020 até janeiro de 2023).....	99
Figura 5 - Curva de óbitos pela COVID-19 (abril de 2020 até janeiro de 2023).....	100
Figura 6 - Normas relacionadas à COVID-19 no âmbito da União – 2020.....	111
Figura 7 - Links para compreender o vírus da COVID-19 no Brasil.....	115
Figura 8 - Links de assuntos específicos sobre a COVID-19 no Brasil.....	115
Figura 9 - Imagens de “Kit Covid” distribuídos por prefeituras e planos de saúde sob orientação/incentivo do Ministério da Saúde.....	117
Figura 10 – Imagens de Jair Bolsonaro com a hidroxicloroquina (Kit-Covid).....	118
Figura 11 - Tipos de informação que as pessoas buscam e esperam conseguir na Internet sobre a pandemia da COVID-19 - OPAS (2020).....	125
Figura 12 - Prints das interfaces de redirecionamento para fontes confiáveis sobre COVID-19 nas redes sociais Facebook, Twitter e Instagram - 2021.....	126
Figura 13 - Quatro formatos principais da desinfodemia.....	139
Figura 14 - Categorias e respostas sobre a desinfodemia COVID-19.....	141
Figura 15 - Busca sobre a COVID-19 no Google Trends com os seguintes filtros: doença (azul); termo de pesquisa (vermelho); e vírus (amarelo) entre 2020-2022.....	145
Figura 16 - Busca na internet sobre o Coronavírus em 2020.....	149
Figura 17 - Declarações Falsas ou Distorcidas de Jair Bolsonaro sobre Coronavírus – Acumulado – 2020 a 2022.....	160
Figura 18 - Declarações Falsas ou Distorcidas de Jair Bolsonaro sobre Coronavírus-mensal - 2020 a 2022.....	161
Figura 19 - Declarações Falsas ou Distorcidas de Jair Bolsonaro sobre Coronavírus – diário – 2020 a 2022.....	161
Figura 20 - Publicação sobre a pandemia nas páginas oficiais da Secomvc - 2020.....	165
Figura 21 – Declarações de Jair Bolsonaro sobre a pandemia 2020-2021.....	165

Figura 22 – Mosaico de aglomerações estimuladas por Jair Bolsonaro durante a pandemia da COVID-19.....	166
Figura 23 - Dendrograma de classes extraídos dos tuítes de Jair Bolsonaro sobre a pandemia - 2020.....	173
Figura 24 - Análise Fatorial de Correspondência dos termos - 2020.....	175
Figura 25 - Nuvem de palavras do conjunto de tuítes classificados.....	178
Figura 26 - Tuites que expressam a preocupação de Jair Bolsonaro com as medidas de isolamento social e decretos impostos por governadores.....	185
Figura 27 - Aglomerações em torno de Jair Bolsonaro em 2020.....	189
Figura 28 - Tuite de Jair Bolsonaro sobre seus ataques à imprensa – 2020.....	192
Figura 29 - Menções a imprensa e fake news nas falas de Bolsonaro – Lives.....	197
Figura 30 - Tuites contendo desinformação - fármacos 2020.....	200
Figura 31 - Menções às vacinas e os fármacos ineficazes na fala de Bolsonaro..	202
Figura 32 - Publicações sobre a não obrigatoriedade da vacina.....	203
Figura 33 - Tuite sobre a decisão do STF.....	208
Figura 34 - Slogan da seção de checagens de notícias no site do STF.....	209
Figura 35 - Publicações de Bolsonaro sobre suicídio no Twitter.....	210

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Enunciados selecionados da pesquisa sobre conservadorismo no Brasil - 2019.....	42
Quadro 2: Falas de eleitores de Jair Bolsonaro sobre as eleições de 2018.....	68
Quadro 3: Resumo das ações do governo federal na luta contra a pandemia - Controladoria Geral da União -CGU.....	103
Quadro 4: Fake news que circularam sobre a COVID-19 no mundo.....	133
Quadro 5 - Descrição das etapas metodológicas sugeridas pela Cartografia de Controvérsias e como foram adaptadas na nossa pesquisa - 2020.....	147
Quadro 6 - Cinco declarações falsas/distorcidas mais repetidas por Jair Bolsonaro sobre a pandemia da COVID-19.....	162
Quadro 7: Categorias iniciais de classificação dos tuítes de Jair Bolsonaro.....	171
Quadro 8 - Termos frequentes em cada classe.....	174
Quadro 9 - Glossário de Termos aceitos e controversos - 2020.....	212

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. DEMOCRACIA, COMUNICAÇÃO E CIDADANIA EM TEMPOS DE CONSERVADORISMO NO BRASIL.....	25
1.1 Democracias em crise e a ascensão de novos populismos: o caso brasileiro.....	25
1.2 Conservadorismo, direita e o bolsonarismo no Brasil.....	36
1.3 O conceito de comunicação e sua relação com a democracia.....	45
1.4 Cidadania: um conceito em mutação.....	49
1.5 Cidadania no Brasil e a sua relação com a comunicação.....	55
2. DA ASCENSÃO DE JAIR BOLSONARO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA A CRISE OCACIONADA PELO NOVO CORONAVÍRUS	65
2.1 Jair Bolsonaro: um fenômeno comunicacional?	70
2.2 A familiaridade de Jair Bolsonaro com as redes sociais e o papel da pós-verdade nesses espaços on-line.....	78
2.3 Jair Bolsonaro e o Twitter.....	86
3. PANDEMIA DA COVI-19 NO BRASIL.....	90
3.1 Pandemia da COVID-19: uma controvérsia pública.....	91
3.2 O prelúdio de uma tragédia: a pandemia da COVID-19 chega ao Brasil.....	94
3.3 Governo Federal e a pandemia da COVID-19 no Brasil.....	102
3.4 O Ministério da Saúde e o enfrentamento da COVID-19.....	114
3.5 Infodemia, Desinformação e o Negacionismo sobre a COVID-19.....	123
3.6 A crise da verdade e o ápice da desinformação em um contexto pandêmico.....	132
4. AS CONTROVÉRSIAS DISCURSIVAS DE JAIR BOLSONARO ACERCA DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL.....	143
4.1 A postura pública de Jair Bolsonaro diante da pandemia.....	150
4.2 Os tuítes de Jair Bolsonaro acerca da pandemia da COVID-19.....	169
4.3 Discursos e controvérsias sobre a pandemia da COVID-19 no Twitter de Jair Bolsonaro.....	179
4.4 Desinformação sobre a pandemia da COVID-19 no Twitter de Jair Bolsonaro.....	197
4.5 O negacionismo como estratégia discursiva de Jair Bolsonaro durante a pandemia da COVID-19.....	211
4.6 Alguns desdobramentos: entre a biopolítica, a negação da cidadania e a necropolítica no Brasil pandêmico.....	220
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	239
REFERÊNCIAS.....	251

INTRODUÇÃO

A justificativa dessa tese se inicia ainda em 2018, quando defendi a minha dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Goiás (UFG), na qual investigava as controvérsias discursivas alimentadas nas redes sociais e nas ruas em torno do impeachment de Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2014 até o final de 2017, que mobilizou diferentes bandeiras de movimento sociais, criando uma polaridade discursiva em torno da legalidade ou não do processo, além de fomentar uma disputa acirrada em torno das noções de direita e esquerda do espectro político, dando origem a uma “nova” vanguarda de movimentos sociais e de políticos no poder, com destaque para os posicionamentos ideológicos ligados à extrema direita, que só vem crescendo desde então.

O que não passou despercebido, mas que na época não teve espaço na dissertação, foi a constante aparição de Jair Messias Bolsonaro nas cenas de mobilização antipetista, se posicionando publicamente contra a ex-presidenta e o PT, expressando algumas das características usuais que marca a sua personalidade que é a polêmica, a contradição e a controvérsia¹, constantemente alimentada em suas redes sociais e discursos públicos, o que o colocou em evidência mesmo antes do período eleitoral de 2018.

De acordo com Mazzui e Calgaro (2018) sobre a trajetória de Jair Bolsonaro, já no segundo semestre de 2015, o presidente era recebido por multidões em aeroportos e locais públicos e alguns dos enunciados proferidos por esses indivíduos em coro a favor desse ator político eram: “Bolsonaro, guerreiro, orgulho brasileiro”; “Um, dois, três, quatro, cinco mil ...queremos Bolsonaro presidente do Brasil! ”; “Mito, mito, mito”, entre outros. Em 2018, quando Jair Bolsonaro concretizou sua candidatura para presidente, afirmou que não fazia parte de uma classe política tradicional, mesmo exercendo a função pública por quase 30 anos.

Segundo Mazzui e Calgaro (2018), o parlamentar votou a favor dos processos de impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, de Dilma Rousseff em 2016,

¹ No Dicionário Online de Português (2022), o significado de controvérsia refere-se a “opiniões distintas acerca de alguma coisa; contenda, debate. Discussão polêmica sobre alguma coisa em que há divergência de opiniões”; ou ainda “Ação de contestar; contestação”.

além de ter votado a favor do prosseguimento de duas denúncias realizadas pela Procuradoria Geral da República contra Michel Temer em 2017, alegando com isso, ser contra a corrupção na política, discurso que representou um mote poderoso durante a sua campanha eleitoral e todo o seu mandato.

O fato é que essa figura pública soube se aproveitar da efervescência das redes sociais, angariando ao longo dos anos milhares de simpatizantes e também antagonistas em suas redes, contando atualmente com mais de 25 milhões de seguidores no Instagram, 15 milhões no Facebook e mais de 10 milhões no Twitter, além de ser bastante popular no TikTok, o que faz sua mensagem alcançar diferentes públicos ao mesmo tempo, evidenciando a potencialidade das redes sociais e sua capacidade de proliferação e retroalimentação de conteúdos, informações e também, desinformação. Jair Bolsonaro é uma figura bastante popular nesses ambientes digitais, o que faz a sua voz ressoar em milhares de outras vozes, já que é bastante ativo nessas diferentes redes sociais on-line.

Mesmo após sua vitória nas urnas em 2018, a postura pública desse ator político não se alterou. Segundo um editorial do jornal francês de centro-direita *Le Figaro* em 2019, “o presidente do Brasil é um político em campanha permanente”, realizou um primeiro ano de gestão “tempestuoso”, com uma postura populista e propagador de fake news, que dá muita atenção aos seus eleitores, principalmente, os evangélicos, enquanto coloca na posição de inimigos aqueles que não o elegeram ou que não apoiaram o seu projeto político e modo de gestão.

O correspondente do jornal no país, Michel Leclercq (2019, n.p.), sugere que Bolsonaro “tem duas caras”, já que “de um lado, o ultraconservador, que multiplica provocações e polêmicas; do outro, o pragmático que deixou o comando do poderoso Ministério da Economia a Paulo Guedes para permitir o avanço das reformas liberais”, acrescentando que às vezes essas imagens se confundem, o que sugere uma espécie de improvisação e de confusão por parte de Bolsonaro e de sua equipe.

Moura e Corbellini (2019, p. 30), argumentam que a eleição de Bolsonaro foi uma eleição disruptiva, “que desorganizou e alterou de forma ríspida os padrões, os atores, as referências de competição partidárias vigentes”. As questões mais estruturais que possibilitaram a vitória do candidato nas urnas estão relacionadas a três fatores elencados pelos autores: a desmoralização das elites políticas devido aos efeitos da Lava Jato e dos diversos escândalos de corrupção; o aprofundamento

da crise de segurança no país diante da opinião pública; e a importância das redes sociais, principalmente o WhatsApp, que surgiu como uma nova plataforma de comunicação, “que revoluciona a competição e o modo de fazer campanha política no Brasil. Acima de tudo, essa era a eleição dos eleitores indignados e ‘empoderados’ pelo telefone celular” (Moura; Corbellini, 2019, p. 30).

Essa eleição acirrou ainda mais a polaridade política no país, de tal forma que a retórica anticomunista e antipetista se fixou no imaginário dos eleitores bolsonaristas, alguns pertencentes a uma ala mais radical. Seguindo essa linha de raciocínio, destacam que, “as redes sociais, principalmente, o WhatsApp formou um ‘subsolo’ no processo eleitoral de alta mobilização emocional e a cristalização de preconceitos e preferências” (Moura; Corbellini, 2019, p. 31), na qual a informação circulava e se perdia em alta velocidade e a distinção entre o que era falso e verdadeiro se confundiam muito facilmente.

Durante o ano de 2019, houve muitos conflitos em torno da questão ambiental, da educação e a reforma da previdência, que foi aprovada com muitas controvérsias. Além de ter os filhos envolvidos em diferentes inquéritos criminais por corrupção e outros ainda em andamento na justiça, o então presidente é conhecido por não ter “papas na língua”, se tornando notícia quase corriqueira pelo modo como proliferava a sua opinião ou se posicionava comunicativamente diante de alguma contrariedade, o que deu o tom político do seu governo e da sua personalidade.

Os autores salientam que a “eleição de Bolsonaro em 2018 foi a vitória do discurso de ruptura com o sistema político movido por um sentimento de raiva” (Moura; Corbellini, 2019, p. 38), contrário do sentimento que levou Lula ao poder em 2002, por exemplo, já que naquela época os eleitores foram movidos por sentimentos de esperança e mudança coletiva. Ao longo desse tempo, ocorreram inúmeras transformações no Brasil e no mundo, sendo que o período eleitoral de 2018 propiciou a oportunidade para diferentes estudos no campo político e social, mas o posicionamento comunicacional de Jair Bolsonaro como modo de um fazer político, que cria acontecimentos e impõe verdades faz parte do percurso que pretendemos cartografar nesta pesquisa, com ênfase nas controvérsias de Bolsonaro acerca da pandemia da COVID-19, o que por um momento, ofereceu o tom de ineditismo da tese.

A pandemia da COVID-19 marcou significativamente o governo de Jair Bolsonaro, podendo ser considerado o maior problema de saúde pública enfrentado

pelo país pós-redemocratização de 1988, com mais de 708 mil pessoas vitimadas até o momento. A gestão política foi essencial para compreender o avanço da proliferação, mortes pelo vírus e seus efeitos, representando um dos objetos de estudo desta tese. A pesquisa é direcionada a partir de uma reflexão que envolveu diferentes métodos de investigação, tendo como *corpus* de pesquisa as redes sociais do presidente Jair Bolsonaro, com destaque para o Twitter, além dos posicionamentos comunicacionais em suas falas públicas durante o ano de 2020 sobre a pandemia da COVID-19, com alguns adentro referente ao ano de 2021².

Segundo Iglesias e Alfinito (2006), a abordagem multimetodológica parte do princípio de que não existe um método específico que seja mais apropriado, mas que todos têm vantagens e desvantagens sobre determinado objeto, defendendo que mais de um método possa ser utilizado em uma pesquisa científica e acadêmica. Com esse ponto de vista, salientamos que a nossa pesquisa será composta por três entradas metodológicas principais, que serão elucidadas ao longo do percurso.

Partimos de algumas técnicas da netnografia nas redes sociais de um ator central que é Jair Bolsonaro, com o objetivo de estudar as suas publicações no Twitter, procurando compreender a dinâmica da rede, o estilo de comunicação do presidente com os bolsonaristas e com os não bolsonaristas, por meio da observação e seleção de *posts* sobre a pandemia da COVID-19 durante todo o ano de 2020, construindo um banco de dados para futuros cruzamentos de narrativas e controvérsias sobre o assunto.

A netnografia ou etnografia virtual corresponde a uma readaptação do método etnográfico que tem origem na Antropologia, tendo sido criado por pesquisadores americanos (Bishop, Star, Neumann, Ignácio, Sandrusky & Schatz, 1995), e o estudo pioneiro de Robert Kozinets (1995) no intuito de superar alguns desafios metodológicos relacionados à tecnologia. Conforme Braga (2001), esse tipo de pesquisa busca preservar os detalhes da observação, porém utiliza recursos eletrônicos para realizar tal observação e a coleta de dados. Amaral *et al.* (2008) citam que Hine (2000) define a netnografia como uma metodologia para estudos na

² Esse recorte temporal foi definido a partir da sugestão da banca de qualificação no ano de 2021, que argumentaram que a dinâmica da pandemia se alterava muito rapidamente, e que era melhor cartografar um período finalizado, que já tinha posto suas próprias demandas.

Internet, enquanto Kozinets (1997) afirma se tratar de um método interpretativo que investiga o comportamento cultural de comunidades on-line.

Nesse tipo de metodologia, as práticas comunicacionais mediadas por computadores se tornam objetos de estudo, possibilitando uma maior abrangência para a compreensão do fenômeno presente nas redes sociais, na qual o pesquisador insere-se no campo e por vezes participa das dinâmicas que está investigando.

Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de construir uma leitura de) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (Geertz, 2001, p. 20 apud Amaral *et al.*, 2008, p. 35).

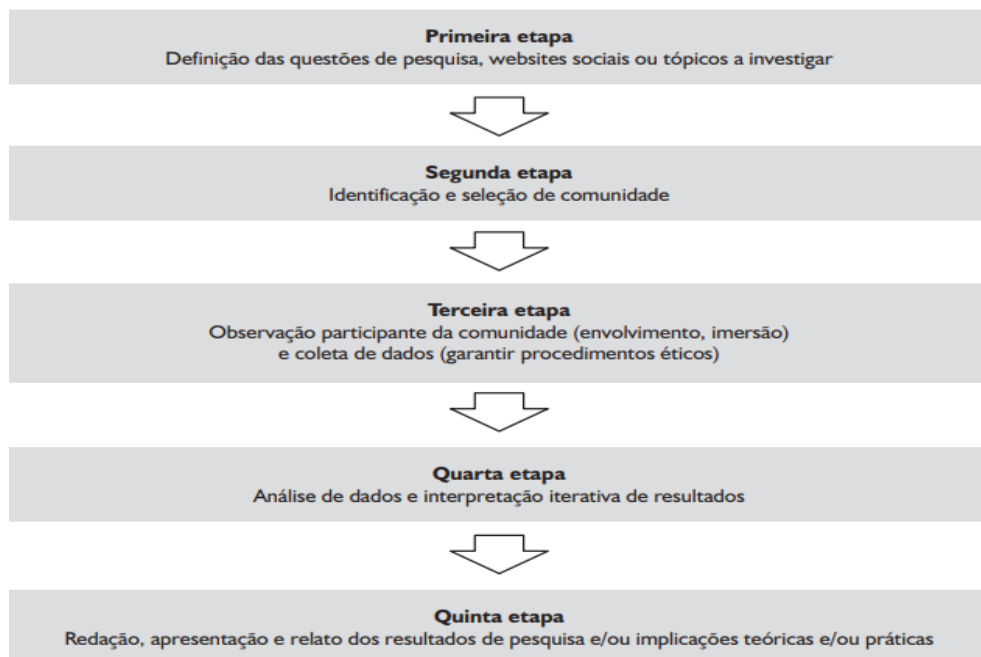
Segundo Amaral *et al.* (2008), a netnografia trata-se de uma metodologia adaptativa, seguindo os preceitos básicos da etnografia de Geertz (2001), nas quais o pesquisador deve manter o estranhamento do objeto, considerando as subjetividades envolvidas, além dos dados e o relato dos pesquisados. A opção de iniciar a entrada em campo com uma netnografia se deu pela própria indiferença da pesquisadora frente às redes sociais de Jair Bolsonaro (Instagram, Facebook e Twitter) e a necessidade de compreensão delas.

Dessa maneira, foi necessário perceber as características comunicativas e o modo como Bolsonaro exercia essa comunicação, como se dava a retroalimentação de conteúdos e compartilhamento de informação, a recepção dos seus seguidores e outras nuances, se tornando a metodologia que recobre o pano de fundo da nossa pesquisa, tendo entrada em campo ainda em 2019, com o ingresso no programa de Doutorado do PPGCOM/UFG, com aprofundamento em 2020, que abarca o nosso recorte temporal, servindo como campo de observação e aproximação com o *corpus* a ser estudado, além de fornecer o suporte para discutir o especificamente comunicacional do nosso objeto.

Durante essa primeira aproximação com o campo por meio da netnografia, concentramos em nos aproximar da linguagem e discursos de Jair Bolsonaro, sua maneira de se comunicar, a recepção de suas publicações em seus seguidores e na mídia, o que se desdobrou em trabalhos paralelos a essa tese. A Internet é a ferramenta que viabiliza esse tipo de pesquisa, possuindo a vantagem de ser mais rápida, menos invasiva e conter um menor custo, mas perde as especificidades da

pesquisa etnográfica face a face, que permite ao pesquisador compreender os gestos e as subjetividades envolvidas na interação, mas que na pesquisa virtual pode ser recuperada por meio dos vídeos publicados nas mídias ou trocas comunicativas. Nesse ponto, foram utilizadas técnicas da observação participante nas redes sociais on-line de Bolsonaro, catalogando as especificidades das trocas comunicativas nesses espaços entre nosso ator central e seus seguidores.

Figura 1: Fluxograma simplificado de um projeto de pesquisa netnográfica



Fonte: Kozinets, 2014, p. 63.

A segunda entrada metodológica correspondeu a uma aplicação da análise de conteúdo para trabalhar o conjunto de dados extraídos das publicações de Jair Bolsonaro sobre a COVID-19 no Twitter, na qual foi possível visualizar as narrativas dominantes, identificando as controvérsias, que discutimos mais adiante na pesquisa. Partimos dos estudos de Laurence Bardin (2000), procurando trabalhar com a decomposição do discurso, identificando as unidades de análise e grupos de representação, que servem para categorizar algum tipo de fenômeno social, permitindo a construção de significados, facilitando ainda os processos de compreensão de determinada realidade ou cultura coletiva. Em sentido amplo:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de

apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (Bardin, 1977, p. 31).

Para Bardin (1977, p. 32), “qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo”. Essa comunicação a princípio parece meio instrumental, mas no processo comunicacional os sentidos que advém dessas significações é o que devemos nos ater quando falamos de análise de conteúdo. As regras para definir as categorias de fragmentação da comunicação devem ser homogêneas; exaustivas; exclusivas; objetivas; além de adequadas ou pertinentes. As unidades de codificação ou de registro são delimitadas pelo pesquisador, caso tenha ambiguidade na referenciação de sentido dos elementos codificados, pode-se criar unidades de contexto, que são superiores às unidades de codificação.

A análise de conteúdo é operacionalizada por procedimentos sistemáticos e objetivos que descrevem mensagens, sendo que a descrição em si não é o ponto alto da análise, e sim, o que nos ensinam após o tratamento dos dados sobre outras coisas ou sentidos que advém dessas mensagens. Segundo Bardin (2010, p. 14) “por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar, e a análise de conteúdo auxilia nesse tipo de investigação”. Além da atitude interpretativa, é necessário a realização de processos técnicos de validação, cujo o objetivo principal é a inferência, que pode ser alcançado por meio de indicadores de frequência ou análise das co-ocorrências, na qual “toma-se a consciência de que, a partir dos resultados da análise, se pode regressar às causas, ou até descer aos efeitos das características das comunicações” (Bardin, 2010, p. 22), o que nos possibilita compreender além dos significados imediatos.

A análise de conteúdo explora basicamente dois objetivos:

- a ultrapassagem da incerteza: o que eu julgo ver na mensagem estará lá efectivamente contido, podendo esta <visão> muito pessoal, ser partilhada por outros?
Por outras palavras, será a minha leitura válida e generalizável?
- e o enriquecimento da leitura: Se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta, aumentar a produtividade e a pertinência? Pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações susceptíveis de conduzir

a uma descrição de mecanismos de que *a priori* não detínhamos a compreensão. (Bardin, 2010, p. 29).

De acordo com a pesquisadora, esse tipo de análise possui duas funções que talvez não se dissocie, uma heurística, enriquecendo a tentativa exploratória, aumentando as possibilidades de descoberta; e uma função de prova que pode gerar a confirmação ou infirmação de determinadas hipóteses ou inferências. Sinteticamente, a análise de conteúdo pode ser definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2010, p. 31), já que pode ser aplicado a tudo que é dito ou escrito, e num primeiro momento pode ser dividido em dois tipos de comunicação e dois critérios: o número de pessoas implicadas na comunicação e a natureza do código ou suporte da mensagem.

Existem três diferentes fases de análise de conteúdo e que se organizam a partir de três polos cronológicos que devem ser seguidos para o sucesso da investigação: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação; procurando vislumbrar outras realidades além das mensagens analisadas. Silva e Fossá (2015) operacionalizam as etapas do método a partir da leitura de Bardin, destacando a importância de se conferir significação aos dados coletados. Seguem as etapas sugeridas: leitura geral do material coletado; formulação de categorias; recorte do material em categorias semânticas ou conteúdos comparáveis; organização dos dados; agrupamento dos dados em categorias comuns; inferência e interpretação dos dados.

A análise de conteúdo sugere que os materiais sejam explorados com cuidado a fim de suscitar novas descobertas, principalmente no campo simbólico. Nesse sentido, o interesse não deve se fixar na descrição dos conteúdos, e sim no que estes poderão nos ensinar após serem classificados, interpretados e analisados. Bardin (2010, p. 38) destaca que “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”. Na nossa pesquisa, o foco é a produção de conteúdo por um ator central, considerando as publicações realizadas por Jair Bolsonaro no Twitter durante o ano de 2020.

A leitura realizada pelo analista de comunicação deve ser cuidadosa, procurando realçar um sentido que se encontra em segundo plano, buscando significados de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc. Argumenta a autora que a “linguística estabelece o manual do jogo da língua; a análise de

conteúdo tenta compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado, com o contributo das partes observáveis” (Bardin, 2010, p. 43), sendo que nesse tipo de análise, busca-se outras realidades através das mensagens.

Na etapa de pré-análise procuramos sistematizar as ideias iniciais, com a leitura geral dos tuítes, que foram coletados com o mês fechado (leitura flutuante), representando o primeiro contato com o material. O *corpus* de análise corresponde a todos os tuítes de Jair Bolsonaro e que tinham como pano de fundo a pandemia da COVID-19 e seus desdobramentos, considerando o período entre janeiro e dezembro de 2020. Os dados foram agrupados mensalmente, procurando analisar as possíveis reconfigurações e alterações de conteúdo e dos discursos que permearam o debate nessa rede social de Bolsonaro.

Após essa aproximação com o campo e os dados catalogados na análise de conteúdo, o percurso metodológico que propomos é uma readaptação da cartografia de controvérsias, que é um método que sugere a abordagem multimétodo, onde construiremos “mapas” a partir das controvérsias identificadas nas narrativas desse ator central que é Jair Bolsonaro e outros atores humanos e não-humanos que se destacaram no contexto, cartografando as controvérsias discursivas, imagéticas, legislativas, institucionais, científicas, sociais e outras que forem identificadas.

A cartografia de controvérsias é um método que serve para revelar as redes de mediação envolvidas no processo, geralmente explorando grandes quantidades de dados disponíveis na internet, mas a nossa proposta de readaptação nos fez trabalhar com procedimentos mais manuais, além de ferramentas e softwares livres disponíveis na rede que nos auxiliou durante a experiência da pesquisa.

Esse método lida com cenários em que a polêmica, o lugar, o tempo das associações e a formação social estão em evidência. As redes se tornam visíveis a partir das controvérsias que circulam entre os seus diferentes tipos de *actantes*. Como afirma Lemos (2013, p. 55), “olhar as controvérsias é olhar as redes em formação na disputa pela estabilização. Quando elas cessam, surgem às caixas-pretas³”, que representam a estabilização ou resolução de um problema ou demanda.

³ Caixa-preta é a estabilização (uma organização, um artefato, uma lei, um conceito) e a resolução de um problema. Após a resolução da controvérsia, tudo se estabiliza, passa para um fundo e desaparece, até o momento em que novos problemas apareçam e a rede se torne mais uma vez visível. [...] O engajamento dos actantes gera “pontualização”, surgimento de uma entidade ou evento. É essa ação que gera as caixas-pretas, entidades criadas quando os diversos elementos de

As “cartografias de controvérsias” (CC), propostas por Venturini e Latour, nada mais são do que formas de “desenhar” a distribuição das ações, de seguir os actantes, de visualizar os diagramas da mediação, agenciamentos e de revelar cosmogramas. São os mapas gerados pela sociologia da mobilidade. Podemos dizer que a CC é um conjunto de técnicas para explorar e visualizar polêmicas, questões emergentes em determinados agrupamentos, o movimento, a circulação da ação e a fluidez das mediações, revelando as diversas dimensões que compõem uma rede sociotécnica. (Lemos, 2013, p. 110).

Essa metodologia aborda tensões e múltiplas perspectivas sobre assuntos que causam polêmicas e conflitos, devendo a controvérsia ser reconhecida pelos atores envolvidos no processo. Os pesquisadores dessa linha teórico/metodológica sugerem que procuremos as controvérsias a serem estudadas onde a vida se mostra mais complexa e as pessoas estão em constante discussão sobre determinados assuntos ou demandas, de sorte que as mídias sociais representam o espaço propício para a operacionalização da cartografia de controvérsias.

Venturini (2010) cria um roteiro para produzir uma pesquisa em torno de controvérsias, citamos:

1. Definir bem a controvérsia; 2. Observar, descrever e sustentar que o objeto é controverso; 3. Identificar se a controvérsia é fria/quente, presente/passada, secreta/pública, de difícil acesso/acessível, limitada/ilimitada; 4. Aplicar as lentes para a coleta de informações (recolher declarações, opiniões, ler a literatura especializada); 5. Identificar os actantes humanos e não-humanos e esboçar a rede que os liga; 6. Identificar os cosmogramas, as ideologias e visões de mundo. O cartógrafo deve então identificar nas redes a representatividade, influência e interesse dos actantes. (*apud* Lemos, 2013, p. 118).

A rede para Latour (2012), expressa a ideia de espaço-tempo, que funciona ao mesmo tempo como circulação e influência de uns actantes sobre outros, envolvendo tradução e mediação, numa constante busca pela estabilização (em caixas-pretas). A rede se torna visível a partir das controvérsias que circulam entre diferentes tipos de actantes. Segundo Lemos (2013, p. 11), “o que vai estabilizar uma controvérsia será justamente a resolução de tensões provocadas por múltiplos olhares”. A controvérsia deve ser reconhecida por todos, pois quando acaba o conflito, finda também a controvérsia.

um processo agem como se fossem um só e, podemos dizer, “desaparecem”. Para Latour as caixas-pretas “cannot be easily disassociated, disconnected, or dismantled, renegotiated or re-appropriated”. Elas são, portanto, intermediárias, transportam sem modificar até que algo aconteça e novos eventos possam emergir. Toda associação tende a virar uma caixa-preta, e se estabilizar e cessar a controvérsia. (Latour, 1987, p. 131 *apud* Lemos, 2013, p. 55-56).

Para Lemos citando Venturini, a estruturação da cartografia deve se apoiar nas seguintes etapas: criar um glossário de termos aceitos e controversos dentro dessa rede; levantar o repertório de documentos e a literatura especializada; analisar opiniões publicadas nas mídias; elaborar mapas que apresentam a discordância; mostrar as escalas ou limites que envolvem a controvérsia; construir diagramas, a cronologia e demonstrar as ideologias representadas no debate.

Pontua Lemos (2013, p. 119), que o cartógrafo tem a tarefa de mapear os rastros deixados por esses diversos atores nas redes, mencionando que um "rastro é o vestígio de uma ação efetuada por um *actante* em qualquer situação. Se não há rastros, não há ação possível de ser descrita, detectada, produzida, inscrita em alguma materialidade ou testemunho". As etapas da cartografia podem ser elaboradas manualmente, mas a coleta de dados nas redes com o auxílio de softwares especializados pode tornar a coleta mais eficaz. Lembrando que a Cartografia de Controvérsias (CC) sugere o uso de outros métodos para o enriquecimento da análise.

O debate da nossa pesquisa gira em torno dos discursos de Jair Bolsonaro sobre a pandemia da COVID-19, o seu posicionamento nas redes sociais e as políticas implementadas pelo seu governo sobre o assunto. O problema de pesquisa se define no seguinte questionamento: Por que os discursos de Jair Bolsonaro publicados em suas redes sociais (destaque para o Twitter) e expressas em declarações públicas auxiliaram para a construção de uma controvérsia pública em torno da COVID-19 no Brasil, colaborando ainda para a emergência de desinformação sobre a doença e para a negação da cidadania no país?

O objetivo geral da pesquisa consistiu em explorar os discursos de Jair Bolsonaro sobre a pandemia da COVID-19, evidenciando as diferentes controvérsias (discursivas, institucionais, científicas, imagéticas, legislativas etc.) sobre o assunto em seu Twitter e em declarações públicas durante o ano de 2020 no Brasil. Já os objetivos específicos foram:

1. Discutir a atual crise democrática no Brasil e sua relação com o conceito de comunicação;
2. Situar o papel da cidadania nesse contexto;
3. Identificar os conteúdos publicados pelo presidente Jair Bolsonaro em seu Twitter e que tiveram como pano de fundo a pandemia da COVID-19, com o auxílio do software Iramuteq, selecionando os conteúdos que

expressaram regularidade, discrepância e intensidade nas publicações analisadas;

4. Apontar as características comunicacionais de Jair Bolsonaro, procurando exemplificar a comunicabilidade e a incomunicabilidade do presidente no Twitter e em suas falas públicas;
5. Desenvolver as etapas da nossa proposta de readaptação do método da Cartografia de Controvérsias para analisar os discursos do Presidente sobre o vírus, apontando como podem ter influenciado na negação da cidadania no país;
6. Por fim, determinar a partir dos resultados analíticos e sintéticos produzidos, indicadores qualitativos adequados à orientação de políticas públicas de comunicação que devem ser fomentadas na sociedade brasileira, visando garantir informações mais confiáveis e efetivas sobre os assuntos relacionados à saúde coletiva e o campo político no Brasil, possibilitando o exercício de uma cidadania comunicacional, que permite a compreensão e a luta por direitos no país.

A hipótese da nossa pesquisa girou em torno da seguinte afirmação: Jair Bolsonaro enquanto Presidente da República se apoiou em um discurso de autoridade para divulgar desinformação sobre a pandemia da COVID-19 em suas redes sociais (Twitter), colocando em marcha de forma comunicacional, um projeto de poder de negação da cidadania aos brasileiros.

A pesquisa se dividiu em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. Na introdução realizamos uma discussão geral sobre o tema da pesquisa e seus aspectos metodológicos, além de expor a justificativa e a hipótese de pesquisa. No primeiro capítulo exploramos os conceitos de democracia, comunicação e cidadania em tempos de conservadorismo, no qual destrinchamos a crise democrática que oportuniza o surgimento de novos populismos, com um viés mais conservador, ligado à extrema direita do espectro político, focando no caso brasileiro com a ascensão de Jair Bolsonaro e do bolsonarismo no país e suas especificidades governamentais que foram determinantes durante a pandemia da COVID-19 no Brasil.

Realizamos ainda uma abordagem do conceito de comunicação e sua relação com a democracia, procurando situar como o aspecto comunicacional da pesquisa se torna importante para o campo da comunicação. Além disso, é neste capítulo que

introduzimos a noção de cidadania e suas mutações, situando a importância do conceito para compreender o processo histórico brasileiro, procurando alcançar as particularidades que envolvem a cidadania e sua relação com a comunicação no Brasil, além de pontuar algumas especificidades da comunicação em tempos de excepcionalidade, como a ocasionada pela pandemia da COVID-19.

No segundo capítulo, adentramos com maior profundidade a relação de Jair Bolsonaro com a pandemia da COVID-19, aludindo como o então presidente pode ser compreendido como um fenômeno comunicacional, focando na sua relação com as redes sociais, em especial, com o Twitter, que representa a rede social que nos forneceu os dados da pesquisa e as nuances sobre esse ator central, com destaque para a análise de suas narrativas e postura pública diante da pandemia da COVID-19, além de situar como a pós-verdade se impôs nesses espaços de interação on-line.

No terceiro capítulo, exploramos o tema que recobre a pesquisa, abordando a pandemia da COVID-19 como uma controvérsia pública, focando nas características do vírus e suas potencialidades. Situamos como a chegada do novo coronavírus no país, representou o prelúdio de uma grande tragédia que se desenhava no Brasil, com a falta de ações governamentais eficazes e rápidas, o país assistiu paralisado (em todos os sentidos), a capacidade destruidora do vírus, com a crescente e constante curva de contaminação e óbitos, com maior gravidade durante os anos de 2020 e 2021, quando o vírus ainda era bastante letal, já que não existia imunizantes para combater a doença.

Além disso, situamos como o governo federal atuou diante da calamidade pública ocasionada pela pandemia, com a promulgação de normas sobre a crise sanitária, além da importância do Ministério da Saúde e as especificidades que envolveram essa pasta de extrema importância para o combate e controle da pandemia no país. Neste capítulo, trabalhamos ainda os conceitos de infodemia, desinformação e o negacionismo sobre a COVID-19, com destaque para as redes sociais e a sua potencialidade de viralização e recursividade em torno de temas controversos. Além de explorar a crise da verdade e sua relação com a desinformação em um contexto pandêmico.

No quarto capítulo retomamos parte da discussão metodológica da pesquisa, apresentando os resultados da análise de conteúdo de forma automatizada com o auxílio do software Iramuteq. Nessa parte da pesquisa, trabalhamos os dados do

Twitter do presidente, a partir dos critérios de regularidade, discrepância e intensidade, buscando situar como e quais assuntos tiveram maior destaque nas narrativas de Bolsonaro durante o primeiro ano pandêmico, que corresponde ao nosso recorte temporal. Nos debruçamos também sobre a análise e discussão em torno das controvérsias identificadas no conjunto de dados retirados do Twitter de Jair Bolsonaro, procurando apresentar mais detalhadamente como essas questões interferiram na crise ocasionada pelo novo coronavírus no país e na gestão do presidente, sustentando o porquê de tais questões serem consideradas objetos controversos.

Nessa parte ainda expomos alguns desdobramentos analíticos da pesquisa, na qual discutimos como a gestão de Jair Bolsonaro colocou em marcha elementos de uma biopolítica, que afetou a qualidade de vida das pessoas, com consequente negação da cidadania aos brasileiros, tendo como efeito prático e perverso, a necropolítica como uma espécie de política pública, durante o período mais crítico da pandemia, deixando marcas profundas na história política e social do nosso país. Por fim, trazemos as considerações finais.

1 DEMOCRACIA, COMUNICAÇÃO E CIDADANIA EM TEMPOS DE CONSERVADORISMO NO BRASIL

Neste capítulo, iremos abordar parte do objeto da nossa pesquisa, delineando alguns conceitos cruciais para compreender o atual panorama político do nosso país e do mundo, tais como democracia e suas crises; comunicação e seu entrelaçamento com a política brasileira, mais especificamente com o governo de Jair Bolsonaro e sua gestão; além de conceituar cidadania e suas diferentes mutações como processo político no Brasil, buscando compreender como esses diferentes temas influenciaram na crise causada pelo coronavírus no país, refletindo na gestão de Jair Bolsonaro durante o primeiro ano de pandemia, ou seja, 2020.

1.1 Democracias em crise e a ascensão de novos populismos: o caso brasileiro

Democracia é um tema sempre atual que perpassa diferentes áreas do conhecimento e objetos de estudo, mas que possui vários significados e aplicação na vida prática de uma sociedade. A Ciência Política corresponde ao campo de estudos que tem se dedicado mais especificamente a compreender as diferentes concepções democráticas pelo mundo e as diferentes crises que assolam esses sistemas de governo, mas que também são estudadas pelo campo da Sociologia, Filosofia, Direito e Comunicação, esta última o campo de estudo que abarca este trabalho.

Segundo Norberto Bobbio (1998), existem três principais tradições históricas que explicam as noções contemporâneas de democracia, são elas: a) a teoria clássica, apoiada nos estudos de Aristóteles, com a noção da *ágora* grega que explora três formas de governo, na qual a democracia pode ser compreendida como o governo do povo, daqueles indivíduos que possuem os direitos de cidadão perante a lei, diferente da monarquia (governo de um só), e a aristocracia como o governo de poucos; b) a teoria medieval de origem romana, que delineia as noções de soberania popular (poder deriva do povo e o governo é representativo) ou ainda o poder deriva do príncipe, exercido por meio de delegação do superior para o inferior; c) a teoria moderna, que se baseia nas concepções de Estado moderno na obra de

Maquiavel, nas quais as formas de governo mais usual correspondem a monarquia e a república, sendo que a democracia corresponde a um tipo de república, muito comum nos governos representativos atuais.

Ocorre que após diferentes tentativas de se alcançar democracias estáveis, parece ter surgido um movimento global de ataque aos princípios democráticos que regem esses sistemas de governo. Em uma recente coletânea de ensaios intitulada *A Grande Regressão*, organizada por Heinrich Geiselberger (2019), é proposto um debate internacional sobre os novos populismos e formas de enfrentamento das crises advindas desses cenários do começo do século XXI, em que uma das teses que orientam os escritos é de que a globalização neoliberal teria fracassado, de modo que não alcançamos o auge do progresso humano e nem o “fim da história”, pelo contrário, nossa época tem testemunhado diversos riscos que tem nos colocado em situações de conflito, envolvendo o terrorismo internacional, a migração em massa, mudanças climáticas, crises financeiras, alargamento das desigualdades sociais, e outras tantas situações que têm falhado com o projeto de desenvolvimento global.

E esses cenários de crise proporcionaram o surgimento de populistas autoritários que vêm assumindo o poder em diferentes países, inclusive naqueles que eram considerados democracias consolidadas, ocorrendo a vulgarização segundo Geiselberger (2019) do discurso público, refletindo na qualidade democrática de um país, com ascensão de políticos xenófobos, racistas, ultranacionalistas e preconceituosos para assumir a gestão dessas nações, respondendo aos anseios de grande parte dos indivíduos. Outras questões desastrosas e com efeitos nocivos para a sociedade têm relação com as teorias conspiratórias que surgem nesses contextos, consolidando práticas negacionistas e grande polaridade política e social.

Porta (2019) ressalta que diversos movimentos sociais que se mobilizaram a partir de 2010, tinham como demanda a luta contra as austeridades políticas e econômicas às quais estavam submetidos, além da crescente onda de desemprego e subemprego que vêm afetando principalmente a existência dos mais jovens e mais velhos, que não veem expectativas melhores de vida. Muitos manifestantes que “saíram às ruas em diferentes localidades do mundo, consideram seus respectivos governos e a classe política como um todo responsáveis pelo que percebem como um sequestro da democracia” (Porta, 2019, p. 66).

As pessoas não adotaram atitudes antidemocráticas como forma de protesto, o que elas pediam nessas manifestações era uma democracia mais participativa, visando o bem comum. Cita como exemplo os acampamentos que ocorreram em Madrid por alguns meses na praça Puerta del Sol e que se tornaram espaços para testar novas formas de democracia, no entanto, “não era a democracia em si que era desafiada, mas sua degeneração” (Porta, 2019, p. 67).

A autora demonstra que um fenômeno diferente vem ocorrendo desde as eleições de Donald Trump nos Estados Unidos e o Brexit no Reino Unido, ambos em 2016, pois a partir de então, diversos governos de cunho autoritários assumiram o poder, representando iniciativas políticas de extrema direita que emergiram na forma de movimentos sociais.

Faz tempo que pesquisas sobre populismo de direita identificam uma demarcação cultural – com o cosmopolitismo de um lado e xenofobia do outro – que separa a esquerda política da direita. Esse é mais do que nunca o caso atual. Além disso, a política da direita é caracterizada por uma forma organizacional específica que se utiliza da liderança forte, personalizada, em vez de participação cidadã. Isso a distingue nitidamente dos movimentos progressistas (Porta, 2019, p. 71).

Também em um recente trabalho, Manuel Castells (2018) apresenta um estudo em que afirma existir uma ruptura democrática em diversos locais do mundo, de tal modo que a relação entre governantes e governados encontra-se extremamente abalada. Para o autor:

Não é uma questão de opções políticas, de direita ou esquerda. A ruptura é mais profunda, tanto em nível emocional quanto cognitivo. Trata-se do colapso gradual de um modelo político de representação e governança: a democracia liberal que se havia consolidado nos dois últimos séculos, à custa de lágrimas, suor e sangue, contra os Estados autoritários e o arbítrio institucional. (Castells, 2018, p. 8).

Segundo o autor, desde a Primavera Árabe em 2011, assistimos a diferentes levantes sociais contra os sistemas políticos, os partidos e as democracias atuais, sendo que o lema dessas pessoas enfurecidas eram “não nos representam”, apesar de que em muitos casos, a eleição acontecia por meio do voto direto. Os indivíduos querem se sentir representados pelas democracias em que vivem e pelos seus representantes, pois a insatisfação os leva às ruas. Castells (2018, p. 10) afirma que o mundo moderno assiste a um “colapso gradual de um modelo de representação” que tem contaminado a política global, destacando que cada vez menos pessoas

acreditam nessa forma de democracia liberal, mas ao mesmo tempo o ideal democrático continua sendo defendido.

Castells (2018, p. 10) ressalta que “precisamente porque as pessoas querem crer na democracia, o desencanto é ainda mais profundo em relação à forma como vivem”. Em sua leitura, a luta pelo poder nas sociedades democráticas da atualidade passa pela política midiática, do escândalo e pela autonomia comunicativa dos cidadãos, de modo que as pessoas ficam numa luta incessante por novos atores políticos, nos quais seja possível confiar o voto. E esses novos atores estão surgindo entre aqueles que não têm medo de se expressar e falar “sem rodeios”, articulando expressões de xenofobia com racismo como discurso político, o que tem angariado diversos simpatizantes pelo mundo, tendência que se fez presente durante a campanha de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018.

O autor alerta para o perigo das diversas crises que afetam as democracias liberais, já que a crise se instala justamente porque esses tipos de governo estão deixando de existir no único lugar que podem perdurar, ou seja, na mente dos cidadãos. Talvez essa lógica tenha influenciado as eleições brasileiras em 2018, já que o improvável aconteceu, e um político de carreira com quase 30 anos de mandato foi eleito com um discurso ultraconservador, com a retórica de representar o novo, um governo anticorrupção e principalmente que se colocou como antipetista (partido envolvido em um grande esquema de corrupção no país e que teria originado uma grave crise democrática no Brasil ainda em 2014, se agravando com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016).

Conforme destaca Albuquerque (2021), os estudiosos do fenômeno político tem discutido a ideia de que o populismo vem se tornando uma grande ameaça aos sistemas democráticos, geralmente representados por lideranças autoritárias fortes, que recorrem ao povo para legitimar a sua autoridade enquanto deslegitimam outras instituições que são essenciais para a democracia, tais como o Congresso, a Imprensa, o Judiciário, o Ministério Público, entre outras, que teoricamente servem para controlar os abusos de poder desses líderes políticos.

Mas salienta o pesquisador que essa concepção é simplista, pois “supõe, a priori, que os agentes de *accountability* se comportam de maneira virtuosa” (Albuquerque, 2021, p. 18), o que não é algo absoluto, pelo contrário, “não apenas podem atuar de maneira politicamente perversa como, ao fazê-lo, criam condições

favoráveis para a ascensão ao poder de líderes populistas autoritários” (Albuquerque, 2021, p. 18).

Sustenta Albuquerque que o caso brasileiro foi emblemático nesse sentido, pois por meio da Operação Lava Jato e a luta anticorrupção, que foi marcada por diferentes irregularidades, na qual os agentes públicos apresentavam um viés político contra o ex-presidente Lula e o PT, além de um relacionamento escuso entre as partes envolvidas na operação. Houve também uma espécie de conluio entre os promotores, juízes e a imprensa, o que acabou desestabilizando as instituições democráticas, criando um ambiente que facilitou o processo de impeachment de Dilma Rousseff e a posterior ascensão do candidato ultraconservador Jair Bolsonaro à Presidência, inclusive com o juiz principal da Lava Jato, Sérgio Moro, assumindo o cargo de Ministro da Justiça do governo Bolsonaro, o que evidencia a sua parcialidade no caso, já que até pediu exoneração da magistratura em 2018 para assumir o cargo, sendo que todas essas etapas foram marcadas por constante espetacularização da mídia.

Segundo Albuquerque (2021, p. 25) o termo populismo é utilizado como um “instrumento de estigmatização de adversários; ao caracterizá-los como extremistas, os patrocinadores desse tipo de discurso se apresentam como ‘democratas’ e ‘politicamente equilibrados’”. Argumenta ainda a partir das noções de Daly que o caso brasileiro representa um exemplo de “captura da ordem democrática pela elite” (Daly, 2018, p. 11 *apud* Albuquerque, 2021, p. 26), sugerindo que por “detrás da crítica ao populismo, o que se esconde não é a defesa da democracia, mas de um modelo político fundamentalmente elitista, que prioriza a lógica da globalização neoliberal sobre a soberania popular” (Albuquerque, 2021, p. 28). Nesse sentido, tanto os populistas quanto a alternativa elitista representam ameaça para a democracia.

Para Geiselberger (2019), o discurso de lei e ordem pautam as narrativas dos demagogos que surgiram como opção política, mais especificamente após 2015, com forte tendência autoritária, tais como Rodrigo Duterte (Filipinas), Recep Tayyip Erdogan (Turquia), Narendra Modi (Índia), Duda e Kaczynski (Polônia), Donald Trump (Estados Unidos), além de Theresa May e Boris Johnson na Inglaterra, e mais recentemente, Jair Bolsonaro no Brasil, com a promessa de tornar esses países “grandes” novamente.

Nesses contextos, houve um aumento de crimes de ódio, xenofobia, islamofobia, tensões políticas em diferentes partes do globo, mas com características parecidas, que associa determinado “histerismo e brutalização do discurso público e a certo instinto apocalíptico por parte das mídias consolidadas” (Geiselberger, 2019, p. 11), nos quais termos como “imprensa mentirosa”, “traidores do povo”, “ditadura” têm sido recorrente nas manifestações de rua e nas redes sociais, afetando os níveis de confiabilidade dos sistemas democráticos.

Estes sintomas representam a “grande regressão” abordada nos artigos da coletânea, dos quais é destacado que “nos tornamos testemunhas de uma perda de “civilidade” considerada definitiva” (Geiselberger, 2019, p. 12). O pesquisador sugere que em um mundo global, a política deveria procurar construir soluções globais para problemas globais, um bom exemplo é caso da pandemia da COVID-19, mas Geiselberger (2019, p. 12) salienta que “experimentamos, muito mais, uma renascença étnica, nacional e confessional das diferenças entre o nós e o eles”, que alimenta a crença de superioridade de uns indivíduos sobre os outros, criando mais polaridade, ódio e divisão social.

Arjun Appadurai (2019) questiona se estaríamos vivendo a níveis mundiais uma rejeição da democracia liberal e sua substituição por um autoritarismo populista, já que diversos governos considerados de direita e extrema direita ascenderam no cenário político mundial, quando a relação entre líderes e seguidores assumiram novos contornos, cada vez mais personalísticos. Para o pesquisador:

Os líderes que ascenderam nos novos movimentos populistas têm estilos tipicamente xenófobos, patriarcais e autoritários. Os seguidores talvez partilhem de algumas dessas propensões, mas também estão assustados, zangados e ressentidos com o que a sociedade em que vivem fez por e com eles. (Appadurai, 2019, p. 20).

Appadurai (2019) argumenta que os indivíduos nas sociedades modernas se encontram fadigados com a democracia, visto que o ódio e a exaustão encontram um denominador comum natural no âmbito da soberania cultural, com um considerável e vertiginoso aumento de uma espécie de populismo de direita em diversos locais do mundo, e a resposta para essa crise, seria um fortalecimento democrático da Europa, que auxiliaria a derrubar essas tendências autoritárias no mundo. Mas o próprio continente europeu tem sido assolado por essas tendências

antidemocráticas de gestão, que têm rondado as eleições dos países do bloco. Existiriam três formas de perceber essa fadiga democrática da atualidade, são elas:

A primeira é que a expansão da internet e das mídias sociais a setores crescentes da população e a acessibilidade de busca de pares, construção identitária, propaganda e mobilização baseadas na web criam a ilusão perigosa de que todos podemos encontrar semelhantes, aliados, amigos, colaboradores, convertidos e colegas, independentemente de quem somos e do que desejamos. A segunda é o fato de que todos os Estados-nação perderam terreno nas tentativas de manter qualquer simulacro de soberania econômica. O terceiro fator é que a propagação mundial da ideologia dos direitos humanos deu um mínimo de apoio a forasteiros, estrangeiros e migrantes em praticamente todos os países do mundo, ainda que enfrentem recepções hostis e condições rigorosas em qualquer lugar para onde se mudem. (Appadurai, 2019, p. 28-29).

Para o autor, esses três fatores intensificam as intolerâncias globais contra a legalidade jurídica, a racionalidade deliberativa e a paciência que a democracia exige, gerando um constante pânico econômico, o acirramento das desigualdades sociais e a erosão dos sistemas de bem-estar social, com crescente precarização e desvalorização do trabalho. As sociedades democráticas se encontram em profunda crise de legitimidade. Em suas palavras, “a democracia liberal europeia está à beira de uma crise perigosa” (Appadurai, 2019, p. 33), de modo que se contaminar grandes públicos, a democracia no mundo tende a ser silenciada e trocada por populismos de direita, por vezes, extremamente autoritários.

São vários os estudos recentes que argumentam que a democracia liberal estaria em crise, com possibilidades de desmoronamento, mesmo em sistemas de governo que pareçam consolidados. Para o autor, podemos entender o liberal como alguém que se compromete com a liberdade de expressão, separação dos poderes e proteção dos direitos individuais. Mounk (2019) destaca que a desilusão do cidadão com a política é coisa antiga, mas que na atualidade, a inquietação, a raiva e o desdém são mais evidentes, expressando certo esgotamento em relação à democracia liberal e suas características.

Para o autor, “os sistemas partidários parecem paralisados, hoje, o populismo autoritário cresce no mundo todo, da América à Europa e da Ásia à Austrália” (Mounk, 2019, p. 16), na qual a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos representou a consolidação de uma tendência na política, mesmo em um país que estima as suas leis e a constituição como parte da sua história política, elegeu um presidente que questionava e até negava as regras constitucionais, o mesmo

ocorreu no Brasil com a vitória de Jair Bolsonaro. O autor frisa ainda que há um quarto de século os cidadãos tinham orgulho de viver em democracias liberais, mas hoje estão “cada vez mais hostis à democracia” (Mounk, 2019, p. 19), facilitando o surgimento de candidatos pouco comprometidos com os fundamentos básicos da democracia liberal, mas que têm tido muito influência e poder sobre o eleitorado. Seguindo o seu argumento, citamos:

As democracias liberais têm muitos mecanismos de controle criados para impedir um partido de acumular demasiado poder e para conciliar os interesses de grupos diferentes. Mas na imaginação dos populistas a vontade do povo não precisa ser mediada, e qualquer compromisso com as minorias é uma forma de corrupção. Nesse sentido, os populistas são profundamente democratas: muito mais fervorosos do que os políticos tradicionais, eles acreditam que o *demos* deve governar. Mas também são profundamente liberais: ao contrário dos políticos tradicionais, dizem abertamente que nem as instituições independentes, nem os direitos individuais devem abafar a voz do povo. (Mounk, 2019, p. 23-24).

O estudo de Mounk (2019) segue relatando mudanças profundas no modo como a democracia vem sendo redesenhada nesses novos populismos, como o caso de Orbán na Hungria, que declarava ser um “democrata honesto com valores conservadores. Agora declara em alto e bom som sua oposição à democracia liberal. A democracia, ele prega, deve ser hierárquica, não liberal” (Mounk, 2019, p. 25), pautado em um estado nacionalista. O pesquisador argumenta que esse tipo de democracia “permite a líderes popularmente eleitos cumprir a vontade do povo tal como a interpretam, sem ter de fazer concessões aos direitos ou interesses de minorias obstinadas” (Mounk, 2019, p. 26), ou seja, torna-se uma democracia sem direitos (iliberal), se posicionando como um forte componente da política no século XXI.

Segundo o autor, dois fatores têm impulsionado esses populismos, e consequente crise do modelo liberal que se pauta pelas noções de liberdade e direitos individuais, são eles:

Por um lado, as preferências do povo são cada vez mais iliberais: os eleitores estão cada vez mais impacientes com as instituições independentes e cada vez menos dispostos a tolerar os direitos de minorias étnicas e religiosas. Por outro lado, as elites vêm assumindo o controle do sistema político e tornando-o cada vez mais insensível: os poderosos estão cada vez menos dispostos a ceder às opiniões do povo. Como resultado, liberalismo e democracia, os dois elementos centrais de nosso sistema político, começam a entrar em conflito. (Mounk, 2019, p. 29).

Adam Przeworski (2020) no livro *Crises da democracia*, afirma que são vários os perigos que enfrentamos na atualidade, e o principal deles tem relação com a humanidade e não com a democracia. A ideia de crise e modos de enfrentamento se relaciona diretamente com o conceito adotado de democracia, situando que algo está acontecendo, gerando insatisfações, sentimentos e movimentos anti-instituições, anti-estado, anti-sistema, populistas, mesmo em democracias que pareciam estáveis.

Democracia é um arranjo político no qual as pessoas escolhem governos por meio de eleições e têm uma razoável possibilidade de remover governos de que não gostem (autores que adotam essa opinião incluem Schumpeter, Popper e Bobbio). Democracia é simplesmente um sistema no qual ocupantes do governo perdem eleições e vão embora quando perdem. (Przeworski, 2020, p. 29).

Segundo o autor, uma crise pode ser compreendida como “situações que não podem durar e nas quais alguma decisão precisa ser tomada. Elas emergem quando o status quo é insustentável e nada ainda o substituiu” (Przeworski, 2020, p. 34), o que traz instabilidade, desequilíbrio, alterações. Já uma crise democrática pode ser identificada a partir de alguns sinais que se tornam visíveis, tais como: a perda de apoio de partidos considerados consolidados, diminuição da confiança popular nas instituições e políticos tradicionais, aumento de conflitos em torno dessas demandas e incapacidade de governos manterem a ordem pública sem repressão, que se torna o sinal mais evidente da crise.

Dessa maneira, a “democracia está em crise quando punhos cerrados, pedras ou balas substituem votos” (Przeworski, 2020, p. 37), necessitando de um esforço das partes envolvidas, pois só é possível entender as crises se pensarmos em termos de interesses e valores conflitantes, já que as soluções para as crises envolvem controvérsias e conflitos políticos, mas em alguns casos, após esses períodos, vem a ‘normalidade’ ou ainda a prosperidade. O pesquisador de origem polonesa afirma que tem surgido forças políticas que utilizam discursos autocráticos e soluções antidemocráticas para os problemas da democracia, quase sempre focado na figura de um líder forte, com repressão do pluralismo de opiniões, gerando colapsos bruscos ou desgastes lentos que podem ser irreversíveis. Citamos:

O fantasma que nos assombra hoje, acredito, é essa última possibilidade: uma deterioração imperceptível das instituições e normas democráticas, a subversão sub-reptícia da democracia, “o uso de mecanismos legais que

existem em regimes com credenciais favoráveis para fins antidemocráticos”. Sem sinais manifestos de que a democracia quebrou, a fronteira fica tênue, como evidenciado por rótulos como “autoritarismo eleitoral”, “autoritarismo competitivo”, “democracia iliberal” ou “regimes híbridos”. Retrocesso, desconsolidação e retrogressão não precisam acarretar violações de constitucionalidade e mesmo assim destroem instituições democráticas. (Przeworski, 2020, p. 39).

Para o autor, as crises dos sistemas democráticos são influenciadas por ‘choques exógenos’ à democracia, que produz tanto efeitos positivos como negativos, refletindo nos indivíduos que também possuem preferências distintas. A democracia como fenômeno histórico, possui duas condições estruturais bem peculiares, mas que aparentemente até convivem em “harmonia”, sendo que a primeira tem relação com a possível igualdade política que “supostamente” é a base de sistemas democráticos com a coexistência (desconfortável) das desigualdades econômicas impostas pelo capitalismo; e a segunda com a busca desenfreada pelo poder político, tendo ou não interesses econômicos, o que gera uma vontade de se perpetuar no poder indefinidamente.

Essa segunda característica é perceptível quando os partidos políticos são “altamente ideológicos, quando acreditam que questões ou valores essenciais estão em jogo, costumam ver os adversários como inimigos que precisam ser impedidos de chegar ao poder custe o que custar” (Przeworski, 2020, p. 45), algo que tem sido recorrente nos atuais arranjos democráticos, em que os adversários são vistos como “traidores”.

OS SINAIS DE QUE PODEMOS estar vivendo uma crise incluem: 1) o rápido desgaste dos sistemas partidários tradicionais; 2) o avanço de partidos e atitudes xenofóbicas, racistas e nacionalistas; e 3) o declínio no apoio à democracia em pesquisas de opinião pública. (Przeworski, 2020, p. 111).

A evidência de crise democrática se manifesta quando governos passam a agir sub-repticiamente, minando a democracia por meio de medidas que não são vistas como inconstitucionais ou antidemocráticas, mas que procuram destruir aos poucos a capacidade da oposição de participar de eleições livres e idôneas, ou ainda a ampliação da liberdade de formulação política, concentrada na figura de um líder forte. Segundo o autor, o povo tem que ser reativo aos abusos do governo, caso contrário, passa a ter efeitos cumulativos difíceis de reverter, desgastando o sistema democrático e suas instituições.

Przeworski (2020) argumenta ainda que tanto os partidos insurgentes de esquerda quanto os de direita têm características populistas, já que apelam para a retórica de que as instituições tradicionais atendem apenas os interesses das elites, colocando o povo sempre em segundo plano. O fato novo é que muitos desses populismos são colocados em prática pela direita radical em democracias consideradas consolidadas, com grande apoio popular. A polarização é outro fator que se destaca nas atuais crises democráticas, alcançando o que chamou de 'unidade básica da estrutura social', ou seja, a família. Nesse sentido:

O perigo é que a democracia se deteriore gradual e sub-repticiamente. Refiro-me ao período de que governantes intimidem a mídia de oposição e criem uma máquina de propaganda própria, de que politizem as agências de segurança, persigam adversários políticos, usem o poder do Estado para recompensar empresas que lhes são simpáticas, apliquem a lei de maneira seletiva, provoquem conflitos externos para explorar o medo e fraudem eleições. (Przeworski, 2020, p. 231-232).

E mesmo em países em que a direita radical não chega ao poder, os riscos são reais, pois são cada vez mais evidentes as demandas racistas e nativistas das sociedades, o que pode desencadear políticas de restrições civis sem a melhora da qualidade de vida das pessoas que a muito se sentem insatisfeitas com o status quo dos seus sistemas democráticos. Segundo o autor, "a crise não é apenas política; tem raízes profundas na economia e na sociedade" (Przeworski, 2020, p. 233), o que é ainda mais assustador.

A discussão feita por esses autores sobre diferentes aspectos que evidenciam as crises nos sistemas democráticos também são perceptíveis no caso brasileiro, que possui um sistema democrático relativamente recente, vindo de um longo período ditatorial, e que parecia ser consolidado, mas que passou a ser questionado por meios legais e até democráticos, afetando a opinião pública e a preferência popular, já que nas eleições de 2018, os eleitores passaram a optar por partidos e políticos com uma vertente mais conservadora, com apelo nacionalista e religioso, focado na figura de um líder supremo, que questionava as instituições, os poderes constituídos e a própria democracia, já que por vezes, em suas falas públicas, o então presidente do Brasil Jair Bolsonaro, incentivava a volta da ditadura militar, enfrentava o Supremo Tribunal Federal (STF) e suas decisões, agredindo a imprensa livre, gerando uma recursividade simbiótica em seus apoiadores, que se

tornaram militantes fervorosos em prol do presidente e suas ideias, principalmente nas redes sociais.

O cientista político e sociólogo Luis Felipe Miguel argumenta que a democracia brasileira se encontra “fraturada”, algo que teria se originado a partir da falência dos pilares do próprio Estado constitucional, que permitiu o processo de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016, afetando o respeito aos resultados eleitorais e o império da lei, já que houve uma espécie de perseguição judicial contra o PT, na qual a Operação Lava Jato contribuiu para essa falência. A crise brasileira se dá justamente pela emergência de movimentos e líderes políticos autoritários, os ditos populistas de direita, tendo Jair Bolsonaro como o mais poderoso exemplo. Mas afirma ainda em uma entrevista concedida ao DW Brasil, que se trata mais de um sintoma do que a causa da decadência democrática do país (Veiga, 2022).

Para o pesquisador, anteriormente já havia um processo de “desmocratização”, que se concretizou com a perda de efetivação das instituições democráticas, que se originou numa tensão conflituosa entre a economia capitalista e a democracia política, o que sempre afetou países como o Brasil, cuja democracia funciona, mas com certas dificuldades, existindo interesses dominantes que interferem em seu pleno desenvolvimento, o que fica evidente na larga desigualdade social persistente no país, que ao ser enfrentada pelos governos petistas, acabaram gerando um incômodo nessa classe dominante que seria “alérgica” à igualdade social e política, refletindo no governo de Bolsonaro e no modelo de cidadania do país.

1.2 Conservadorismo, direita e o bolsonarismo no Brasil

Os sistemas democráticos se encontram abalados em diversos locais do mundo e não é diferente no Brasil, que na última década enfrentou uma progressiva crise em seu sistema de representação e legitimidade política, gerando descontentamento e desconfiança dos cidadãos frente aos seus representantes e os políticos em geral, afastando o indivíduo comum da vida pública e das possibilidades contidas no sistema democrático. Desde o período destacado, o país acompanha diferentes convulsões sociais em torno de demandas como corrupção, saúde, educação, direitos sociais e conflitos ideológicos, que tem dividido os brasileiros em

dois espectros sociais, aqueles que se dizem de esquerda e os de direita, assumindo ares de radicalidade e extremismo de ambos os lados.

Em 2013, o país assistiu um levante popular simbolizado pelas Jornadas de Junho; após esses eventos que levaram milhares de pessoas às ruas em diferentes cidades brasileiras, em 2014 surge nas mídias jornalísticas o estouro do maior escândalo de corrupção envolvendo partidos políticos, denominada Operação Lava Jato, que fez a insatisfação popular crescer em relação aos políticos no poder, mesmo assim, Dilma Rousseff (PT) foi reeleita. Em 2015 começa a contestação do segundo mandato da presidenta, que sofre o impeachment em agosto de 2016. O governo interino de Michel Temer também foi alvo de contestação social e judicial, mas que não teve efeitos práticos, culminando em 2018 com o controverso e agitado período eleitoral, que garantiu por vias democráticas e a partir de muitas mobilizações, a ascensão de Jair Bolsonaro ao cargo de Presidente da República.

Segundo Ângela Alonso (2019, n.p.), “o Brasil é um país muito conservador, que não muda fácil. Nem rápido e nem sem reação”, e essa nova ascensão da direita e de seus discursos no país é algo irreversível, que tende a não se encerrar com o governo de Bolsonaro. De acordo com a autora, a direita está tentando se reafirmar há muito tempo, fruto da crescente insatisfação com as mudanças progressistas impostas pela Constituição de 1988, o que, atualmente, gera conflitos e reações em torno desses avanços sociais e políticos.

Para a socióloga, existem diferentes polos de insatisfação com determinadas políticas de centro esquerda, que começaram no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), se intensificando durante as gestões petistas de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016). Na concepção de Alonso (2019), todo movimento possui uma direção, e geralmente provoca reações no outro lado que se encontra insatisfeito. O efeito Jair Bolsonaro ocorreu a partir de uma polaridade política que se iniciou e se fortaleceu durante as eleições de 2014, na qual o Brasil se dividiu entre os eleitores de esquerda (mortadelas) e os de direita (coxinhas), modos pejorativos que um grupo encontrou de atribuir significado ao outro.

Alonso (2019) sugere em sua argumentação que existiria três grandes tipos de tendência do eleitor de Bolsonaro: os bolsonaristas de coração (adesão de natureza moral e compartilhamento de valores, o enxergam como ‘mito’); os antipetistas radicais (votaram naquele que representava a antítese do PT); e os levianos ou ingênuos (acreditaram que apesar dos discursos, Bolsonaro e seus

apoiadores eram menos convictos do que são). Os primeiros se apoiam na noção de família, discursos religiosos moralizantes, nacionalismo, patriotismo e militarismo, numa espécie de relação emotiva com o líder. Os segundos também agem por emoção, mas mais pelo descrédito nos partidos tradicionais e na própria dinâmica do jogo político; e os últimos tentaram jogar com a racionalidade, e são os que tendem a virar ex-bolsonaristas mais rápido.

No debate, pontua Alonso (2019, n.p.) que “as pessoas respondem a lideranças que falam da vida delas e de seus problemas”, e de certa maneira, traz para a cena o papel da comunicação na política, pois na vida prática, os indivíduos não se pautam especificamente nas noções de esquerda, direita, conservador ou não, e isso não tem relação com níveis educacionais, e sim com o modo como as pessoas organizam as suas vidas, pois querem “que a política não atrapalhe, e, de preferência, que ajude” (Alonso, 2019, n.p.). E isso é um problema de comunicação entre os políticos e a sociedade, pois “se as pautas do Governo não tiverem conexão com a vida real das pessoas, não funciona” (Alonso, 2019, n.p.). Salienta também que a esquerda tem tido dificuldade de encontrar essa comunicação, principalmente, após a saída do ex-presidente Lula, que conseguia se comunicar com a sociedade e a oposição.

A autora faz uma importante observação sobre o modo como as bases políticas vêm se organizando no Brasil, destacando que a esquerda costuma brigar entre si, enquanto a direita é mais pragmática, age estrategicamente. A solução para a esquerda seria se organizar e modernizar tanto os instrumentos como os discursos para alcançar diferentes públicos, como fez a direita.

Todo mundo fala que a vitória do Bolsonaro e do Trump se deu graças à maneira eficiente como eles utilizam novas tecnologias de comunicação. Mas não se trata só do WhatsApp, e sim uma nova maneira de falar com as pessoas. Eles entenderam que agora se fala muito por imagem e falas curtas, não longos discursos explicativos. A lógica é rápida. (Alonso, 2019, n.p.).

De acordo com Lacerda (2019), essa reação da direita foi o que deu origem ao novo conservadorismo brasileiro, mesmo sem homogeneidade de pensamento, as questões que movem essa corrente política têm ligação direta com a família tradicional, as ideias de anticomunismo, antimilitarismo, apoio aos valores de mercado e às instituições que propagam uma ideia de direita cristã, além do punitivismo. Esse novo conservadorismo brasileiro que nem é tão novo assim,

contesta os princípios que regem a luta em torno dos direitos humanos, por vezes da própria noção de democracia, lutando contra os direitos individuais e civis de indivíduos pertencentes às minorias sociais e políticas.

A pesquisadora explora algumas noções de direita e conservadorismo expostas por Benoit e Laver (2006), que argumentam que são conceitos que não podem ser confundidos, já que a direita se relaciona com questões econômicas e o conservadorismo lidaria com temas morais e culturais, mas opta pela definição de Huntington (1957), que vê o conservadorismo como:

[...] à ideologia produto de uma situação de conflito entre manutenção e alteração do status quo - [...] Direita, por sua vez, refere-se a um conjunto de posições substantivas mais ou menos opostas à busca crescente por igualdade". (Lacerda, 2019, p. 27).

No Brasil, o conservadorismo e a corrente política de direita possuem íntima relação, tendo centralidade a defesa da família patriarcal, com forte ataque às demandas feministas e de gênero, e que foram utilizadas como mote de campanha de Jair Bolsonaro, chamando a atenção de milhares de brasileiros que compactuaram com essas propostas de gestão. Lacerda (2019) indica em seu estudo como as correntes neoconservadoras rejeitam a interferência do Estado nos valores morais e religiosos de uma sociedade, e o neoconservadorismo brasileiro seguiria esse molde, no qual defende o papel fundamental da família na vida social.

Esse movimento não é recente, mas foi bastante estimulado durante a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro para presidente em 2018. Os neoconservadores apareceram em momentos decisivos, auxiliando na discussão da agenda e prioridades políticas do país, se opondo àquilo que consideram contrários às suas ideologias. Como exemplos, a autora argumenta que os neoconservadores brasileiros são contra a lei que proíbe castigos físicos em crianças; também derrubaram o projeto Escola Sem Homofobia, o que originou certa "obsessão" com as questões de gênero, a partir do projeto Escola Sem Partido e o Estatuto da Família, que exige uma educação não doutrinária, com ataques específicos às áreas de ciências humanas, e a total autonomia familiar na educação dos filhos, principalmente, no campo da religiosidade e da sexualidade.

De acordo com Freixo e Pinheiro-Machado (2019), o Brasil é um desses países que entraram numa espécie de transe, com possibilidades evidentes de crise ou até colapso democrático, já que o governo de Jair Bolsonaro fortaleceu o

crescimento de uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno dos valores tradicionais em detrimento dos valores igualitários e progressistas. Além de conter um forte apelo à ordem, esses movimentos tendem a assumir uma retórica de patriotismo e nacionalismo, e acrescentaríamos de cristandade em seus discursos.

Os autores afirmam que existiria uma forte influência e atuação de grupos conservadores no parlamento e na sociedade brasileira, além de uma espécie de ativismo conservador do Judiciário, Ministério Público Federal e a Polícia Federal, o que prejudicaria os direitos individuais e aqueles ligados à liberdade dos indivíduos e de expressão. A guinada da direita se confirma não só com a vitória de Jair Bolsonaro em 2018, como se impôs com a maioria direitista eleita no Congresso Nacional nessa mesma legislatura, se tornando uma bancada ainda mais conservadora do que as anteriores, demonstrando o apoio dos eleitores ao modelo político conservador impulsionado pela ideologia da direita.

Em 2019, a Fundação Tide Setubal realizou uma pesquisa intitulada *O conservadorismo no Brasil e as questões sociais*, abordando em quais parâmetros a sociedade brasileira pode ser considerada mais ou menos conservadora. O estudo aponta que nos últimos dez anos vem surgindo uma nova direita no país, que acabou culminando com a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República em outubro de 2018. Os pesquisadores revelam que mais da metade da população brasileira possuem posicionamentos conservadores em relação a temas como “aborto, homossexualidade, diminuição da maioridade penal, direitos humanos, entre outros” (Fundação Tide Setubal, 2019, p. 7).

Salientam também que os posicionamentos das pessoas não são fixos, tendem a mudar a partir de algumas dinâmicas sociais, como as que discutem ou não práticas que despertam visões contraditórias, como as de cotas sociais, políticas de drogas e união entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo. A pesquisa parte de índices criados há alguns anos sobre o conservadorismo dos brasileiros que são baseados em cinco pautas polêmicas: 1-) legalização do aborto; 2-) casamento entre pessoas do mesmo sexo; 3-) pena de morte; 4-) prisão perpétua; e 5-) redução da maioridade penal; sendo que essa pesquisa foi aplicada em 2010 e 2016, em que as pessoas mais conservadoras seriam contra os dois primeiros itens, enquanto os demais seriam os mais liberais, onde a escala varia de 0 (liberal) a 1 (conservadorismo máximo). Segundo apontamentos da pesquisa:

Os valores mais importantes para as pessoas entrevistadas estão organizados em torno de um eixo central: **ordem**. Há uma percepção compartilhada de que faltaria ordem dentro das famílias, das escolas, no espaço público e na política, e isso estaria relacionado com: a existência de uma decadência moral generalizada; o aumento da criminalidade; a violência; e a corrupção e a impunidade na política nacional. Para os entrevistados, a falta de estrutura dentro das famílias e de disciplina dentro das escolas faz com que as crianças e jovens, na ausência de referências morais sólidas, “mandem” em pais e professores, sejam isolados e pouco afetuosos, bebam e pratiquem sexo mais precocemente. (Fundação Tide Setubal, 2019, p. 17).

Alguns entrevistados relacionaram a decadência moral com aumento dos índices de violência e criminalidade. Os conservadores tendem a colocar a família como a esfera central para se discutir a educação sexual e moral dos jovens. Segundo os pesquisadores da fundação, "os entrevistados disseram acreditar que é necessário recuperar a convivência familiar para restabelecer a ordem da sociedade" (Fundação Tide Setubal, 2019, p. 19). A pesquisa destacou diversos comentários dos entrevistados, contendo valores e preconceitos arraigados na sociedade brasileira. Para os defensores dessa corrente ideológica, tanto a família quanto a escola estariam falhando no processo de educar as crianças e os jovens, com falta de disciplina e moralidade.

Selecionamos alguns dos enunciados proferidos na pesquisa sobre conservadorismo no Brasil em 2019, e que expõem algumas das narrativas que compõem o pensamento conservador no país, com um senso comum superficial sobre as relações humanas e sociais. Os enunciados foram distribuídos em torno de valores considerados importantes para a manutenção da ordem no país, tais como: família; segurança e criminalidade; política nacional e eleições; comunicação e uso da internet; desigualdade social; relações raciais; desigualdades de gênero; preconceito contra LGBT.

São muitos os sentidos advindos de cada resposta, mas é perceptível o apreço conservador dos indivíduos, ancorados em retóricas machistas e patriarcais, na defesa de uma educação militarizada e mais rígida, narrativas que questionam a efetividade dos direitos humanos, racismo, homofobia e outros sentimentos que giram em torno da família como o equilíbrio da sociedade, e que vieram à tona durante as eleições de 2018, ideias que são defendidas por políticos conservadores e também, pelo presidente Jair Bolsonaro.

Quadro 1: Enunciados selecionados da pesquisa sobre conservadorismo no Brasil - 2019.

Enunciado	Características do entrevistado
<p><i>“Fez merda, foi preso, não tem direitos humanos, quem tem direitos humanos é a gente que trabalha, nossos filhos...”</i></p>	<p>(HOMEM, 35 ANOS, PARDO, CATÓLICO, RIO DE JANEIRO)</p>
<p><i>“E os brancos pobres? Também tem negros ricos e tem gente que abusa por ser negra e quer tirar vantagem e aí não deixa de falar da escravidão. Nossa, a escravidão foi há muito tempo, não tem de estar lembrando isso. Eu acho que há racismo dos dois lados.”</i></p>	<p>(MULHER, 21 ANOS, BRANCA, CATÓLICA, PORTO ALEGRE)</p>
<p><i>“Falta tempo para a família, né, porque as mulheres saem para trabalhar e, querendo ou não, elas que unem a família.”</i></p>	<p>MULHER, 27 ANOS, PARDA, EVANGÉLICA, SÃO PAULO)</p>
<p><i>“A mulher deve assumir as tarefas domésticas. A Bíblia fala que as mulheres devem ser as responsáveis.”</i></p>	<p>(HOMEM, 29 ANOS, BRANCO, EVANGÉLICO, PORTO ALEGRE)</p>
<p><i>“Cidadão de bem é aquela divisão. É quem trabalha, não pratica crime, tem família. O outro lado é o bandido.”</i></p>	<p>(MULHER, 30 ANOS, BRANCA, EVANGÉLICA, SÃO PAULO)</p>
<p><i>“Antes, todo mundo jantava junto, tinha aqueles almoços de domingo com toda a família junto. Hoje a gente não vê mais isso, falta, né, é importante. Hoje é só no WhatsApp.”</i></p>	<p>(MULHER, 42 ANOS, PARDA, NÃO EVANGÉLICA, SÃO PAULO)</p>
<p><i>“Eu concordo com a frase de Bolsonaro que cadeia não é colônia de férias. A cadeia é desumana, sim, mas não vai virar um spa. Os presos merecem.”</i></p>	<p>(MULHER, 21 ANOS, BRANCA, NÃO EVANGÉLICA, PORTO ALEGRE)</p>
<p><i>“A gente nunca ouviu falar de homofobia e sempre teve gay. Aumentou a violência contra eles em parte porque eles apelaram, se expõem, mas tem muito gay comportado.”</i></p>	<p>(HOMEM, 36 ANOS, BRANCO, EVANGÉLICO, SÃO PAULO)</p>
<p><i>“Menina é menina e menino é menino. Tem diferença. Não pode confundir a cabeça das crianças. (...) Estão ensinando nas escolas que a menina pode se vestir de menino, que menina pode brincar de carrinho. Confunde as crianças. Não pode criar as meninas para ficarem com raiva dos meninos e vice-versa.”</i></p>	<p>MULHER, 43 ANOS, NEGRA, EVANGÉLICA, SÃO PAULO)</p>
<p><i>“Educação militar acho corretíssimo. Cantar o Hino todo dia, a bandeira. Aí as crianças aprenderiam a ter responsabilidade, respeito.”</i></p>	<p>HOMEM, 27 ANOS NEGRO, PORTO ALEGRE)</p>

“A educação mudou para pior. Antes, era mais rígida. Não pode nem falar mais alto que a criança já diz que vai chamar o Conselho Tutelar.”

HOMEM, 45 ANOS,
PARDO, EVANGÉLICO,
PORTO ALEGRE)

Fonte: <https://conteudo.fundacaotidesetubal.org.br/downloadconservadorismo>

Essa atmosfera conservadora assume o imaginário coletivo, que se instalou por uma espécie de “contágio”, representando a “explosão de diversos sentimentos represados, de emoções, de valores” (Moura; Corbellini, 2019, p. 34), expressando preconceitos arraigados na sociedade, intolerâncias, e aquilo que os autores nomeiam de antissentimentos, de pessoas que se apoiaram fortemente nas redes sociais para divulgar e compartilhar essas ideias, com um discurso contra o *establishment* político, principalmente contra o PT e seus correligionários.

Para os defensores da democracia, a vitória de Jair Bolsonaro representou “a grande regressão” brasileira, já que os posicionamentos políticos e os discursos extremos, por vezes, vai de encontro com o autoritarismo, tendo um flerte constante com o militarismo, que vem se destacado nas políticas e investimentos financeiros no campo da educação básica, além do aumento de militares de diferentes patentes em cargos de confiança ligado ao governo federal, contradizendo uma das promessas de campanha, que era de indicar técnicos e especialistas para cargos estratégicos de gestão.

Lacerda (2019) afirma que Jair Bolsonaro preenche os requisitos da agenda neoconservadora brasileira, com foco em um ativismo pessoal antipetista, que acabou influenciando na formação da opinião pública, principalmente, por causa do número de seguidores que possui em suas diferentes redes sociais. A pesquisadora catalogou as expressões utilizadas por Bolsonaro entre 2010 e 2018 nos discursos em Plenário na Câmara dos Deputados, e desde o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), os eixos que nortearam os seus discursos foram: “militarismo, antipetismo/corrupção, rigor penal e “kit gay” (Lacerda, 2019, p. 187).

Segundo a autora, um dos eixos de campanha da política econômica neoliberal do governo Bolsonaro, na figura do seu ministro da economia Paulo Guedes, “visa enterrar a social-democracia” (Lacerda, 2019, p. 188), com a ideia de Estado mínimo, não defende a universalização e nem investimento no Sistema Único de Saúde (SUS), nem mais recursos para a educação, com constante defesa de privatizações para diferentes empresas estatais.

O mercado financeiro foi um dos setores que ficou bastante animado com a vitória de Jair Bolsonaro, e apesar da sua tendência autoritária e saudosa da ditadura, o que até preocupava os investidores segundo uma reportagem da revista *The Economist* em 2018, mas pelo 'bem' da própria economia, valeu o risco e o apoio no candidato considerado 'fora do eixo' principal da disputa política.

Lacerda (2019) identificou que os discursos do nosso ator central como presidenciável focaram na resolução da criminalidade, defendendo inclusive que uma política pública efetiva na área seria matar os criminosos e deixar de investir em instituições de direitos humanos, além de considerar injusto o fato de agentes da lei serem processados por matar 'bandido', já que nesses casos, deveriam ser condecorados. Além de outros argumentos que elogiam a "Revolução democrática de 1964", Jair Bolsonaro também foi a favor do armamento civil, sendo que um dos símbolos de sua campanha era simular uma arma com a mão, repetido por milhares de bolsonaristas que simpatizavam com a 'causa', e que consideravam que armar a sociedade poderia ser uma política eficaz contra a criminalidade.

A pesquisadora afirma que "o ator central do neoconservadorismo norte-americano e brasileiro é a direita cristã" (Lacerda, 2019, p. 194), com progressivo crescimento da bancada evangélica desde 2003, se tornando ainda mais conservadora em 2018, na qual somente o PSL ocupou 52 cadeiras na Câmara dos Deputados, fruto do efeito Bolsonaro, que se juntou a famosa bancada BBB do Congresso (Boi, Bala e Bíblia), tendo forte influência na formação das políticas públicas no país, poder de articulação e formação de agenda.

Os neoconservadores oferecem respostas rápidas e que fazem sentido na cabeça dos indivíduos, o que chama a atenção dos eleitores, enquanto a via estatal de diminuição das disparidades sociais parece inatingíveis, já que vivemos constantes descasos envolvendo a saúde pública, moradia, educação, violência urbana e desemprego, afetando sobremaneira a vida das pessoas.

E foi com promessas de soluções rápidas, envolvendo principalmente a recuperação da economia e segurança pública, que Jair Bolsonaro foi eleito, representando uma tendência na política mundial de eleger políticos conservadores, nacionalistas e patriotas, mas que vem embutido de preconceitos e conflitos que refletem no social. Para Messenberg (2019, p. 25), "a atual cosmovisão⁴ da direita

⁴ A noção de cosmovisão (*Weltanschauung*) aqui adotada fundamenta-se no sentido weberiano (1992), o qual relaciona aos valores ou princípios culturais que embasam as concepções do universo

no Brasil, compreendida como um universo multidimensional, o qual abarca diferentes tonalidades ideológicas e emissões discursivas, exige esforço e cuidado redobrados do pesquisador para a sua decifração”, algo perseguido neste trabalho.

1.3 O conceito de comunicação e sua relação com a democracia

A centralidade do conceito de comunicação tem sido algo perseguido no campo, principalmente pela sua dificuldade de definição, devido às fronteiras epistemológicas que atravessam a área, o que torna ainda mais necessário situar sobre qual comunicação estamos falando. O debate sobre o objeto da comunicação e sua fragilidade têm sido abordados por diferentes autores, tais como José Luiz Braga, Ciro Marcondes Filho, Muniz Sodré, Lucrécia Ferrara, Luís Mauro Sá Martino, Afonso de Albuquerque, Luiz Signates, entre tantos outros que se dedicam a compreender e renovar o debate teórico sobre a comunicação, suas especificidades e aplicabilidade nos estudos acadêmicos como na vida prática.

Segundo Braga (2016), a comunicação é um campo em constituição que exige um esforço na delimitação de conceitos, no intuito de alcançar o elemento comunicacional da pesquisa. Para compreender o que é comunicação exige-se uma dedicação que se concretiza em três níveis: o epistemológico (reflexões sobre o conhecimento e fundamentos produzidos no campo); o teórico-metodológico (lida com estratégias de conhecimento de uma grande área de estudos – ciências humanas e sociais aplicadas); e o tático (como a pesquisa se desenvolve).

Apesar da dispersão epistemológica do campo, o pesquisador em comunicação, mesmo que se apoie em outras ciências, deve sempre buscar o elemento comunicacional do seu objeto. Signates (2012) defende a autonomia do campo, argumentando que o conceito de comunicação deve ser utilizado como uma categoria de análise dos variados processos sociais, por vezes confundidos com outras áreas do saber, que situa a comunicação como uma área ou habilidade de menor importância, o que leva a própria invisibilidade do conceito de comunicação em estudos que se dizem comunicacionais.

e filosofias de vida de uma sociedade ou grupo. Cosmovisão é, por conseguinte, uma orientação central que abarca narrativas e percepções acerca da realidade e fornece o fundamento sobre o qual vivemos, nos movemos e existimos. [...] Cosmovisão é, nessa perspectiva, corolário de significados em eterna disputa. (Messenberg, 2019, p. 26).

De forma direta, a comunicação na leitura de Signates e Moraes (2016, p. 24) pode ser definida como “todo e qualquer processo de troca simbólica capaz de gerar algum tipo de vínculo social”. Sugere ainda que ao propor uma pesquisa sobre o processo comunicacional que envolve determinado objeto, devemos apontar o que tem de especificamente comunicacional em tal objeto, possibilitando o surgimento do novo a partir de realidades empíricas, pois os estudos de comunicação só serão “especificamente comunicacionais se fizerem surgir um novo saber a respeito das relações sociais, simbólicas, etc. [...] o que quer que seja comunicação, ela é a emergência de alguma diferença” (Signates, 2015, p. 147).

Já Luhmann (2016) enxerga a comunicação como um processo de seleção que envolve estímulo e produção de sentido, que só é possível por se tratar de um movimento autorreferencial. Dessa maneira, podemos perceber a sociedade como uma rede de comunicação, que produz e reproduz a diferença. A comunicação nos auxilia a perceber aquilo que é inesperado, inoportuno e frustrante, o que nos permite “manejar reflexivamente a comunicação (p.ex., contestar, replicar, contradizer) quando se pode estabelecer que havia agido comunicativamente” (Luhmann, 2016, p. 201).

O autor argumenta que a comunicação se constitui por meio de um processo que se conduz por temas entre o *alter* (emissor) e o *ego* (receptor), ocorrendo por meio de pelo menos três seleções: unidade de informação, participação e compreensão, onde a comunicação só aconteceria de fato quando houvesse a compreensão, o que possibilita um quarto tipo de seleção ligado à aceitação ou rejeição de sentido atribuído à comunicação, ressaltando que a linguagem e a intencionalidade não podem ser considerados os elementos que definem a comunicação. Nessa perspectiva, a comunicação só se encerraria com a reação, e exclusivamente a partir dela se torna possível extrair a unidade de análise.

De acordo com Ciro Marcondes Filho (2013), existem três tipos básicos de comunicação: clássica (fala e registros) com foco na linguagem; tecnologicamente mediada (irradiação), partindo de um emissor, podendo alcançar diferentes receptores, em sua maioria desconhecidos; e a digital (formas digitais de processamento de dados comunicacionais), com forte uso da internet. A comunicação para o autor se expressa como uma relação que ocorre entre o “universo, meu corpo e a ação mútua entre ambos” (Marcondes Filho, 2013, p. 20).

Geralmente, a comunicação é intencional, pois só ocorre quando nossas emissões pretendem dizer alguma coisa (ativa e intencional).

Os seres humanos procuram interpretar os sinais, o tom de voz, os gestos e o jeito uns dos outros, procurando se comunicar. Mas não é toda vez que essa comunicação é possível, pois um sinal emitido nem sempre alcança o outro, visto que os sentidos podem ser diferentes, já que a emissão não pressupõe recepção. Segundo Marcondes Filho (2013, p. 25-26), “para ter êxito no processo comunicacional (mesmo num processo meramente informativo) o outro, o receptor, deve voltar-se a mim, decidir fazê-lo ou então ser forçado a isso”. A comunicação envolve ainda interesse e envolvimento, caso contrário, trata-se apenas de uma sinalização.

Os seres humanos realizam seleções conscientes de conteúdos e informações, e quando os valores, posicionamentos e visões de mundo sofre um abalo, ou quando “eu penso, reflito, repenso, considero, avalio, mudo de opinião. Já não estamos falando de informação, de adição, de ampliação de repertório, mas de quebra, de substituição, de transformação. De comunicação” (Marcondes Filho, 2013, p. 27). A comunicação só ocorre quando rompemos a redoma que nos rodeia, buscando o outro, sua alteridade e especificidade, a diferença e estranheza em relação a mim, alterando as convicções, provocando o que o autor denomina de ‘Acontecimento comunicacional’.

Nos estudos de Signates (2012), o conceito de comunicação deve ser central na análise dos processos políticos, o que inclui também as crises desses processos. A intenção do pesquisador é situar como o campo da comunicação contribui efetivamente para a compreensão do pensamento social, buscando ainda a “reconstrução da noção de democracia a partir das questões comunicacionais” (Signates, 2012, p. 8). O autor procura articular a centralização e a relação entre democracia e comunicação, discutindo a partir de três eixos:

Primeiro, a comunicação, no plano social, como modo de ser da democracia; segundo, no plano político, a comunicação como garantidora do regime democrático; e, como consequência teórica das duas razões anteriores, terceiro e último, no âmbito das práticas governamentais, a comunicação como política pública. (Signates, 2012, p. 11).

Signates (2012) reafirma a complexidade e a diversidade das definições e características dos sistemas democráticos, trazendo as ideias de O’Donnel (1999),

expõe como o conceito é carregado de preceitos morais que compõem determinadas sociedades, mas que coloca o cidadão como o principal agente dos processos democráticos.

Nesse sentido, procura demonstrar a possível relação teórica entre democracia e comunicação, apontando que não importa a teorização que se adote, a “priorização do cidadão, do povo, da sociedade ante o Estado e as demais instituições, das bases sociais perante as estruturas de poder, constitui o fundamento inicial do significado de democracia” (Signates, 2012, p. 11), que é permeado de contradições, bem visíveis nos sistemas democráticos da América Latina, que mistura elementos modernos com heranças arcaicas, compostos de liberdade e autoritarismo em um mesmo projeto de gestão.

A comunicação deve ser vista como o modo de ser da democracia, tanto nas instituições como nos grupos sociais e na sociedade. Argumenta Signates (2012), que a democracia é forte quando os processos de produção e circulação de sentidos são livres, e quanto mais autoritarismo, maior a repressão e busca de silenciamento, o que evidencia a incomunicabilidade, que são mais constantes em regimes autoritários. Desta maneira, seguindo essa vertente epistemológica, devemos perceber a comunicação como a garantia do regime democrático de uma sociedade, o que exige ações contínuas que fortaleça e amplie esses processos comunicacionais.

O pesquisador salienta que as contradições e conflitos fazem parte da democracia, e apesar das dificuldades, é justamente isso que permite a comunicação. Mesmo em um regime autoritário, a comunicação é fundamental para a legitimação do sistema, pois o silenciamento total tende a minar qualquer tipo de governo, já que na democracia, os espaços que asseguram as liberdades (opinião; expressão; ação e negociação de sentidos) devem ser cultivados e preservados.

Para Signates (2012, p. 15) “fazer política é fazer comunicação”, o que fica mais evidente com as novas tecnologias, cada vez mais inseridas em nossas realidades pessoais e institucionais, defendendo que a comunicação deve ser pensada como política pública. A crise democrática trata-se de uma crise comunicacional, que é desencadeada por um processo que vai se tornando antidemocrático, com cada vez menos participação popular, menos opinião pública e debate político, nas quais as decisões começam a ser verticalizadas e o cidadão se torna um estranho no processo, constantemente silenciado.

Marcondes Filho (2013) argumenta ainda que certos temas possuem alto grau de comunicabilidade, se tornando o assunto da temporada, pois são capazes de emitir sinais à sociedade, o que pode ser facilitado pelos grandes meios de comunicação e as redes sociais on-line, como tem acontecido com o governo de Jair Bolsonaro e sua atuação perante à pandemia da COVID-19, o que impacta comunicacionalmente as relações sociais entre os indivíduos, com as tecnologias e as informações que circulam nesses espaços.

A comunicação para esse autor se expressa por meio de um acontecimento, que provoca efeitos em nosso *ser* através de sensações, percepções e memórias, criando um campo de ressonância nos indivíduos que facilita a comunicação. O acontecimento eleitoral de 2018 marca a vitória de Jair Bolsonaro nas urnas, demonstrando como esse político conseguiu se comunicar com mais de 57 milhões de brasileiros, que saíram de casa para votar em sua legenda, apoiando o seu projeto de governo. Essa comunicação refletiu no corpo, no psicológico e no emocional dos indivíduos, o que auxiliou no alargamento das polaridades e disputas políticas no país.

1.4 Cidadania: um conceito em mutação

Consideramos importante realizar uma discussão sobre o conceito de cidadania para introduzir o assunto, pois será um termo chave neste trabalho quando realizarmos a análise dos dados sobre os efeitos da pandemia no Brasil, além de ser uma noção que coaduna com as questões relacionadas à democracia e comunicação. Inicialmente, iremos realizar uma abordagem teórica sobre algumas correntes que discutem o conceito e sua validade na prática, procurando delinear como a cidadania é conduzida no processo histórico, alcançando as particularidades brasileiras na atualidade.

A partir de uma definição generalizada sobre o significado de cidadania, Gorcevski e Martin (2011, p. 21), relacionam o termo com a ideia de cidade, núcleo urbano, ou ainda como uma comunidade política organizada, argumentando que “a expressão vem do latim e refere-se ao indivíduo que habita a cidade (*civitas*)”. Podemos afirmar que cidadania é um conceito em mutação, que se diferencia de acordo com a época, doutrina ou teoria política, mas que sempre coloca o indivíduo no centro do debate, impondo condições que os definem como cidadãos ou não.

Basicamente, possui uma relação direta com o direito a ter direitos dentro de determinado território ou nação.

Recorrendo a uma noção histórica, cidadania é um conceito que se origina na Antiguidade, mais especificamente na civilização grega com os escritos de Aristóteles, que abordava o conceito de *civitas* se referindo às noções de liberdade, igualdade e virtudes republicanas.

No livro *A Política* (Aristóteles, 2002), o pensador grego argumenta que é necessário compreender as noções de Estado para situar como a cidadania se faz presente em determinada sociedade, uma vez que esse período também marca as primeiras ideias de participação e democracia como conhecemos hoje.

Nessa obra, o Estado é formado por uma multidão de partes, sendo visto como a universalidade dos cidadãos, mas nem todos podiam reivindicar esse posto, pois só eram considerados cidadão grego aquele que possuía o direito de voto nas Assembleias e de participação no exercício do poder público em sua pátria, algo proibido às mulheres, escravos e sujeitos naturalizados, pois só eram considerados cidadãos se fossem admitidos na jurisdição e deliberação da *polis*, o que dependia também da forma de governo. Fundamentalmente, eram os homens que participavam ativamente das decisões e da vida política da sua cidade.

Em Roma, a participação também configurava o status de homem livre, o que garantia a condição de cidadão em oposição aos não cidadãos, que eram os escravos e estrangeiros. De acordo com Gorcevski e Martin (2011), a cidadania romana era algo que afetava tanto a vida pública como privada dos indivíduos, contendo o pressuposto normativo básico que ainda hoje garante a condição civil moderna, ou seja, o reconhecimento de pertencimento dos indivíduos frente a sua comunidade, a partir de uma relação de direito entre o cidadão e o Estado. Argumentam que na ideia de cidadania, o civismo e a participação política representam os maiores legados da cultura romana para a Era Moderna, na qual os cidadãos são vistos como seres iguais em possibilidades de ter direitos.

Durante a Idade Média, a cidadania foi efetivamente extinta devido à dominação e à barbárie que constituíam as relações humanas, sendo considerados cidadãos apenas os homens cristãos que estivessem associados ou pertencentes a uma paróquia. Esse tipo de relação se altera com o desenvolvimento da sociedade capitalista a partir do século XV, com a ascensão da burguesia, que aos poucos vai rompendo com o poderio exacerbado da igreja e suas instituições, retomando a vida

em comunidade, com o exercício de direitos e deveres, principalmente relacionado às questões políticas.

Para Gorczewski e Martin (2011), com o fim do feudalismo e o surgimento dos Estados nacionais, as sociedades não se alteram, continuaram extremamente divididas em estamentos, o que reflete nos níveis de desigualdade sociais, gerando fome, miséria, instabilidade e outros tipos de anomias que geram insatisfações em determinados extratos sociais, ocasionando revoltas que forçam o surgimento da Declaração de Direitos dos homens, na qual a França foi um dos países pioneiros nessa questão.

Segundo Costa e Ianni (2018), essa noção de cidadania se modifica com a passagem da Idade Média para a Era Moderna, e alguns preceitos filosóficos são inseridos nessa concepção, principalmente na elaboração teórica defendida pelos contratualistas, onde a cidadania passa a ser exposta na ideia de um contrato firmado entre os cidadãos com o Estado, surgindo as noções de direito e de Estado-nação.

De modo geral, Costa e Ianni (2018, p. 47) afirmam que a cidadania pode ser compreendida como o “*status* daqueles que são membros de uma comunidade e são por elas reconhecidos”, composta ainda por um conjunto de direitos e deveres que um indivíduo tem perante a sociedade em que vive. Trata-se de uma noção construída socialmente, que afeta tanto o indivíduo como o coletivo, e que sofreu diferentes mutações ao longo da história e desenvolvimento político das nações. As pesquisadoras salientam que a cidadania se trata de uma identidade social política, que faz com que os indivíduos despertem a consciência sobre o fato de que pertencem a algo maior, que os caracteriza diante de outras sociedades. Conforme apontam as autoras:

A identidade social é política porque está vinculada ao pertencimento a uma comunidade política, formada/expressa por um Estado-Nação, com bases legais próprias que regulam a interação do cidadão perante seu Estado e com os demais membros da comunidade. É daí que vem a ideia de direitos e deveres do cidadão. (Costa; Ianni, 2018, p. 48).

Outro marco no desenvolvimento do conceito é a Revolução Francesa, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que assegura direitos aos homens que vivem no seio de um Estado, que deve garantir a fruição de tais direitos. Costa e Ianni (2018) citam o argumento de Bobbio (2004), sobre a luta que

envolve liberdade e direito no contexto do estado absolutista francês, na qual emerge a noção de cidadania moderna, que adota uma perspectiva liberal associando a ideia de liberdade contra o poder, o que difere da perspectiva antiga, que associava liberdade a capacidade de participação no poder do Estado.

Sinalizam Gorczewski e Martin (2011), que as ideias iluministas começam a ganhar força a partir do século XVII, na Inglaterra, na França e nas colônias norte-americanas, fixando as noções de direito e cidadania como algo indispensável para o desenvolvimento das sociedades modernas. Foi nessa época que a cidadania liberal ganhou forma, lutando contra o poder ilimitado do Estado e a autoridade absoluta da Igreja. O jusnaturalismo passa a reivindicar a razão humana como algo que fundamenta o direito que garante a cidadania, surgindo a ideia de que “o indivíduo nasce em um hipotético estado de natureza e, através do contrato social, cria a sociedade organizada” (Gorczewski; Martin, 2011, p. 48).

Nesse caso, os cidadãos eram livres e o poder do Estado passou a ser dependente do consentimento deles, que assumem essa obrigação de respeitar as normas vigentes, gozando dos direitos e cumprindo com os deveres. Nesse tipo de sociedade, a igualdade de oportunidade e liberdade devem ser garantidas a todos os indivíduos. Argumentam Gorczewski e Martin (2011, p.50), que “para os liberais a ideia de cidadania radica nos valores e direitos primários, basicamente centrados no exercício da liberdade, para que o indivíduo tenha a possibilidade de viver dignamente”. Mas salientam que essa concepção individualista de liberdade acabava impedindo o Estado de proteger os mais pobres, representando a causa da crescente injustiça e desigualdade social, assegurando uma situação de privilégio para os mais afortunados.

Na contramão desse modelo e com críticas ferrenhas ao conceito de cidadania, as pesquisadoras apontam os estudos de Karl Marx, pois este afirmava que os direitos dos cidadãos não são universais, correspondendo na verdade um conjunto de direitos históricos pertencentes a classe burguesa que em determinado momento se colocou em luta contra a aristocracia, passando a representar uma cidadania da classe dominante, que não alcançava a classe operária. Foi a partir da teoria Marxista que surgem os teóricos socialistas que priorizavam os direitos econômicos e sociais, dentre eles a saúde, educação, moradia, trabalho, reivindicando a existência de um novo tipo de cidadania, assegurada pela criação do Estado de Bem-Estar Social.

A partir da criação desse tipo de Estado, o conceito de cidadania passa a ter uma ligação direta com a ideia de que para ser cidadão, o indivíduo deve possuir o direito a ter direitos como exposto nos estudos de Gorczewski e Martin (2011), que apontam que a pobreza começou a ser vista como uma questão social que necessita de intervenção política.

A noção de cidadania social está associada à promoção da igualdade material e de bem-estar social aos cidadãos por meio da concessão de direitos sociais (saúde, educação, trabalho) e econômicos (livre concorrência, direito de monopólio, entre outros) por parte do Estado intervencionista garantidos pelas constituições nacionais. (Silva, 2009, p. 47 apud Gorczewski; Martin 2011, p. 54).

Mas esse tipo de Estado benfeitor que prega a proteção social cria segundo os autores um “cidadão dependente, não crítico, passivo, apático e medíocre” (Gorczewski e Martin, 2011, p. 55), algo que reflete na disputa ideológica sobre qual tipo de Estado que melhor atenderia as necessidades humanas, refletindo também nas relações sociais existentes. Outro tipo de cidadania discutida na referência citada, tem relação com o republicanismo, na qual o cidadão é aquele que participa de forma ativa na sociedade, através do debate e participação nas tomadas de decisões políticas, onde a comunidade política se destaca frente ao individualismo.

Também discutem a noção de cidadania comunitária, na qual os indivíduos possuem valores comuns, tais como identidade, solidariedade, participação, e o indivíduo é integrado a uma comunidade, o que o impele a agir em prol dela. Nesse tipo de sociedade, a realização pessoal depende da realização do coletivo, já que as pessoas compartilham pautas culturais específicas, além de pressupostos morais, que os auxiliam a formar sua concepção de cidadania e participação, pois o coletivo teria primazia sobre o indivíduo, e a cultura ajudaria a moldar a ordem política.

Em resumo, o comunitarismo defende que o indivíduo não existe na sociedade per se, já que sua existência se deve à vida social da qual emerge. E movimentos contemporâneos, como os conflitos bélicos emancipacionistas e as lutas pelo reconhecimento de grupos, etnias e culturas, nos provam a necessidade humana de pertencimento e identificação comunitária. (Gorczewski; Martin, 2011, p. 62).

Na modernidade, o Estado nacional passa a ser uma realidade recorrente, e a nação assume uma espécie de superioridade frente ao indivíduo, conferindo maior legitimidade à luta pela cidadania. Para os autores, a cidadania refugia-se “sob o estandarte do nacionalismo que encobre o que a etnicidade descobre: uma língua,

uma cultura, um vínculo histórico, um pertencimento a uma comunidade nacional específica” (Gorczevski; Martin, 2011, p. 63). Afirmam também que as sociedades modernas se transformam muito rápido, passando de comunidades monoculturais, por exemplo, para sociedades multiculturais, o que afeta sobremaneira o conceito de cidadania e as relações humanas.

A diversidade humana dentro de um Estado acaba alterando as noções de igualdade e liberdade presentes nos conceitos tradicionais de cidadania, atingindo as noções de direito, os preceitos democráticos e os modos de participação política, afetando inclusive, os direitos humanos. Os autores argumentam que a ascensão da sociedade globalizada e a privatização dos espaços públicos alterou completamente os direitos dos cidadãos, que passaram a ser facilmente confundidos com os direitos dos consumidores, o que liga a cidadania mais especificamente ao status econômico de uma sociedade e a capacidade de consumir. Salientam as autoras que:

Mais especificamente, são os movimentos migratórios associados ao fenômeno globalizador os que de uma forma mais intensa desafiam os pressupostos básicos da concepção clássica de cidadania: a nacionalidade e a homogeneidade étnica, cultural e religiosa. (Gorczevski; Martin, 2011, p. 64-65).

Thomas H. Marshall (1967) é outro autor de destaque quando se discute cidadania, conceito que se relaciona genericamente com a capacidade que um sujeito possui de ter determinados direitos civis, sociais e políticos, que são exercidos no interior de um Estado-Nação, o que garante um vínculo jurídico com determinado Estado, suas regras constitucionais e leis. Nessa concepção, as noções de igualdade se destacam, como a garantia destes direitos e dos deveres advindos destes direitos, além das liberdades que a compõem.

A proposta de Marshall (1967) descreve três gerações de direitos no processo de composição da cidadania moderna, são elas: os direitos civis do século XVIII; os políticos que se desenvolveram no século XIX; e por último, os direitos sociais, que surgiram no século XX. A primeira geração é associada à liberdade individual, ou seja, o direito de ir e vir, de consciência e de expressão. Na segunda geração se destacam os direitos políticos, com a participação política, o direito ao voto e de ser eleito. Já na terceira geração, soma-se os direitos que garantem condições adequadas de vida, tais como moradia, trabalho, saúde e educação. Para o autor, nesse tipo de sociedade “a desigualdade do sistema de classes sociais pode ser

aceitável desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida” (Marshall, 1967, p. 62).

Mas é justamente a igualdade de cidadania que é o elemento de difícil alcance. O percurso de Marshall serve como ponto de partida para os estudos de José Murilo de Carvalho, pesquisador brasileiro que descreve o processo histórico da cidadania no país, demonstrando como por aqui essa sequência de direitos descrita pelo autor inglês é invertida, o que reflete no modelo de cidadania que se desenvolve no país.

1.5 Cidadania no Brasil e a sua relação com a comunicação

No Brasil, um grande estudioso do fenômeno que envolve a cidadania trata-se de José Murilo de Carvalho (2002), que afirma ser algo complexo e historicamente definido. Para o autor, só existiria uma cidadania plena se tivesse a combinação de liberdade, participação e igualdade para todos, o que na prática parece ser impossível de se concretizar. Destaca um percurso inverso da cidadania no Brasil se comparado aos estudos de Marshall, uma vez que os direitos sociais se sobressaem nesse processo, de tal forma, que passa a ser o direito que define a cidadania no país, de modo que a partir do fim do regime militar, a cidadania teria caído na boca do povo, numa retórica que não se diz mais “o povo quer isto ou aquilo, diz-se que a cidadania quer” (Carvalho, 2002, p. 7), se tornando um elemento primordial quando se discute a questão de direitos no país.

O pesquisador argumenta que a partir da promulgação da Constituição de 1988, que ficou conhecida como a Constituição Cidadã, a cidadania ganha grande importância nos debates públicos e nos discursos políticos. Segundo Carvalho (2002), os direitos básicos descritos por Marshall devem ser respeitados para que haja uma cidadania plena, e deveriam se desenvolver na seguinte ordem: os direitos civis, políticos e sociais. Mas salienta o autor, que a cidadania construída no Brasil foi construída a partir da inversão dessa ordem, afetando sobremaneira a sua consolidação no imaginário popular.

O processo de construção da cidadania no Brasil é árduo, longo e inacabado, na qual o autor afirma que alguns aspectos negativos da época colonial ainda refletem na atualidade, com nova roupagem, dentre eles cita a escravidão que negava a possibilidade de cidadania aos escravos e que na atualidade reflete na

vida da pessoa negra que sofre com o racismo e o preconceito em diferentes aspectos; também destaca os efeitos negativos da concentração rural e oligárquica que deram origem ao fenômeno do coronelismo, do clientelismo e de compadrio, além do Brasil ser um país onde os dirigentes do Estado confundem as obrigações públicas com questões da vida privada, conseqüentemente, gerando muitos casos de corrupção.

Leal e Signates (2020) salientam que nos estudos de Carvalho (2002) é possível perceber uma perspectiva comunicacional como algo que demarca a sua noção de cidadania, entre os quais, a ideia de participação se destaca, já que é possível identificar um aspecto comunicacional ativo em sua definição, o que possibilita que a cidadania em Carvalho (2002) não se torne passiva e tutelada.

Entretanto, a percepção comunicacional de Carvalho não se encerra nessa categoria fundamental, pois, ao dizer que “a cidadania, literalmente, caiu na boca do povo” e, que com isso, a partir de 1988, tenha “virado gente”, o reputado historiador indica uma quarta categoria (além da liberdade, da participação e da igualdade), que, se não faz parte de modo específico de sua definição, opera, contudo, de forma a viabilizar sua implementação ou sua concretização na realidade social: a legitimidade, condição política de alta intensidade comunicacional. (Leal; Signates, 2020, p. 64).

Outro aspecto que dificulta o desenvolvimento da cidadania no país, é que no Brasil, a relação estabelecida entre os indivíduos, as funções do Estado e de seus governantes costuma ser concorrente, marcada por desconfiança e animosidade, o que por vezes, afasta o próprio indivíduo da condição de cidadão. Carvalho (2002) ressalta que a partir de 1930, o país procurou modificar e acelerar as mudanças sociais e políticas, com grande avanço dos direitos sociais, mas enfrentou diferentes períodos de instabilidade política, alternando entre sistemas democráticos e ditaduras, com uma tendência a estabilização democrática a partir da promulgação da Carta Magna de 1988, que preza pela igualdade de direitos.

Segundo o autor, a “antecipação dos direitos sociais fazia com que os direitos não fossem vistos como tais, como independentes da ação do governo, mas como um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade” (Carvalho, 2002, p. 126), lógica que perdura na mente de alguns indivíduos e que se torna bastante visível em épocas de eleição, o que desencadeia, inclusive, crimes de corrupção.

De acordo com Leal e Signates (2020), o problema que essa inversão na lógica de desenvolvimento de direitos no Brasil impõe, constrói uma cidadania passiva e receptora, ao invés de uma cidadania ativa e reivindicadora, pois falta o

aspecto comunicacional da experiência cidadã, que atribui legitimidade ao processo democrático com a participação dos indivíduos. Com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, a igualdade de direitos passa a ser requisito fundamental da cidadania, visando o bem individual e da coletividade.

Para Signates e Moraes (2016), a ideia de inversão de direitos como foi exposta por Carvalho, demonstra que não só as conformações como a emergência de outros tipos de direitos necessitam de processos sociais e históricos, possuindo implicações comunicacionais em seu desenvolvimento. Para esses pesquisadores, seja qual for a noção de cidadania elencada, a comunicação deve ser um elemento presente, caso contrário, não existe possibilidade da cidadania acontecer.

De acordo com Signates e Moraes (2016, p. 5), “em termos da cidadania como produto social engendrado politicamente, pode-se inferir que seja ela um objetivo a ser alcançado por meio do processo democrático”, o que leva os pesquisadores a inferir que existem diferentes níveis de cidadania, que se relacionam “ao gradiente de sua efetivação numa sociedade específica” (Signates; Moraes, 2016, p. 6).

Para os autores, a cidadania integra a política, devendo ser revelada a partir do processo democrático da sociedade contemporânea (que é todo comunicacional). A comunicação nessa perspectiva analítica envolve trocas simbólicas que geram vínculos sociais, de tal forma que:

[...] a vida de relação - não qualquer uma, mas aquela especificada por condições de legitimação, reconhecimento, polêmica e reivindicação de direitos passível de universalização -, constitui condição da cidadania, qualquer seja a definição que se adote. (Signates; Moraes, 2016, p. 9).

Dessa maneira, reafirmam os pesquisadores que “sem comunicação, não há cidadania”, ou seja, para que possa existir cidadania, mesmo como possibilidade, torna-se necessário um processo comunicacional que permita que seja viável o seu desenvolvimento e estabelecimento, caso contrário, existiria a negação da mesma.

A redemocratização a partir de 1984, parecia ser o caminho para a expansão da cidadania por meio da democracia e dos três tipos de direitos citados na obra de Marshall e Carvalho, mas o que se viu no país foi um conjunto de avanços e retrocessos que limitou o acesso a esses direitos a um determinado grupo de pessoas, se expressando em diferentes tipos de lutas ao longo do processo histórico brasileiro, tais como a luta entre o colono e o colonizador; ou ainda entre os brancos

e índios; brasileiros contra os portugueses; dos escravos e seus senhores; patrões e empregados, e a luta de classe que se mostra por vezes de forma velada, dificultando a expansão da cidadania no país, principalmente, pela falta de um processo comunicacional que seja adequado para responder a essas demandas que envolvem a diferença e o acesso aos direitos descritos por Carvalho.

Nesse sentido, as condições de manutenção da desigualdade na aplicação dos direitos no país percorrem espaços de troca simbólica que vão desde os processos educacionais até a presença dos meios de comunicação como agentes de formação e afirmação (ou negação) da condição cidadã. (Signates; Moraes, 2016, p. 11).

Jessé de Souza (2018) e Milton Santos (1996-1997) são autores brasileiros que apontam como a fragilidade da cidadania no Brasil trata-se de um problema histórico estrutural de desigualdade e injustiça social. Elementos estes que coadunam com a existência dos direitos civis, políticos e sociais, mesmo que eles sejam garantidos a apenas uma parcela da sociedade, enquanto uma grande maioria é excluída do processo de se tornar cidadão.

Para Santos (1996/1997), existe uma incompletude da cidadania no Brasil, principalmente relacionada às pessoas negras e pobres, perspectiva que caminha de forma similar com as ideias defendidas por Souza (2018), que argumenta que os direitos no Brasil são aplicados de tal forma, que acabam por limitar os direitos a determinados grupos, impedindo que outros sujeitos se tornem cidadãos.

Segundo Santos (1996-1997), a condição de cidadania no Brasil é parcial, pois existe uma fragilização do acesso aos direitos a determinados grupos, como os negros, os pobres, os homossexuais e outros tipos de minorias, gerando extrema desigualdade de acesso aos direitos, o que ele chamou de **cidadanias mutiladas**. Essa concepção ilustra que uma variedade de privilégios beneficia alguns indivíduos enquanto outros tantos vivem com a negação da condição de cidadão, marcados por injustiças sociais, que vão desde a falta de saúde, educação de qualidade, baixa remuneração, até a localização espacial de determinados grupos sociais. Essa exclusão ocorre também no acesso e circulação em espaços públicos e urbanos, o que coloca alguns indivíduos totalmente à margem da sociedade em que vivem.

Como salientado anteriormente, as cidadanias mutiladas se apresentam em diferentes situações da vida em comunidade, o que evidencia seu aspecto comunicacional, pois existem formas de silenciamento e imposições ideológicas que

legitimam e normalizam essas mutilações na própria sociedade. Na perspectiva de Santos (1996-1997), esse tipo de situação pode ser percebido como um processo de brutalidade, que se caracteriza em dois tipos básicos: a violência do dinheiro e da informação, que acabam distorcendo o conhecimento que as pessoas têm sobre o mundo, as coisas e a sua própria realidade, o que acaba atrofiando a consciência social do indivíduo, algo facilitado pelo valor que se dá ao mercado e a economia e não ao homem enquanto cidadão.

O pesquisador argumenta que a informação se impõe de forma perversa, despótica e ideológica, o que atrapalha o desenvolvimento da cidadania em sociedades desiguais. O mesmo processo ocorre com o dinheiro, que se torna central nas relações sociais das sociedades globalizadas. Podemos dizer que essas questões se intensificam com a ascensão das redes sociais e com o surgimento das fake news, pois passam a ser utilizadas com objetivos particulares e escusos, com alto grau de manipulação.

Na época em que o texto de Santos foi escrito ainda não existiam essas novas tecnologias de informação, mas o autor já apontava para uma nova forma de “encantamento do mundo”, na qual o discurso e a retórica representavam ao mesmo tempo, “o princípio e o fim”, de modo que “esse imperativo e onipresença da informação são insidiosos, já que a informação atual tem dois rostos, um pela qual busca instruir, e um outro, pela qual busca convencer” (Santos, 2001, p. 39), discussão cada vez mais atual no debate contemporâneo.

O sociólogo Jessé Souza (2018) afirma que o Brasil cultiva uma sociedade periférica que naturaliza a existência das desigualdades sociais, inclusive possuindo mecanismos que alargam essas desigualdades. De acordo com Leal e Signates (2020), o autor evidencia o aspecto comunicacional do *habitus* precário brasileiro ao situar o termo **subcidadania** para denunciar o aspecto negativo que é produzido cultural e socialmente no país, refletindo diretamente na vida dos índios, negros, desempregados e pobres.

Em sociedades periféricas como a brasileira, o *habitus* precário - que implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutos e subcidadãos - é um fenômeno de massa. (Souza, 2018, p. 254).

Na argumentação de Souza (2018), no Brasil se observa a carência de educação para a cidadania, o que afeta na vivência social do país, refletindo numa

naturalização da indiferença em relação às desigualdades sociais vigentes, o que gera um problema civilizatório que nos acompanha desde à época da escravidão. Para o autor, o país falhou na busca de uma sociedade mais igualitária e mais justa com aprendizagens sociais e políticas que facilitassem tal condição, como ocorreu em outras partes do mundo. Pelo contrário, o que se viu por aqui, foi a normalização do abandono à própria sorte de determinados grupos sociais, que foram esquecidos e negligenciados pelo Estado e pelas políticas públicas, gerando a categoria de “subgente”, que convive com o desprezo e a humilhação cotidiana, o “que faz com que nossa modernidade seja seletiva, excludente e doente” (Souza, 2018, p. 272), ocasionando casos graves de preconceito e racismo.

Simone Tuzzo (2014) realizou um estudo que auxilia a compreender como a cidadania se converteu em um discurso apropriado pela mídia, procurando situar quais são os elementos constitutivos da condição de cidadão que o indivíduo deve possuir para ser considerado como tal. Para a autora, “no sentido ideal, a cidadania representa muito mais do que nascer, mas, sobretudo, significa existir socialmente” (Tuzzo, 2014, p. 161), o que caminha no sentido da cidadania comunicacional de Signates e Moraes (2016), já que para estes autores, existir socialmente corresponde participar ativamente da sociedade, e isso se faz comunicacionalmente.

Cordeiro e Tuzzo (2017) argumentam que a subcidadania seria aquilo que está abaixo da cidadania, indo de encontro com o conceito de “ralé estrutural brasileira” de Jessé Souza. Citando Temer e Tondato (2009), afirmam que o objetivo tanto da comunicação como da cidadania é a inserção do indivíduo na vida social, condição distante para um subcidadão.

Na visão de Tuzzo (2014), a mídia costuma retratar o desejo de cidadania por parte dos indivíduos, e “considerando que o desejo é uma expressão de falta, desejar cidadania é um reforço do discurso de que ela não existe para todos” (Tuzzo, 2014, p. 166). Nesse sentido, existe um papel tensionador dos sistemas midiáticos, com o acréscimo de um fator político, que segundo Leal e Signates (2020) mantém a contradição, por vezes invertendo a tensão que ela contém, ou seja, “a expressão do desejo é relato de falta, mas também a denúncia da falta constitui atitude comunicacional de afirmação reivindicatória” (Leal; Signates, 2020, p. 70), o que dá sinais de uma cidadania ativa.

A mídia costuma retratar um cidadão que se confunde com um consumidor “mal atendido”, pois está sempre cobrando algo do poder público que deixou de ser

fornecido para o cidadão, seja a saúde, a educação, o emprego, o asfalto, a creche do bairro, dentre mil outras coisas que deveriam ser do cidadão por direito, mas que não chega a esse “consumidor” final. Dessa maneira, o próprio indivíduo/cidadão aceita essa condição de consumidor que não é visto e acaba delegando à mídia o papel de reivindicar os seus direitos para serem ouvidos e respeitados, o que gera uma comunicabilidade com outros indivíduos e por vezes com o próprio poder público, que pode atender ou não o apelo divulgado pela mídia em nome de um cidadão negligenciado.

Segundo Santos (1996/1997), é comum os meios de comunicação e a mídia explorar a ideia de cidadania e participação, gerando em sua opinião uma “espetacularização dos direitos do homem”, que permitem efetuar uma separação entre discurso e prática, afirmando que “quando ocorre a espetacularização dos direitos do homem, estes geralmente são acatados, mas quando isso ocorre, não há direitos nem homem, mas apenas discurso” (Santos, 1996/1997, p. 137-138), o que evidencia também, valores cristalizados e identidades engendradas. Seu texto denuncia que em determinados casos, acabamos naturalizando a brutalidade e a injustiça social como algo corriqueiro, respaldado numa cidadania com ausência de direitos, ou ainda mitigada e incompleta, colocando o cidadão na condição de mero consumidor que aceita ser chamado de usuário, fragilizando cada vez mais a possibilidade de uma cidadania completa.

Cordeiro e Tuzzo (2017, p. 1) recorrendo aos estudos de Paiva e Sodré (2013), exploram a concepção de que “o consumo redefine o cidadão moderno, sobretudo por ser um consumo de aparência, voltado para a glória do consumidor, feito para impressionar o outro”, representando uma ação que nasce com a elite, mas que reflete no desejo das classes sociais mais baixas, impulsionada pela mídia, findando segundo os pesquisadores uma cidadania baseada no consumo, o que segue a lógica de quem consome é cidadão, o que vai de encontro com o modelo exposto por Milton Santos.

Na análise empreendida pelos autores, no meio jornalístico, por exemplo, as palavras cidadão e cidadania costumam ser substituídas pelo cargo social que o sujeito ocupa (pedreiro, dona de casa, motorista, estudante, etc.), além de ser representada como sinônimo de “gente simples e batalhadora”, ou ainda em referência à comunidade, fazendo menções às classes sociais mais baixas retratadas nas reportagens de falta ou ainda que desejam a cidadania em suas

localidades, o que cria até um significado “pejorativo” de que o cidadão brasileiro faz parte das classes sociais com menor poder aquisitivo.

No geral, o quadro dá ênfase a uma busca por direitos e ao buscar os seus direitos cada pessoa busca ser cidadã. O discurso da mídia é um reforço de que a busca por direitos e a defesa de direitos é um exercício de cidadania. (Cordeiro; Tuzzo, 2017, p. 2).

Seguindo o estudo empreendido pelos pesquisadores, a palavra cidadania é bastante utilizada pela mídia quando surgem problemas em bairros periféricos, ligando as pessoas do bairro com representantes de órgãos governamentais que têm a capacidade de solucionar tais problemas, sendo que a mídia jornalística funcionaria como interlocutora do processo, o que indica um uso generalizado da palavra para se referir a precariedade de serviços públicos em determinada localidade.

A pesquisa destacou que o “conceito de cidadania é trabalhado como algo não alcançado ainda pelas classes menos favorecidas economicamente” (Cordeiro; Tuzzo, 2017, p. 3), o que liga a cidadania ao povo, a pobreza e a precariedade. Também é possível avaliar a diferença de tratamento quando uma pessoa intelectual é abordada por um policial, por exemplo, e quando é um pobre (que é chamado pelo termo cidadão), o que reforça segundo os pesquisadores que existe “uma retórica pejorativa de impacto coletivo do significado de cidadania e isso reflete na sociedade que vai identificando em diversos momentos a relação entre cidadania e pobreza” (Cordeiro; Tuzzo, 2017, p. 3).

O conceito midiático de cidadania materializa-se e reforça-se na figura do assistencialismo estatal, do atendimento emergencial, da resolução parcial dos problemas que, supostamente, já deveriam ter sido suplantados (esgoto, asfalto, segurança, saneamento, educação, etc.). Ser cidadão está mais para pedinte, deficiente, pobre e ignorante do que para um indivíduo consciente e com uma conduta embasada em valores éticos vigorosos, centrados no individual mas, também, na coletividade, na dignidade e liberdade para decisões! (Cordeiro; Tuzzo, 2017, p. 3).

O cidadão brasileiro retratado pela mídia, corresponde a um sujeito alheio aos processos decisórios, que só exerce sua cidadania diante do voto. A mídia serviria para orientar didaticamente como esse indivíduo periférico poderia alcançar formas legais de cidadania, o que garante voz momentaneamente, mas não a cidadania de fato, colocando o sujeito nessa condição quase permanente de subcidadão.

Outra conclusão interessante levantada neste estudo refere-se ao fato de que o cidadão é aquele que possui privilégios econômicos na sociedade, que se coloca como algo privado, enquanto a busca possui relação com o que é público, em que a “cidadania é a plenitude de existência do rico e a busca constante do pobre” (Cordeiro; Tuzzo, 2017, p. 3).

Como já colocado em outras partes do texto, a cidadania no Brasil faz parte de um processo lento, marcada por avanços e retrocessos, principalmente pela influência dos governos vigentes, que interferem sobremaneira no modelo de cidadania engendrado no país em determinado momento, o que reflete no próprio modelo de democracia executado pelas instituições, discutidos na mídia e que alcança o povo. Dessa maneira, reafirmamos que os aspectos comunicacionais são essenciais para a construção de uma cidadania ativa, caso contrário, os direitos e as conquistas cidadãs vão sendo negligenciadas e até mesmo destruídas, sem que o cidadão consiga compreender e lutar contra essas dinâmicas sociais.

A cidadania passa pelo reconhecimento do indivíduo enquanto cidadão, que possui direitos e deveres que devem ser respeitados e colocados em prática para que seja realmente efetivada. Um modelo de cidadania que funciona deve levar em consideração a segurança e o respeito mútuo que a democracia defende no seu ordenamento jurídico, para os sujeitos inseridos numa determinada nação, mas que em tempos de excepcionalidade como imposto pela pandemia da COVID-19 exige um “reconhecimento ético-global para uma convivência humana com efetividade tanto no âmbito internacional como no nacional” (Fernandes; Follone, 2023, p. 6), gerando também um sentimento de comunidade, que auxilia no reconhecimento da condição de cidadãos dos outros indivíduos.

Para Fernandes e Follone (2023), além das obviedades embutidas nas noções de cidadania tais como o pertencimento a uma comunidade e de se tratar de um processo histórico em constante evolução, devemos ter em mente que para se “definir cidadão é necessário, sempre, que se considere o contexto social a que se refere, pois, a cidadania adquire características próprias que a diferenciam de acordo com o lugar, tempo, cultura e condições socioeconômicas” (Fernandes; Fallone, 2023, p. 10), o que afeta diretamente no modelo vigente.

Leal e Signates (2020, p. 71) pontuam que “um não cidadão ou um subcidadão é um sujeito silenciado, transformado em mero coadjuvante dos processos dos quais deveria assumir protagonismo”, e esse silenciamento violenta

os seus direitos, afetando inclusive a crença e as capacidades reivindicatórias ou transformadoras de suas próprias condições de vida. Essa postura apática acaba normalizando as desigualdades sociais de tal maneira, que os indivíduos desistem de lutar pelos seus direitos, o que coloca em destaque como as articulações comunicacionais da negação da cidadania são relevantes para compreender a sociedade brasileira atual, o seu comportamento e posicionamentos políticos, inclusive na dinâmica envolvendo a pandemia e a cidadania.

O Brasil se constitui por uma sociedade marcadamente estratificada como advertiu Brito (2021), sendo que a dimensão social na questão que envolve o combate à pandemia se tornou mais problemática e de difícil operacionalização, principalmente pela falta de condições para seguir à risca as recomendações sanitárias, como o isolamento social e distanciamento físico. Além da cobertura efetiva do SUS ser prejudicada em tempos de excepcionalidade, onde a possibilidade de um tratamento adequado se agrava pela falta de financiamento, que é uma problemática histórica, que se tornou mais alarmante durante a pandemia.

Segundo o pesquisador, a “combinação entre as ameaças à vida trazidas pelo coronavírus e a forte desigualdade material coloca em forte tensão o pressuposto igualitário da cidadania vigente no país” (Brito, 2021, p. 188), contrariando os preceitos contidos na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, recorda o autor que “entre a letra da lei e a realidade social, há uma vasta distância; que tal descompasso e o seu sentido mudam segundo o lugar social ocupado pelos cidadãos envolvidos”. Em seu argumento, afirma que a lei precisa ser cumprida para que a república seja efetiva, e todos devem ser realmente incorporados à condição de cidadão, para que exista democracia.

No caso brasileiro, as instituições são extremamente importantes para que haja uma resposta adequada frente ao combate à pandemia e uma efetiva cidadania para todos, e a gestão governamental se torna fundamental nesse processo. Abaixo discutiremos mais sobre os assuntos destacados nesse capítulo.

2 DA ASCENSÃO DE JAIR BOLSONARO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA A CRISE OCACIONADA PELO NOVO CORONAVÍRUS

Nesse capítulo em especial, abordamos mais especificamente, algumas características pessoais que compõem a imagem política do presidente Jair Bolsonaro, o que nos auxiliou a compreender a suas opções governamentais durante o seu mandato até a instauração da crise ocasionada pela pandemia da COVID-19. Diante do exposto, a questão problema que norteia o capítulo gira em torno da análise do comportamento público do presidente diante do vírus e as suas narrativas, destacando como Bolsonaro pode ser enquadrado como um fenômeno comunicacional, principalmente, pela sua capacidade de gerar recursividade e engajamento nas redes sociais, como o Twitter, impondo uma agenda discursiva sobre o coronavírus na sociedade brasileira. Analisamos ainda, a relação do presidente com as redes sociais e como a pós-verdade se impôs nesse contexto.

No livro *O Brasil dobrou à direita*, o cientista político Jairo Nicolau (2020), procura traçar aquilo que ele chamou de ‘radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018’, que demonstrou ser um grande fenômeno político, representado pela sua vitória nas urnas e pela ascensão do PSL como o maior partido de extrema direita do país, ao qual o presidente estava filiado à época. Este estudo explora um compilado de dados sobre o perfil dos eleitores conservadores no país e suas motivações políticas. O fato é que “Bolsonaro foi vitorioso na maioria das grandes cidades do Brasil e conquistou o apoio dos homens e dos evangélicos como nenhum candidato antes dele” (Nicolau, 2020, p. 12).

De acordo com Cioccarri e Persichetti (2019), Jair Bolsonaro se apoiou fortemente no discurso nacionalista e conservador (algo que sempre esteve presente em sua trajetória política, mas que se intensificou com o processo eleitoral de 2018), com apropriação de símbolos pátrios, como a bandeira do Brasil e o hino nacional, além de uma constante retomada discursiva ao passado, manteve em alta as pautas militares, com progressiva mudança para pautas evangélicas, com foco nos costumes sociais, gerando diferentes polêmicas em torno desses assuntos, mas que o aproximou do eleitorado que compartilhava a mesma mentalidade sobre essas questões a níveis nacionais.

Cioccari e Persichetti (2019, p. 138), argumentam que a polêmica é algo corriqueiro na vida de Bolsonaro, que “Sobreviveu sendo um espetáculo de si próprio com as declarações que a aumentam a repercussão do que é dito. No outro lado recebe um retorno positivo de seus apoiadores mais fiéis, que lhe proferiram a alcunha de “mito”. Essa categoria de mito destrincharemos no decorrer da pesquisa.

O estudo empreendido por esses autores, traça um panorama dos discursos políticos de Jair Bolsonaro, tanto na posição de deputado federal ao longo dos seus quase 30 anos de mandato, como candidato em 2018, e posteriormente, presidente em 2019, procurando apontar as mudanças de pautas ao longo dos anos.

Na visão dos pesquisadores, o presidente se tornou um político conservador e nacionalista do século XX, mas com uma evidente pegada econômica. Esse tipo de nacionalismo “é identificado predominantemente em países considerados “atrasados” que atravessaram processos de escravidão e colonialismo” (Cioccari e Persichetti, 2019, p. 139), onde é possível perceber um discurso de autodeterminação nacional, além da retórica em torno da liberdade, existe também promessas de superação do subdesenvolvimento econômico e social.

Outro tipo de discurso que alimenta esse modelo político gira em torno da “luta” contra a “invasão” estrangeira que se torna perniciosa para a soberania, mas que segundo os autores, se desvirtua de seus propósitos, já que esses políticos defendem um tipo de soberania que isola o país, conseqüentemente gerando atrasos em áreas que prometem evoluir com suas gestões. Esse tipo de governo, clama a autoridade em torno de si mesmo, “quase numa autocracia”, em que se deve respeito não às instituições, mas apenas ao líder e seu clã. Citando os ensinamentos de Stuart Mill (1861), argumentam que a eleição de um representante costuma espelhar ou reproduzir a composição do eleitorado, já que os políticos buscam ser eleitos e reeleitos, cabendo aos eleitores tomarem essa decisão.

De acordo com Moura e Coberllini (2019), existem peculiaridades que envolvem os processos eleitorais, afirmando que uma eleição se ganha tanto na mesa do bar quanto no almoço de família, além das relações cotidianas e conversas de trabalho, sendo que em 2018, os grupos de WhatsApp também se destacaram nesse jogo político.

O que presenciamos em 2018 não foi uma batalha de argumentos, e sim “a explosão de um sentimento que não encontrou barreiras de contenção num sistema partidário com sua imagem devastada” (Moura; Corbellini, 2019, p. 35). Esse

sentimento expressava a indignação contra “tudo que está aí”, e Jair Bolsonaro soube captar e explorar a mensagem desse eleitorado, que estava rodeado em uma disputa de narrativa maior entre o ‘lulismo’ e o ‘partido da Lava Jato’, o que envolveu uma grande espetacularização da política e dos crimes de corrupção na grande mídia, fortalecendo o sentimento antipolítica e antipetista.

Jair Bolsonaro soube se posicionar para ser esse postulante. Apresentou-se como um inimigo visceral do PT e como um político “diferente de tudo que está aí”, e sustentou um discurso politicamente incorreto e de enfrentamento contra a “bandagem”, além de uma defesa conservadora dos valores da família cristã. (Moura; Corbellini, 2019, p. 57).

Sustentado por uma narrativa de ser um político autêntico, ‘simples e humilde’, além de representar o ‘novo’, já que nunca tinha sido presidente do Executivo e aparentemente, nenhum escândalo de corrupção estava associado à sua pessoa, representava uma espécie de esperança no eleitorado que apoiou a sua candidatura, principalmente, porque não era investigado na operação Lava-Jato, o que serviu como outro mote de campanha de Bolsonaro. Além de ser excepcional a vitória do candidato nas urnas, foi uma eleição que demarcou posições muito contraditórias na sociedade, alertando para o fato, que existe um eleitorado com ideias conservadoras, que se impôs como maioria nas eleições de 2018, por se sentirem representados pela voz do então presidente.

Esse sentimento de lealdade do eleitorado conservador ao projeto político de Jair Bolsonaro se fortaleceu com a reatividade da elite brasileira aos sucessivos governos petistas, que governaram o país entre 2003 e 2015. Principalmente, porque essa elite sentia que seus privilégios estavam sendo ameaçados com a continuidade de um governo progressista, sentimento que se fortaleceu com a crise de representatividade política iniciada em 2013, com as Jornadas de Junho.

O imaginário coletivo em torno dessa crise, se intensifica com a Operação Lava Jato, pela pulverização partidária, pela parcialidade e sensacionalismo da imprensa e os constantes casos de corrupção, muitos deles associados ao PT, que foi considerado o partido responsável pelos problemas sociais enfrentados no país, principalmente, aqueles ligados à economia.

De acordo com Turini e Corrêa (2019), essa narrativa foi constantemente divulgada pelas mídias tradicionais, o que fez transcender a barreira da elite

intelectual, se tornando um movimento massificado, que contou ainda com o apoio de grandes empresários e de grupos evangélicos, alcançando diferentes estratos sociais, o que impulsionou também, uma forma mais bruta de disputa política, que dispensou os preceitos éticos como modo de agir, fomentando discursos de ódio como elemento da política, culminando mais tarde com a vitória de Jair Bolsonaro nas urnas.

No quadro abaixo, destacamos falas de eleitores de Jair Bolsonaro antes e depois da eleição de 2018. Os dados foram retirados do estudo de Moura e Corbellini (2019) e da pesquisa da Fundação Tide Setubal sobre conservadorismo em 2019, evidenciando alguns dos motivos e sentimentos que fizeram parte do imaginário do eleitorado brasileiro ao apoiar o projeto de governo de Jair Bolsonaro. Esses posicionamentos ocorreram mesmo que o eleitorado não compreendesse claramente o que isso significava, já que o presidente não participou de debates durante a campanha, e tinha um plano de gestão raso, sem grandes aprofundamentos de suas propostas políticas.

Quadro 2: Falas de eleitores de Jair Bolsonaro sobre as eleições de 2018.

Enunciado	Características do entrevistado
<p><i>“Eu votei nele porque ele é diferente e acho que é o único que vai mudar. A gente tem esperança”.</i></p>	<p><i>(Mulher, 45 anos, negra, Porto Alegre)</i></p>
<p><i>“Competência, dignidade, caráter.”</i></p>	<p><i>(Homem, 37 anos, classe C, Distrito Federal)</i></p>
<p><i>“Por ter exposto a minha opinião, o meu voto e ser uma minoria ali. Porque estou em uma universidade federal, universidade pública, onde a maioria ia votar no PT. Então, eu sofri por ter entrado uma turma cantando uma música que eu acredito que era do partido político. (...) e apontaram pra mim e disseram que eu era burra por estar votando neste candidato [Bolsonaro] e disseram: ‘como vai ser o seu futuro profissional?’.”</i></p>	<p><i>(Mulher, 29 anos, parda, evangélica, Recife)</i></p>
<p><i>“Eu estou esperançosa com essa mudança na política [eleição de Bolsonaro] por causa da retomada da família e do respeito.”</i></p>	<p><i>(Mulher, 29 anos, branca, evangélica, São Paulo)</i></p>
<p><i>“Fala as loucuras dele, mas fala o que o povo quer ouvir”</i></p>	<p><i>(Mulher, 45 anos, classe D, Pernambuco)</i></p>

<p>“(...) estavam passando no noticiário as questões da Lava Jato, da corrupção e tudo o mais. Eu comentei com a vizinha que existia muita sujeira no governo anterior. Aí ela se ofendeu tanto com esse comentário (...) e a resposta que ela deu pra mim foi a seguinte: ‘Pois é bom que Bolsonaro, quando ganhe, mande estuprar todas as evangélicas (...) foi uma ofensa. Como se ela estivesse desejando mal a mim.”</p>	<p>(Mulher, 29 anos, parda, evangélica, Recife)</p>
<p>“Essa eleição foi uma grande mudança. Trouxe esperança de mudança na política. Antes era só mais do mesmo.”</p>	<p>(Mulher, 38 anos, branca, evangélica, São Paulo)</p>
<p>“Sim, sim, há muito preconceito contra a gente. Pensam que a gente é burra porque usa saia longa, porque vai na igreja. Você olha as novelas da Globo, são contra os valores cristãos, contra a família, parece que ser gay é normal. É uma batalha de Deus contra o diabo. A gente votou no Bolsonaro porque ele é um homem de Deus que vai estar do lado da gente, o PT ia acabar com a família.”</p>	<p>(Mulher, 26 anos, branca, evangélica, Porto Alegre)</p>
<p>“Para mim, o Bolsonaro é uma luz no fim do túnel.”</p>	<p>(Mulher, 45 anos, branca, não evangélica, São Paulo)</p>
<p>“Essas foram as eleições da fake news (...) colocaram uma imagem de um grupo extremista islâmico em uma camiseta do filho de Bolsonaro e as pessoas acreditaram nisso. (...) a gente não sabia o que era notícia e o que não era. (...) no Facebook, foi onde mais se compartilhou fake news.”</p>	<p>(Homem, 27 anos, pardo, evangélico, Recife)</p>
<p>“Eu gosto das ideias dele. Do jeito que está não está acontecendo nada.”</p>	<p>(Homem, 51 anos, classe B, Paraná)</p>
<p>“Não é investigado.”</p>	<p>(Mulher, 26 anos, classe C, São Paulo)</p>
<p>“Eu não votaria no Bolsonaro por causa da proposta, mas para eu não passar o bastão para os caciques.”</p>	<p>(Mulher, 29 anos, classe C, Rio de Janeiro).</p>

Fonte: elaboração própria a partir de Moura e Corbellini (2019) e <https://conteudo.fundacaotidesetubal.org.br/downloadconservadorismo>, 2018.

Nas falas selecionadas, percebemos a regularidade dos sentimentos de esperança e mudança, além da preservação das “tradições” familiares que a vitória de Jair Bolsonaro resgataria no Brasil. Outros assuntos que vieram à tona têm relação com o fato dessas eleições terem sido consideradas as que mais tiveram fake news e o uso das mídias sociais para compartilhamento e troca de desinformação no país durante um período de campanha. Também foi exposto o antipetismo na visão dos eleitores, e de como alguns desses ‘bolsonaristas’ foram hostilizados por pessoas que não respeitaram a decisão do seu voto em Bolsonaro, o que influenciou no aumento da polaridade política no país, aflorando inclusive, sentimentos de ódio, que circulam mais livremente na virtualidade das redes.

No ambiente do WhatsApp, um estudo do IDEA Big Data mostrou que os conteúdos pró-Bolsonaro chegaram, na última semana do primeiro turno, a 40 mil grupos por dia. Supondo uma média de 100 pessoas por grupo, a campanha de Bolsonaro pode ter alcançado 28 milhões de indivíduos, diretamente, no momento crítico da corrida eleitoral. (Moura; Corbellini, 2019, p. 118).

A campanha eleitoral de Jair Bolsonaro foi bastante exitosa, alcançando diferentes camadas sociais e públicos que circulam nesses espaços virtuais. O engajamento em torno da sua figura teve muita relação com a grande rejeição popular aos políticos petistas e tradicionais, além de diferentes conteúdos interativos, imagéticos e acessível sobre o candidato, que chegava com facilidade nas mãos das pessoas, por meio de smartphones, nos grupos de WhatsApp da família e de amigos, com a linguagem popular da internet e dos aplicativos disponíveis na rede, sendo compartilhado por pessoas que faziam parte dos nichos de convivência uns dos outros, “garantindo” critérios de “confiabilidade”.

Para Cioccarri e Persichetti (2019, p. 139), “a disputa de narrativas foi um dos pontos altos da campanha de Bolsonaro. A então dualidade entre PT *versus* PSDB foi deixada de lado para uma guerra onde o outro é sempre visto como inimigo”. Trazem para o debate o conceito de homem pós-moderno de Lasch (1984), que possui como característica a “onipotência, a raiva e o estilo caótico e impulsivo”, preferindo a “glorificação da opinião em detrimento do conhecimento” (Cioccarri; Persichetti, 2019, p. 140), o que foi bastante perceptível durante o período eleitoral, estilo que se intensificou durante a crise pandêmica.

2.1 Jair Bolsonaro: um fenômeno comunicacional?

Quando a pandemia se alastrou no Brasil, estava iniciando o segundo ano de mandato do governo de Jair Bolsonaro, um político de direita que mesmo antes de ser eleito já havia se apropriado das redes sociais com maestria, fazendo seu discurso alcançar grande quantidade de pessoas, criando um modo operacional do agir político. Segundo Nicolau (2020, p. 11), a vitória de Bolsonaro representou “o feito mais impressionante das eleições brasileiras” de 2018, já que concorreu por um partido minúsculo, com pouco dinheiro, baixo tempo de televisão e rádio, mas que soube se apropriar das possibilidades contidas nas redes sociais.

Analisando os pronunciamentos de Jair Bolsonaro ao longo de 27 anos (1991-2018), observa-se que nos anos de 2017 e 2018, Bolsonaro sobe menos à tribuna da Câmara dos Deputados, quando ele começa a ter mais mídia tradicional e mais apelo nas redes sociais e já se coloca na posição de candidato à Presidência da República. (Cioccarì; Persichetti, 2019, p. 145).

Também foi um político que não sentiu necessidade de moderar o discurso, e nem de atrair eleitores contrários ou de centro, o que evidencia a excepcionalidade de sua vitória, pois muitos estudiosos de política acreditavam que o candidato cairia nas pesquisas na medida em que a campanha avançasse, mas não foi o que aconteceu, já que a sua popularidade só aumentou e se consolidou durante o exercício de seu mandato, mesmo durante períodos em que foi criticado por sua gestão da pandemia.

Sem exageros, podemos considerar Jair Bolsonaro como um fenômeno midiático e comunicacional, principalmente por ter dominado e compreendido a era da hiperconectividade, o que faz seus discursos ressoar nas mídias tradicionais como o rádio e a televisão, mas com grande predominância no mundo on-line. De acordo com Lago (2018), “Bolsonaro fala outra língua”, conseguindo integrar a revolução comunicacional das mídias sociais mediadas pela internet com a sua vida política, construindo redes de apoio com pessoas conectadas em diferentes partes do Brasil e até do mundo, respondendo aos anseios da população por um outro tipo de política, sem contar que as redes sociais aproximaram o candidato dos seus eleitores, principalmente por ser um grande fomentador de controvérsias.

Vale ressaltar ainda, que mesmo que em diferentes momentos da sua trajetória política, Jair Bolsonaro tenha flertado nas palavras de Moura e Corbellini (2019, p. 68), com “o tosco, agressivo, mobilizador, demonizador do adversário, encontrou nas plataformas digitais território comunicacional amplamente dominado pela sua campanha”, o que fez as suas ideias alcançar variados públicos, aumentando o seu capital político. Uma das estratégias comunicativas de Jair Bolsonaro foi de alimentar polaridades, o que faz os sujeitos aderir ou repelir suas ideias por sentimentos mais intensos como o ódio, a raiva e a paixão, por exemplo.

Destaca Cioccarì e Persichetti (2019, p. 146), que “os candidatos vitoriosos não são os de maior prestígio local, mas os “comunicadores”, pessoas que dominam as técnicas da mídia”, o que é facilitado pela ascensão de um novo tipo de elite, que

tem se posicionado como os novos ativistas e líderes de partidos, dentre eles, pessoas jovens que também dominam a era da hiperconectividade.

Para os autores, “a democracia do público é o reinado do “comunicador”. Bolsonaro entendeu essa mudança no direcionamento da comunicação política” (Cioccarri; Persichetti, 2019, p. 146), sendo que o político se apoiou fortemente nas redes sociais para ecoar sua voz no público que pretendia alcançar durante a campanha política. Se apropriou desse modelo comunicativo apoiado em discursos agressivos, com ataques às minorias, com constante construção de uma narrativa do medo e do inimigo.

E essa estratégia comunicativa não se alterou durante a crise ocasionada pelo novo coronavírus. A pandemia representou um cenário ideal para que esse tipo de comunicação se tornasse corriqueira na postura pública de Jair Bolsonaro. Para Lago (2018) devemos perceber as novas TICs, como algo muito além de ferramentas de conexão. Citando o filósofo Luciano Floridi da Universidade de Oxford, pondera que “elas são forças ambientais que estão afetando diretamente nossas interações uns com os outros e com o mundo, bem como a concepção que temos de nós mesmos e da própria realidade” (Lago, 2018, n.p.).

De acordo com o pesquisador, a realidade nos é apresentada de modo cada vez mais fragmentada, na qual cada indivíduo vai compondo o enredo de determinada notícia que viraliza, o que acaba ofuscando a distinção entre realidade e virtualidade, na qual “invertem a lógica da escassez da informação para a da abundância, e sobretudo, promovem a passagem de um mundo em que a primazia é dada às entidades para outro, em que predominam as interações” (Lago, 2018), algo bem executado por Jair Bolsonaro via redes sociais.

No tuíte abaixo, Jair Bolsonaro reivindica um discurso de verdade a partir das suas redes sociais, já que na época ele falava para mais de 35 milhões de pessoas ao mesmo tempo, afirmando que qualquer inferência fora do contexto de suas redes sociais, eram tentativas de “tumultuar a República”, ou seja, tratam-se de “inverdades” a seu respeito, pois a sua comunicação oficial e extraoficial em redes como o Twitter e WhatsApp é que deveriam ser ouvidas e levadas em consideração, e não aquilo que é dito por outros atores, como a grande mídia, por exemplo, recorrendo mais uma vez a um discurso de autoridade para legitimar a sua narrativa e atacar os seus adversários, que nesse caso, trata-se da dita imprensa tradicional.

Figura 2 - Publicação de Jair Bolsonaro em seu Twitter em fevereiro de 2020.



Fonte: Twitter de Jair Bolsonaro, 2020.

Lago (2018) argumenta que a informação na era da hiperconectividade segue a lógica *multicast* (multidão de produtores e consumidores de mensagens ao mesmo tempo), sendo que as posições assumidas pelos atores não são fixas, o conteúdo e os sentidos advindos acabam se fragmentando. A outra lógica de conectividade funcionava estilo *broadcast* (um centro distribui determinado conteúdo para uma audiência), geralmente, utilizando-se de argumentos com início, meio e fim, o que contribui para uma formação de sentidos a partir de informações mais completas. Segundo Lago (2018), a própria lógica comunicativa de Jair Bolsonaro funciona estilo *multicast*, o que foi bem perceptível durante a pandemia.

E o diferencial de Bolsonaro é justamente essa capacidade que ele tem de falar uma linguagem dita popular, meio esdrúxula, mas com alta potencialidade de “bombar na rede” em formato de *memes* e mensagens fragmentadas, representando uma tendência de espetacularização da política e da vida pública, mas que alcança as pessoas, tanto os que apoiam essa linguagem, acreditam nos conteúdos e compartilham (por diferentes motivos), quanto os que criticam essa postura “leviana” de fazer política, duvidam do conteúdo, e mesmo assim, também compartilham, o que faz a informação circular em formato de sátira, com recortes da realidade, ou ainda, com chamadas críticas, sensacionalistas ou pejorativas.

O sentido de fenômeno atribuído à Jair Bolsonaro tem relação com a sua vitória nas urnas em 2018, de forma democrática e legítima, o que o impulsionou a se tornar uma espécie de prodígio político, pois mesmo após tantos anos de vida pública, sua agenda conseguiu se impor como o ‘novo’, o ‘diferente’, aquele que era capaz de “salvar” o país dos corruptos, proporcionando uma melhor qualidade de vida ao povo brasileiro. Também existe o fator messiânico ligado à sua imagem, sendo apelidado de “mito” por seus seguidores mais apaixonados, o que perdura mesmo após sua derrota política em 2022.

Bolsonaro adotou um estilo *troll* de comunicação, em que misturava humor e discurso de ódio em suas publicações, atacando adversários e críticos, defendendo posições de extrema-direita e assim ocupando cada vez mais espaço no noticiário brasileiro. Essas declarações polêmicas contribuíram para o aumento de sua visibilidade e conquista de um eleitorado jovem que o apelidou de “mito”. (Namise; Rizzotto, 2023, p. 170).

De acordo com Silva (2020), para elucidar como foi construído a ideia de mito em torno de Bolsonaro, torna-se necessário analisar a cosmovisão e os fenômenos sociais que recobrem o período eleitoral de 2018, recuperando os elementos semióticos e estruturais que possibilitaram a afirmação de tal discurso, já que em períodos eleitorais, os políticos buscam não apenas um mandato, mas sim “os corações e as mentes dos eleitores”.

Esse tipo de situação é realizado por meio de disputas de narrativas, passando pela interpretação de fatos cotidianos e históricos, procurando convencer o eleitor de que o seu projeto político tem maior qualidade do que o do adversário, colocando em jogo as expectativas, as paixões e os valores que regem o imaginário coletivo, o que contribui para a afirmação ou negação do projeto político em disputa.

Para recuperar a cosmovisão do eleitorado que impulsionou Bolsonaro ao patamar de mito, a pesquisadora se apoiou nos estudos do linguista lituano, Algirdas Julius Greimas, analisando um jogo de vídeo game intitulado “Bolsomito 2k18”, lançado em outubro de 2018 (antes do primeiro turno). Nesse game, o “herói” do jogo em questão é representado por Jair Bolsonaro, que teria a “missão” de salvar o sistema político da corrupção, sendo tratado como o único “herói” capaz de realizar tal feito, já que o sistema estaria corrompido pelos partidos de esquerda (principalmente o PT), pelos movimentos sociais e o comunismo de modo geral. A narrativa do jogo é a mesma utilizada por Bolsonaro durante a sua campanha política, que foi fortemente impulsionada pela capacidade de proliferação de conteúdo, e também, de desinformação nas redes sociais, o que fez com que essas narrativas se difundissem em larga escala, alcançando públicos inimagináveis.

Silva (2020) destaca que os valores alimentados por uma grande parcela da população brasileira se fizeram presente nos sistemas de signos do jogo em referência e nas narrativas de Bolsonaro durante a campanha eleitoral, alimentando o imaginário coletivo, já que como definiu Fiorin (1996, p. 9), “os mitos são o “berço” dos valores que compõem a perspectiva de qualquer sociedade humana” (*apud*

Silva, 2020, p. 70), pois o mito tem a capacidade de explicar as origens tanto do homem, como do mundo e da linguagem, se estendendo para a explicação da condição humana, oferecendo sentido as coisas que não se explicam pela compreensão imediata dos sentidos, como a origem da existência humana, por exemplo.

Valendo-se dos estudos de Roland Barthes (2001, p. 131), podemos definir mito como uma fala, pois refere-se a “um sistema de comunicação, é uma mensagem”, podendo ser visto ainda como “um modo de significação, uma forma”, que costuma ser julgado por um discurso, o que confere a possibilidade de qualquer coisa se constituir como mito.

Para o autor, o mito não é definido pelo objeto da sua mensagem, mas pelo modo como é proferido, se constituindo como um elemento histórico, já que não pode simplesmente “surgir da “natureza” das coisas” (Barthes, 2001, p. 132), dependendo também da semiologia para ser compreendido, já que essa se comporta como uma ciência extensiva à linguagem, ou ainda como “uma ciência das formas, visto que estuda as significações independentemente do seu conteúdo” (Barthes, 2001, p. 133).

O pesquisador destaca que o conceito mítico deve ser apropriado para se constituir como tal, pois “a relação que une o conceito do mito ao sentido é essencialmente uma relação de deformação” (Barthes, 2001, p. 143). Nesse ponto, recorre ao sistema psicanalítico de Freud, ao afirmar que “o sentido latente do comportamento deforma o seu sentido manifesto, assim, no mito, o conceito deforma o sentido” (Barthes, 2001, p. 143), podendo ser definido também como um valor, já que não possui a verdade como sanção, o que pode leva-lo a funcionar como um álibi perpétuo, mas para que isso ocorra, torna-se necessário existir duas faces, onde “o sentido existe sempre para apresentar a forma; a forma existe sempre para distanciar o sentido” (Barthes, 2001, p. 145).

De acordo com Barthes (2001), o mito funciona como uma fala que se define pela sua intenção, mais do que o seu sentido literal, o que apresenta duas consequências específicas para a sua significação, ou seja, se apresenta tanto como notificação como constatação, além de ser necessário uma motivação para explica-lo. Em determinado momento, argumenta que o mito trata-se de uma fala despolitizada, na qual sua função “é transformar uma intenção histórica em

natureza, uma contingência em eternidade” (Barthes, 2001, p. 162-163), que se constitui como um processo da ideologia burguesa.

Salienta o autor, que “se o mito é uma fala despolitizada, existe pelo menos uma fala que se opõe ao mito, é a fala que permanece política” (Barthes, 2001, p. 165), reforçando o argumento de que uma linguagem revolucionária não pode ser mítica, algo que costuma ser alimentado pela esquerda política. Já a direita representa o ambiente político propício para a disseminação do mito, pois este se desenvolve melhor em determinadas “zonas sociais”, que fornecem o clima perfeito para a disseminação do mito.

Nesse sentido, o mito na direita é “bem alimentado, lustroso, expansivo, falador, inventa-se continuamente. Apodera-se de tudo: justiça, morais, estéticas, diplomacias, artes domésticas, Literatura, espetáculos” (Barthes, 2001, p. 168-169). Reafirmando o argumento, define que:

O oprimido não é coisa nenhuma, possui apenas uma fala, a de sua emancipação, o opressor é tudo, a sua fala é rica, multiforme, maleável, dispõe de todos os graus possíveis de dignidade, tem a posse exclusiva da metalinguagem. O oprimido faz o mundo, possui apenas uma linguagem ativa, transitiva (política). O opressor conserva o mundo, a sua fala é plenária, intransitiva, gestual, teatral: é o Mito; a linguagem do oprimido tem como objetivo a transformação, a linguagem do opressor, a eternização. (Barthes, 2001, p. 169).

Barthes (2001) pontua que o processo de significação do mito se apoia tanto no aspecto cognitivo como passional do homem, o que depende também das subjetividades envolvidas. Já Silva (2020, p. 83) pondera “que os mitos se constituem em um poderoso artifício retórico de persuasão, dominação, e também, de perpetuação de valores hegemônicos”, que se explica por um sistema de significação de valores, geralmente projetando um “determinado interesse de classe”, podendo se expressar tanto pela ideologia como pela ideia de domínio.

Provavelmente, o jogo estudado auxiliou na construção da ideia de mito por parte do eleitorado de Jair Bolsonaro, apesar de que discursivamente, já era algo presente na fala de seus apoiadores, mesmo antes da campanha eleitoral começar oficialmente. A autora identificou alguns atributos explorados no jogo, que fomentou a ideia do “herói” que seria capaz de “livrar a nação da miséria” (Silva, 2020, p. 113), tais como: a honestidade, o cidadão de bem, o defensor da nação (que envolve patriotismo e nacionalismo), o homem que traz a esperança para o povo de dias

melhores, e ainda, o escolhido (em sentido messiânico) que combina com a “profecia” do seu nome do meio que também é Messias, possuindo muita relação com as noções do sagrado que compõem as narrativas míticas e religiosas.

Assim, o mito Bolsonaro é constituído no jogo por meio de uma narrativa que se utiliza de signos que remontam mitos bíblicos e valores nacionalistas e hegemônicos, de modo que o jogo se constitui um discurso que apresenta o candidato como o presidenciável mais apto para ocupar o cargo, assim, podemos compreender que essa é a sua principal intenção: com a vitória eleitoral do então candidato Jair Messias Bolsonaro, através de uma linguagem mais “descontraída” – quase como um meme – porém bastante cognitiva como a linguagem de um jogo. Essa “irreverência”, na verdade, também se constitui uma forma de banalização e satirização do discurso de ódio e da intolerância ao diferente. (Silva, 2020, p. 155-156).

A ideia de “messias” embutida na apresentação de Bolsonaro como o “escolhido” (seja por deus ou pelo o povo), capaz de salvar o país da corrupção, devolvendo os “valores morais” desvirtuados pelos governos de esquerda, favorece a ideia de mito que acompanha as narrativas de seus apoiadores, que mesmo após uma grave crise de gestão da saúde pública, acentuada pela má gestão do governo federal, não perdeu o seu caráter sagrado, já que grande parte desses apoiadores continuaram “cultuando” a persona do presidente.

Segundo Nigro, Santana e Goveia (2019), um ponto interessante que devemos destacar gira em torno da necessidade que o eleitor tem de se identificar com o candidato em que pretende votar, existindo dois mitos que se sobressaem em torno de figuras políticas que pretendem se eleger: a imagem do herói (jovem, galã, aventureiro, militar) ou ainda do homem experiente (família, maduro, com valores, etc.), de modo que alguns candidatos conseguem unir os dois tipos em uma mesma pessoa, como foi o caso de Jair Bolsonaro, que literalmente é um ex-capitão paraquedista do exército brasileiro e se intitula um homem de família, que apesar de ‘novo’ no cargo, tem experiência na vida pública.

Além disso, o político abraçou o mito do profeta, (aquele que anuncia um novo tempo, tendo relação com o sagrado, alguém capaz de salvar o povo do mal), seja lá o que isso significa. Sobre essa questão, Barthes (2001) descreve como a fotografia política funciona para lançar um prospecto eleitoral do candidato que pretende se eleger a um cargo público.

Para começar, a efígie do candidato estabelece um elo pessoal entre ele e os seus eleitores; o candidato não propõe apenas um programa, mas

também um clima físico, um conjunto de opções cotidianas expressas numa morfologia, um modo de vestir, uma pose. [...] O que é exposto, através da fotografia do candidato, não são seus projetos, são suas motivações, todas as circunstâncias familiares, mentais, e até eróticas, todo um estilo de vida de que ele é, simultaneamente, o produto, o exemplo e a isca. É obvio que aquilo que a maior parte dos nossos candidatos propõe através de sua efígie é uma posição social, o conforto espetacular das normas familiares, jurídicas, religiosas, a propriedade infusa de certos bens burgueses, tais como, por exemplo, a missa de domingo, a xenofobia, o bife com batatas fritas, e o cômico das situações de infidelidade conjugal, ou seja, aquilo a que se chama uma ideologia. (Barthes, 2001, p. 103).

Ademais, para existir um herói, torna-se necessário a figura do vilão. Nesse ponto os autores (Nigro, Santana e Goveia, 2019) exploram a visão de Girardet (1987), argumentando que o complô passa ser uma retórica do herói político, no qual os opositores, as falhas de gestão e os próprios fracassos são explicados a partir dos ataques que sofrem dos adversários, já que o seu governo passa a ser vítima de uma conspiração quase perene.

Tais narrativas vão sendo reafirmadas, até que o imaginário popular se aproprie e reproduza essas questões, o que na atualidade é facilitado pela capacidade de replicabilidade das redes sociais. Esse tipo de discurso foi bastante utilizado por Jair Bolsonaro para se defender das acusações de má gestão da crise sanitária ocasionada pela pandemia, na qual ele teria se tornado uma vítima constante da grande imprensa, do Judiciário e dos governadores de estado, que teriam utilizado os decretos de isolamento social, por exemplo, para desestabilizar o seu governo e desmoralizar a sua pessoa em particular.

Neste tipo de situação que envolve acusações, conflitos e uma guerra de narrativas, inclusive com o eleitorado se apoiando numa figura mítica que atua em torno das questões políticas, os dados e os fatos não precisam ser totalmente verídicos, a racionalidade pode ser “sem sentido”, o que é facilitado pela idolatria e também pelo sentimento de medo, o que faz as pessoas se moverem por sensações de incerteza e desesperança, acreditando sem questionar no “salvador”, já que estão unidos por um bem comum. E foi justamente esse imaginário coletivo que sustentou a ideia de “mito” atribuída a Jair Bolsonaro, inclusive durante a crise de gestão pública diante da pandemia do novo coronavírus.

2.2 A familiaridade de Jair Bolsonaro com as redes sociais e o papel da pós-verdade nesses espaços on-line

Como já apontado em outras partes deste trabalho, Jair Bolsonaro é um político que possui grande habilidade de uso e controle das redes sociais e a potencialidade comunicativa que existe nesses espaços virtuais. Mesmo antes de sua campanha política em 2018, já vinha se apropriando dos mecanismos disponíveis no Facebook, a primeira rede da qual fez uso massivo. Mas a partir do final de 2014, também começou a utilizar o Twitter para chegar ao seu público e futuro eleitorado de forma direta e cada vez mais dinâmica.

Segundo Recuero (2019), quando falamos em rede social, existe toda uma gama de estudos por detrás do conceito e da ideia embutida. Em sua perspectiva defende que “a rede são as pessoas e instituições materiais e o foco é nas relações entre esses diferentes atores”. Quando essa discussão envolve as redes sociais online, mediadas pela internet, as relações passam a ser intermediadas pela tecnologia digital, a possibilidade de conexão se expande, mesmo que represente interesses individuais ou por larga escala, com multidões.

Para a pesquisadora, o Facebook e o Twitter seriam espécies de sites de redes sociais, enquanto mídia social corresponderia ao:

[...] efeito de apropriação das ferramentas de comunicação digital, onde a estrutura das redes sociais e as *affordances* dessas plataformas permitem que emergjam tipos conversações nas quais há modos de circulação de informação que são diferentes daqueles offline. Ou seja, a mídia social é algo emergente, não uma coisa prevista ou combinada nesses espaços. E ela acontece a partir das ações coletivas e individuais dos atores nessas ferramentas, que vai dar visibilidade a determinados temas, silenciar outros temas, fazer circular determinadas ideias em pequenos grupos e outras em grandes. (Recuero, 2019, n.p.).

A mídia social possui uma ligação direta com as informações que circulam na rede e entre os grupos sociais. Existem algumas características que devem ser observadas que auxiliam a definir se estamos tratando ou não de mídias sociais, dentre elas: a conversação (que envolve relacionamento de conversação em massa); menor concentração de poder no processo de comunicação (mais poder comunicativo para mais gente); maior circulação de informações; novas formas de construção de sentido; e maior capacidade de mobilização.

Quando ainda era pré-candidato pelo Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro declarou que atuaria massivamente via redes sociais já que tinha pouco tempo de rádio e televisão, argumentando que sua campanha aos moldes tradicionais seria prejudicada, tendo que se reinventar. De acordo com Volpatti e

Lima (2018), Bolsonaro foi um presidente eleito pelas redes sociais, destacando que os surgimentos de novas mídias sempre tiveram a atenção e o interesse de autoridades e políticos, principalmente, em épocas de campanha.

Volpatti e Lima (2018, n.p.), destacam que “durante a campanha eleitoral, Bolsonaro teve um engajamento e audiência de mais de 40 milhões de pessoas”, e esse número significava quase o triplo de engajamento de todos os candidatos ao longo de toda a campanha. Os autores evidenciaram que Bolsonaro utilizou a estratégia conhecida como *going public* (indo a público), procurando realizar uma comunicação direta com os eleitores, tanto no corpo a corpo, o que foi interrompido pelo episódio da facada, como no virtual, com mensagens intimistas aos seus possíveis eleitores, procurando despertar a confiança e conquistar o voto daqueles que simpatizavam com os seus discursos e promessas de campanha.

O *boom* de seguidores nas redes sociais de Jair Bolsonaro, ocorreu mais especificamente, durante o ano eleitoral de 2018, tornando-se o candidato mais popular durante toda a campanha, até vencer as eleições, o que continua sendo uma realidade. Os pesquisadores afirmam que Bolsonaro iniciou a campanha presidencial ainda em 2014, se comunicando diretamente com o público que pretendia conquistar, ou seja, o eleitor que participa de redes sociais e tem perfis nas plataformas digitais.

Segundo os autores, “Bolsonaro se consolidou no imaginário popular sendo visto como o político mais autêntico e sem filtro, ou seja, as pessoas sabem de seus defeitos e ‘virtudes’ e mesmo assim o apoiam” (Volpatti; Lima, 2018, n.p.) O presidente se consolidou com um discurso de que sofria perseguição pela imprensa tradicional, reafirmando corriqueiramente que era alvo de diferentes fake news, apesar de ser um dos maiores fomentadores de notícias falsas nas redes.

Volpatti e Lima (2018) destacam que a autenticidade reivindicada por Bolsonaro era algo que o aproximava do povo, que não se incomodava com as características negativas do político. Para os autores, as TICs influenciam nas novas identidades políticas que vão surgindo, em que aspectos progressistas e reacionários se encontram misturados, alcançando cada vez mais espaço.

De acordo com Ramonet (2019, p. 113), discutir informação na era das fake news se tornou um exercício árduo, já que “uma série de certezas que consideramos permanentes, estáveis e insuperáveis agora estão cambaleando ou se desfazendo perante os nossos olhos”. Para o autor, a verdade deixa de ser vista como

fundamental, e o conceito de pós-verdade se coloca em cena para explicar que cada indivíduo se apoia na sua verdade, deixando de levar em consideração a relevância de tal fato, se ele é verdadeiro ou não. Para ganhar uma eleição já não basta se apoiar em verdades.

Afirma o autor que “a pós-verdade é uma verdade não racional, ou verdade alternativa: você tem a sua verdade, eu tenho a minha. São duas verdades, não a verdade” (Ramonet, 2019, p. 123). O universo que abrange a comunicação e a informação estão cada vez mais rodeados de pós-verdade, fake news e fatos inverídicos, e as mídias sociais possibilitam a proliferação desse tipo de atitude discursiva. No caso, o autor defende que “as pessoas já não se interessam pelos fatos, e sim pelos sentimentos e pelas emoções suscitadas por informações falsas” (Ramonet, 2019, p. 24).

A questão da falta de verdade envolve um posicionamento ético e manipulação, se tornando um campo perigoso para regar as relações sociais e políticas. As noções de mentira, fake news e desinformação se misturam nesse emaranhado das redes, mas não significam a mesma coisa.

D’Ancona (2018) realizou um estudo sobre o conceito de pós-verdade⁵, afirmando que não se trata de sinônimo de mentira (algo há muito tempo utilizado como estratégia política). O autor argumenta que a origem do conceito é contraditória, mas em 1992 apareceu em um artigo de Steve Tesich na revista *The Nation*, na qual defendia o posicionamento de que os norte-americanos começaram a pouco se importar ou até mesmo, conspirar contra a verdade. Essa indiferença começou devido a traumas com o Watergate, o caso Irã-Contras e outros escândalos políticos, citamos:

Estamos rapidamente nos tornando protótipos de um povo em que os monstros totalitários podem babar em seus sonhos. Todos os ditadores até agora tiveram de trabalhar duro para suprimir a verdade. Por meio de nossas ações, estamos dizendo que isso não é mais necessário, que adquirimos um mecanismo espiritual capaz de despojar a verdade de qualquer significado. De uma maneira bastante radical, como povo livre,

⁵ Em 2016, “o Oxford Dictionaries escolheu “pós-verdade” como sua palavra do ano, definindo-a como forma abreviada para “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal” (D’ancona, 2018, p. 20).

decidimos livremente que queremos viver em um mundo da pós-verdade. (Tesich, 1992 *apud* D'ancona, 2018, p. 21).

É muito interessante perceber como há 30 anos essas relações com a pós-verdade já vinham sendo construídas, processo acelerado pela potencialidade de replicação das redes sociais, o que culminou em 2016, com a controversa vitória de Donald Trump nas eleições dos EUA, em que a radicalidade da liberdade optou por um governo amparado em verdades construídas por meio da emoção e crença pessoal, com forte influência desse ator central como fomentador de “pós-verdades”.

Mas o que se altera em relação à pós-verdade “não é a desonestidade dos políticos, mas a resposta do público a isso. A indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à conivência” (D'ancona, 2018, p. 34). O perigo desse tipo de mentalidade é que a emoção costuma se sobressair sobre a racionalidade, o nativismo sobre a diferença e a liberdade vai perdendo espaço para processos autocráticos.

Estaríamos vivendo em uma era de insegurança informacional, onde o mundo virtual possibilita essa zona de instabilidade e proliferação em massa de conteúdos que podem ou não ser verdadeiros, causando uma série de consequências na vida das pessoas que são afetadas por essas informações, já que o "colapso da confiança é a base social da era da pós-verdade: todo o resto flui dessa fonte única e deletéria” (D'ancona, 2018, p. 42).

A internet, as redes e as mídias sociais nos fornecem diferentes narrativas sobre um mesmo fato, que competem com a grande mídia e com a verdade, em que cada indivíduo se torna produtor e consumidor dessas informações. Nas palavras de Ramonet (2019, p. 127):

Essa nova concepção de eleição, em que não se respeita a ética e se difundem notícias e fatos falsos, valendo-se de agências especializadas em produzir mentiras, se transformou numa prática habitual. Jamais na história de um país democrático o próprio presidente se converteu na fonte principal de tantas notícias falsas. Não é inabitual que um chefe de Estado minta, mas que minta sistematicamente, de maneira tão descarada, como vem fazendo Trump, é algo surpreendente e novo. É um golpe violento na respeitabilidade simbólica do chefe de Estado. Um golpe na institucionalidade política.

E como a história se repete, Jair Bolsonaro seguiu os moldes polêmicos adotados por Donald Trump, que se intensificou durante o período pandêmico, já que o então presidente foi um dos atores políticos que mais pós-verdade e fake news disseminou ao longo do período mais crítico da pandemia do novo

coronavírus. Em nome da liberdade de expressão, as pessoas não estão sabendo dosar os limites de suas publicações nas mídias sociais, e quando isso vem de uma pessoa pública, o alcance pode ser inimaginável.

Ramonet (2019, p. 130) alerta que “quando desaparece a verdade, também desaparece a liberdade”, o que se torna extremamente perigoso em sociedades democráticas. Quando criada, eram muitos os sentimentos de esperança associados às possibilidades da internet e das redes sociais, mas salienta D’Ancona (2018, p. 52) que a “web está em risco de se tornar - pode já ser que tenha se tornado - um trem descontrolado colidindo contra a privacidade, as normas democráticas e a regulação financeira”.

Os indivíduos começaram a aceitar ‘fatos’ e opiniões que corroboram apenas com a sua “verdade” e visões preconcebidas da realidade, sem levar em consideração as evidências, o processo histórico, cultural e político que envolvem tais circunstâncias. Na visão de D’Ancona (2018, p. 55), “a web é o vetor definitivo da pós-verdade, exatamente porque é indiferente à mentira, à honestidade e à diferença entre os dois”.

E foi nessa aparente desvinculação com a comprovação da verdade, que surgiram movimentos de contestação da convivência das redes sociais como o Facebook, com esse tipo de prática na web, já que gera lucro, principalmente, por causa da publicidade. Ademais, nesse tipo de situação, a realidade e o entretenimento são coextensivos, pois a realidade deixa de ser explicada por meio de um processo racional e conclusivo, ela se altera conforme as versões que se fixam discursivamente em determinados espaços *on-line* como *off-line*. As realidades e mentiras passam a ser escolhidas como em um cardápio, conforme as nossas preferências, restrições e o menu disponível.

Segundo os relatores do OberCom, “há uma parte (minoritária) de indivíduos que não são necessariamente ‘enganados’ por essas notícias, mas sentem-se antes legitimados, por causa delas, em acreditar em fatos de algum modo falsificados” (Cardoso *et al.*, 2018, p. 22). As pessoas que acreditam e compartilham fake news ou pós-verdade intencionalmente ou não, se utilizam desses instrumentos de modo que venham reforçar as suas crenças, sentimentos e visões preconcebidas da realidade, deixando de ter importância os fatos.

São depois descritas três abordagens gerais, política e/ou academicamente, para resolver a questão das fake news. **i)** Actuação através de políticas legislativas, de modo a resolver um problema considerado de cariz pública e de presença generalizada; **ii)** Solicitar que as instituições privadas (e.g., Facebook) resolvam, através de regulação privada, os problemas de desinformação nos seus próprios espaços relacionados de algum modo com os seus processos institucionais; **iii)** Olhar para a questão das fake news enquanto problema que remete para a literacia digital e cívica, impactando na esfera das escolhas pessoais e do exercício da cidadania. (Cardoso *et al.*, 2018, p. 7-8).

A quantidade de informação que circula nas redes pode contribuir para a proliferação das fake news e notícias rodeadas de desinformação, pois as pessoas não estão dispostas a gastarem tempo checando a veracidade da informação. Os relatores do Obercom oferecem algumas dicas para identificar fake news, são elas: considerar a fonte (investigando o site); verificar a autoria e a data; avaliar se a notícia contém teor racista ou preconceituoso; ler mais sobre o assunto; verificar se existem fontes de apoio, se não se trata de uma piada ou sátira; e quando possível, consultar especialistas e fontes confiáveis sobre o tema em questão. Mas realizar toda essa verificação se a notícia é falsa ou não, leva tempo e perde toda a emoção responsiva que a notícia causa, o que nos faz querer compartilhar ou discutir sobre o assunto.

Moura e Corbellini (2019) argumentam que a educação é o caminho mais eficaz para o combate de fake news em períodos eleitorais nas redes sociais. Defendem que seja uma educação em todas as esferas sociais, o que auxiliaria no discernimento dos indivíduos sobre tais questões. Outro caminho apontado por 80% dos entrevistados dos autores, é que os próprios sites de redes sociais notifiquem sobre notícias falsas de grande circulação, ou ainda que o usuário que tenha compartilhado seja punido com seu conteúdo retirado do ar, como tem sido realizado mais recentemente pelo Facebook e Twitter no campo da saúde, por exemplo.

Em um estudo recente, Signates (2019) procurou situar o que tem de especificamente comunicacional embutido nas noções de pós-verdade. O pesquisador parte de diferentes concepções filosóficas do conceito de verdade, buscando efetuar uma análise consistente a partir da comunicação. Sustenta como já exposto anteriormente, que a comunicação pode ser definida amplamente como “todo e qualquer elemento de circulação dos elementos simbólicos” (Signates, 2019, p. 15), dessa forma, podemos “perceber as lógicas filosóficas como estratégias comunicacionais específicas orientadas para a produção do saber coordenado pela orientação para a verdade”.

Conforme expõe o autor, quando realizamos uma análise comunicacional da pós-verdade, independente dos parâmetros éticos ou epistemológicos, devemos considerar, principalmente, “como a verdade circula e como, nesse processo, é diferida comunicacionalmente” (Signates, 2019, p. 15), já que esse procedimento se concentra mais na “efetividade interativa do que à autossustentação dos conteúdos que faz circular”. Salaria ainda, que quando discutimos questões relacionadas à pós-verdade, o valor pragmático se sobrepõe aos outros tipos de valores, inclusive à própria verdade e sua lógica, o que define especificamente, a condição comunicacional do fenômeno em questão.

Em suas considerações, o pesquisador realça que tanto a verdade como a factualidade são condições expressivas para o campo científico e acadêmico, e mesmo que existam conflitos em torno de diferentes tipos de verdade, muito frequente nas visões pragmáticas de senso comum, a dialogicidade se torna o instrumento que permite a criação progressiva de um “senso comum esclarecido”, conforme destacou Santos (2000 *apud* Signates, 2019, p. 18).

A argumentação (no sentido da racionalidade comunicativa em Habermas), também pode ser vista como um instrumento potente para a construção de consensos produtivos em sistemas democráticos, já que a pós-verdade se dissemina em larga escala e com distintas versões de um mesmo fato.

O autor nomeia de “efeito Goebbels⁶” o vínculo entre comunicação e pós-verdade, o que acaba sendo potencializado pela capacidade de replicabilidade das redes sociais. Essa constante reiteração comunicacional de conteúdos permeados do fenômeno da pós-verdade, acaba gerando um efeito de verdade que constrói crenças e valores de difícil desmistificação, que se legitima via circulação em larga escala da mensagem, criando uma espécie de “autoridade comunicacional” sobre o assunto, que se encontra em toda parte e na boca de muita gente.

Esse efeito de verdade, constitutivo da natureza comunicacional da pós-verdade, não representa propriamente uma novidade: o boato, a mentira, o engano e o autoengano sempre circularam dessa forma, tanto quanto, igualmente, as proposições verdadeiras, embora para estas possam ser reivindicados os fundamentos lógicos da filosofia e da ciência. Porém, a circulação dos elementos simbólicos atingiu, com a internet, dimensões muito mais vastas e preocupantes, o que motiva os estudiosos à denúncia e

⁶ Ao ministro da propaganda de Hitler atribuiu-se a frase: “Uma mentira dita mil vezes torna-se uma verdade”. Signates (2019) destaca essa expressão para argumentar que “dizer mil vezes” constitui reiteração, o que representa um modo comunicacional de circulação de uma mensagem qualquer. (Signates, 2019, p. 19).

à busca de terapêuticas para distorções provocadas pela desvinculação orgânica entre comunicação e verdade. (Signates, 2019, p. 19).

Existe um engajamento voluntário das pessoas nas redes sociais, que gera certo “empoderamento”, oferecendo meios de ação para indivíduos comuns, que encontram nessas plataformas digitais e *on-line*, formas de expressar sua indignação, valores, crenças, opiniões e verdades sobre o mundo, mesmo que sejam verdades fabricadas. Jair Bolsonaro se apropriou dessa possibilidade com bastante constância durante a crise ocasionada pela pandemia, o que fez suas “verdades” alcançar uma grande quantidade de pessoas ao mesmo tempo, já que o número de seguidores nas diferentes redes do presidente não parou de aumentar desde as eleições de 2018, se tornando um dos políticos mais populares do mundo nesses ambientes virtuais.

Para Signates (2019, p. 19), o caminho para o enfrentamento das questões envolvendo a naturalização da pós-verdade, passa pela criação de uma espécie de “pedagogia da comunicação, articulada como ciência básica”, fornecendo elementos para que haja uma compreensão mais pormenorizada das formas de comunicação existentes e sua relação com os distintos gêneros de verdade, o que colaboraria também, para a consolidação de uma sociedade mais crítica e conseqüentemente, letrada nos assuntos informacionais e digitais.

2.3 Jair Bolsonaro e o Twitter

Optamos por explorar o Twitter como fonte de análise e coleta de dados, pois é uma rede social que mostra o que “está acontecendo e o que as pessoas estão falando agora” (Twitter, 2021), além de ser uma plataforma que se propõe a servir a conversa pública, com um espaço livre e seguro para debater diferentes assuntos que geram recursividade na vida social.

Também foi uma rede social bastante utilizada por Jair Bolsonaro, apesar de ter menor número de seguidores, representa a rede mais ‘politizada’, que funciona com textos mais curtos de até 280 caracteres, possibilitando debates rápidos, engajamento, com destaque para o *Trending Topics* (que corresponde a seleção de assuntos e tópicos mais falados na plataforma por determinado período de tempo, por meio de um algoritmo que consegue identificar quais termos tiveram maior

crescimento em minutos ou horas, sendo considerado a tendência do momento, podendo expressar um ranking mundial ou nacional.

As falas, ações e posturas públicas de Jair Bolsonaro costumam ocupar o *trending topics* do Twitter, se transformando em assuntos mais comentados. Em 2019, por diversas vezes, o político alcançou os assuntos mais discutidos na internet, o que evidencia a capacidade das suas mensagens alcançarem as pessoas, tanto de forma positiva como negativamente.

Utilizando as noções de Bakhtin (2016), consideramos que os enunciados de Bolsonaro conseguem despertar o ato responsivo⁷ dos indivíduos, já que por vezes, são motivos de controvérsias dentro da sociedade, além de suscitar concordâncias e discordâncias, aplicações na vida prática, levando o sujeito ao uso ou repúdio de tais enunciados.

O estilo de fazer campanha permanente também se manteve como uma característica quase perene do presidente, que não gosta de ser confrontado e nem questionado, tendo uma relação conflituosa com a imprensa, constantemente agredida nos discursos de Bolsonaro. Não parece ser costume do presidente checar as informações antes de publicá-las em suas redes sociais, sendo que em diferentes situações, suas opiniões pessoais e achismos se sobressaíram sobre os fatos e a própria história, na qual Bolsonaro criou seus próprios “regimes de verdade”. Explorando o conceito trabalhado na obra de Michel Foucault, Signates (2019, p. 15) argumenta que:

O movimento operado pelo filósofo francês arranca a verdade do Império da justificação lógica, introduzindo de vez a noção de legitimação como critério de posicionamento de conteúdos verdadeiros ou falsos, em contexto de disputas de poder. A afirmação da verdade constitui-se, assim, uma relação entre modos de subjetivação e modos de objetivação.

⁷ Dessa maneira, a filosofia do ato ético (ou ato “responsível” ou ato responsável) de Bakhtin é, em termos gerais, uma proposta de estudo do agir humano no mundo concreto, mundo social e histórico e, portanto, sujeito a mudanças, não apenas em termos de seu aspecto material, mas das maneiras de os seres humanos o conceberem simbolicamente, isto é, de o representarem por meio de alguma linguagem, e de agirem nesses termos em circunstâncias específicas. O empreendimento bakhtiniano sobre essa questão consiste em tentar mostrar como generalizar acerca das singularidades que são os atos sem perder de vista sua singularidade nem a generalidade! [...] Todos os atos têm em comum alguns elementos: um sujeito que age, um lugar em que esse sujeito age e um momento em que age. (Sobral, 2008, p. 224).

Segundo relatório da Bites (2019), somente no Facebook, Jair Bolsonaro publicou entre o dia 01 de janeiro a 19 de dezembro de 2019, 1.775 posts, com mais de 25 milhões de compartilhamentos. No Twitter, as publicações feitas pelo então presidente, tiveram 12 milhões de retuítes, demonstrando a potencialidade da voz de Bolsonaro, que representa o quarto líder mundial mais seguido nas redes sociais.

Para Brum (2019, n.p.), “Bolsonaro (des)governa o Brasil pelo Twitter”, já que as decisões do presidente partiam da pressão, dos “gritos nas redes sociais”, corrompendo os princípios da democracia, pois Jair Bolsonaro governava apenas para um grupo específico da sociedade (seus apoiadores), colocando todo os outros na posição de “inimigo”, alguém que seria visto como “menos brasileiro”, conseqüentemente, com menos acesso aos direitos básicos e até mesmo o direito à comunicação.

O relatório constatou ainda que o Twitter foi a rede mais utilizada pelo presidente, e dos 5.589 posts publicados em seus diferentes perfis nas redes sociais, 47% foram publicados no Twitter, no qual os termos “Bolsonaro e Jair Bolsonaro representaram 1% do tráfego do Twitter no Brasil” (Bites, 2019, n.p.), dados coletados considerando os últimos seis meses do ano de 2019. Outro dado ressaltado teve relação com os conteúdos publicados pelo presidente em suas diferentes redes sociais, somando mais de 724 milhões de interações, o que fortalece a tese de que:

Bolsonaro manteve a capacidade de impor a sua versão dos fatos sobre temas ou episódios do seu interesse, além de controlar diariamente a narrativa melhor do que os seus adversários. E tudo com a ajuda de um exército virtual que o segue nas redes sociais. (Bites, 2019, n.p.).

As táticas comunicativas da campanha fizeram parte das estratégias de Jair Bolsonaro como presidente, já que ataca quem tece críticas ao seu governo, principalmente a imprensa e seus ‘adversários’. O tom de conspiração e perseguição nas narrativas de Bolsonaro e seus seguidores nas redes sociais pode ser delineado em um vídeo publicado no Twitter como uma metáfora na qual um leão (Jair Bolsonaro) era perseguido por hienas, representadas por veículos de comunicação como O Globo, Estadão, Veja, Folha, além de partidos políticos, organizações e instituições consideradas como adversárias do seu governo (PT, PSL, CUT, OAB, STF, entre outros), como se fosse vítima da conspiração de uma horda de inimigos.

O vídeo termina com o slogan de campanha de Bolsonaro: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”.

Na época, esse vídeo repercutiu negativamente para Bolsonaro, que foi muito criticado pelos membros do STF, com destaque para o então decano Celso de Mello, que chamou o presidente de “atrevido, sem compostura e grosseiro”, afirmando que o vídeo representava um claro desrespeito à Suprema Corte de Justiça e outras instituições. No caso específico, Jair Bolsonaro retira o conteúdo das redes, com a seguinte retratação: “Me desculpo publicamente ao STF, a quem por ventura ficou ofendido. Foi uma injustiça, sim, corrigimos e vamos publicar uma matéria que leva para esse lado das desculpas. Erramos e haverá retratação”. Esse tipo de retratação era comum no governo de Bolsonaro, que por vezes pautava as notícias, outras reagia aos apoiadores e depois recuava, quando a reação negativa se sobressaía sobre o apoio que costumava receber, não importando o constrangimento que ele tenha causado ao publicar esse tipo de conteúdo.

Ao utilizarmos as redes sociais *on-line*, deixamos rastros que são manuseados e retroalimentados pelos internautas, e em algumas situações esses rastros se comunicam conosco, o que nos faz reagir, dando origem a diferentes e conflituosas formações discursivas entre os indivíduos, grupos e comunidades, evidenciando ainda disputas ideológicas e visões de mundo, dinâmica que foi bem visível nessa rede social quando o assunto referia-se ao coronavírus, e que abordaremos na discussão sobre os achados da pesquisa, apontando ainda as controvérsias identificadas nos discursos de Jair Bolsonaro no Twitter.

3 PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL

Como já delineado até aqui, este trabalho procurou traçar um panorama entre democracia, comunicação e cidadania num contexto de crise, que no caso, foi ocasionado pela pandemia no novo coronavírus (COVID-19), com foco no cenário brasileiro, principalmente, sobre a atuação do governo federal na figura de Jair Bolsonaro, o então Presidente da República no período analisado, ou seja, o ano de 2020, onde procuramos identificar como esses eixos analíticos se entrelaçaram durante o período em questão, com alguns recortes sobre os anos subsequentes que contribuíram para o debate.

Analisar a democracia neste contexto se tornou muito importante, pois diversos países já vinham enfrentando crises democráticas em seus modelos representativos, como foi mostrado na primeira parte do nosso estudo. Muitos pesquisadores do sistema democrático no Brasil (Avritzer, 2020; Nobre, 2020; Brum, 2021; Porta, 2019, etc.), temiam pelo regime por causa do governo conservador de Jair Bolsonaro e de seus discursos contra a democracia, que exaltava inclusive a ditadura militar em suas falas públicas, o que acabou gerando um receio de que a pandemia facilitasse a implementação de formas cada vez mais autoritárias de gestão, já que Bolsonaro era extremamente adorado por seus seguidores, com seu populismo conservador, o que poderia lhe garantir legitimidade política.

Como salientado no primeiro capítulo, a comunicação representou outro aspecto extremamente importante para compreender as ações de Bolsonaro durante o período, principalmente, porque o então presidente se apoiou fortemente no uso das redes sociais para alcançar o seu eleitorado e o público em geral.

Como argumentou Signates (2012), a comunicação pode ser vista como um eixo central quando se propõe uma análise dos processos políticos, inclusive de suas crises, já que é através dos processos comunicativos que as informações são produzidas, divulgadas e compartilhadas, e por vezes, compreendida. A cidadania também fez parte desse processo comunicacional, que no caso, foi marcado por uma grave crise na saúde coletiva, afetando sobremaneira a vida das pessoas e a gestão pública, tendo diferentes efeitos negativos na cidadania do país.

Neste capítulo, introduziremos mais especificamente o tema que recobre a pesquisa, ou seja, a pandemia da COVID-19 como uma controvérsia pública, que foi

assunto recorrente nas mídias jornalísticas e nas redes sociais por mais de dois anos, com bastante recursividade durante o ano de 2020, por ser algo inédito e pelos efeitos danosos causados na sociedade como um todo. Iniciamos com uma discussão básica sobre a doença e suas particularidades, procurando evidenciar as características que colocaram esse debate no patamar de uma controvérsia pública nos termos de Venturini (2009) e Latour (2012).

Após, realizamos uma discussão de como a pandemia se alastrou pelo Brasil, com ênfase na gestão do governo federal, situando como esse problema de saúde pública se tornou uma grande tragédia brasileira, principalmente, pela falta de uma gestão coordenada, que acabou impactando negativamente o país se comparado ao cenário mundial, com alarmantes estatísticas relacionadas ao vírus e crescente número de óbitos. Evidenciamos as principais ações de comunicação do governo federal via órgãos oficiais, com destaque para o Ministério da Saúde, responsável pela elaboração de políticas públicas na área de saúde coletiva.

Como esse capítulo também oferece a base de uma discussão teórica sobre a nossa temática, fez parte do percurso apresentar uma discussão mais aprofundada sobre os conceitos de infodemia, desinformação e negacionismo, com foco na pandemia da COVID-19 e suas consequências em um período de crise, já que tais assuntos tiveram grande destaque durante o período analisado, principalmente, pela capacidade de proliferação de conteúdos que circulam nas redes sociais on-line.

Outras temáticas que fazem parte deste capítulo, tiveram relação com a crise da verdade e o ápice da desinformação em um contexto pandêmico, discutindo ainda o papel da pós-verdade nesse cenário, que refletiu diretamente no exercício do mandato de Jair Bolsonaro, como explicitaremos nos dados da pesquisa. Com essa breve discussão do percurso delineado no capítulo, adentramos a discussão.

3.1 Pandemia da COVID-19: uma controvérsia pública

No final de 2019, o mundo se assusta com notícias disseminadas nas redes sociais sobre um possível vírus pandêmico que teria surgido na China, que logo se confirmou nas mídias jornalísticas. Segundo Schueler (2020), pandemia é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a disseminação mundial de “uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de

pessoa para pessoa” (Schueler, 2020, n.p.), ou seja, uma doença infecciosa e contagiosa que se espalha muito rapidamente e acaba atravessando as fronteiras geográficas, indo muito além do seu local de origem.

Como destaca o autor, a humanidade vivenciou diferentes pandemias, que foram históricas e marcaram o desenvolvimento das sociedades e culturas, tais como a Peste Negra (peste bubônica), a Gripe Espanhola, a Varíola, o HIV, o vírus da influenza H1N1, e mais recentemente o novo coronavírus, vitimando milhares de pessoas em diferentes épocas. São muitos os fatores internos e externos que podem facilitar o surto de uma doença epidêmica com potencialidades pandêmicas, tendo muita relação com os hábitos coletivos de higiene e alimentação, além de mutações de patógenos presentes na natureza e nos animais, que acabam por contaminar os seres humanos.

Como já mencionado, neste capítulo iremos adentrar mais especificamente o tema que recobre o nosso objeto de estudo, ou seja, a pandemia da COVID-19 e os seus efeitos no Brasil, com destaque para as diferentes controvérsias fomentadas pelo presidente Jair Bolsonaro acerca do vírus em suas redes sociais, com foco no Twitter, e como isso refletiu no aumento do negacionismo e na consolidação ou prejuízo da cidadania no país.

De acordo com a definição do Ministério da Saúde do Brasil (2020), a COVID-19 trata-se de uma “infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global”, descoberto em pacientes com pneumonia de causa desconhecida, na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, que só foi noticiado como possível pandemia no dia 31 de dezembro de 2019, já que se tratava de um tipo de coronavírus que ainda não tinha sido identificado em seres humanos. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas, 2020):

Ao todo, sete coronavírus humanos (HCoVs) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19. (Opas, 2020, n.p.).

A pandemia do novo coronavírus inaugurou uma controvérsia pública a níveis mundiais, dando origem a uma enxurrada de informações e desinformações em

torno do vírus, além dos modos de contaminação, tratamentos medicamentosos, desenvolvimento de vacinas, casos de corrupção e políticas implementadas que têm pautado os debates jornalísticos, econômicos e sociais, tanto nas redes sociais on-line como no mundo off-line nos últimos três anos, não sendo diferente no Brasil.

Em sentido amplo, o Dicionário Online de Português (2021) define controvérsia como “opiniões distintas acerca de uma ação; discussão polêmica (de alguma coisa) sobre a qual muitas pessoas divergem”, envolvendo embates e conflitos que só se estabilizam quando finda a controvérsia.

As controvérsias surgem quando modos de existência entram em conflito, o que segundo Venturini (2009) possibilita uma melhor visualização do social se constituindo. Também são mais rastreáveis as controvérsias que estão quentes e inacabadas, como era o caso da pandemia do coronavírus quando iniciamos a tese, o que facilita a proliferação de outras controvérsias a partir dessa maior, e na qual muitas opiniões divergem. No caso em estudo, os campos científico, jornalístico e político foram os que mais se destacaram, ocasionando conflitos sociais e disputas pela verdade em torno de um assunto tão sério como a pandemia da COVID-19.

Citando o trabalho de Latour e Venturini, define Cavalcante *et al.* (2017) que as controvérsias são fenômenos complexos que ocorrem na vida coletiva, geralmente possuem ligação com objetos científicos e tecnológicos que ainda não estão estabilizados, como é o caso do novo coronavírus, que gerou uma corrida científica em torno de diferentes incertezas, como exemplo podemos citar as pesquisas sobre a droga mais eficaz para o tratamento da doença, o desenvolvimento de vacinas que possibilitassem a imunização e a criação de anticorpos, e as próprias medidas de contenção do vírus, o que gerou grande recursividade entre os diferentes grupos de atores que compunham o quadro da controvérsia, apresentando em comum, “o fato de envolverem todos os tipos de atores, exibirem o social em sua forma mais dinâmica, serem a redução-resistente, serem debatidas e possuírem conflitos” (Cavalcante *et al.*, 2017, p. 5).

Grisotti (2020) chama a atenção para as grandes rupturas ocasionadas por pandemias, salientando que apesar do avanço científico e tecnologias de ponta, ainda nos apoiamos em dispositivos de biossegurança que denomina como “medievais, ou seja, “de práticas existentes bem anteriores à descrição da teoria dos germes: a quarentena, a instalação de cordões sanitários nas fronteiras dos Estados-nação e o isolamento social” (Grisotti, 2020, p. 1). Essas medidas são

grandes fomentadoras de controvérsias, pois refletem nas políticas sociais, econômicas, de saúde, nas relações interiores e exteriores de um país, o que gera repercussão tanto na mídia como na opinião pública.

A pandemia da COVID-19 se configurou como uma controvérsia que envolveu achados científicos e técnicos, já que se tratava de uma doença infecciosa emergente, com alta capacidade de transmissão, e que não possuía tratamento medicamentoso específico para o combate do vírus, o que gerou uma corrida para o desenvolvimento de vacinas, principalmente por não existir imunidade preexistente.

Alguns pontos destacados por Grisotti (2020) são importantes para compreender os processos que cultivaram a controvérsia, tais como os diferentes protocolos e decisões que se alteravam conforme a dinâmica do vírus se modificava, além de destacar o papel do conhecimento científico (que era incipiente, mas no qual houve grande esforço para alcançar resultados rápidos e eficientes, tanto é que o desenvolvimento de testes e vacinas levaram menos de um ano, algo surpreendente para o campo científico, mas que ocasionou outras controvérsias em torno de questões ligadas à ética, a moral, as etapas do desenvolvimento de pesquisas e o rigor científico.

Conforme expõe Grisotti (2020), existem diferentes dimensões que podem ser analisadas a partir dessa experiência pandêmica (tanto estruturais como subjetivas), que vão desde as respostas dos sistemas de saúde, capacidade de notificação e testagem, produção de conhecimento envolvendo o vírus, formas de tratamento, o papel das agências internacionais de saúde (com destaque para OMS), as relações políticas, os pactos federativos para gestão de crise, as definições do que seriam ou não atividades essenciais, as questões de higiene, o uso ou não de máscaras, a percepção pública da ciência, a desinformação, entre outros.

Mas o que queremos destacar com esse trecho, é que não importa o objeto escolhido, ele é fruto de uma controvérsia maior que é a própria pandemia, que deu origem a outras controvérsias, as quais destrincharemos no decorrer da pesquisa, com foco no caso brasileiro.

3.2 O prelúdio de uma tragédia: a pandemia da COVID-19 chega ao Brasil

De acordo com informações da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas, 2020), inicialmente a OMS declarou que o surto ocasionado pelo novo

coronavírus se tratava de uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), configurando “o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional”, o que possibilitou um empenho global para controlar a propagação do vírus, pois a ESPII é considerada:

[...] um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido a disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata. (Opas, 2020).

A declaração de tal condição cabe ao diretor-geral da OMS, mas só ocorre após um parecer de especialistas convocados pelo Comitê de Emergências do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), cuja função é avaliar os possíveis danos, além de recomendar as medidas que deverão ser promulgadas em caráter emergencial, visando prevenir ou reduzir a propagação global de doenças, evitando ações que interfiram no funcionamento do comércio e tráfego internacional, por exemplo. Mas essa condição foi alterada quando a OMS declarou em 11 de março de 2020, que a COVID-19 passou a ser caracterizada como uma pandemia, o que faz referência à sua distribuição geográfica e não necessariamente a sua gravidade.

O fato é que a partir desse momento, houve a identificação de surtos da doença em diferentes países, o que exigiu condutas mais rigorosas por parte dos governantes e das pessoas em geral.

Como já mencionado, o novo coronavírus surgiu na China no final de 2019, se alastrando rapidamente pelo mundo, “chegou nas Américas no começo de 2020 de forma avassaladora” (Hur; Sabucedo; Alzate, 2021, p. 552), afetando imediatamente as relações políticas e sociais da região, exigindo posicionamentos rápidos e assertivos ligados às relações internacionais, principalmente, relacionadas ao controle sanitário das fronteiras geográficas, portos e aeroportos, já que a potencialidade dos efeitos nocivos do vírus ainda era desconhecida, mas exigia precaução por parte das autoridades competentes, pois se tratava de um vírus com altas taxas de transmissibilidade, segundo informações primárias fornecidas pela OMS (2020).

De acordo com Hur, Sabucedo e Alzate (2021), cada país adotou suas próprias diretrizes, visando frear o alto contágio do vírus, em sua grande maioria, seguindo as orientações da OMS, que representava naquele momento, a maior autoridade no assunto. Mas segundo os autores, no Brasil, as práticas adotadas

foram bastante controversas, principalmente por causa do posicionamento do então presidente Jair Bolsonaro, que preferiu adotar um discurso minimizador sobre a gravidade do vírus e contra as medidas de isolamento social, mesmo que tenha decretado emergência sanitária por causa do novo coronavírus em fevereiro de 2020, quando começaram a surgir as primeiras notícias sobre a gravidade da pandemia.

Somente na segunda quinzena de fevereiro que o Brasil começa a se envolver em questões relacionadas ao controle do novo coronavírus, com a necessidade de repatriação de brasileiros que viviam na cidade chinesa de Wuhan, epicentro da doença. Mesmo com a possibilidade de um vírus pandêmico ter cruzado as fronteiras do país, a maior festa popular nacional, ou seja, o Carnaval, não foi cancelado, o que pode ter contribuído para a proliferação do vírus, já que teve recordes de público em diferentes partes do país, atraindo milhares de turistas de vários estados e nacionalidades.

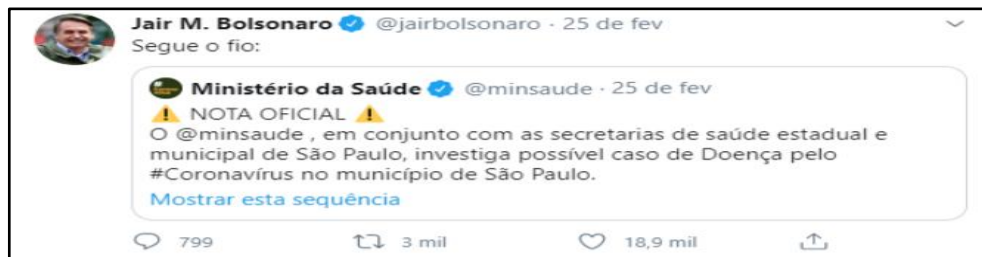
A festa de Carnaval pode ser considerada o prelúdio de uma grande tragédia que começava a ser desenhada no Brasil, pois as autoridades políticas naquele momento desconsideravam os perigos que essa pandemia poderia ocasionar em nossa sociedade. Segundo dados do Conselho Nacional de Saúde (2020), somente no final de fevereiro é detectado o primeiro caso de coronavírus no país, (um turista que estava retornando da Itália, que naquele momento, já era considerada o novo epicentro da doença no mundo). Até esse momento, o Ministério da Saúde argumentava que não tinha casos de transmissão sustentada no Brasil, e apesar de começar a circular algumas informações sobre o vírus e testes, o órgão afirmou que “não há motivo para pânico” (CNS, 2020).

Apesar do governo brasileiro ter decretado estado de emergência sanitária em 4 de fevereiro de 2020 (CNS, 2020), o presidente Jair Bolsonaro falhou como líder, pois não foi capaz de criar um gabinete central para coordenar a crise sanitária no país, o que deu margem para os estados e municípios elaborarem suas próprias ações para o controle da propagação do vírus, criando um enfrentamento desordenado do combate ao coronavírus no Brasil, afetando as relações políticas entre as distintas esferas governamentais.

No final desse mês (25/02), o presidente fez a primeira publicação oficial sobre o tema na sua rede social Twitter, avisando sobre um caso suspeito investigado no país. Mas a partir dessa data, a pandemia virou notícia corriqueira em

suas redes sociais e nas mídias jornalísticas, pois o vírus se alastrou rapidamente pelo mundo, ascendendo o alerta de todas as nações, que começaram a temer as consequências da doença em seus sistemas de saúde, na economia e nas relações sociais de sua população.

Figura 3 - Primeira publicação de Jair Bolsonaro sobre a COVID-19 no Twitter.



Fonte: dados da pesquisa.

A falta de uma linguagem comum de enfrentamento do vírus no país, possibilitou o agravamento da tragédia brasileira em relação ao combate à COVID-19, pois muitas ações fragmentadas e descontínuas foram colocadas em prática, mas sem a anuência da União, acabou criando conflitos internos entre os governadores de estado com o presidente da república, o que afetou o bom andamento das políticas públicas implementadas, prejudicando a população de um modo geral.

O Ministério da Saúde (2020) regulamentou critérios de isolamento e de quarenta em 13 de março, mas apenas para pacientes com suspeita ou diagnóstico confirmado de COVID-19. Segundo dados da instituição, a primeira morte também ocorreu em março, e aqui começa um pesadelo para o país, com a transmissão comunitária. Quando termina o mês, o Brasil já possui mais ou menos 5 mil casos diagnosticados e mais de 160 pessoas mortas pela COVID-19. Também foi em meados de março que os Estados e Municípios começaram a decretar medidas de emergência na saúde pública, suspensão de serviços e aulas presenciais em decorrência do novo coronavírus, seguindo as orientações da OMS e regulamentações do Ministério da Saúde.

Como salientado, as ações de prevenção de contaminação e controle do vírus não foram coordenadas em um gabinete de crise central, o que pode ter sido um dos principais problemas enfrentados no país, que a partir de então perdeu

totalmente os níveis de controle de propagação, mesmo com os diferentes *lockdowns*⁸ implementados pelos gestores estaduais e municipais.

Para Werneck e Carvalho (2020), a pandemia da COVID-19 no Brasil representou a crônica de uma crise sanitária anunciada, pois ainda é um país com baixos índices de saneamento básico, grande desigualdade social, habitações aglomeradas em periferias, com pouco espaço para as próprias famílias realizarem o distanciamento físico em casa, falta de água potável em algumas localidades e outros problemas sociais que agravaram a capacidade de transmissão e contágio desenfreado do vírus.

Werneck e Carvalho (2020) dividiram as respostas à pandemia a partir de quatro fases, são elas: contenção, mitigação, supressão e recuperação. Para os pesquisadores, o Brasil demonstrou falhas de execução em todas as etapas, seja por falta de preparo logístico, vontade política, conhecimento, investimento científico, ou ainda pelo excesso de desinformação circulante, além do negacionismo, tiveram outros fatores que prejudicaram a implementação de ações eficientes para o enfrentamento da pandemia, que se estendeu por um longo período.

A primeira fase chamada de contenção envolve os registros de casos, rastreamento de possíveis contaminados, com atenção sobre os turistas e repatriados que chegavam de locais com surtos do vírus, evitando a transmissão comunitária, mas o Brasil além de ser um país com grande extensão territorial, não executou bem essa primeira fase, pois demorou implementar certo tipo de contenção, quando o vírus já estava em transmissão local, o que se tornou muito difícil de monitorar, principalmente por causa da demora para identificar o indivíduo contaminado e seus rastros. Também faltaram estratégias de testagem em massa, refletindo nos dados e estatísticas, gerando subnotificação dos casos positivos e de mortes.

De acordo com os autores, a fase de mitigação ocorre quando começa a ter transmissão sustentada, condição que alcançou o Brasil em março de 2020 (relativamente no começo da pandemia). As principais medidas nessa fase é

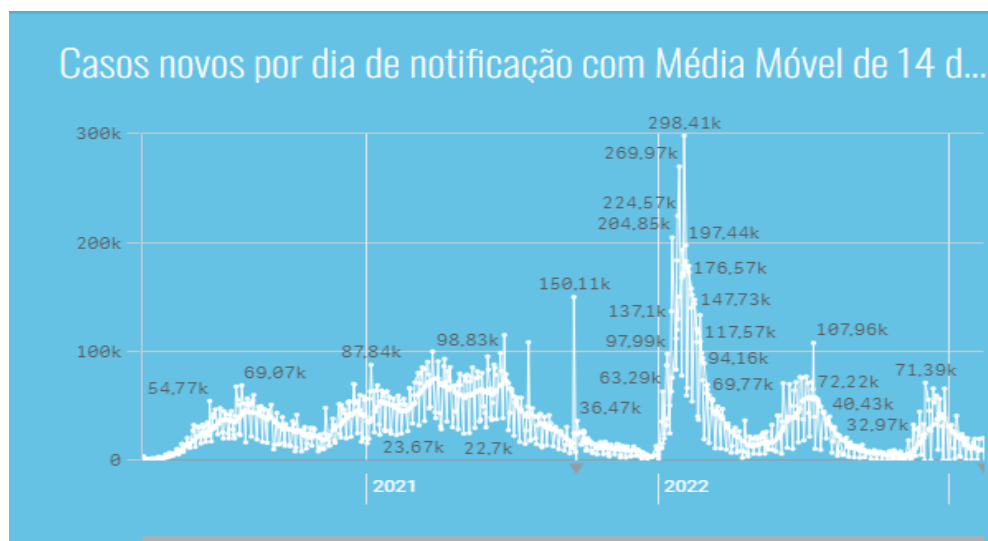
-
- ⁸ Lockdown é uma palavra de origem inglesa e significa: isolamento ou restrições de acesso imposto como uma medida de segurança, podendo se referir a qualquer bloqueio ou fechamento total de alguma coisa, especialmente um lugar. Lockdown resulta de uma imposição do governo e independe da vontade do cidadão, podendo haver multa ou penalização em razão do seu descumprimento. Bloqueio que restringe a circulação de pessoas em áreas e vias públicas, incluindo o fechamento de fronteiras. (DICIO - Dicionário Online de Português, 2023).

proteger e diminuir os níveis de transmissão para os grupos de risco, realizando isolamentos verticais de casos positivos ou suspeitos. Nesta etapa, acontecem as primeiras restrições sanitárias e de encontros presenciais, diminuindo os eventos públicos, procurando reduzir a circulação de grande volume de pessoas, ou ainda como se ocasionou a dizer “*flattening the curve*” (achatar a curva) da epidemia (Werneck; Carvalho, 2020), algo que se tornou uma das tarefas mais difíceis durante todo o período, e que só começou a mostrar resultados mais efetivos após o início da vacinação, depois de muita caos e vidas perdidas.

E diferentemente da maioria dos países que tiveram picos de contaminação nomeadas de ondas, a do Brasil praticamente se manteve estável em uma única onda, que se tornou mais acentuada a partir de janeiro de 2021, numa escala crescente que bateu o recorde de mais de 298 mil diagnósticos positivos para COVID-19 no dia 03 de fevereiro de 2022 (Reuters, 2022) o que refletiu também, na alta taxa de ocupação de leitos hospitalares e aumento de vítimas fatais.

As estatísticas da COVID-19 no país são muito alarmantes, considerando que o “Brasil tem 2,7% da população mundial e concentra quase 13% das mortes no mundo” (Hallal, 2021 *apud* Agência Senado, 2021). A figura abaixo expõe a gravidade da crise ocasionada pelo novo coronavírus, que até janeiro de 2023 já tinha vitimado mais de 697 mil pessoas somente no Brasil, com mais de 6 milhões de óbitos em todo o mundo.

Figura 4 - Curva de contaminação pela COVID-19 no Brasil
(abril de 2020 até janeiro de 2023).



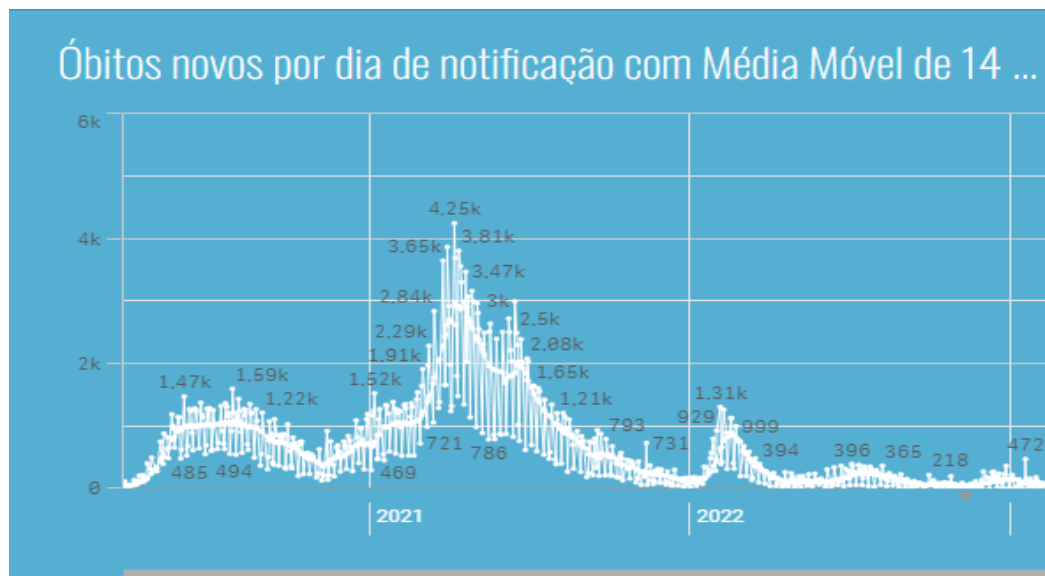
Fonte: Ministério da Saúde.

A terceira fase seria a de supressão, que tinha como objetivo evitar o colapso dos sistemas de saúde, tentando corrigir políticas ineficazes, adotou-se medidas de isolamento horizontal, quando as outras fases se tornaram insuficientes e a curva não parava de subir. Esse tipo de isolamento representou uma política bastante controversa, dividindo a opinião pública, autoridades políticas e especialistas, o que gerou muito conflito no país, refletindo profundamente na economia e nas relações interpessoais.

Essa terceira fase foi bastante extensa, mas sem grandes planejamentos entre governadores e prefeitos, e destes com o governo federal, se expressando numa espécie de “cabo de guerra”, que foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou governos locais a traçar medidas contra a COVID-19 sobre assuntos que envolvia o isolamento social, uso de máscaras, restrições de comércios, vacinação, investigação epidemiológica, manejo de cadáveres, testagem, entre outros.

Para os autores, o Brasil permaneceu durante muitos meses mergulhado nessa terceira fase mal elaborada, gerando muitos prejuízos para os brasileiros, com altos índices de desemprego, decretação de falência, aumento das disparidades econômicas, fome, miséria, além da curva ascendente com números de contaminados e óbitos, principalmente durante o primeiro semestre de 2021.

Figura 5 - Curva de óbitos pela COVID-19 (abril de 2020 até janeiro de 2023).



Fonte: Ministério da Saúde.

Segundo Rosa (2021), o mês de abril de 2021, pode ser considerado o mais letal da pandemia no país, tendo sido registrados mais de 82 mil óbitos em decorrência das complicações do vírus, o que deixou marcas profundas nas famílias que perderam seus entes queridos, de modo abrupto e para uma doença que já tinha vacinas disponíveis, mas que não foram compradas a tempo de salvar essas vidas, o que evidencia o descaso de algumas autoridades políticas.

A figura 5 expõe um gráfico com diferentes picos de mortes durante os três anos de pandemia, no qual podemos verificar que os primeiros meses de 2021 somou mais casos fatais que todo o ano de 2020, o que demonstra um total descontrole nessa fase de supressão, que ainda não tinha acontecido no país em 2021, apesar de ter começado a ter a resposta imunológica da vacinação (tardia e lenta) e o aumento de pessoas testadas.

De acordo com Werneck e Carvalho (2020), a quarta fase refere-se ao período de recuperação, ocorrendo somente quando as taxas de contaminação e morte mostram involução, com casos residuais. Essa etapa envolve recuperação econômica e reestruturação social, com maiores intervenções do Estado para solucionar os problemas e os efeitos negativos advindos da pandemia.

Em meados de 2021 ainda era uma fase que parecia distante da nossa realidade, apesar de compor os discursos de políticos e mandatários que tinham o intuito de retomar rapidamente as atividades econômicas, sem considerar as questões ligadas à saúde coletiva das pessoas, gerando outras controvérsias, já que a guerra de narrativas em torno do vírus, seus efeitos e formas de tratamento, ocasionaram disputas sociais, refletindo nas ações pessoais dos indivíduos, afetando o controle da doença no país.

Gomes e Bentolila (2021) ressaltam a importância da comunicação e da gestão da informação no setor da saúde em situações de desastre e emergência, como define a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), garantindo que exista coerência entre os planos de emergência e os programas de gestão de risco dos países afetados, e geralmente, a OMS e a OPAS são as referências internacionais que orientam as ações, mas afirmam que no Brasil, essas orientações foram contraditórias e antagônicas, principalmente, pela postura comunicacional do presidente Jair Bolsonaro, que atuou de forma negacionista e descomprometida com as orientações dessas agências internacionais, que são consideradas autoridades máximas em saúde coletiva no mundo todo.

As redes sociais também foram determinantes para cultivar as controvérsias sobre o vírus, pois representam um ambiente propício para a circulação de informação e desinformação em larga escala, o que pode ter afetado a percepção das pessoas sobre a gravidade da pandemia. Ademais, foi um ambiente informacional muito utilizado pelo presidente Jair Bolsonaro para divulgar informações e orientações sobre o vírus, com destaque para o Twitter, o Instagram e o Facebook, que juntas somam mais de 55 milhões de seguidores, o que faz sua mensagem alcançar uma variedade enorme de públicos, entre apoiadores e críticos ao seu governo.

3.3 Governo Federal e a pandemia da COVID-19 no Brasil

Teoricamente, o governo federal tem papel decisivo diante de situações de calamidade pública, como é o caso da pandemia da COVID-19, principalmente, por envolver um problema de saúde coletiva, que reflete nas relações sociais e na economia. Segundo informações publicadas no site da Controladoria-Geral da União (CGU), foram adotadas diferentes medidas de urgência em função da emergência internacional decorrente do novo coronavírus, com o objetivo de canalizar a atuação dos órgãos e instituições públicas na luta contra a pandemia.

No portal da CGU (Brasil, 2021) foi realizado um compilado das principais informações, ações e medidas decretadas a níveis nacionais para o enfrentamento do vírus, além do redirecionamento para outras instituições federais que também adotaram medidas em função do novo coronavírus e serviram de parâmetro para todo o território nacional.

No portal da CGU são definidas algumas categorias iniciais, geralmente representando a área de atuação em que a política pública foi implementada, com abas de redirecionamento para as ações específicas ou órgãos executores, que vai delineando as diferentes medidas adotadas pelo governo federal, o que confere também, determinado caráter de autoridade e legitimidade, por ser considerada uma fonte fidedigna de informação, já que se trata de uma página oficial de comunicação do governo com a sociedade.

No quadro abaixo, propomos um resumo dessas ações, que nos servirá de base para discutir as contradições identificadas entre as ações oficiais do governo federal com as controvérsias fomentadas por Jair Bolsonaro.

Quadro 3: Resumo das ações do governo federal na luta contra a pandemia -
Controladoria Geral da União -CGU.

Área/categoria	Ações	Descrição
Saúde	Números no Brasil	“Painel do Ministério da Saúde com informações sobre casos confirmados da COVID-19, óbitos e índices de letalidade. Dados por unidade da federação e evolução dos casos confirmados por dia”.
Saúde	Sobre a Doença	“Informações do Ministério da Saúde sobre sintomas, transmissão, incubação e comparação com outras doenças respiratórias, além de orientações para empresas, escolas e outros setores atingidos”.
Saúde	Leitos e Equipamentos	“Painel do Ministério da Saúde com a quantidade de leitos e insumos, como testes, máscaras e luvas, por estado. Objetivo é informar tudo o que foi comprado ou doado e distribuído para enfrentar a pandemia”.
Saúde	Profissionais e Gestores de Saúde	“Orientações do Ministério da Saúde sobre protocolo de manejo clínico, plano de contingência nacional por estado, lista de hospitais de referência e procedimento operacional padronizado, entre outras”.
Saúde	Aeronaves e Embarcações	“Orientações sanitárias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que devem ser tomadas por tripulantes de aeronaves e embarcações em viagens nacionais e internacionais e companhias aéreas brasileiras e no exterior”.
Saúde	Boletins Epidemiológicos	“Publicação técnico-científico, produzida pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, com informações de monitoramento e investigação de doenças específicas sazonais”.

Campanhas e Informações	Todos por Todos	“Campanha do governo federal para estimular o movimento solidário, captando ofertas de serviços à população e propostas de doações aos governos, para o enfrentamento à pandemia do novo coronavírus”.
Campanhas e Informações	Arrecadação Solidária	“Apoio a entidades sem fins lucrativos que atuem com grupos vulneráveis da sociedade. As doações podem ser realizadas por transferência bancária ou via cartão de crédito, por pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no exterior. O valor mínimo é R\$ 30”.
Campanhas e Informações	Notícias	“Acompanhe as últimas notícias do governo federal para combater a pandemia da COVID-19 no Brasil. As informações são atualizadas com base nas ações diárias de enfrentamento adotadas pelos órgãos e entidades do governo”.
Apoio e Auxílios Emergenciais	Auxílio Emergencial	“Benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, com o objetivo de fornecer proteção emergencial no período da crise causada pelo coronavírus”.
Apoio e Auxílios Emergenciais	Auxílio emergencial: Devolução	“Para as situações de pagamentos indevidos do Auxílio Emergencial, o beneficiário, ciente de sua não elegibilidade ao benefício, pode providenciar a sua devolução, acessando o endereço eletrônico disponibilizado”.
Apoio e Auxílios Emergenciais	Vamos Vencer	“Ministério da Economia publica informações oficiais e atualizadas aos empresários sobre o trabalho emergencial feito pelo governo federal. Medidas excepcionais e temporárias para manter empregos durante o estado de calamidade pública”.

Apoio e Auxílios Emergenciais	Manutenção emprego e renda	“Programa Emergencial oferece medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública. O benefício poderá ser pago quando houver redução proporcional de jornada de trabalho e de salário; e suspensão temporária do contrato de trabalho”.
Gastos Federais	Orçamento Federal	“Orçamento federal, separado por órgão, específico para o enfrentamento do coronavírus. Os valores da consulta não representam todos os investimentos do governo no combate à pandemia, já que vários órgãos podem executar despesas por meio de outros programas e ações já previstas no orçamento”.
Gastos Federais	Painel da Ação Orçamentária	“Painel da Controladoria-Geral da União reúne dados consolidados e com linguagem cidadã sobre o orçamento destinado ao combate da pandemia da COVID-19. Traz o ranking dos órgãos e entidades executoras, bem como o dos favorecidos, entre outras informações”.
Gastos Federais	Execução da Despesa	“Execução das despesas específicas do governo federal para o enfrentamento do coronavírus. Os valores da consulta não representam todos os investimentos do governo no combate à pandemia, já que vários órgãos podem executar despesas por meio de outros programas e ações já previstas no orçamento”.
Gastos Federais	Gastos com a COVID-19	“Painel do Tesouro Nacional traz os gastos da União com o combate à COVID-19. Há valores do benefício emergencial para manutenção do emprego e renda, da ajuda a pessoas vulneráveis e do auxílio aos estados, municípios e DF, entre outras informações. Os

		dados são atualizados diariamente”.
Contratos e Licitações	Contratações do MS Combate ao surto coronavírus	“Contratações feitas pelo MS, com base na Lei nº13.979, de 06/03/2020, que dispõe, dentre outras medidas de enfrentamento ao coronavírus, sobre licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao combate à pandemia da COVID-19”.
Contratos e Licitações	Painel contratações Relacionadas à COVID-19	“Ferramenta permite acompanhar as despesas da União, estados, DF e municípios na aquisição de bens, insumos e contratação de serviços relacionados à COVID-19. Objetivo é indicar aos gestores referencial de preços, com o objetivo de auxiliar a obtenção da melhor compra”.
Contratos e Licitações	Painel de Compras e Contratos COVID-19	“Dados de pregões, dispensas e inexigibilidades de licitação cadastradas no Comprasnet tendo como fundamento legal o art. 4º da Lei 13.979/20, bem como contratações feitas com base em outras hipóteses legais, mas que contenham palavra-chave relacionada à pandemia nos objetos e nas justificativas da compra”.
Transparência e Participação Social	Denúncias e Manifestações de ouvidoria	“Canal exclusivo para o recebimento de manifestações de ouvidoria relativas ao coronavírus na plataforma Fala.BR. Canal recebe ocorrências relativas à prestação de serviços ou à atuação de agentes públicos nas ações de enfrentamento à disseminação do novo coronavírus”.
Transparência e Participação Social	Relatório de manifestações de ouvidoria	“Relatório semanal com dados sobre denúncias, sugestões e outras manifestações de ouvidoria relacionadas ao coronavírus. Há dados por órgão e por tipo de ocorrência, bem como evolução diária da quantidade de manifestações”.

Transparência e Participação Social	Acesso à informação sobre o coronavírus	“Acesse o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) e encaminhe, sem burocracia, pedidos de acesso à informação sobre o coronavírus, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal”.
Pesquisa e Inovação	Tecnologia e Inovação	“Página do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI) reúne informações sobre tecnologias que podem ser úteis para ações dos atores do Sistema de Inovação brasileiro e possam contribuir, assim, para o enfrentamento da pandemia da COVID-19”.
Pesquisa e Inovação	Observatório COVID-19 Fiocruz	“Observatório da Fundação Oswaldo Cruz apresenta análises, tecnologias e soluções para o combate ao coronavírus. A plataforma é colaborativa, permitindo a divulgação de trabalhos desenvolvidos nos diversos laboratórios, grupos de pesquisas e setores da Fiocruz”.
Pesquisa e Inovação	Ciência Aberta é Vida	“Criada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), a iniciativa traz informação científica de livre acesso sobre o Coronavírus, como artigos científicos, dados de pesquisa, ensaios clínicos, teses e outros materiais de pesquisadores do mundo todo”.
Legislação	Legislação federal aplicada à COVID-19	“Atualização diária dos atos normativos do governo federal sobre a COVID-19. São medidas provisórias, projetos de leis, decretos, portarias, resoluções e instruções normativas editadas em função da pandemia”.

Fonte: Controladoria-Geral da União (Brasil, 2021).

E apesar de todas essas ações e medidas implementadas a níveis federais, foi justamente a ineficiência do governo federal no combate à pandemia, compra de vacinas, distribuição de medicamentos e insumos que acabaram motivando ações no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Tribunal de Contas da União (TCU) contra o governo federal. Geralmente, as ações solicitavam a autonomia dos estados e prefeituras para decidir sobre medidas sanitárias locais, já que não foi colocado em prática um plano nacional de ação.

Para exemplificar o debate, Celso Fernandes Campilongo, professor e vice-diretor da Faculdade de Direito da USP, destaca que apesar das tentativas de diálogo, as ações na justiça “refletem a irracionalidade do Executivo, a falta de uma direção clara e o prejuízo que isso vem causando ao País como um todo e à atividade econômica em particular” (Campilongo, 2021, n.p.), o que foi reafirmado no documento subscrito “boa parcela do PIB brasileiro”, assinado por grandes banqueiros, economistas e industriais, demonstrando a insatisfação com a atuação do Executivo diante da crise da COVID-19, já que algumas ações atingiram níveis de ilegalidade e inconstitucionalidade, por meio da implementação de políticas desastrosas de combate ao vírus.

É possível perceber uma regularidade de sentido informativo em todas as políticas implementadas pelo governo federal e apresentadas no site da CGU, com forte destaque nas noções de quantidade, agregando intensidade às informações publicadas. Na categoria saúde, as políticas foram divididas em informações sobre o vírus, insumos; painel de dados, orientações do MS sobre protocolos de ação, orientações sanitárias e publicação de dados.

As campanhas financeiras também se mostraram um pouco contraditórias com a função do Estado, principalmente na gestão de Bolsonaro, que tem discursos contra políticas assistencialistas. O site destacou três campanhas impulsionadas pelo governo: Todos por todos (foca em doações para os governos para o enfrentamento da COVID-19 e captação de serviços para população); arrecadação solidária (que propõe auxiliar instituições sem fins lucrativos a receberem doações em dinheiro a partir de R\$30); e notícias (que corresponde a todo material produzido e divulgado das ações realizadas pelo governo federal e os órgãos federais).

Seguindo o modelo de divulgação, na categoria Apoio e Auxílios Emergenciais o foco são as políticas implementadas no campo do trabalho, na economia com o auxílio financeiros para os brasileiros desempregados e sem renda

fixa, além dos beneficiários do Bolsa Família e Cad Único. Nessa parte tem uma política que permite determinado retorno do público, já que lidava com a devolução de recursos recebidos de forma irregular do programa de Auxílio Emergencial da Caixa, mas que se resumiu a uma questão burocrática. Em relação a categoria Gastos Federais, basicamente é exposto todo tipo de gasto com políticas e medidas em torno da COVID-19, que vai desde o orçamento, consultas, dados e execução de despesas, afirmando assim, existir uma linguagem cidadã, garantindo os princípios da Lei 13.460 de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos da administração pública.

Em Contratos e Licitações é disponibilizado orientações de preços como referência para os gestores estaduais, municipais e da União para realizar a melhor compra e contratações relacionadas à COVID-19, além de ser possível acompanhar os processos de despesa e pregões. Aparentemente, a categoria nomeada de Transparência e Participação Social é a única que de fato permite uma aproximação dos cidadãos com o governo, pois é permitido solicitar informações sobre a doença e os gastos públicos, o que possibilita uma maior transparência e também faz uma ponte com a ouvidoria, recebendo informações, denúncias e manifestações relacionadas ao vírus, o que posteriormente é publicado em forma de relatórios e informações de fácil visualização na própria página.

No Observatório da Fiocruz são disponibilizados dados e análises de pesquisa e tecnologias úteis para o combate e controle da doença, além de ser uma plataforma colaborativa que permite a divulgação de trabalhos e pesquisas produzidas por outros laboratórios e grupos de pesquisa. Outra ação que procura aproximar os cidadãos com dados confiáveis tem relação com o projeto Ciência Aberta, que divulga pesquisas, artigos e teses sobre o assunto, além do link que disponibiliza os arquivos de legislações específicas já aprovadas em níveis federais sobre o coronavírus.

A maioria das 27 ações descritas no quadro se relacionam direta ou indiretamente com o investimento financeiro do governo federal no combate à pandemia. E apesar do montante de dinheiro gasto, o Brasil foi considerado um dos países que enfrentou mal a crise imposta pelo coronavírus, agravada pela má gestão do dinheiro público em diferentes esferas governamentais, mas que teve maior impacto no governo federal por ser o responsável por distribuir os recursos e fiscalizar as verbas. Para a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), uma

das grandes falhas do governo federal nas ações implementadas girou em torno das estratégias de comunicação com a sociedade, sendo que algumas nem chegaram a sair do papel, ou seja, da fase de planejamento.

As campanhas de comunicação do governo federal sobre a pandemia foram alvos de investigação no TCU, Ministério Público e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado, sendo que a Justiça ordenou que o governo federal via Ministério da Saúde adotasse campanhas de comunicação anti-Covid, evidenciando a importância da vacinação, do uso de máscaras e a necessidade de distanciamento físico (Lima, 2021).

Na decisão da juíza Paula Becker, foi determinado que o governo indicasse um porta-voz para entrevistas coletivas “por ao menos três vezes por semana” e que alcançasse todos os meios de comunicação, já que a Procuradoria teria apresentado dados que no entendimento do MP, evidenciaram que o governo federal não investiu na informação de qualidade para combater a pandemia, o que pode ter refletido no aumento constante do número de casos e de mortes.

O Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (Cepedisa) da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), em conjunto com o Conectas Direitos Humanos elaboraram uma série de boletins informativos sobre direitos frente à pandemia da COVID-19, e na edição nº 10 foi realizado um mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à COVID-19 no Brasil, na qual foi constatado que no âmbito da União foram editadas 3.049 normas, somente durante o ano de 2020, o que expressa um excesso de regras para tratar da pandemia, expondo certa desorientação do governo federal diante desse grande problema de saúde pública no país.

De acordo com os pesquisadores que elaboraram essa edição do boletim, houve uma estratégia deliberada do governo federal de disseminação da COVID-19 no país, o que demonstrou um ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil. Segundo Ferreira *et al.* (2020, p. 2), “a inflação normativa reflete o descalabro da resposta brasileira à pandemia”, pois naquele momento o país já tinha ultrapassado 210 mil mortos.

Para os autores, o Poder Executivo renunciou aos seus deveres de coordenação do Sistema Único de Saúde, negligenciando a organização da vacinação nacional, inclusive atrasando a compra de vacinas devido a sua postura

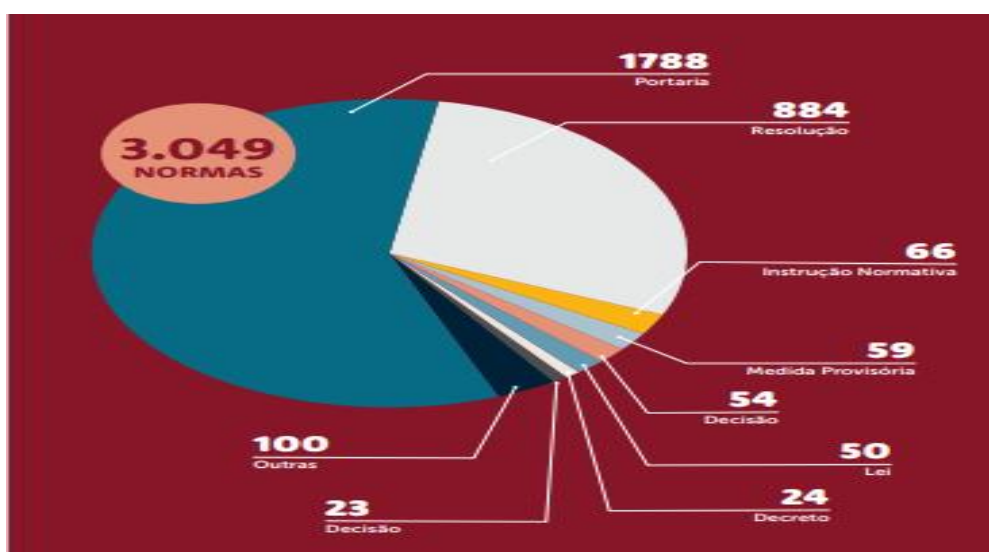
negacionista diante da pandemia, o que refletiu também na falta de um federalismo cooperativo e solidário, que poderia ter sido o grande trunfo do governo brasileiro.

As 3.049 normas relativas à Covid-19 coletadas por nossa pesquisa no âmbito da União corroboram a ideia de que onde há o excesso de normas há pouco direito. Trata-se de um acervo normativo que resulta do embate entre a estratégia de propagação do vírus conduzida de forma sistemática pelo governo federal, e as tentativas de resistência dos demais Poderes, dos entes federativos, de instituições independentes e da sociedade. (Ferreira *et al.* 2020, p. 2).

Segundo os autores, o governo federal buscou obstruir constantemente as respostas locais dos governos estaduais, promovendo inclusive uma propaganda contra a saúde pública com sua postura negacionista, o que pode ter influenciado na conduta dos indivíduos diante do vírus.

Os pesquisadores argumentam que essa atitude do governo federal de não assumir de forma coordenada as ações de combate ao vírus, colocou desafios à cidadania brasileira, pois houve uma confusão de quais normas os indivíduos deveriam obedecer, se as provenientes da União ou as dos Estados e Municípios, afetando a possibilidade de um retorno seguro da “normalidade” social e econômica. Das 3.049 normas editadas no Brasil relacionadas à COVID-19 no âmbito da União em 2020, 59 foram de medidas provisórias em relação ao total de 108 medidas provisórias editadas no mesmo ano, além de mais de 1700 portarias e 800 resoluções, como evidencia a figura abaixo:

Figura 6 - Normas relacionadas à COVID-19 no âmbito da União - 2020



Fonte: Ferreira et al. (2020, p. 4).

A pesquisa apontou intensa atividade normativa advinda do Poder Executivo relacionado à pandemia da COVID-19, o que pulverizou a regulação da emergência, limitando também o papel do Poder Legislativo, o que pode ter favorecido a judicialização da saúde, “pois a conformidade dos atos normativos do Poder Executivo com a lei e com a Constituição Federal é frequentemente questionada junto ao Poder Judiciário” (Ferreira *et al.*, 2020, p. 4), sendo que a falta da participação cidadã na elaboração dessas normas representou uma das características que marcaram o período, o que pode ter afetado ainda a eficiência da resposta de combate ao vírus, demonstrando o antagonismo explícito na relação cultivada entre o governo federal com a sociedade civil.

Para os pesquisadores, o excesso de normas atuou de modo fragmentado e até contraditório, pois era difícil conciliar e interpretar todas as normas federais com as entidades estaduais e municipais, criando uma rede de controvérsias em torno da pandemia e do seu enfrentamento, prejudicando de modo sem precedentes a população brasileira.

Em um caso de emergência de saúde pública com essa envergadura, se torna extremamente necessário a existência de um gabinete de crise nacional, para gerir e editar normas que fossem aceitas em todo o território nacional, com a participação dos governadores e prefeitos de todos os Estados brasileiros, além de entidades da sociedade civil, visando o bem comum e conseqüentemente um menor número de óbitos. Salientam os autores que quem participa da elaboração de normas tende a contribuir para sua execução, o que acaba sendo decisivo em contextos de emergência, mas esse não foi o caso brasileiro.

No período analisado, o Ministério da Saúde foi o órgão que mais editou normas, totalizando 865, seguidos do Ministério da Economia com 514, Anvisa com 382, além de 166 normas da Presidência da República. Outras entidades federativas também editaram suas normas, como o Ministério da Infraestrutura com 128, o Ministério da Cidadania com 121 e o Ministério do Desenvolvimento Regional com 102. A Educação foi muito afetada pela pandemia, sendo editada 99 normas referentes ao Ministério da Educação, seguidas de 69 do Ministério do Turismo, 64 do Ministério de Minas e Energias, 60 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (que posteriormente se dividiu também no Ministério das Comunicações), 57 do Ministério da Justiça e 41 do Ministério do Meio Ambiente, entre outras que completam as 3.049 normas editadas no período.

Neste boletim especificamente, foi desenhada uma linha do tempo que explica a estratégia federal de disseminação da COVID-19, configurando nas palavras dos pesquisadores como “um ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil” (Ferreira *et al.*, 2020, p. 6).

Segundo os autores, o Plano de Contingência para a resposta à COVID-19, elaborado em fevereiro de 2020, diferentemente de outros países, não fez referência à ética, direitos humanos ou liberdades individuais, o que evidencia o descaso com a Lei 13.979 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e com o Regulamento Sanitário Internacional vigente no país, que preza por essas questões.

Ferreira *et al.* (2020, p. 6) afirmam que houve uma “estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo governo brasileiro sob a liderança da Presidência da República”, o que representa um atentado contra a saúde coletiva dos indivíduos e contra os direitos humanos em todos os aspectos, ferindo inclusive a Constituição Federal em seus princípios básicos que é resguardar o direito à vida. A pesquisa destacou três eixos que compõem a linha do tempo que comprovam tal argumento, expostas em ordem cronológica, são eles:

1. atos normativos da União, incluindo a edição de normas por autoridades e órgãos federais e vetos presidenciais; 2. atos de obstrução às respostas dos governos estaduais à pandemia; e 3. propaganda contra a saúde pública, aqui definida como o discurso político que mobiliza argumentos econômicos, ideológicos e morais, além de notícias falsas e informações técnicas sem comprovação científica, com o propósito de desacreditar as autoridades sanitárias, enfraquecer a adesão popular às recomendações de saúde baseadas em evidências científicas, e promover o ativismo político contra as medidas de saúde pública necessárias para conter o avanço da Covid-19. (Ferreira *et al.*, 2020, p. 6).

Essa cronologia não teve a intenção de ser exaustiva, mas evidenciar o modo como o governo federal agiu de forma deliberada para disseminar o vírus, com o intuito principal de retomar as atividades econômicas, não importando as consequências para a saúde coletiva dos brasileiros, o que afasta a interpretação de incompetência ou negligência por parte do governo diante da sua atuação frente à crise sanitária.

A opção de priorizar o eixo econômico ao invés de uma contenção responsável da doença, constitui uma grave violação dos direitos à vida e a saúde, o que acelerou o número de contaminados e conseqüentemente de mortes, que

poderiam ser evitadas, se tivesse tido uma política que preservasse os direitos básicos contidos na Constituição Federal, o que reforçou a necessidade de discutir com seriedade os possíveis crimes cometidos na esfera federal contra os brasileiros, como crimes contra a saúde pública, crimes de responsabilidade e crimes contra a humanidade durante a pandemia de COVID-19 no Brasil, o que posteriormente até aconteceu na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da Pandemia), instaurada em 2021, mas sem grandes efeitos práticos.

3.4 O Ministério da Saúde e o enfrentamento da COVID-19

O Ministério da Saúde (MS) permaneceu no centro da controvérsia em torno da pandemia da COVID-19, pois é o órgão ligado ao governo federal responsável por elaborar, implementar e acompanhar as políticas de saúde pública no país, inclusive com responsabilidade de elaborar a logística de compra e distribuição de equipamentos e insumos.

Entre janeiro de 2020 a meados de maio de 2021, foram publicadas no site oficial 823 informações contendo as palavras-chave: coronavírus, COVID-19 e pandemia, sendo que dessas, 450 foram classificadas como notícias, o resto foram classificadas como normas, boletins e outras questões técnicas divulgadas pela pasta.

O site do MS criou uma página específica para abordar os temas ligados à pandemia da COVID-19, que se encontra ativo por mais de três anos. Não podemos nos esquecer que o padrão do vírus foi se alterando ao longo do tempo, com períodos de picos mais intensos de contaminação e outros de óbitos, já que a própria gravidade do vírus foi se modificando conforme o país atingia níveis mais altos de imunização, além das diferentes cepas do vírus que surgiram com a evolução da pandemia, algumas mais graves do que outras.

Abaixo podemos visualizar o layout que direciona o usuário para links específicos sobre o vírus, contendo informações básicas para compreender a dinâmica de contaminação e tratamento, além de direcionar para uma página contendo os dados oficiais da COVID-19 no país:

Figura 7 - Links para compreender o vírus da COVID-19 no Brasil

O que é a Covid-19?	Como é transmitido?
Sintomas	Como se proteger?
Diagnóstico	Estou doente: o que fazer?
Atendimento e fatores de risco	Dados COVID-19 no Brasil

Fonte: Ministério da Saúde.

Também é possível explorar mais detalhadamente as medidas específicas de atuação do MS sobre o tema, desde ações estratégicas, boletins epidemiológicos atualizados, a atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) diante da grave crise de saúde pública, como documentos oficiais divulgados pela pasta e pelo governo federal como um todo, facilitando a pesquisa de campo e a construção segura de um compilado de informações sobre a doença e suas diferentes mutações desde 2020, possibilitando ainda uma análise comparada dos dados oficiais do país sobre o coronavírus e sua evolução.

Figura 8 - Links de assuntos específicos sobre a COVID-19 no Brasil

Ações Estratégicas	Avaliação de Risco para covid-19	Boletins Epidemiológicos COVID	Coronavírus SUS
Informes Técnicos	Ofícios Circulares	Publicações Técnicas	Mutações Genéticas
Notas Técnicas	Notas Informativas	PrevCov	Serviços de Saúde
Suporte aos Estados	Painel de Leitos	Relatórios Covid-19	

Fonte: Ministério da Saúde.

Durante o período mais intenso da crise pandêmica, o MS teve quatro ministros, passando pela gestão de Henrique Mandetta (médico ortopedista), que foi titular do cargo entre janeiro de 2019 a abril 2020; Nelson Teich (médico oncologista), que permaneceu no cargo por menos de um mês (16 de abril a 15 de maio de 2020); Eduardo Pazuello (general do Exército), assumiu o cargo interinamente por quatro meses, sendo efetivado posteriormente (maio de 2020 a março de 2021); e por último, Marcelo Queiroga (médico cardiologista), que assumiu o cargo em março de 2021, quando o Brasil já somava mais de 300 mil óbitos por COVID-19, permanecendo até o fim do mandato de Bolsonaro.

Segundo Fernandes *et al.* (2020), Luiz Henrique Mandetta teria sido demitido por divergências com o presidente na forma de conduzir a grave crise sanitária que se instalava, causando problemas de governabilidade, sem contar o destaque positivo que o ex-ministro estava tendo nas mídias, ofuscando a imagem de líder de Jair Bolsonaro, o que pode ter contribuído para a sua demissão.

Para o autor, as crises que se somaram para Bolsonaro gerir podem ter sido demais para o seu projeto de “(des)governo”, inclusive adotando uma postura (modo de proceder, ponto de vista, opinião e posicionamento) diante da pandemia de negação, por vezes do vírus, da ciência e até das próprias políticas adotadas a níveis federais, o que gerou contradição no seu próprio governo. Lembrando que essa postura de Bolsonaro reflete seu posicionamento público sobre a doença, influenciando outros sujeitos que o admiram e acreditam em suas “verdades” a seguirem o mesmo exemplo, proliferando posturas céticas dos indivíduos sobre questões envolvendo a pandemia.

O MS foi acusado por diversas vezes de gerir mal a crise do coronavírus, principalmente na gestão de Eduardo Pazuello, que concentrou as piores políticas na área, além da constante sensação de caos, omissão e explosão de mortes. De acordo com Struck (2021, n.p.), em dez meses à frente do ministério, “o general obedeceu cegamente ordens de Bolsonaro que contrariavam a ciência, tentou esconder número de óbitos pela COVID-19 e falhou em garantir vacinas suficientes para o país”, sem contar que não tinha experiência nenhuma na área da Saúde, chegando a afirmar que “nem sabia o que era o SUS” antes de assumir o cargo, o que evidencia o seu despreparo para lidar com a pasta.

Pazuello sintetizou sua relação com o presidente com a seguinte frase: “é simples assim: um manda e o outro obedece” (Mazui, 2020, n.p.) ainda em outubro

de 2020, após ser desautorizado publicamente pelo presidente em relação a um pronunciamento de compra da vacina CoronaVac, que era tratada com desprezo e negacionismo por Jair Bolsonaro, por ser fabricada pelo Instituto Butantan de São Paulo, pois tinha um protagonismo de João Dória, ex-governador de São Paulo e que naquela época era visto como “inimigo” político do presidente.

Uma das maiores controvérsias do MS na atuação contra o coronavírus foi a polêmica em torno do tratamento precoce contra a COVID-19, criticada por entidades médicas e cientistas, mas que teve apoio de uma ala de especialistas apoiadores do governo, inclusive sendo prescritas como ‘Kit Covid’, tendo um protocolo autorizado e divulgado pela pasta da saúde a mando do presidente Jair Bolsonaro.

Basicamente, o kit era composto pelos fármacos cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina e azitromicina, e mesmo que nenhum desses medicamentos tenha eficácia para o tratamento do vírus, permaneceu no imaginário popular durante muito tempo, com o apoio de Bolsonaro e de outras figuras públicas, dentre eles, influenciadores digitais, que foram contratados com dinheiro público, ultrapassando mais de 1,3 milhão para pagar ações de marketing a favor do uso do Kit Covid até março de 2021 (Fleck; Martins, 2021), que foram distribuídos pelo governo federal ao SUS como política pública.

Figura 9 - Imagens de “Kit Covid” distribuídos por prefeituras e planos de saúde sob orientação/incentivo do Ministério da Saúde.



Fonte: Imagens capturadas na Internet.

O protocolo elaborado e divulgado pelo MS defendeu o uso do “Kit Covid” em todos os tipos de manifestação da doença, de casos leves a graves, e mesmo após a refutação da eficácia desses medicamentos, Bolsonaro continuou apostando e militando a favor do tratamento, afirmando que o intuito era salvar vidas.

Segundo Fleck e Martins (2021) “nenhuma das campanhas pagas com dinheiro público mencionava isolamento social”, o que evidencia o ativismo do governo em torno desses placebos. Inclusive, em janeiro de 2021, o Conselho Nacional de Saúde (CNS), encaminhou um ofício nº 17/2021/SECNS/MS ao Ministério da Saúde pedindo a revogação de qualquer instrumento (nota técnica, informação, orientações, protocolos ou ofícios) que incentivasse o uso de medicamentos para COVID-19 sem comprovação de eficácia científica ou critérios de segurança garantidos pela Anvisa, já que esse protocolo configurou como uma irresponsabilidade da pasta da saúde e do governo federal.

Figura 10 – Imagens de Jair Bolsonaro com a hidroxiclороquina (Kit-Covid).



Fonte: imagens retiradas da internet.

Nesse mesmo período, o presidente começa a apagar os rastros deixados com a cloroquina e hidroxiclороquina em suas redes sociais, o que se torna quase impossível quando são divulgados na internet. Só em julho de 2021, o Ministério da Saúde atesta a ineficácia do Kit Covid, quando o governo federal e a própria entidade já estão sendo investigados por negligência na condução da crise sanitária ocasionada pelo novo coronavírus na CPI da Pandemia do Senado Federal, uma

caixa-preta⁹, que caminhava no sentido de expor crimes de corrupção envolvendo membros do governo federal, inclusive na compra de vacinas, investigação que teve alguns desdobramentos, alimentando a controvérsia em torno da pandemia e seus desencadeamentos na gestão pública, e “Com nove crimes atribuídos a Bolsonaro, relatório da CPI é oficialmente apresentado” (Vieira, 2021, n.p.), dentre eles: prevaricação, charlatanismo, incitação ao crime, falsificação de documentos, crime de responsabilidade e contra a humanidade, emprego irregular de verba pública, infração a medidas sanitárias, e outros que serão julgados nas instâncias competentes.

O Exército foi o grande produtor de pílulas de cloroquina no país, mas outros laboratórios também se beneficiaram com essas propagandas de Bolsonaro a favor dessas medicações, o que alimenta a caixa-preta em torno das polêmicas que envolveram tal militância, pois a hidroxicloroquina e a cloroquina não são totalmente similares, e o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) afirma que cresceu em 358% o consumo de cloroquina pelo país (Correio Braziliense, 2020), situação que coleciona mais críticas do que apoio da comunidade científica, já que esses medicamentos servem para tratar doenças reumáticas como artrite e lúpus, além da malária, com comprovações científicas de que se trata de uma droga ineficaz para o tratamento da COVID-19. Os próprios fabricantes salientam que os medicamentos só são eficazes para tratar as doenças indicadas na bula.

Jair Bolsonaro apresentou o remédio Reuquinol do laboratório Aspen no encontro de líderes do G-20 (Correio Braziliense, 2020), que é a base de hidroxicloroquina e comercializado por um laboratório privado, que deve ter aumentado os lucros durante a pandemia, já que os medicamentos chegaram a desaparecer das farmácias no auge da controvérsia em torno do medicamento, entrando para o rol de medicação com receita controlada, aumentando a fiscalização em torno da venda indiscriminada e o valor de custo final para o consumidor¹⁰.

⁹ Nessa parte da pesquisa, podemos compreender de forma simplista a expressão “caixa-preta” como “Qualquer sistema, organismo, função, etc., cujo funcionamento ou modo de operação não é claro ou está envolto em mistério” (Priberam Dicionário, 2023). Em um outro momento do texto, nos apropriaremos da definição de Bruno Latour sobre a expressão e sua relação com o surgimento de controvérsias.

¹⁰ Essa afirmação, falo por experiência própria, pois faço uso contínuo do medicamento referido (por ter um distúrbio reumático, Síndrome de Sjogren), e em determinado momento foi difícil encontrar tal medicação nas farmácias, além de ter virado medicamento de receita controlada, houve um aumento

Segundo Mathias e Torres (2020), desde o começo da pandemia, foram muitos os dramas enfrentados no campo da saúde, como a falta de testes e equipamentos de proteção individual (EPI), de ventiladores pulmonares, pessoal especializado, principalmente para atuar nas UTIs, além da falta de oxigênio em algumas cidades e leitos hospitalares, também ficaram escassos os relaxantes musculares que auxiliam na intubação e sedação dos pacientes em estado grave, o que evidenciou um despreparo e repetidas negligências do MS no combate à COVID-19. O MS também foi acusado de falta de transparência nos dados relacionados ao número de casos de contaminados e mortos por COVID-19 no país.

As problemáticas envolvendo a atuação do Ministério da Saúde e do Governo Federal no enfrentamento da pandemia foram tantos que em meados de 2021, foi aberto uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal para avaliar a atuação desses entes no combate à pandemia e possíveis casos de corrupção e desvio de finalidade, com apuração de crimes e dos culpados frente essa batalha contra o vírus da COVID-19.

Em um relatório entregue por especialistas de diferentes áreas de atuação em abril de 2021 à CPI da Pandemia, os autores apontaram as principais omissões, gastos e atuações do Governo Federal e Ministério da Saúde no combate à pandemia, evidenciando a tragédia brasileira frente à pandemia, com uma análise que aponta o “desgoverno do governo federal entre 2020 e 2021” (Bahia *et al.*, 2021), além de situar como outros órgãos de fiscalização e controle atuaram para evitar uma tragédia maior do que a vivida pelo país até aquele momento.

O documento foi dividido em seis partes, além da introdução, são elas: 1) a resposta política geral do Executivo Federal à crise; 2) a atuação do STF e do Poder Judiciário em seu curso; 3) o funcionamento do Poder Legislativo e sua resposta ao desgoverno do governo federal no que tange a crise; 4) o orçamento do combate às crises sanitária e econômica; 5) a atuação do Ministério da Saúde na pandemia; 6) o papel do Ministério das Relações Exteriores e o consequente isolamento internacional do Brasil na pandemia, procurando entregar subsídios para a atuação da CPI.

O documento mostra como, a partir de uma perspectiva negacionista por parte do Poder Executivo federal, de concepção de mundo enraizada em um darwinismo biológico e social, de uma obsessão do presidente da república com seu projeto de reeleição em 2022 e um comportamento irresponsável, seja no que se refere à saúde, seja no que diz respeito à economia, o Brasil foi submergido em uma tragédia sem precedentes em nossa história (Bahia *et al.*, 2021, p. 1).

O documento evidencia como o Brasil deu uma resposta tardia e insuficiente para a prevenção de casos e óbitos causados pelo vírus, o que foi agravado de forma proposital pelo presidente Jair Bolsonaro, com sua atitude negacionista e autoritária na gestão do país. Houve graves problemas com a alocação de recursos, o que ocasionou a falta de leitos, de equipamentos básicos para hospitais e UTIs, medicamentos, além da escassez de testes, tubos de oxigênio, houve também uma resposta tardia para a compra de vacinas, por falta de negociação em tempo hábil, o que poderia ter salvado milhares de vidas.

Segundo Bahia *et al.* (2021), o Ministério da Saúde teve uma atuação desastrosa no enfrentamento da crise sanitária, principalmente durante a gestão do general Eduardo Pazuello, que não tinha nenhuma familiaridade com o funcionamento do SUS e de suas instituições.

As principais falhas de atuação do MS e de seus diferentes ministros foram: subnotificação de casos; falta de testagem em larga escala, sendo que alguns testes chegaram a perder a validade sem serem distribuídos para os estados, evidenciando ainda um problema de logística; falta de contratação de profissionais de saúde para atuar na linha de frente em tempo hábil e com salários compatíveis com a função, o que agravou a crise hospitalar no país; falta de respiradores e leitos para tratar os casos graves, gerando um grande colapso do sistema de saúde brasileiro, chegando ao extremo dos médicos terem que decidir entre a vida e a morte de seus pacientes.

Dessa maneira, o Brasil se destacou de forma negativa no cenário internacional, principalmente durante o ano de 2021, quando outros países já controlavam a taxa de contaminação e mortos, o país atingiu picos exorbitantes durante os meses de março e abril, sendo que:

Abril de 2021 se encerrou como o mês mais mortal da pandemia de covid-19 no Brasil. Foram registrados 82.266 óbitos relacionados ao coronavírus ao longo dos 30 dias do mês, segundo dados do Conselho Nacional de Secretários da Saúde (Conass) e do Ministério da Saúde. [...] Em abril, o Brasil viveu seus dois dias mais letais desde o início da pandemia. Foram 4.248 óbitos ligados ao coronavírus em 8 de abril, superando o recorde anterior de dois dias antes, 6 de abril, quando o país havia registrado 4.195

vidas perdidas – e rompido pela primeira vez a barreira das 4 mil mortes em 24 horas. (Veiga, 2021).

Esse acelerado número de casos e óbitos, foi facilitado pela falta de uma gestão eficiente da crise sanitária, situação denunciada no relatório entregue à CPI da Pandemia, que pediu a responsabilização das autoridades envolvidas, inclusive do presidente Bolsonaro, que segundo os especialistas, “militou decididamente desde o início, contra as medidas recomendadas pela OMS e pela ciência em geral, pelos epidemiologistas de todo o mundo e mesmo pelos seus ministros da saúde” (Bahia et al., 2021, p. 3), criando um ambiente conflituoso em torno do tema, principalmente contra os gestores estaduais e municipais que não seguiam sua linha de raciocínio, agravado pela recusa do presidente em utilizar máscaras, o posicionamento contra as medidas de distanciamento social e os lockdowns, a vacinação em massa, e sua insistência em divulgar informações falsas sobre o vírus.

De acordo com Bahia *et al.* (2021), além do aumento de número de infectados e óbitos, o país foi celeiro de novas variantes do vírus, mais contagiosas e em alguns casos mais letais, ocasionadas pela circulação em massa de pessoas sem os devidos cuidados necessários e básicos como o uso de máscara e álcool em gel, além da falta de políticas coordenadas para conter o vírus no país.

Não bastasse toda as questões acerca do vírus e da vida das pessoas, houve diferentes denúncias de casos de corrupção e mau uso do dinheiro público, o que representa uma falta de respeito com a sociedade e com os cidadãos, principalmente com aqueles que foram vítimas da negligência governamental e falta de acesso aos serviços de saúde pública, o que exige respostas contundentes das autoridades responsáveis, pois essas ações afetaram negativamente a vida das pessoas e de seus familiares.

O documento enviado à CPI da Pandemia, salienta ainda a falha do governo federal na aquisição de vacinas, ressaltando as diferentes contradições de Jair Bolsonaro sobre o assunto, já que teve diferentes oportunidades de compras antecipadas de doses que poderiam ter salvado milhares de vidas, mas preferiu desprezar a vacina de origem chinesa (CoronaVac), que seria produzida em parceria nacional com o Instituto Butantan, também houve uma falta de empenho por parte do governo numa possível articulação para que a Fiocruz conseguisse parceria com a Universidade Oxford e a Astrazeneca no intuito de produzir o imunizante pioneiramente, além de recusar 70 milhões de doses da Pfizer, o que evidencia a

falta de comprometimento do presidente em combater o vírus. Também afirmam que o Brasil solicitou menos doses do que seria possível à iniciativa Covax Facility, da OMS, o que reforça a tese de que Jair Bolsonaro não estava disposto a frear o vírus com a imunização.

Outro grave problema apontado no documento enviado à CPI da Pandemia em relação ao MS, diz respeito à alocação de recursos para contenção da crise ocasionada pelo vírus, na qual os autores apontaram que a pasta deixou de mobilizar R\$ 21,5 bilhões, dos quais poderiam ter auxiliado no combate, prevenção e assistência hospitalar relacionada à pandemia, o que representa que quase “40% dos recursos financeiros disponíveis não foram mobilizados pelo Ministério da Saúde” (Bahia *et al.* 2021, p. 20), comprovando a má gestão do dinheiro público e também a omissão dos ministros que ocuparam o cargo no período, além de incapacidade da pasta para gerir a maior crise sanitária do país.

O MS não se preocupou em atuar de forma coordenada com as secretarias de saúde dos estados e municípios, deixando de lado os esforços científicos para a produção de dados confiáveis sobre o vírus e insumos para tratar as pessoas afetadas pela pandemia, além de ter distribuído de forma irresponsável e tardia os recursos financeiros da pasta, o que dificultou a criação de uma rede assistencial de qualidade e eficaz no Brasil, o que foi constantemente reforçado pela atitude de desprezo de Jair Bolsonaro às regras impostas pelos governadores e também pela democracia, negando alguns direitos fundamentais aos brasileiros, como o direito à saúde e principalmente, o direito à vida.

3.5 Infodemia, Desinformação e o Negacionismo sobre a COVID-19

A pandemia deu origem a uma infodemia que se comporta como o vírus, pois se espalhou em larga escala, contaminando diferentes pessoas. Conforme declaração da OMS, a infodemia trata-se de “um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa” (OPAS, 2020, p.1), o que no atual cenário reflete nas condições de saúde de um indivíduo ou grupo, podendo ter efeitos nefastos em uma sociedade que precisa controlar a pandemia para voltar a viver com certa normalidade.

No folheto informativo da OPAS (2020), desinformação é conceituado como uma informação falsa ou imprecisa cuja intenção deliberada é enganar, podendo afetar a vida das pessoas em diferentes sentidos, inclusive a saúde mental. Para se ter uma noção da dimensão da infodemia, o documento destaca alguns dados do começo da pandemia, numa pesquisa realizada pelo Centro de Informática em Saúde da Universidade de Illinois, com pico de interação quando os EUA declararam estado de emergência nacional, mesmo período em que a Itália enfrentava altíssimos índices de mortes diárias pela COVID-19. Citamos:

361 milhões de vídeos foram carregados no Youtube nos últimos **30 dias** com a classificação “COVID-19”, e cerca de **19.200 artigos** foram publicados no Google Scholar desde o início da pandemia. No mês de março, cerca de **550 milhões de tuitos** continham os termos coronavírus, corona vírus, covid19, covid-19 ou pandemic [pandemia]. (OPAS, 2020, p. 1).

Os principais aspectos que gerou engajamento e compartilhamento de notícias falsas tiveram relação com teorias de conspiração sobre a origem do vírus, causas, formas de tratamento e mecanismos de propagação, o que pode ter refletido no comportamento das pessoas diante das medidas de proteção, gerando maiores riscos. A infodemia contribui para a desinformação, tendo as redes sociais como a grande impulsionadora dessas práticas de produção e compartilhamento em massa de “informações”, que tem origem em diferentes locais do mundo, se tornando extremamente difícil filtrar todo o conteúdo que nos alcança, o que ressalta a necessidade de se discutir sobre o assunto, forma de despertar e enfrentamento da problemática, que atinge todas as camadas sociais.

Segundo o relatório informativo da OPAS (2020), aumentaram entre 50% e 70% a busca de atualizações sobre a COVID-19 na internet, considerando todas as gerações. De acordo com os dados da pesquisa referenciada, o compartilhamento de informações por gênero foi quase igual, com um pouco mais de tuítes enviados por homens (55%). Com relação a idade, 70% de todos os tuítes foram gerados por pessoas com mais de 35 anos, seguidos do público entre crianças e adolescentes com menos de 17 anos, que realizaram cerca de 20% das publicações sobre o assunto no Twitter. A figura abaixo resume os tipos de informação que as pessoas estavam buscando na época e o que pretendiam conseguir segundo informado no boletim da OPAS (2020).

Figura 11 - Tipos de informação que as pessoas buscam e esperam conseguir na Internet sobre a pandemia da COVID-19 - OPAS (2020).



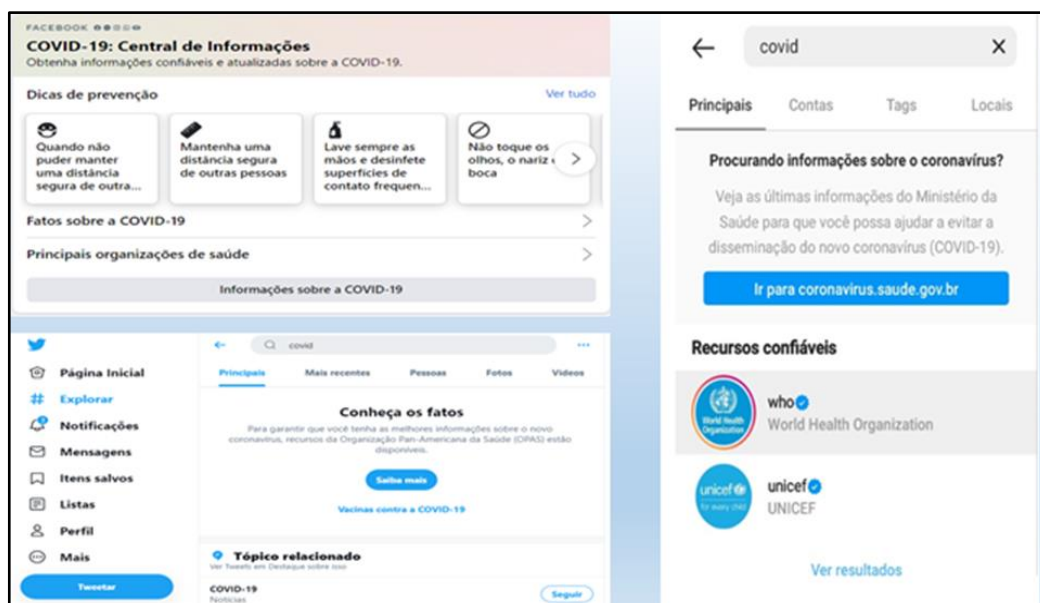
Fonte: <https://www.paho.org/pt/covid19>.

Apesar de aparentemente buscarmos informações e respostas confiáveis, a desinformação por vezes é muito sutil, diferentemente das fake news (que em alguns casos chegam a ser esdrúxulas de tão mal feitas). Para os relatores do Obercom (Cardoso *et al.*, 2018), estaríamos vivendo em um contexto social desafiador, no qual a opinião pública está cada vez mais condicionada pela emoção, intensificando as características comunicacionais que coadunam com a pós-verdade, em que os argumentos se pautam mais na dimensão emocional do que racional, o que temos presenciado tanto no campo da política (com maior intensidade), como no campo científico, que tem sido desqualificado e atacado com teses simplistas da realidade, mas que assumem um papel de destaque nas redes sociais, influenciando sobremaneira a visão das pessoas sobre o vírus, medidas de contenção e também, na elaboração de políticas públicas efetivas.

Um dos caminhos para combater infodemias estruturadas com desinformação é a educação digital e literacia dos indivíduos, que vai além dos processos educacionais institucionais e sistematizados, pois diferentes faixas geracionais são afetadas pela enxurrada de informações que circulam na internet, o que precisa de táticas que alcancem a todos, o que pode ser facilitado pelos próprios meios de comunicação de massa, com campanhas educativas, meios de checagem e sistemas de alertas de conteúdos suspeitos, além de opções de redirecionamento para sites que geram informações seguras e verdadeiras, como tem acontecido quando

procuramos informações nos mecanismos de busca sobre COVID-19 em redes sociais como o Facebook, Twitter e Instagram, como exposto na imagem abaixo:

Figura 12 - Prints das interfaces de redirecionamento para fontes confiáveis sobre COVID-19 nas redes sociais Facebook, Twitter e Instagram - 2021.



Fonte: Redes sociais da pesquisadora.

Como já explorado, é justamente o potencial de viralização proporcionado pela capacidade de replicação das redes sociais que tem reforçado os efeitos de desinformação sobre a pandemia, disputando espaço com as notícias verdadeiras, o que contribui para não cessar a controvérsia em torno do assunto.

Segundo os relatores da Obercom (Cardoso *et al.*, 2018), os meios de comunicação em massa criam as condições para que estes fenômenos assumam dimensões fundamentais da vida social e política de uma sociedade, que atingem sistemas autoritários e democráticos, pois a internet circula em todos os espaços, mesmo com seus filtros e bolhas algorítmicas, as informações, a desinformação e os conteúdos recheados de pós-verdade nos alcançam. Aprender a identificar, filtrar e problematizar essa comunicação, se torna o principal desafio.

Outra forma de criar meios confiáveis para driblar os efeitos negativos da infodemia trata-se de uma divulgação científica de qualidade e confiável, que procure formas de utilizar uma linguagem acessível ao público leigo, mas que não dispute com o sensacionalismo ou distorções científicas. Segundo Brockington e Mesquita (2016, p. 30), “quanto mais impactante é a informação científica, maior a

sua 'noticiabilidade'", o que ficou evidente durante a pandemia, e as recorrentes divulgações de pesquisa e debates sobre o coronavírus entre cientistas, jornalistas, especialistas em saúde, entre a classe política e na opinião pública, gerando recursividade tanto na sociedade como na vida cotidiana.

Na visão dos autores, a divulgação científica corresponde ao instrumento ideal para fazer a ponte entre a ciência e a sociedade, o que deve ser feito de forma cuidadosa e responsável, com o apoio das redes sociais, do jornalismo e do próprio cientista, auxiliando na construção de uma imagem pública da ciência, levando uma linguagem acessível sem perder a qualidade e o rigor científico, o que torna a tarefa mais difícil. Para o processo comunicacional da ciência ser eficaz, todos os envolvidos devem estar atentos com o conteúdo que estão produzindo e divulgando, começando pelo próprio cientista, mas que se estende para os blogueiros, youtubers, influenciadores e canais que exploram esse tipo de conteúdo na internet.

Para Brockington e Mesquita (2016), a má divulgação científica nos meios de comunicação pode ter efeitos irreversíveis no imaginário coletivo, como foi o caso do pesquisador Andrew Wakefield, no Reino Unido, que associou o desenvolvimento de autismo em 12 crianças após as mesmas terem sido vacinadas com a vacina tríplice viral (caxumba, sarampo e rubéola), interferindo para a queda na taxa de vacinação das crianças na Inglaterra, passando de 94% para 75%, com uma retórica contra as campanhas de vacinação.

E mesmo após a refutação do estudo sobre a hipótese, não houve a exclusão total da possibilidade de causalidade, o que aumentou a desconfiança das pessoas em relação às vacinas, dando origem a um movimento de contestação, os antivacinas, que se tornou mais alarmante nos EUA, que teve surtos de sarampo em 2004, 2014, 2015, 2018 e 2019, lembrando que era uma doença considerada erradicada, tendo manifestações em outros países europeus e no Brasil.

Uma má divulgação científica dá origem a mitos em torno da ciência difíceis de serem contornados, impulsionados por teorias simplistas divulgadas nos filmes de ficção científica e nos diferentes canais científicos que circulam na rede, alargando as desinformações sobre temas que são importantes para a sociedade, como é o caso da pandemia da COVID-19. Conforme aponta os pesquisadores:

As abordagens descuidadas do conhecimento científico divulgadas em mídias de grande circulação têm um grande potencial de gerar concepções

erradas em um público que tem interesse, mas desconhece as informações corretas. (Brockington; Mesquita 2016, p. 33).

A controvérsia em torno do novo coronavírus, proporcionou uma guerra de narrativas entre cientistas que trabalham com evidências e métodos rigorosos de pesquisa e os “cientistas” do cotidiano, baseados em pesquisas duvidosas, divulgadas em grupos de WhatsApp e no Youtube sem nenhum rigor, o que acaba desqualificando a própria ciência.

Defende Capozoli (2002), que os pesquisadores e divulgadores científicos tenham uma boa base de História e Filosofia da Ciência, o que diminui as chances de reducionismos equivocados. Salienta que apesar dos avanços na divulgação científica, ainda existem muitos obstáculos, reforçando o comprometimento com os princípios científicos que um divulgador de ciência deve ter ao realizar tal atividade, principalmente quando envolve a saúde coletiva, como é o caso do coronavírus, às questões relacionadas aos fármacos e vacinas.

No contexto da pandemia, houve uma proliferação de páginas "científicas" na internet, com destaque para os divulgadores, sendo extremamente difícil filtrar tudo que circula nesses espaços e os alcances sociais dessas informações ou desinformações. Algumas experiências positivas no Brasil de divulgação científica sobre o tema do coronavírus têm sido o canal no Youtube do biólogo Atila Iamarino (que sofre muitos ataques dos conservadores radicais e de divulgadores científicos que exploram teorias negacionistas e conspiratórias), além da página do Facebook do curso de especialização em comunicação sobre ciência da UFMG chamado de Amerek, ambos procurando traduzir a complexidade científica para uma linguagem acessível e confiável, sem se enveredar por obscurantismo e elucubrações duvidosas.

As teorias negacionistas estão cada vez mais presentes em nossas sociedades, com crescente ceticismo em torno da ciência e da política. Segundo Roque (2020), o negacionismo está no poder, pois é comum encontrarmos políticos que negam a ciência e compartilham de teorias negacionistas comprovadamente refutadas cientificamente, mas que perdem a validade por simples dizer, influenciando a opinião de pessoas que compactuam com esses indivíduos. Em seus dizeres,

[...] até pouco tempo atrás, “quando queríamos sustentar uma afirmação sem argumentar demais, bastava dizer: ‘É comprovado cientificamente.’

Mas essa tática já não tem a mesma eficácia, pois a confiança na ciência está diminuindo. (Roque, 2020, n.p).

Esse sentimento de descrença nas instituições e ceticismo é generalizado, o que fortalece a proliferação de teorias negacionistas, encabeçadas inclusive por governantes que adotam políticas anticientíficas, como foi o caso de Donald Trump nos EUA e da família Bolsonaro no Brasil, que além de não acreditarem nas mudanças climáticas impostas pelo aquecimento global, por exemplo, também se saíram muito mal na gestão da crise do coronavírus, agindo como fomentadores de teorias conspiratórias e negacionistas que não auxiliaram os indivíduos a enfrentar com seriedade o problema, além de criar conflitos em torno dos achados científicos metodologicamente comprovados.

Conforme expõe Roque (2020), o fenômeno da pós-verdade representa um sintoma extremo dessa crise, pois os fatos objetivos refletem menos na opinião pública do que as crenças pessoais.

E esse desencanto produz um terreno fértil para movimentos anticiência e teorias da conspiração (além de fomentar extremismos). A pós-verdade, assim, não designa apenas o uso oportunista da mentira (embora ele seja frequente). O termo sinaliza, acima de tudo, um ceticismo quanto aos benefícios das verdades que costumavam compor um repertório comum, o que explica certo desprezo por evidências factuais usadas na argumentação científica. Diante disso, contradizer argumentos falsos exibindo fatos reais pode ter pouca relevância em uma discussão. (Roque, 2020, n.p.).

A ciência passa a ser explicada e contestada a partir de experiências e convicções pessoais, o que pode atingir proporções inimagináveis quando compartilhada nas redes digitais, principalmente se feita por pessoas que exercem grande influência na rede, como é o caso dos políticos em exercício de mandato.

A pesquisadora destaca alguns resultados do *Wellcome Global Monitor*, um levantamento britânico realizado em 2018 sobre a relação das pessoas com a ciência e a saúde, realizado em mais de 140 países, na qual houve grande correlação entre a desconfiança na ciência e o descrédito com governos, Forças Armadas e a Justiça, como tem acontecido no Brasil, que se encontra no grupo de países com renda média para alta, em que 54% dos entrevistados confiam medianamente na ciência. Outro ponto interessante da pesquisa explorada por Roque (2020), teve relação com a percepção da população sobre o impacto da ciência em suas vidas, apontando que quanto mais desiguais as sociedades, mais

desconfiança em relação à ciência, pois os sujeitos não percebem os efeitos positivos na vida prática.

Dunning (2019) alega existir cinco manobras de negação da ciência baseados em falsas informações, que podem ocasionar inclusive, violência e morte. As cinco manobras negacionistas se apoiam nas técnicas FLICC, sigla explorada por John Cook em 2014, mas que já tinha sido mencionada no trabalho de Pascal Diethelm e Martin McKee em 2009, que procuravam realizar uma espécie de codificação do negacionismo explorado por Mark e Chris Hoofnagle em 2007, podendo ser traduzida como:

- F:** Fake experts (Falsos especialistas);
- L:** Logical fallacies (Falácias lógicas);
- I:** Impossible expectations (Expectativas irreais);
- C:** Cherry picking (Seleção a dedo ou “catação de piolho”);
- C:** Conspiracy theories (Teorias da conspiração).

Para Dunning (2019), os negacionistas costumam afirmar que cientistas importantes (Fake experts) corroboram com suas teorias, apesar de não comprovarem experiência no assunto, atuando numa lógica de ataque contra os verdadeiros especialistas. As falácias lógicas são os mecanismos preferidos dos pseudocientistas, e incluem táticas de ataque ao oponente ao invés do seu argumento, distorções do fato científico, falácia bola de neve, que vai encadeando proposições, alcançando conclusões absurdas. Além disso, utilizam chamarizes e distrações para desviar atenção para outros assuntos, se apoiando também em falsas dicotomias e outras formas de invalidar o argumento científico robusto, com testes, métodos e evidências comprovadas.

As expectativas impossíveis correspondem a uma tática dos negacionistas de tentar invalidar a ciência, exigindo padrões impossíveis ou certezas absolutas, sendo completamente invalidada se não seguir os padrões ‘rígidos’ impostos pelos negacionistas. A questão da seleção a dedo ou “catação de piolho” se refere ao fato de os negacionistas selecionarem os dados que sustentam seus achados, argumentos e suposições, descartando todos os outros que o contestam, como ocorre com os estudos envolvendo o clima.

Para Dunning (2019), essa tática exclui as informações que contradizem as teorias absurdas, enquanto a ciência séria procura testar e descartar hipóteses, garantindo o rigor do método científico. As teorias envolvendo conspiração tratam-se

de outro prato cheio para os negacionistas, que contestam as descobertas científicas, utilizando de palavras como dogma ou ortodoxia para criticar os pesquisadores que realizam ciência com responsabilidade.

Segundo Roque (2020), o fundamentalismo religioso é outro ponto que entra em conflito com a ciência, já que 75% dos entrevistados afirmaram que quando a ciência discorda de sua religião, preferem seguir as orientações religiosas, pois os laços de confiança pessoal com o líder religioso ou companheiro de fé se sobressaem sobre outras pessoas, figuras públicas ou cientistas.

Em 2018, 80% dos brasileiros consideravam as vacinas seguras, e apesar dos índices de cobertura vacinal terem caídos nos últimos anos, se tratava de uma política considerada consolidada no país, mas que passa a ser fortemente contestada, justamente em um período pandêmico, que já vitimou milhares de vidas.

Já em 2020, com o cenário de pandemia, as respostas se alteraram um pouco, e das mil pessoas entrevistadas em diferentes regiões do país entre os dias 27 e 29 de agosto, 75% dos respondentes iriam se vacinar com certeza, 20% responderam talvez e 5% disseram que não tomariam a vacina de jeito nenhum, o que fez o nível de incerteza subir para 25%, demonstrando que o negacionismo em torno da vacina deu uma leve aumentada no país (Cambricoli; Bramatti, 2020).

Para Roque (2020, n.p.) “o pulo do gato da extrema direita foi vampirizar a desconfiança de parte considerável da opinião pública para legitimar governantes com posições anticientíficas e inserir o negacionismo na máquina estatal”. A pesquisadora cita uma das considerações do livro *Why Trust Science?* publicado em 2019, por Naomi Oreskes, na qual explora a ideia de que “a confiança na ciência deve ser reconquistada por seu caráter consensual, mais do que por sua autoridade”, já que o método e as evidências empíricas deixam de ser suficientes. Necessitamos de um envolvimento da comunidade no processo de construção da ciência, seja a comunidade científica e suas controvérsias ou ainda a comunidade em geral, garantindo a confiabilidade do conhecimento obtido, ao invés de uma guerra de saberes, refutações e descobertas.

Argumenta ainda que o “grau de diversidade e de abertura de uma comunidade é essencial para garantir a confiabilidade do conhecimento obtido” (Roque, 2020, n.p.), o que envolve a capacidade de autocorreção, trabalho coletivo e simulações em diferentes contextos e culturas, garantindo maiores níveis de

consenso ao invés de se apoiarem apenas nos critérios de autoridade (um dos embates dos negacionistas).

Cambricoli e Bramatti (2020) destacam algumas teorias negacionistas que circularam nas redes sociais e em grupos de WhatsApp sobre a eficácia das vacinas, o que justificaria a dúvida quanto à segurança dos imunizantes, dentre elas: as questões de manipulação genética, implantação de chips e até o fato da vacina ser produzida com restos de fetos abortados. E apesar de parecerem teorias absurdas, tem gente que acredita e compartilha essas desinformações e fake news, militando contra a campanha de vacinação, o uso da máscara e outros mecanismos adotados como formas de evitar a propagação desenfreada do vírus.

Citam a fala de Isabella Ballalai, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunização (SBIIm), sobre o fato de que nem todos que questionam ou resistem à vacina podem ser considerados negacionistas ou antivacinas, por vezes, são pessoas comuns que têm e querem sanar dúvidas sobre o assunto, o que exige uma comunicação mais efetiva com a sociedade, que tem sido “informada/desinformada” pelas mensagens de celulares e redes sociais conectadas à internet ao invés de conteúdos eficazes sobre o assunto.

3.6 A crise da verdade e o ápice da desinformação em um contexto pandêmico

A verdade saindo do poço com seu chicote para castigar a humanidade (La Vérité sortant du puits armée de son martinet pour châtier l'humanité) do pintor francês Jean-Léon Gérôme de 1896 está ligada a uma parábola do século XIX onde a verdade se encontra com a mentira e a convida para tomar banho no poço, argumentando que a água estava ótima. Durante o banho a mentira sorrateiramente pega a roupa da verdade e foge. E a verdade fica sem roupa. Nua sai correndo pela multidão desnuda e envergonhada, e não encontrando suas roupas retorna para o poço. Enquanto isso, a mentira vestida de verdade viaja pelo mundo satisfazendo os desejos da sociedade. A mesma parábola ainda conta que a verdade se recusa a vestir as roupas da mentira e não tendo do que se envergonhar deste então circula pelo mundo, escandalizando, chocando a humanidade por estar verdadeiramente nua e crua. A máxima da parábola diz ainda que aos olhos de muita gente foi preferível conviver com a verdade da mentira do que aceitar a nudez da verdade, ou seja, a mentira e sua verdade. (Braga; Leal, 2019, p. 9).

Uma comunicação responsável com a sociedade sobre o vírus, as etapas científicas do desenvolvimento da vacina, efeitos colaterais e outros tipos de dúvidas devem ser realizadas por campanhas via governos, pela comunidade científica e tecnologias especializadas, que facilitem essa comunicação com o público leigo, diminuindo a influência da desinformação na vida das pessoas, além de auxiliar na tradução de assuntos densos para uma linguagem mais acessível, alcançando a todos os indivíduos, procurando combater as mensagens negacionistas recheadas de desinformação que circulam nas redes sociais.

Existe uma iniciativa global, a *International Fact-Checking Network (IFCN)*, com mais de 80 veículos de checagem em 70 países diferentes, que realizaram ações de combate a fake news sobre o coronavírus, que pode ser acessado no site [#CoronaVirusFactsAlliance](#), oferecendo um grande banco de dados sobre checagem, trazendo à tona os temas que mais se destacaram.

De acordo com Santos (2020), a iniciativa teria desmentido mais de 7.100 boatos até agosto de 2020 (esse volume representa o trabalho realizado pelos profissionais e não a quantidade de informação duvidosas que foram compartilhadas na rede), sendo que a Índia, os EUA e o Brasil representam os três países que mais foram verificadas fake news, algumas consideradas bizarras de tão absurdas. Abaixo expomos algumas dessas fake news presentes no artigo de Santos (2020) e que circularam em diferentes partes do mundo:

Quadro 4: Fake news que circularam sobre a COVID-19 no mundo.

Fake News	Explicação ou Repercussão	Local de origem
Urina de vaca como remédio contra o novo coronavírus	Houve uma festa promovida por grupos nacionalistas para tomar a urina.	Índia
Estourar plástico bolha poderia expor as pessoas ao novo coronavírus; Beber água sanitária e Injetar detergente na veia como método de cura covid;	O plástico bolha seria produzido por pessoas que o assopravam e poderiam estar contaminadas. As outras duas repercutiram bastante no país, inclusive na fala do presidente Trump, provocando uma reação nos próprios fabricantes que alertaram para o perigo dessas práticas, inclusive de morte.	Estados Unidos

<p>O caso do “primo do porteiro aqui do prédio”</p>	<p>Fake news sobre uma pessoa que teria morrido ao trocar o pneu de um caminhão que estourou no seu rosto, e o atestado de óbito estava COVID-19.</p>	<p>Brasil</p>
<p>Termômetro mata neurônios</p>	<p>Possível dano cerebral causado pelos termômetros infravermelhos utilizados na entrada dos estabelecimentos para medir a temperatura das pessoas.</p>	<p>América Latina, destaque na Colômbia e Brasil</p>
<p>O bebê mandou comer ovos</p>	<p>Um vídeo com mais de 1,4 milhões de visualizações com um relato de uma mulher contando que um bebê recém-nascido havia falado que comer ovos cozidos era a cura para o COVID-19. Na China tinha circulado algo parecido, mas o profeta era um porco. A mulher que espalhou o boato cumpriu pena de 10 dias.</p>	<p>Filipinas</p>
<p>Cemitério em Copacabana</p>	<p>A foto de um protesto com diversas cruzes nas areias da praia de Copacabana viralizou como se de fato o Rio de Janeiro tivesse transformado a praia em um cemitério para as vítimas do COVID-19.</p>	<p>Itália</p>
<p>Secador de cabelo destrói o coronavírus</p>	<p>Segundo o relato do médico do vídeo, isso ocorreria porque o coronavírus poderia ser destruído ao ser exposto a uma temperatura de 56° C, a recomendação era colocar o secador a uma temperatura superior em direção ao nariz pelo menos 5 vezes ao dia. Também sugeria que lavar o rosto com água fervente ajudava a eliminar o vírus.</p>	<p>México</p>
<p>Quarentena em bordel</p>	<p>Informação de que 86 pessoas teriam que cumprir a quarentena em um bordel de Valência após uma garota de programa ter resultado positivo no teste para coronavírus, vindo parar no programa de José Simão na Rádio Band News.</p>	<p>Espanha</p>

Consumidores de carne bovina seriam imunes ao novo coronavírus	Uma página de agricultura que teria disparado a informação, justificando o surto na China, pois tem baixo consumo de carne entre a população.	França
Messi conspiracionista	O jogador de futebol argentino teria denunciado um “golpe de estado planetário”, por causa das medidas de isolamento social.	Argentina

Fonte: (Santos, 2020).

A pandemia escancarou um processo “infodêmico” (recheado de desinformação), que se expressa nesse tempo de total descontrole informacional, no qual ideias absurdas como as relatadas no quadro assumem posições de verdade na sociedade, influenciando em comportamentos que podem ocasionar a morte das pessoas, como é o caso extremo de injetar produtos de limpeza na corrente sanguínea contra o coronavírus.

A era das redes originou um novo ambiente comunicativo, que possui uma multiplicidade de emissores, o que para Falcão e Souza (2021) gerou uma “crise da verdade”, vivenciados pela crescente desconfiança, descredibilidade e as disputas pelas narrativas de verdade em busca de poder, que são mais visíveis no campo da política, mas que se fez presente nas diferentes narrativas sobre a COVID-19 e seus desdobramentos no campo social.

As pesquisadoras destacam que essa multiplicidade de emissores que as redes sociais permitem, contribuem para a relativização da verdade na sociedade, que se expressa numa tensa relação entre verdade e poder, como bem fundamentada na obra de Michel Foucault, já que os discursos de verdade são travados a partir de disputas discursivas e jogos de verdade, em que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se lute, o poder do qual nós queremos apoderar (Foucault, 1996, p. 10 *apud* Veiga-Neto, 2016, p. 89-90).

Essas disputas discursivas e os jogos de verdade são bem comuns no ambiente das redes sociais, e têm sido constantes no debate em torno da pandemia, principalmente por causa da contestação das verdades científicas pela “ciência negacionista”, e por políticos e celebridades que atuam via redes sociais,

influenciando de forma determinante o comportamento das pessoas diante desse grave problema de saúde coletiva.

Em nossas sociedades, a economia da verdade tem cinco características historicamente importantes: a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida à constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns aparelhos políticos ou econômicos (universidade, Exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e confronto social (as lutas ideológicas). (Foucault, 2012, p. 52 *apud* Falcão; Souza, 2021, p. 57).

Seguindo o pensamento de Foucault (2012), as pesquisadoras realçam que “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (Falcão; Souza, 2021, p. 57), de modo que cada sociedade possui seus próprios regimes de verdade, os tipos de discurso que se colocam como verdadeiros, além dos procedimentos, técnicas e estatutos que dizem o que funciona ou não como verdade. O auge dessa problematização em torno da verdade, alcança seu ponto crítico com as discussões sobre a pós-verdade, em que o apelo emocional se torna mais factível do que os fatos objetivos, com uma aceitação social da relativização da verdade como algo natural e admissível.

Essa desordem informacional gera crises de confiança nas instituições e nos meios de comunicação, tanto os tradicionais como os digitais, surgindo uma gama de variedade de fontes alternativas de informação e de verdades. A partir da obra de Manuel Castells argumentam que vivemos em uma:

[...] galáxia da comunicação dominada pela mentira; a ausência de privacidade, na qual nos transformamos em dados; e uma cultura denominada entretenimento e construída sobre estímulo de nossos baixos instintos e comercialização de nossos demônios. (Falcão; Souza, 2021, p. 57).

Recorrem ainda ao pensamento de Levitin (2017) quando este afirma que a era da pós-verdade corresponde a uma “era de irracionalidade voluntária, em que a humanidade está revertendo todos os grandes avanços conquistados” (Falcão; Souza, 2021, p. 59). As pessoas estariam se submetendo a uma espécie de

“ignorância voluntária” (Mcintyre, 2018; Silva, 2019; Falcão; Silva, 2021), em que escolhem dizer que algo é verdade, mesmo sem saber se é verdade, sem se preocupar com a veracidade ou a checagem da informação, o que o coloca numa posição de parcialmente culpado pela sua ignorância e pelo conteúdo que prolifera em suas redes sociais e discursos.

Camilo Aggio (2021) argumenta a partir de autores como Yochai Benkler, Robert Farias e Hal Roberts, que estaríamos vivendo uma espécie de crise epistêmica da verdade, ou pelo menos “um momento singular do modo como a verdade é construída em regimes democráticos” (Aggio, 2021, p. 26), nos quais surgiram novos atores ou “jogadores” capazes de lidar com a opinião pública com grande vantagem diante dos arranjos comandados pelos “guardiões” tradicionais do projeto democrático.

Esses novos grupos sociais e políticos formaram novos líderes de opinião, facilitado pelos “fluxos digitais abertos de circulação e propagação – tanto quanto potencialmente opacos, de difícil monitoramento e controle – de informação e conteúdos” (Aggio, 2021, 26).

[...]E “novos” não é sinônimo de novas criaturas, mas novos conjuntos de pessoas: a agregação de comuns, antes distantes, e agora descobertos, reconhecidos e unidos. E muitos desses criaram vínculos de pertença e identidade em que a produção da verdade, de suas crenças e princípios fundamentais, se dão por meio do regime de produção e consumo de informações e conteúdos afinados ao que entendem como uma ideia real de verdade. (Aggio, 2021, 26.).

Nesse novo contexto social, a verdade deixa de ser construída por especialistas, cientistas e corroborado pela grande imprensa. Em tempos de redes sociais e digitais, as disputas de narrativas em torno da verdade são constantes, sendo que os conhecimentos especializados de autoridades deixam de ter importância para a sustentação do discurso, pois “ser especialista não demanda formação e conhecimento, mas a declaração e o constante reforço que se tem alguma especialidade” (Aggio, 2021, p. 26). O autor reforça o argumento quando exemplifica o debate dizendo que pessoas como Kim Kataquiri, oferece palestras sobre Liberalismo, política carcerária e uso de agrotóxicos e Olavo de Carvalho se tornou filósofo, mesmo sem ter formação ou especialidade nas áreas referidas, tendo seus discursos validados pelos seus ouvintes e expectadores.

Falcão e Souza (2021) seguem a linha argumentativa de que a saída desta crise deve se materializar no contínuo exercício do pensamento crítico, instrumento necessário para o combate à desinformação. Nestes contextos, a pós-verdade pode ser interpretada ainda no sentido de ser uma verdade ultrapassada, e não corresponde a uma falha do regime de verdade jornalístico e sim às crenças dos indivíduos que estão muito arraigadas em suas convicções pessoais, que preferem se pautar em informações que corroboram com as suas visões de mundo ao invés dos fatos objetivos e verdadeiros.

Em suma, conforme pontua Silva (2019), o contexto que caracteriza a pós-verdade vem de raízes profundas: o colapso da confiança nas instituições; o descontentamento político; o acesso a conteúdo informativo de modo imediato; o grande volume de informações veiculadas na internet; o crescimento e aperfeiçoamento das mídias sociais; a acirrada polarização política; a crise da indústria jornalística frente aos novos desafios das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); a má apuração do jornalismo, a popularização das redes sociais; a falta de educação digital; a carência de exercício do pensamento crítico; o uso de conteúdo não qualificado nos debates público; a monetização através das notícias caça-cliques; a personalização desenfreada dos mecanismos de busca na internet; a manipulação política nas redes sociais através de robôs (bots); as bolhas informativas fomentadas pelos algoritmos; e o indivíduo que encontrou seu lugar de fala na construção de novas narrativas fomentadas pelas TICs. (Falcão; Souza, 2021, p. 59).

Como podemos constatar, são variados os motivos que corroboram para essa crise generalizada de desinformação, na qual o pensamento crítico se torna uma das principais ferramentas de luta contra a guerra de narrativas sobre a COVID-19, além de outras iniciativas que procure alcançar as pessoas no momento em que estão produzindo e/ou compartilhando desinformação em suas redes sociais, principalmente quando o assunto envolver a saúde coletiva como é o caso da pandemia da COVID-19.

Posetti e Bontcheva (2020), elaboraram um resumo de políticas dividido em dois volumes para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com o objetivo de decifrar a desinformação sobre a COVID-19 (nomeado de desinfodemia no relatório), já que durante uma pandemia o acesso a informações confiáveis se torna cada vez mais imprescindível, chegando a ser uma questão de vida ou morte. O termo desinformação no relatório é utilizado de forma ampla para se referir a conteúdos falsos com impactos potencialmente negativos.

Para as autoras, “a intenção do agente que produz ou compartilha o conteúdo impreciso pode diferenciar desinformação de informação incorreta” (Posetti; Bontcheva, 2020, p. 2), sendo que geralmente a primeira é intencional e a segunda é quando se compartilha algo “inocentemente”, com a intenção de “auxiliar”, por considerar a informação correta, mas que não isenta o fato de ser uma informação potencialmente perigosa e que afeta a vida das pessoas. Argumentam que para entender a desinfodemia, devemos considerar a informação como a base para o conhecimento. E seria justamente o acesso à informação e não a desinformação que torna o direito de liberdade de expressão útil e relevante para a sociedade, de tal forma que a ciência e o jornalismo profissional são essenciais para a construção de uma “sociedade de conhecimento”, como define a Unesco.

Como exposto no documento, é direito de toda pessoa buscar, receber e divulgar informações, representando uma luta constante tanto da Unesco como de seus parceiros, que nas palavras de Posetti e Bontcheva (2020) procuram fortalecer e proteger esse direito fundamental ao contrapor-se à contaminação da desinformação; apoiar o jornalismo independente e de qualidade; empoderar a cidadania global com alfabetização midiática e informacional; e ajudar os Estados-membros a cumprir as normas internacionais de liberdade de expressão. Abaixo expomos de forma resumida os principais modelos de desinfodemia que circulam nos espaços virtuais, aos quais devemos nos atentar ao compartilhar informações.

Figura 13 - Quatro formatos principais da desinfodemia.



Fonte: (Posetti; Bontcheva, 2020, p. 5).

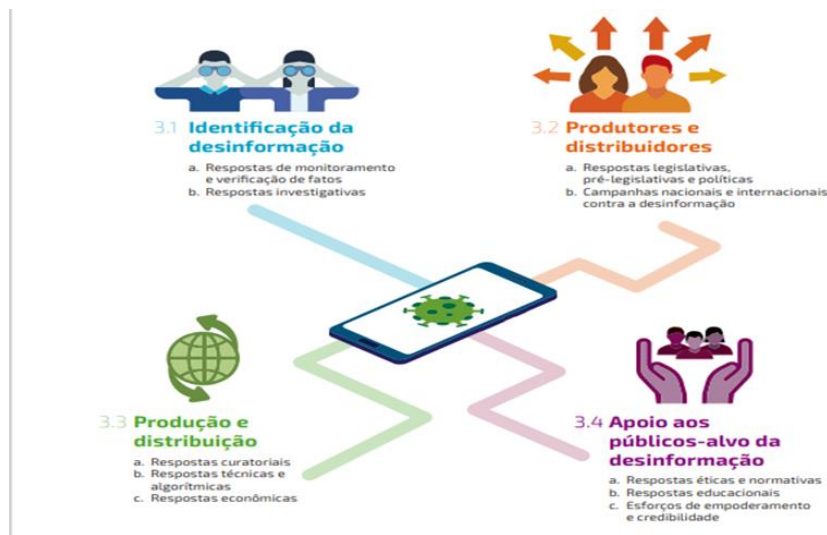
Existem diferentes motivações que levaram a esse cenário desinfodêmico sobre a COVID-19 nas redes sociais, dentre elas questões envolvendo ganhos financeiros, vantagens públicas e políticas, transferência de culpa, polarização social, destruição das bases de confiança, egos em conflitos, ignorância e até intenções equivocadas de ajudar as pessoas, que nos alcança por meio de indivíduos, grupos, organizações e até canais oficiais de autoridades que deveriam combater a desinformação (Posetti; Bontcheva, 2020). Esses cenários se impõem como uma luta árdua e rodeada por diferentes nuances, na qual o senso crítico tem que ser o primeiro sinal a despertar diante de notícias alarmantes e curas milagrosas, por exemplo.

No mesmo estudo, foram identificados nove temas classificados como essenciais sobre a pandemia, alimentando a desinfodemia ligadas à doença da COVID-19, sendo que em muitos casos esses temas são caracterizados por mensagens racistas e xenófobas, o que já pode ser considerado um moderador crítico sobre o conteúdo. Abaixo destacamos os temas e os pontos principais ligados a eles:

1. **Origens e propagação do coronavírus/da doença COVID-19:** envolve teorias da conspiração que culpam desde a rede 5G de internet, até fabricantes de armas químicas, além de utilizar a expressão “vírus chinês”, entre outros;
2. **Estatísticas falsas e equivocadas:** relacionadas com informes alarmantes sobre a doença e taxas de mortalidade nos principais casos identificados;
3. **Impactos econômicos:** falsas notícias sobre impactos econômicos e sanitários da pandemia, tais como a sugestão de que o isolamento social se justifica, principalmente pela economia, ou ainda que a COVID-19 gerou muitos empregos;
4. **Desacreditar jornalistas e veículos de notícias fidedignos:** associado à desinformação política, inclui calúnias públicas e difamação, acusam esses veículos de comunicação de serem os fomentadores de desinformação, além de repressões descabidas contra jornalistas em exercício da profissão;
5. **Ciência médica - sintomas, diagnóstico e tratamento:** a desinformação atua sobre métodos de aumentar imunidade, prevenção, tratamentos e curas;
6. **Impactos na sociedade e no meio ambiente:** informações falsas sobre o meio ambiente (golfinhos vistos nos canais de Veneza), *lockdowns* e compras induzidas pelo pânico (como foi o caso do papel higiênico);
7. **Politização:** apresentam posições firmes e estruturadas que só consideram um ponto de vista, muito fomentada por atores políticos no poder e seus apoiadores, que costumam negar a importância dos fatos;
8. **Conteúdo impulsionado para ganho financeiro fraudulento:** inclui fraudes e roubo de dados na rede;
9. **Desinformação cujo foco são as celebridades:** coloca celebridades no centro da desinformação, geralmente relacionado a diagnósticos da doença ou atitudes sobre o vírus que venha influenciar outras pessoas.

Esses temas foram regulares em diferentes partes do mundo, com predominância de uns aspectos sobre os outros, mas que fazem parte da desinformação em torno da COVID-19 e seus efeitos, o que também exige soluções rápidas e efetivas, sem limitar o direito de liberdade de expressão. O relatório agrupou em quatro categorias, dez tipos de respostas a partir dos seus objetivos, baseando nos dados de um relatório que estava previsto para 2020 da Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Sustentável Unesco-UIT, na qual discutiram ainda em um documento complementar os pontos fortes e fracos dessas respostas, principalmente na questão envolvendo à liberdade de expressão. Abaixo expomos o resumo das quatro categorias e as dez respostas identificadas no relatório:

Figura 14 - Categorias e respostas sobre a desinformação COVID-19.



Fonte: Posetti e Bontcheva (2020, p. 7).

Essas respostas passam pela fase de identificação, desmistificação e denúncias sobre desinformação em torno da COVID-19, onde as respostas legislativas, pré-legislativas e políticas representam a governança desse ecossistema, seguidos das respostas curatoriais, técnicas e econômicas que são relevantes às práticas e políticas ligadas às instituições que mediam conteúdo, e as respostas normativas e éticas destinadas ao público-alvo de agentes de desinformação.

A Unesco afirma que compreender o fenômeno que envolve a desinformação auxilia na criação de respostas para combater essas práticas na rede, além de cumprir com um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da instituição (ODS

16, Meta 16.10) que preconiza “o acesso público à informação e às liberdades fundamentais”. Outras orientações da Unesco referentes à Comunicação e Informação que são relevantes para esclarecer, combater e lutar contra a desinfodemias envolvem:

- Liberdade de expressão e segurança jornalística, além do jornalismo livre, plural, seguro, de qualidade, sem injustiças;
- Acesso à informação, transparência e divulgação proativa por parte de governos de informações seguras, lutando contra a desinformação, boatos e mentiras;
- Inovação digital e tecnologias, procurando analisar como produzem, compartilham e avaliam as informações e desinformação que circula nesses espaços;
- Desenvolvimento da mídia e sociedade - promoção da resiliência por meio da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), promovendo a igualdade entre gêneros dentro e entre todas as mídias, e a mídia comunitária como fator essencial ao pluralismo.

De modo geral, são estes os temas que perpassam a discussão sobre a infodemia ou desinfodemia, que tem ocasionado uma maior exposição de atitudes e falas negacionistas, que circulam mais livremente nas redes sociais mediadas pela internet, e em aplicativos como o WhatsApp. A educação é um dos caminhos para provocar uma revolução crítica na forma como as pessoas percebem e avaliam as informações que circulam nesses espaços virtuais, além de uma alfabetização digital e literacia midiática para que se tornem críticos, inclusive de si mesmos.

É necessário a existência de mais campanhas nos meios de comunicação de massa e governamentais que sejam comprometidas com os fatos objetivos e não com as teorias negacionistas, estimulando a problematização, pois existem pessoas que nem sequer cogitam que as notícias que recebem podem ser mentira ou sensacionalista. Nesse sentido, formas de alertar a sociedade devem ser descobertas, sem disputas ideológicas ou construção de verdades falaciosas e que corroboram com pontos de vista totalitários e sem fundamentos.

No próximo capítulo, iremos adentrar mais especificamente o caso brasileiro, procurando fazer aproximações e distanciamentos com as categorias identificadas a níveis internacionais, com foco nas controvérsias fomentadas pela maior autoridade política do país na época da pesquisa, ou seja, o então presidente Jair Messias Bolsonaro, problematizando como suas políticas e posturas públicas refletiram na negação da cidadania no país e nos direitos civis básicos e humanos.

4. AS CONTROVÉRSIAS DISCURSIVAS DE JAIR BOLSONARO ACERCA DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL

Até agora, realizamos um apanhado geral sobre a conduta do governo federal do Brasil diante da pandemia do novo coronavírus, com foco nas ações e narrativas do então presidente Jair Bolsonaro diante da crise de saúde coletiva ocasionada pelo vírus, que desencadeou diferentes crises em outros setores importantes para o desenvolvimento da sociedade, como a economia e a educação, por exemplo.

O debate em torno de tais questões passou por uma breve discussão sobre a democracia em tempos de conservadorismo, já que muitos países enfrentaram a crise pandêmica permeados por crises políticas associadas ao sistema democrático de gestão. Também realizamos uma discussão sobre cidadania e comunicação, que correspondem a eixos de extrema importância para compreender a situação enfrentada pelo país durante o período mais grave ocasionado pela pandemia da COVID-19 e suas consequências políticas e sociais.

Nessa parte do percurso, iremos expor as controvérsias identificadas na comunicação de Jair Bolsonaro via sua página oficial do Twitter durante todo o ano de 2020 acerca da pandemia da COVID-19, procurando situar mais especificamente, como a comunicação, a desinformação e a cidadania apareceram neste contexto informacional e midiático utilizado pelo presidente, explorando as regularidades, intensidades e discrepâncias identificadas sobre tais assuntos.

Também faz parte deste capítulo explorar as situações controversas cultivadas por Jair Bolsonaro na gestão da pandemia em confronto com as próprias normas editadas pelo governo federal, situação delineada a partir da postura pública do presidente expostas nas mídias tradicionais e nas redes sociais, com destaque para o Twitter, já que é a rede social escolhida para a nossa exploração.

Nesse contexto, a análise de conteúdo e a cartografia de controvérsias foram as metodologias que nos ofereceu elementos para aprofundar no debate em questão, lembrando que elaboramos uma proposta de readaptação do método da cartografia de controvérsias, já que essa metodologia incentiva o entrelaçamento de teorias e técnicas de pesquisa.

De acordo com Venturini (2009), alguns procedimentos devem ser adotados pelo pesquisador que propõe uma cartografia de controvérsias, são eles: não deve

existir restrição de observação a nenhuma teoria ou metodologia; a observação deve ser feita a partir de tantos pontos de vista quanto possível, levando em consideração a voz dos atores, o que se torna mais importante do que as presunções de pesquisa, sendo formadas por temas “quentes”, envolvendo o maior número de atores possível, o que demonstra a potencialidade da controvérsia.

As controvérsias surgem quando coisas e ideias que eram consideradas certas começam a ser questionadas, envolvendo todo tipo de atores, sejam eles humanos ou não humanos, evidenciando situações em que existem desacordos sobre determinados assuntos ou contextos sociais, com diferentes debates, ocupando espaços na mídia e em redes sociotécnicas. De acordo com Venturini (2009), as controvérsias envolvem disputas de poder, lutas sociais, podendo ser negociadas a partir de procedimentos democráticos, mas podem envolver também, violência física e simbólica, além de discussões, mas deve priorizar o relacionamento e a associação de diferentes atores com a controvérsia.

Segundo os pesquisadores desse ramo, os temas controversos surgem quando os atores percebem que não podem se ignorar e só terminam quando conseguem desenvolver um sólido compromisso para viverem juntos. As controvérsias podem ser percebidas como conflitos que mesmo que não atinjam lutas abertas, compartilham mundos e ideias conflitantes que se enfrentam em disputas, sejam elas discursivas ou físicas.

Venturini (2009) destaca que a controvérsia revela o magma social, evidenciando a complexidade do mundo coletivo.

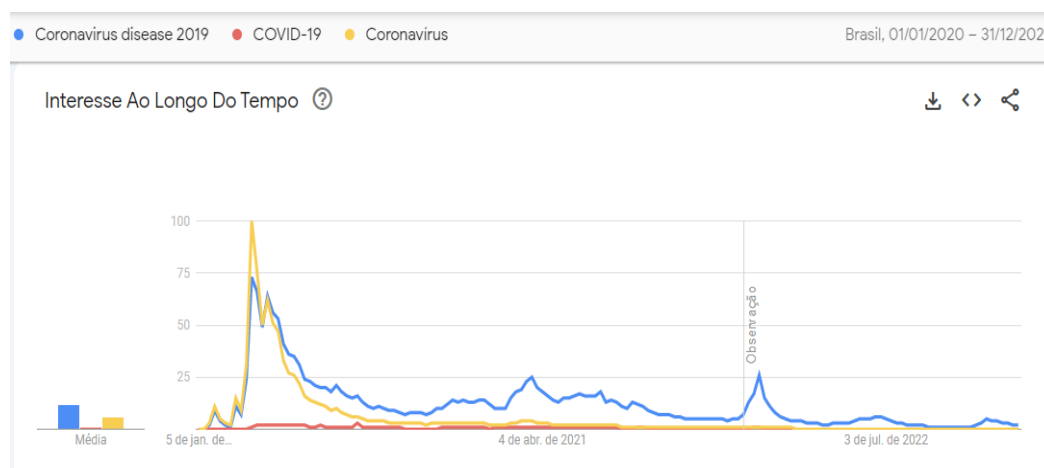
Em poucas palavras, quando você procura por controvérsias, procure onde a vida coletiva fica mais complexa: onde a maior e mais diversificada gama de atores está envolvida; onde alianças e oposição se transformam de forma imprudente; onde nada é tão simples quanto parece; onde todos gritam e brigam; onde os conflitos crescem mais severos. Lá, você encontrará o objeto da cartografia das controvérsias. (Venturini, 2009, p. 5. Traduzido no DeepL).

A temática que desencadeou o nosso estudo, tratou-se das controvérsias em torno da pandemia da COVID-19, que esteve muito presente em nossas vidas e nas redes sociais durante os dois primeiros anos após sua descoberta, mas com pico de interesse no ano de 2020, como podemos perceber no mecanismo de busca

conhecido como Google Trends¹¹, na qual utilizamos as seguintes palavras-chave: Coronavírus disease 2019 (como doença); COVID-19 (como termo de busca) e Coronavírus (enquanto vírus), dos quais foram bastante procurados nos mecanismos de busca disponíveis na internet do Brasil, principalmente durante o ano de 2020, já que se tratava de um assunto novo e as pessoas procuravam se informar sobre a doença e seus efeitos.

Com o passar do tempo, os termos começaram a fazer parte do cotidiano dos indivíduos, o que justifica a queda no interesse a partir de meados de 2021, pois já existia familiaridade com a doença e suas consequências.

Figura 15 - Busca sobre a COVID-19 no Google Trends com os seguintes filtros: doença (azul); termo de pesquisa (vermelho); e vírus (amarelo) entre 2020-2022.



Fonte: elaboração própria no Google Trends.

Para o desdobramento dessa parte da pesquisa, apoiamo-nos em algumas estratégias reestruturadas a partir do estudo de André Stangl (2016) sobre como operacionalizar uma cartografia de controvérsias, onde o pesquisador expõe que o “desafio da Cartografia de Controvérsias é organizar as informações de modo a permitir que diferentes coletivos e agrupamentos, com interesses diversos, consigam deliberar sobre esses assuntos” (Stangl, 2016, p. 181). Sugere o autor, que para

¹¹ O Google Trends é uma ferramenta gratuita que permite acompanhar a evolução do número de buscas por uma determinada palavra-chave ao longo do tempo. Ao pesquisar por uma palavra, o Google Trends mostra um gráfico em que o eixo horizontal representa o tempo e o vertical, o volume de buscas (Farias, 2020). A ferramenta apresenta gráficos com a frequência em que um termo particular é procurado em várias regiões do mundo, e em vários idiomas, foi lançado em 2006. Também permite a filtragem do tempo em um intervalo de até 5 anos, no gráfico exposto, a análise foi realizada entre 01 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2022.

realizar uma cartografia, devemos partir de polêmicas que repercutem nos telejornais, nas mídias digitais, ou ainda de discussões em torno de ideologias, gostos, valores, salientando que o importante é que exista um debate em torno de tais questões, além da defesa de preferências de forma acalorada.

Quando propomos uma cartografia, procuramos visualizar as perspectivas em debate, os conflitos, os rastros e os posicionamentos divergentes, o que nos auxilia a perceber a influência dos atores dentro da rede, sejam eles humanos ou não humanos. Geralmente, “esse tipo de tema divide a opinião entre grupos a favor ou contra, que semelhantes a torcidas de futebol, recusam-se a considerar a posição contrária, esgotando a possibilidade racional (ou relacional) do debate” (Stangl, 2016, p. 182).

Esse tipo de relação conflituosa esteve bastante presente em torno do tema da COVID-19 e seus desdobramentos, chegando ao ponto de as pessoas questionarem as medidas básicas de proteção do vírus, como o uso de máscara, por exemplo. Tudo virou motivo para uma guerra de narrativas que tinha muito mais relação com o cenário político e as preferências das pessoas do que propriamente com a gravidade do vírus, o que pode ter facilitado para que o Brasil alcançasse o patamar de um dos piores países na gestão da crise envolvendo a pandemia, que posteriormente se alargou para discussões em torno da eficácia ou não das vacinas.

Ao elaborar uma Cartografia de Controvérsias se torna possível visualizar a influência e a mediação que ocorre nas redes e o desenrolar dessas situações, até a instauração de um possível consenso, mesmo que temporário, além das associações que surgem nesses contextos. A grande mídia, as páginas da internet, as redes sociais como o Facebook, o Twitter e o Instagram, são alguns dos ambientes possíveis de realizar este tipo de pesquisa. Quando realizamos uma cartografia, se torna possível traçar rotas e visualizar as perspectivas em debate, além dos conflitos que surgem, e quanto maior a repercussão ou a polêmica envolvendo a controvérsia, mais rastros são deixados na rede.

Em seu estudo, Stangl (2016) buscou traduzir as estratégias sugeridas por Latour (2012) e Venturini (2009) a partir da Cartografia de Controvérsias que parte da Teoria Ator-Rede por meio de 12 passos, e será uma espécie de roteiro guia para a reelaboração metodológica da nossa própria cartografia do Twitter de Jair Bolsonaro e de suas publicações sobre a pandemia da COVID-19 durante todo o ano de 2020. Na nossa pesquisa, iremos propor uma espécie de cartografia das

narrativas de um ator central sobre o vírus e as controvérsias geradas a partir desses posicionamentos comunicacionais, o que não é o mais habitual quando se propõe o uso dessa metodologia, mas que encaramos como uma escolha possível para abordar o nosso objeto de estudo.

No quadro abaixo, exploramos as principais etapas elencadas pelo autor e suas características, demonstrando como adaptamos em nossa pesquisa tais procedimentos e suas reformulações:

Quadro 5 - Descrição das etapas metodológicas sugeridas pela Cartografia de Controvérsias e como foram adaptadas na nossa pesquisa - 2020.

Etapas	Descrição no estudo de André Stangl (2016)	Readaptação na nossa pesquisa – 2020
1. Temperatura	Identificar a temperatura da controvérsia. Sugere temas atuais, pois são mais “quentes” e fáceis de rastrear os debates e relatos nas redes sociais, nas diferentes mídias e jornais, etc.	Optamos por seguir a rede social Twitter e alguns meios de comunicação para analisar a recursividade do assunto envolvendo a Pandemia da COVID-19 e seus desdobramentos, como os sites de notícias: G1, BBC, Poder360, Carta Capital, DW, etc.
2. Visualização	Consiste em visualizar o alcance, a repercussão e os desdobramentos da controvérsia nas redes digitais. Pode ser feito com o auxílio de softwares tais como <i>Google Trends</i> , <i>Gephi</i> , <i>TrendsMap</i> , etc.	Utilizamos o <i>Google Trends</i> para delinear a repercussão de interesse da temática nas redes em um determinado período de tempo (2020-2022). Figuras 20 e 21.
3. Cronologia	Sugere a criação de uma timeline ou cronologia da controvérsia, com classificação. Indica a utilização do TikTok ou Timetoast.	Optamos por realizar a cronologia de algumas controvérsias discursivas de Jair Bolsonaro a partir do timetoast, trata-se de uma linha do tempo on-line com base em fontes jornalísticas, e que está disponível em: https://www.timetoast.com/timelines/2926691 . Obs: a partir dessa linha do tempo, criamos um mapa mental das declarações mais polêmicas para uma melhor visualização no mindmeister (Figura 18).
4. Diagrama Ator-Rede	Aqui o autor procura identificar as principais fontes de posição e oposição em torno da controvérsia, sugerindo softwares como o Mindmeister ou Examtime, possibilitando uma visualização gráfica da controvérsia.	Como a nossa readaptação do método da Cartografia de Controvérsias parte das narrativas de um ator central, não realizamos uma visualização gráfica, e sim classificamos as controvérsias com critérios de regularidade, discrepância e intensidade, expostas no Capítulo 5.

5. Desdobramentos	Identificar os subtemas relacionados a controvérsia principal, pode se basear a partir da etapa anterior.	Os subtemas que se desdobraram a partir da controvérsia central foram: cloroquina e hidroxiclороquina; mídia; desinformação; vacinas; negacionismo; STF e governadores; além da negação da cidadania e a necropolítica.
6. Fronteiras	São situações que é possível identificar riscos de violência física ou simbólica a partir da controvérsia (discursos, intolerância, agressões, xingamentos, etc.)	As fronteiras também foram mais perceptíveis nas opiniões que circulam nas redes sociais, que fizeram parte mais do campo da recepção, mas que não fez parte do campo de análise da nossa pesquisa, ficando de fora da discussão geral, mas que foi observada com a entrada netnográfica em campo, principalmente quando os assuntos se concentraram em torno dos fármacos pesquisados e das vacinas, o que gerou forte engajamento popular, tanto contra como a favor de Jair Bolsonaro.
7. Microdiscursos	Aqui pode ser realizada uma curadoria de comentários, debates, memes, frases sobre a controvérsia, com base em redes sociais, possibilitando uma visualização gráfica dos discursos. Sugere utilizar o www.wordle.net	Nossa curadoria foi em torno dos tuítes publicados por Bolsonaro durante o ano de 2020 na sua página oficial do Twitter. Utilizamos o Iramuteq e suas ferramentas de visualização gráfica, como a nuvem de palavras exposta na Figura 24 para expor os microdiscursos.
8. Macrodiscursos	Aqui a curadoria é sobre a opinião da grande mídia ou especialistas, formadores de opinião interessados na controvérsia.	Não realizamos uma curadoria específica, mas nos apoiamos em estudos de especialistas que discutem o tema da pesquisa, além de dados divulgados nas mídias digitais, segundo os sites e jornalistas pesquisados, com foco na OPAS, OMS, MS.
9. Geolocalização	Mapa com a localização geográfica dos eventos e dos atores relacionados com a controvérsia, pode ser utilizado o Google Maps.	A controvérsia ocorreu em todo o Brasil, envolvendo diferentes atores sociais, com destaque para as redes sociais. Mas na nossa readaptação do método, elaboramos uma espécie de cartografia discursiva a partir das narrativas de um ator central, o que dispensa a elaboração de mapas geográficos.
10. Glossário	Glossário de termos específicos utilizados para se referir a controvérsia.	Elaboramos um glossário de termos aceitos e controversos, expostos na Quadro 7.
11. Acervo	Espaço de armazenamento que reúne os conteúdos relacionados à controvérsia, dentre eles: links, vídeos, imagens, reportagens, notícias, artigos, entre outros.	O acervo consiste em arquivos produzidos e reunidos durante todo o tempo de escrita da tese, tais como pastas de conteúdo no google drive, anexos e apêndices que optamos por não colocar na tese por serem muito extensos, além de material bibliográfico que utilizamos

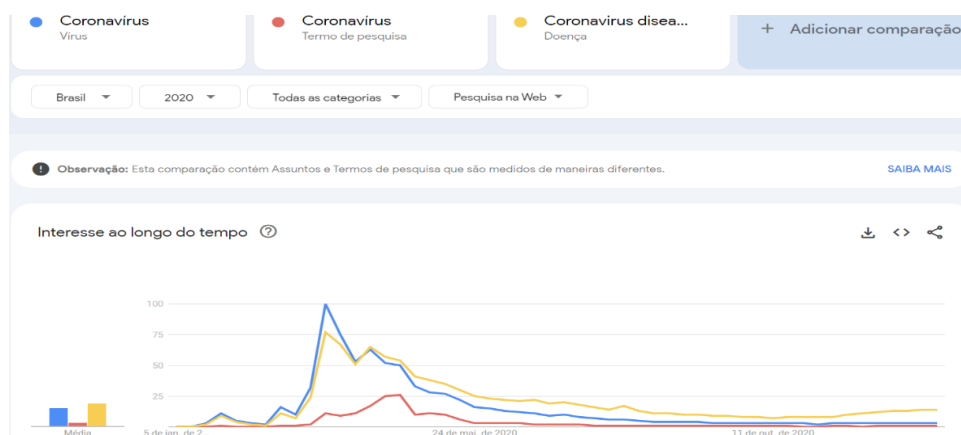
		para a elaboração da pesquisa como artigos, reportagens, imagens, vídeos, etc.
12. Apresentação	Aqui o autor sugere que todos os passos anteriores sejam reunidos e publicados em algum meio digital que facilite a visualização dos conteúdos e aspectos envolvidos na controvérsia. Sugere o uso do Pinterest ou Tumblr.	A apresentação consiste na própria tese, que posteriormente será publicada no banco de dados da biblioteca da instituição filiada, ou seja, PPGCOM e UFG.

Fonte: Elaboração própria tendo como referência Stangl (2016) e Leal (2018).

Até dezembro de 2020, a controvérsia envolvendo a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), tratava-se de uma controvérsia quente e inacabada, que se estendeu com potencialidade discursiva durante todo o ano de 2021, mas com focos diferentes, já que a problemática envolvendo o vírus, a governabilidade em torno desta questão sanitária e as políticas públicas foram se alterando conforme o tempo passava, sendo que em 2022, a controvérsia começava a dar sinais de “esfriamento”.

O recorte temporal da nossa pesquisa se concentrou mais especificamente durante todo o ano de 2020, período que envolve diferentes descobertas sobre o vírus e seus principais desdobramentos. Durante essa primeira fase, as buscas na internet sobre o termo no Brasil, a doença e assuntos relacionados se concentraram com maior intensidade entre os meses de março e abril de 2020, com progressiva queda durante o ano corrente, o que evidencia a diminuição de interesse no assunto em questão ainda em 2020.

Figura 16 - Busca na internet sobre o Coronavírus em 2020.



Fonte: elaboração própria no Google Trends.

Neste período, o coronavírus foi um assunto quase perene nas redes sociais e nas mídias tradicionais, com uma constante descarga de informação sobre as pessoas, o que fez aumentar o tom de gravidade em torno da doença e de seus efeitos, pois era comum diariamente a publicação de dados sobre a doença, óbitos e recuperados, com debates de especialistas sobre o assunto, além de uma constante guerra de narrativas em torno do vírus e de sua gravidade, com grande ressonância nas redes sociais, na qual diferentes atores políticos e sociais tiveram papel preponderante na formação de opinião pública sobre o assunto.

Um dos atores políticos com grande destaque nesse debate foi o então presidente do Brasil Jair Bolsonaro, que fomentou polêmicas em torno do vírus e formas de tratamento, além de ter criado situações totalmente contrárias às orientações da OMS, o que o colocou por diversas vezes em um papel bastante controverso, mas que teve uma rede de apoiadores, aumentando a sua popularidade em alguns grupos, mas que auxiliou no alargamento da polaridade social existente no país em torno da política e também da pandemia.

4.1 A postura pública de Jair Bolsonaro diante da pandemia

Quando vi ele andando de jet ski, logo pensei que fosse em um lago de sangue! Mas, as perguntas que ficam são: de quem é esse sangue? Quem são essas pessoas que morrem aos montes e por quem nem ao menos podemos ficar de luto? Foi seu pai, leitor e/ou leitora? Foi sua mãe? Sua tia talvez? Avô? Não sei. Mas poderia ter sido, não é? Eu acho que sim. Caso fosse, saiba: ele ainda teria andado de jet ski. (Cesar, 2020, p. 3).

E a partir dessa citação, podemos delinear como foi a postura pública do então presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia da COVID-19, podendo ser considerado um dos maiores fomentadores de controvérsias sobre a pandemia no Brasil, por dois motivos principais: primeiro, por ser o representante eleito para ocupar o cargo de maior responsabilidade pública do país; segundo por ser um influenciador digital, já que conta com mais de 55 milhões de seguidores em suas diferentes redes sociais, com forte presença no aplicativo WhatsApp, o que faz suas mensagens alcançar um público inimaginável, tanto por fonte direta (que parte de publicações do presidente), como secundárias por meio de replicação e compartilhamento de conteúdo, quase sempre gerando grande recursividade, pois

algumas das características de Jair Bolsonaro é a ambivalência e a polêmica, o que o colocou em evidência até mais do que o vírus.

Desde o começo da pandemia, Jair Bolsonaro minimizou os efeitos do coronavírus na saúde pública, atribuindo toda e qualquer 'desgraça' à paralisação da economia via decretos, considerada pelo presidente como uma medida extrema imposta pelos governadores e prefeitos, o que afetaria na sua concepção, a liberdade dos indivíduos, conseqüentemente, seus empregos, condições financeiras e até a saúde mental. Discurso que de certa maneira faz sentido, exigindo ações mais contundentes do poder público para diminuir esses danos na vida coletiva, mas que no Brasil não foi realizado de forma eficiente, justamente pela guerra de narrativas sobre quem tinha razão ou poder para decidir sobre tais questões, afetando sobremaneira a vida das pessoas, constantemente negligenciadas por políticas públicas mal elaboradas, com implementação precária e sem avaliações posteriores.

Segundo Avritzer (2020), logo de entrada a pandemia colocou três problemas para o governo de Jair Bolsonaro:

Em primeiro lugar, ela implicou uma imediata reabilitação da ciência no plano da opinião pública, com cientistas e professores aparecendo todos os dias no Jornal Nacional e dando entrevistas para os principais jornais do país. [...]a pandemia do coronavírus de saída deixou claro o estrago que poderia causar, dificultando a vida dos negociacionistas. O segundo problema refere-se a perda de apoios importantes. [...] formou-se uma nova aliança política no país. Esta aliança não é de esquerda, é de centro, mas o importante é que se trata de aliança pelo fim da antipolítica. O terceiro componente dessa aliança é o tensionamento com o presidente e suas políticas nas redes sociais, nas varandas e, a partir do final de maio, nas ruas das principais capitais do país. (Avritzer, 2020, p. 19-21).

O pesquisador argumenta que a antipolítica¹² estaria em crise, pois tínhamos um presidente “que não dialoga com a mídia, agride jornalistas, não aceita posições

¹² A antipolítica é a reação à ideia de que as instituições e representantes eleitos devem discutir, negociar e processar respostas a temas em debate no país. A antipolítica constitui uma negação de atributos como a negociação ou a coalizão. Ela se estabeleceu no Brasil a partir da suposta luta anticorrupção. Ninguém é contra a luta anticorrupção e uma sociedade sem corrupção continua fazendo parte de um horizonte desejável e utópico no Brasil. Porém, existe um fio da navalha entre a construção de um horizonte utópico e a transformação de grupos políticos, partidos e cidadãos em párias a serem perseguidos nas ruas, aeroportos e redes sociais. (AVRITZER, 2020, p. 25). O autor salienta que nada disso é novo, já que a transformação de utopias em sistemas totalitários foram abordados em diferentes autores, dentre eles, Hannah Arendt. A antipolítica se constituiria ainda a partir de dois elementos: o punitivismo jurídico e a substituição do governo por uma concepção moral de política judicialmente sancionada. (Avritzer, 2020, p. 27).

científicas e que, em atos de irresponsabilidade extrema, aceita o risco de contaminar a população com um vírus sem tratamento conhecido” (Avritzer, 2020, p. 25). Outro ponto discutido no ensaio de Avritzer (2020, p. 31), é que “Bolsonaro não procura discutir ou coletar opiniões nas redes sociais. Ele se pauta por um exército de ratificadores, que o apoiam acriticamente e atacam aqueles que o criticam”. Também representou uma tática do presidente atacar as forças políticas que o “desafiam” por meio de decretos de *lockdown*, apelando para a retórica de que são políticas utilizadas exclusivamente para “quebrar” a economia do país, ao invés de salvar vidas, no intuito de atacar a autonomia do governo federal.

O fato é que mesmo com o grande apoio eleitoral que Jair Bolsonaro recebeu nas eleições de 2018 e durante seu primeiro ano de mandato, a pandemia inaugurou uma espécie de contestação pública de sua gestão, realizada pela própria classe média que votou no presidente dois anos antes, mas que não aprovaram a forma de condução da crise sanitária no país. Para o pesquisador, no “dia 16 de abril, Jair Bolsonaro conseguiu enfim implementar a sua política antivida com a demissão do ministro Luiz Henrique Mandetta” (Avritzer, 2020, p. 21).

O sucessor de Henrique Mandetta no Ministério da Saúde (MS) foi o oncologista e empresário do setor da saúde, Nelson Teich, que afirmou que seu comando da pasta seria realizado de “forma técnica e científica” (Turbiani, 2020), reforçando a necessidade de se pautar em dados robustos e num setor de inteligência eficiente, procurando diminuir as incertezas sobre o vírus.

Em sua pequena atuação como ministro, nomeou diversos militares para ocupar cargo no MS, mesmo que nenhum deles tivessem experiência na área, o que agravou a crise na pasta. Segundo Mattos, Rodrigues e Borges (2021), Nelson Teich pediu demissão quando o presidente tentou impor um protocolo autorizando o uso de cloroquina de forma indiscriminada, contrariando a sua autoridade enquanto ministro, pois nada relacionado à pandemia e sua gravidade parecia afetar a rotina de Bolsonaro e sua má gestão da crise sanitária, que assolava o país.

O interessante, do ponto de vista do governo do capitão, é que a troca de ministro no meio de uma pandemia não pareceu preocupá-lo. Em uma patética reunião ministerial no dia 22 de abril, vimos o bolsonarismo de modo transparente. Naquele dia, o Brasil tinha 2 mil mortos pelo vírus e o presidente falou por mais tempo sobre tacômetros, velocímetros e armas do que sobre a pandemia. No dia 28 de abril, quando o número de mortos no

Brasil bateu a marca das 5 mil pessoas, o capitão foi praticar tiro ao alvo. Confrontado na volta do palácio da Alvorada, respondeu: **“E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?”**. Quando o Brasil ultrapassou a marca de 10 mil mortes, ele foi andar de jet ski, e quando o país atingiu a marca de 20 mil óbitos pela pandemia, o governo estava sem ministro da Saúde e com um general tocando provisoriamente o ministério. Cabe, nesse caso, a pergunta sobre o que leva um presidente a tomar uma decisão tão extrema. (Avritzer, 2020, p. 22).

Em outro ensaio da mesma coletânea, Nobre (2020) argumentou que é fácil nomear Bolsonaro de louco ou burro, mas que isso não resolve a questão e nem nos faz compreender o processo que vivenciamos no Brasil. Também destaca que o xingamento despolitiza o debate, e o presidente já se apresenta como não político, alguém que contesta “tudo que está aí”, seja lá o que for isso, o que alimenta a sua “autodefesa” diante dos fatos. Ao recorrer ao xingamento, também retiramos a culpa de Bolsonaro pelos seus atos e palavras, já que ele se portando como um louco ou burro, não poderia ser responsabilizado por suas burrices ou loucuras, e este não é o caso. A tática política de Bolsonaro é não assumir a culpa, colocando ela na conta dos outros. Para o autor:

A frequência com que Bolsonaro é chamado de burro, de louco, ou das duas coisas, mostra o quanto o atual presidente conseguiu impor a sua maneira de pensar, o quanto conseguiu alcançar uma verdadeira demissão da inteligência - e ele é que é o burro. Bolsonaro conquistou essa hegemonia no debate não porque ganhou a eleição, simplesmente. Conseguiu porque passamos a aceitar debater e pensar nos termos dele. (Nobre, 2020, p. 10).

O pesquisador afirma que Bolsonaro poderia ter se destacado como um grande líder na crise do novo coronavírus, colocando em marcha uma união nacional em um momento de emergência, o que refletiria significativamente em sua popularidade e na consolidação rumo ao segundo mandato, mas optou por não fazer. Para Nobre (2020, p. 12), “Bolsonaro agiu dessa forma por fidelidade a seu projeto autoritário”, já que é guiado por uma política de guerra (que inviabiliza a convivência democrática) e de morte (que na pandemia destruiu vidas).

Para o autor, essa cultura política de guerra acabou contaminando toda a sociedade, numa lógica de trincheiras, com posições bem demarcadas, alargando as polaridades preexistentes. Em suas palavras, Bolsonaro “representa a normalização do estado de crise, a transformação do colapso em forma de governar” (Nobre, 2020, p. 21), que foi bem visível durante a gestão das diferentes crises

causadas pela pandemia, que contou com o “parasitismo político de Bolsonaro”, gerando um colapso institucional duradouro, fomentado de modo consciente pelo presidente.

No caso da pandemia, Bolsonaro levou o caos como método ao limite. Interpretou a Covid-19 como uma manobra política para tentar enquadrá-lo no “sistema”. E a interpretação tem lá sua razão de ser: de fato, não há como combater o vírus e enfrentar a crise econômica que a acompanha a crise sanitária sem governar, algo que Bolsonaro não pode nem pretende fazer. É preciso mais do que governar, aliás: é necessária uma gigantesca reorganização do “sistema”. Nem mesmo fazer funcionar o “sistema” é mais suficiente, o desafio é de outra ordem de grandeza, exige um esforço adequado a uma emergência nacional. (Nobre, 2020, p. 21-22).

Segundo Nobre (2020), quando se instalou a crise provocada pelo coronavírus no Brasil, ocorreu uma espécie de abalo ao projeto populista autoritário colocado em prática pelo governo Bolsonaro, que ainda se encontrava numa primeira fase, do desmonte das instituições democráticas, o que se tornou fundamental para compreender a resposta frente a crise de saúde pública.

Existem outras particularidades, pois Bolsonaro agia como se não fizesse parte do sistema político, apesar de estar totalmente inserido nele. As posições de direita e extremistas do presidente seria justificada como algo positivo, decente e ético, enquanto todo o resto seria de “esquerda”, negativo e maléfico para a sociedade, rompendo com a possibilidade do diálogo com a oposição e com ideias contrárias às dele.

O autor cita um trecho do livro *Morte e vida severina* de João Cabral de Melo Neto na qual afirma que “é difícil defender, só com palavras, a vida”, por isso a necessidade da política em nossos cotidianos, e num período de pandemia com milhares de vidas perdidas, a política se tornou cada vez mais imprescindível.

Para Bolsonaro, a única resposta à crise compatível com seu projeto seria a implantação imediata de um regime autoritário. Mas foi pego no contrapé. Até a chegada da pandemia, tinha conseguido aos poucos inserir a cunha de seu projeto autoritário em uma democracia não só pouco democrática, mas muito avariada. Mas não tinha ainda acumulado forças suficientes para passar à fase seguinte. O que impediu Bolsonaro de defender o país durante a pandemia e de se tornar um líder aglutinador e aprovado pela maioria da população foi, antes de tudo, sua estrita fidelidade a suas convicções autoritárias. (Nobre, 2020, p. 23).

Em muitos escritos sobre Jair Bolsonaro, a sua campanha eleitoral permanente é algo em destaque, com constante disseminação de fake news e desinformação de forma consciente e deliberada, o que Fernandes *et al.* (2020, p. 2) afirmam ser formas de “incentivar e reavivar o ódio contra adversários políticos, apoiar práticas de discriminação e violência contra as minorias”.

O então presidente brasileiro atuava apoiado no fenômeno da pós-verdade (mesmo que ele não refletisse sobre isso), já que costumava oferecer fatos alternativos contra as evidências científicas e os conhecimentos estabilizados (Farkas; Schou, 2019 *apud* Fernandes *et al.*, 2020), expondo os seus próprios critérios de verdade, e movimentando uma leva de apoiadores, que se manifestavam quase sempre no burburinho das redes sociais.

De acordo com Pedron (2020), Jair Bolsonaro colocou em prática um carisma incivilizado durante a pandemia, que se expressava na política do ressentimento, se defrontando com uma crise de legitimidade da promessa de um “capitalismo para todos” (que fazia parte da maioria que votou nele), se manifestando em constantes demonstrações de incivilidade, a tal marca do seu “carisma” em aparições e falas públicas, principalmente quando tinha que lidar com a imprensa ou algum tipo de contrariedade inerente ao cargo . Citamos:

Denominamos “carisma” uma qualidade pessoal considerada extra cotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quando dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extra cotidianos específicos ou então se toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como “líder”. (Weber, 1994, p. 158 *apud* Pedron, 2020, p. 31).

Essa noção de carisma de Weber é retrabalhada na obra de Sennett (2014) que aborda o carisma incivilizado como algo que surge a partir de mudanças na relação entre público e privado. Esse carisma é incivilizado por transportar como extensão as relações e valores privados para o ambiente da experiência pública, na qual os políticos aprenderam facilmente que não é “aquilo que eles fazem, mas aquilo que sentem e que expressam ao entorno de uma cultura de sentimentos o que provoca maior atenção, interesse e desejo por parte dos eleitores” (Pedron, 2020, p. 34).

Mais recentemente, essa não separação da relação entre público e privado deu origem a líderes que são considerados carismáticos justamente por pautar seus discursos no ressentimento que é ao mesmo tempo antissistêmico e destrutivo, que lida bem com a pulsão de morte, como tem acontecido durante a pandemia.

A política do ressentimento serve como uma luva na personalidade autoritária de Jair Bolsonaro e está presente tanto em seus discursos de crítica antissistêmica “a tudo que está aí” quanto na sustentação de narrativas fantasiosas através das quais o presidente passa a ser um herói perseguido pelo establishment, como neste trecho: “Poderosos se levantaram contra mim e é uma realidade. É uma verdade. Eu estou lutando contra o sistema, contra o establishment. Coisas que aconteciam no Brasil praticamente não acontecem mais”. (Bolsonaro, 2020 *apud* Pedron, 2020, p. 36-37).

E apesar do discurso de *outsider*, Jair Bolsonaro faz parte da mesma categoria de políticos que critica, mas tem um diferencial, já que consegue desviar a atenção para coisas que não suas ações ou omissões políticas, concentrando suas polêmicas em questões morais íntimas ou de moral pública, sendo que “a personalidade do líder que é cultivada pelos seus apoiadores e eleitores é uma ilusão compartilhada pelo político que acredita que é aquilo que vende ser” (Pedron, 2020, p. 35).

De acordo com o autor, “os novos meios de comunicação do século XX fortaleceram essa relação apática e narcotizante entre os eleitores e o político carismático” (Pedron, 2020, p. 35), que tem se tornado cada vez mais acrítica e ratificadora, uma relação de idolatria vazia, que os fazem esquecer até mesmo da condição de cidadão que antecede a condição de eleitor e ídolo.

O carisma incivilizado de Bolsonaro reflete o que o autor nomeia de “fantasia autoritária” de muitos brasileiros, naturalizando o que antes era considerado impronunciável e inaceitável, expondo a tirania fascista do presidente, não pela violência física de uma ditadura, “mas porque a violência simbólica da nudez de sua personalidade se torna mortal nas omissões políticas que provoca em nome apenas de si mesma” (Pedron, 2020, p. 45-46), de tal forma que a pandemia só reforçou esse estilo político baseado no ressentimento, evidenciando sua personalidade e intimidade tirânica, o que escancarou o seu despreparo para lidar com uma situação de crise que exigia a necessidade de diálogo, planejamento, de decisões rápidas e certeiras, capazes de salvar vidas e também a economia.

Outra tática bastante utilizada por Bolsonaro durante a pandemia teve relação com o uso da trollagem como estratégia de comunicação política, auxiliando para tornar pública suas ideias, o que de certa maneira, ajudava na promoção da sua imagem pessoal e no relacionamento com seus apoiadores, com o intuito de construir um cenário favorável à sua gestão durante a crise pandêmica.

Namise e Rizzotto (2023), argumentam que esse recurso comunicacional costuma ser bastante utilizado por movimentos e políticos de extrema-direita, servindo ainda como instrumento de promoção para ideias antidemocráticas, além de possibilitar a construção de um imaginário em torno de determinadas figuras e grupos sociais. Citam que Phillips (2015) e Coleman (2012) definem trollagem “como uma mensagem disruptiva”, mas salientam que tal definição acaba sendo imprecisa e muito abrangente. Dessa forma, apontam quatro características que auxiliam numa definição mais precisa, são elas:

A primeira seria a questão da trollagem ser uma mensagem ambivalente, ou seja, impossível de se saber ao certo como ela deve ser interpretada (Phillips; Milner, 2017). A segunda diz respeito à trollagem ser um ato de transgressão (Nagle, 2017). A terceira característica é a estética do espetáculo que esse tipo de ação adota (Coleman, 2012). A última é referente ao fato que a trollagem possui componentes que a levam a ser considerada um tipo de piada virtual (Phillips, 2015). (*apud* Namise; Rizzotto, 20023, p. 170).

Bolsonaro por diversas vezes durante a pandemia teve os seus discursos e narrativas noticiadas pelos jornais, e quando tinha algum tipo de repercussão negativa, o presidente afirmava que se tratava de uma brincadeira ou piada, se apoiando nas táticas da trollagem descritas acima. Destacam os pesquisadores que os *trolls* procuram incitar discussões através de suas mensagens e ações, sendo que quando isso ocorre, “o *lulz* é produzido” (Namise; Rizzotto, 2023, p.174), devendo ser entendido como uma espécie de diversão que ocorre por meio do sofrimento dos outros, que foram os alvos do *troll*, mas que isso também depende da interpretação de cada pessoa e suas subjetividades. Segundo os autores, a literatura sobre o assunto afirma que o objetivo da trollagem foi alcançado quando as vítimas não conseguem identificar a real intenção do *troll* e seus atos, o que é facilitado pelo uso da ambivalência.

Esse fenômeno é particularmente vantajoso para políticos com baixa relevância no debate público; dessa forma, a trollagem pode ser vista como

uma ferramenta política, utilizada por indivíduos e grupos que desejam ampliar seu alcance e influência. [...] Ao violar normas comunicacionais e valores hegemônicos, os *trolls* conseguem provocar seus alvos e criar grandes discussões que geram engajamento e visibilidade. Essa transgressão pode ser observada em ações simples, como a quebra da polidez na conversação on-line (Donath, 1995; Fragoso, 2015; Fuller; Mccrea; Wilson, 2013; Phillips, 2015). (Namise; Rizzotto, 2023, p. 176).

Para os autores, Bolsonaro se apoiou nesse tipo de estratégia comunicativa, sendo que suas trollagens teriam ocorrido em quatro principais tipos de ambientes comunicacionais: lives, conversas com apoiadores no “cercadinho” em frente ao Palácio da Alvorada, entrevistas e nos eventos oficiais, no qual fez uso de uma linguagem simplificada, inclusive com xingamentos e expressões coloquiais, mantendo a “autenticidade” que muitos apoiadores destacam em seu comportamento, e que por vezes, é apontado como uma característica positiva do presidente, mesmo que em tais narrativas estejam embutidos preconceitos, misoginia, homofobia e outros absurdos que são justificados pela trollagem.

A trollagem pode ser entendida como uma estratégia política que busca desestabilizar o debate público e as relações democráticas, promovendo um ambiente de desconfiança e polarização, ou seja, a trollagem se torna uma estratégia antipolítica. (Namise; Rizzoto, 2023, p. 184).

A provocação que a epígrafe do tópico nos trouxe, faz referência sobre a postura pública do presidente diante de um problema de saúde coletiva tão grave, causado por uma pandemia de um vírus, que ainda não tem cura e até pouco tempo não tinha imunizantes.

Em diferentes datas simbólicas relacionadas à pandemia, o presidente brasileiro estava em algum tipo de atitude ou evento de comemoração, despreocupado com as consequências do vírus, como quando andou de jet ski bem no dia em que o Brasil ultrapassava a marca de 10 mil óbitos pela COVID-19, com mais 155 mil casos notificados (CNN Brasil, 2020), e essa teria sido a resposta de Jair Bolsonaro, após ele voltar atrás na decisão de organizar um churrasco no Palácio do Alvorada, classificado posteriormente como “fake” pelo presidente, como se a imprensa e a oposição quisessem desmoralizá-lo.

Só que esse tipo de atitude por parte de Bolsonaro foi muito comum, refletindo na forma como a pandemia foi sendo conduzida, criando efeitos devastadores na sociedade, além de demonstrar total despreparo e até falta de

respeito pelo processo que o país estava enfrentando, com crescente número de casos e conseqüentemente, de mortes.

Segundo Junqueira (2021), o MS e a Secretaria de Comunicação Social (Secom - governo federal) elaboraram estratégias para vacinar o presidente em evento público, procurando engajar os brasileiros para a importância da vacinação e o combate à COVID-19, mas Bolsonaro teria se recusado a participar de tal campanha, que contava com o apoio do ministro da saúde da época, Marcelo Queiroga. O autor destacou que pelo calendário de vacinação de Brasília, o presidente poderia ter se vacinado desde o começo de abril de 2021, mas ao invés disso, Jair Bolsonaro insinuava em uma *live* no mesmo período que não precisaria se vacinar por já ter contraído o vírus, o que em sua interpretação o deixaria protegido ou imunizado (uma desinformação que foi constantemente defendida e divulgada pelo presidente).

A vacinação de Bolsonaro seria “um exemplo fundamental” e daria “confiança e segurança” à campanha, principalmente àqueles que ainda hesitam em se vacinar, afirma Inesita Araújo, coordenadora do grupo de Comunicação e Saúde da Abrasco. “Não é por acaso que os presidentes se vacinam logo e com grande visibilidade, como estímulo a seguir o exemplo do líder máximo da nação”. (Junqueira, 2021, n.p.).

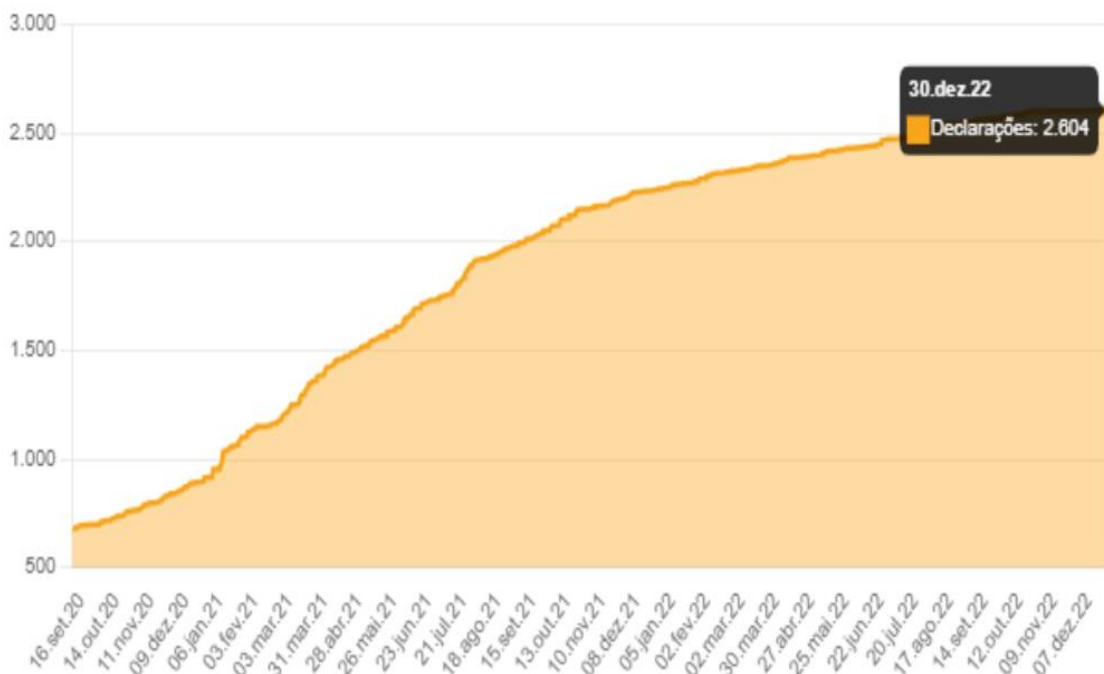
Esse plano de comunicação teria sido assinado pelo almirante Flávio Rocha, que dirigiu a Secom de 11 de março a 14 de abril (Junqueira, 2021). De acordo com o autor, a primeira dama também teria um papel de divulgação junto ao personagem Zé Gotinha, e o lema da ação era “Sejamos uma pátria de vacinas, uma pátria de máscaras”, mas que não teve engajamento do presidente, prejudicando o plano, que se concentrou em ações de menores impactos. A Secom respondeu em nota pública que manteve o plano de vacinar Bolsonaro em um ato público, mas que não tinha uma data específica, já que a estratégia de vacinação não poderia interferir na liberdade dos cidadãos, sobre o seu direito de decidir se querem se vacinar ou não, o que também vale para o presidente da república e seus familiares.

Segundo a agência de checagem Aos Fatos (2022), Jair Bolsonaro foi um grande divulgador de notícias falsas ou distorcidas sobre o coronavírus, sendo que a base de dados agrega todas as declarações feitas pelo presidente desde o dia de sua posse, com checagens que podem ser filtradas por discursos, entrevistas, redes sociais (Facebook, Twitter, Telegram, Youtube), lives e outros.

Somando todos os assuntos investigados, são pelo menos 26 categorias, e até o dia 30 de dezembro de 2022 (que representa 1.459 dias como presidente em exercício), Bolsonaro teria emitido 6.685 declarações falsas ou distorcidas sobre diferentes assuntos. Aplicando a filtragem pelo tema coronavírus, a coleta começa em janeiro de 2020, apresentando uma escala crescente de declarações duvidosas, com um acumulado de 2.604 declarações sobre o tema nos diferentes meios, o que corresponde mais de $\frac{1}{3}$ do total de declarações investigadas até o final do seu mandato.

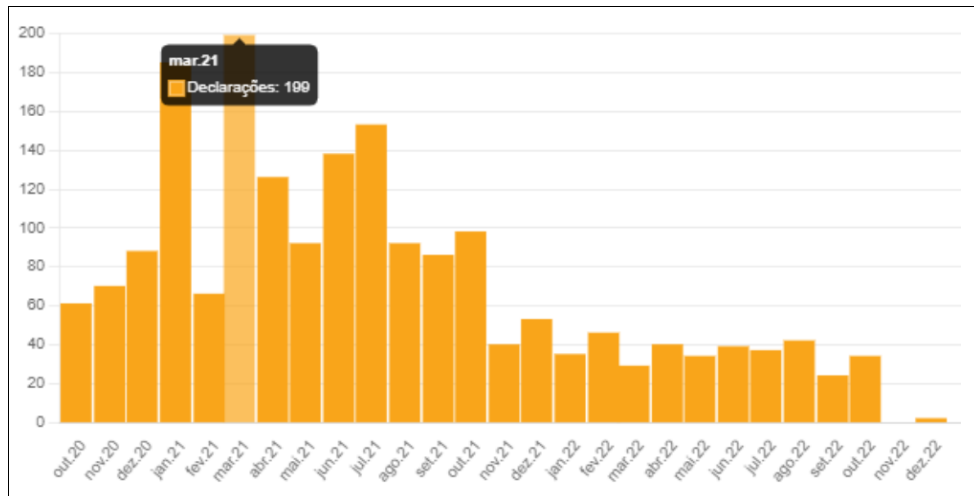
O pico de declarações falsas em um único dia ocorreu em 15 de janeiro de 2021, com 48 afirmações do presidente. Já em relação ao mês, a agência investigou 199 declarações em março de 2021, representando uma característica do presidente que é disseminar desinformação, no intuito de colocar em funcionamento os seus próprios regimes de verdade, por mais absurdos que possam parecer.

Figura 17 - Declarações Falsas ou Distorcidas de Jair Bolsonaro sobre Coronavírus – Acumulado – 2020 a 2022.



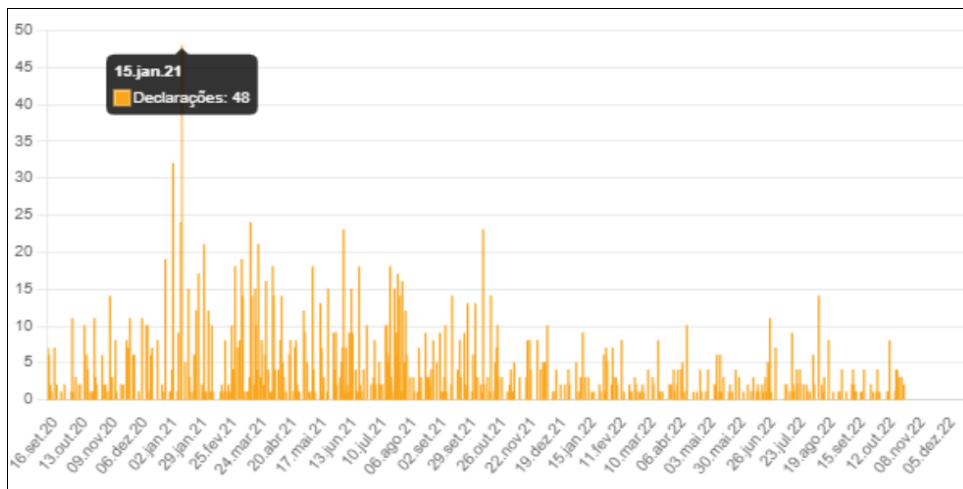
Fonte: Aos Fatos, 2022.

Figura 18 - Declarações Falsas ou Distorcidas de Jair Bolsonaro sobre Coronavírus-Mensal - 2020 a 2022.



Fonte: Aos Fatos, 2022.

Figura 19 - Declarações Falsas ou Distorcidas de Jair Bolsonaro sobre Coronavírus – Diário – 2020 a 2022.



Fonte: Aos Fatos, 2022.

Os gráficos de checagem da agência Aos Fatos (2022) demonstram como a controvérsia pública sobre a pandemia da COVID-19 ainda se encontrava quente e inacabada entre os anos de 2020 e 2021, lembrando que estamos considerando os dados de desinformação produzidos e compartilhados por apenas um ator central, que no caso, exercia a função de Presidente da República, o que fazia com que os seus discursos tivessem bastante visibilidade, principalmente, por possuir uma gama de seguidores e adoradores em suas diferentes redes sociais, os espaços com maior possibilidade de circulação desse tipo de conteúdo.

A agência explorou ainda os assuntos mais repetidos por Bolsonaro, e o porquê da declaração ser considerada falsa ou distorcida. Abaixo destacamos as cinco afirmações mais repetidas por Bolsonaro e que foram checadas pela agência, expondo alguns exemplos de como é operacionalizado o trabalho de verificação.

Quadro 6 - Cinco declarações falsas/distorcidas mais repetidas por Jair Bolsonaro sobre a pandemia da COVID-19

Afirmações mais repetidas por Jair Bolsonaro	Checagem - Aos Fatos	Quantidade de vezes que foi repetida
“Eu fui desautorizado pelo Supremo Tribunal Federal [durante a pandemia de Covid-19]”	A declaração é FALSA, O STF (Supremo Tribunal Federal) não retirou do Executivo o poder de conduzir ações para controlar a pandemia da Covid-19 no Brasil, como afirma Bolsonaro. A corte entendeu, na verdade, que a União não poderia invadir as competências de municípios, de estados e do Distrito Federal. O presidente não poderia, por exemplo, derrubar medidas de isolamento social colocadas em práticas por prefeitos, mas a União não foi impedida de conduzir outras medidas de combate à Covid-19.	139
“Eu sempre falei que você deve combater sim o vírus, mas também combater o desemprego em nosso país”	Apesar do discurso do presidente caminhar nesse sentido, ele porém não trata as duas questões com o mesmo peso, já que desde o início tem minimizado os efeitos da COVID-19 na saúde, intensificando os efeitos da economia.	115
“Pegou, tomei lá um comprimido que era crime tomar naquela época, eu tomei [quando teve Covid-19]”	Bolsonaro faz referência à hidroxicloroquina, que afirma ter usado quando teve Covid-19. Como, no entanto, ele nunca apresentou receituário que comprove que de fato tomou o medicamento, a declaração foi classificada como INSUSTENTÁVEL. O Aos Fatos chegou a requisitar o documento de prescrição por meio da Lei de Acesso à Informação, mas teve o pedido negado pela Secretaria de Comunicação, que alegou que "as informações individualizadas sobre o assunto dizem respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas".	95
“E o Brasil foi um dos países que mais vacinou no mundo e em tempo mais rápido”	De acordo com os dados do <i>Our World in Data</i> , o Brasil é o 39º país no ranking de vacinados em números proporcionais, com 80,4% da população imunizada. Estão na frente do Brasil, países como Chile (90,7%), China (89,1%), Portugal (86,7%) e Argentina (83,5%).	57
“O lockdown não deu certo	O presidente volta a dizer que medidas de	50

e já está comprovado que não deu certo”	restrição de circulação não funcionaram para conter a Covid-19, o que é falso. Diversos estudos indicam que elas podem ter um papel determinante para reduzir a transmissão do novo coronavírus. Artigos publicados na Revista Brasileira de Epidemiologia e no <i>The Brazilian Journal of Infectious Diseases</i> também mostraram redução no ritmo de transmissão da doença em São Paulo e na ocupação de leitos em Fortaleza, respectivamente, após a adoção de medidas restritivas. Além das evidências apontadas em pesquisas, as medidas que favorecem o distanciamento social são recomendadas pela OMS (Organização Mundial da Saúde) quando é necessário reduzir a transmissão do Sars-CoV-2, vírus causador da Covid-19.	
---	---	--

Fonte: Aos Fatos, 2022.

A gestão da crise sanitária por parte do governo federal foi bastante contestada, principalmente por causa das atitudes 'tresloucadas' de Jair Bolsonaro, e mais recentemente por causa da instalação da CPI da Pandemia, que teve a missão de apontar possíveis casos de corrupção em algumas etapas do processo de compra de vacinas, além de investigar omissões que podem ter contribuído para a proliferação do vírus e consequente aumento de óbitos.

A pedido da CPI foi solicitado ao Ministério das Comunicações um relatório referentes às campanhas publicitárias do governo sobre a pandemia, e segundo Benites (2021), a campanha de vacinação só se fortaleceu após o início das investigações pelo Senado, além de ter tido um grande incentivo ao uso da cloroquina/hidroxicloroquina nas postagens, mesmo com as contestações científicas de sua eficácia contra a doença da COVID-19, o presidente continuou a militar a favor do remédio, como se fosse algo realmente “messiânico” indicado por ele.

O relatório foi elaborado pela Secretaria Especial de Comunicação Social do Governo Federal (Secom), e teve como objetivo fazer um apanhado de todas as publicações referentes à pandemia da COVID-19 (direta e indiretamente), realizada nas redes sociais do Governo do Brasil, Palácio do Planalto e da SecomVc, que possuem perfil no Instagram, Facebook e Twitter. O documento é composto de 1889 páginas, baseado nas publicações das três entidades governamentais a partir da rede social Instagram, pois a Secom argumentou que os conteúdos publicados nas três redes são idênticos, o que justifica a dispensa da análise no Facebook e Twitter.

Entre os meses de março de 2020 a abril de 2021 foram feitas aproximadamente 2.381 publicações sobre assuntos que tivessem relação direta ou indiretamente com a questão da Covid-19 no Brasil e destacados com os temas “Prevenção/Cuidados” (237 postagens), “Entregas de Saúde” (416 postagens), “Vacina” (142 postagens), “Auxílio Emergencial/Assistência Social/Índios/Idosos”, (959 postagens) e “Emprego/Renda/Economia/Retomada” (624 postagens). Reitera-se que este número se refere as publicações feitas no Instagram das três presenças, portanto, para se obter o quantitativo total, deve-se considerar este número três vezes maior. (Brasil, 2021, p. 1888).

Benites (2021), fez uma análise minuciosa dos documentos que compõem o relatório entregue à CPI, e afirmou que o governo de Jair Bolsonaro priorizou divulgação de ações realizadas na economia ao invés da saúde, e entre os meses de março de 2020 e abril de 2021, foram realizadas 2.596 postagens do Governo em seus canais oficiais (o pesquisador apresenta o quantitativo exato das postagens ao invés da aproximação como sugere o relatório oficial), dos quais:

64% (ou 1.648) se referiam à preocupação do Governo com empregos, renda e o auxílio emergencial, e 36% (948) tratavam de entregas feitas na área da saúde, dos repasses de verbas obrigatórios aos Estados e Municípios, das medidas de prevenção e compra de vacinas. (Benites, 2021, n.p.).

Também foram destacadas 85 peças publicitárias defendendo o “Kit Covid”, com uma retórica em torno da cloroquina, produzida em larga escala pelo exército brasileiro. Só a partir de abril de 2021 quando o STF autoriza a CPI da Pandemia, que se intensifica as postagens sobre as vacinas (49 em um curto período) e 142 peças ao todo.

Benites (2021) identificou que até o final de maio de 2021, estava previsto o gasto de mais de 124 milhões de reais com propagandas na TV, rádio, internet e outros tipos de mídia (*outdoors* e telas digitais em elevadores e shoppings, por exemplo), mas os principais canais de divulgação foram as páginas oficiais da SecomVc (canal da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República). Algumas publicações continham um tom apelativo de Bolsonaro contra as medidas de isolamento social, reforçando a sua narrativa em torno da crise econômica, se esquecendo dos efeitos nocivos do vírus na sociedade, caso as cidades continuassem funcionando normalmente e sem grandes planejamentos como sugeria o presidente.

Figura 20 - Publicação sobre a pandemia nas páginas oficiais da Secomvc - 2020.



Fonte: Secomvc (Instagram).

A postagem foi realizada em maio de 2020, e continuou sendo a narrativa predominante do presidente sobre a pandemia. Mas não bastava ter “coragem”, eram necessárias medidas e políticas públicas eficazes para vencer uma doença proliferada por um vírus em larga escala. Além de ser um grande fomentador de desinformação sobre a doença, Bolsonaro emitiu diferentes declarações públicas minimizando a pandemia e seus efeitos, trazendo à tona a sua falta de decoro habitual, por vezes flertando com a insensatez, o caos e a agressividade, que não combina com as funções do cargo que ocupava.

Figura 21 – Declarações de Jair Bolsonaro sobre a pandemia 2020-2021



Fonte: elaboração própria no <https://www.mindmeister.com>

Segundo Caponi (2020), Bolsonaro tinha total descaso com a pandemia, além de alimentar diferentes agressões contra a democracia, não se comoveu com a dor dos cidadãos brasileiros que perderam seus entes queridos ou tiveram a vida dificultada pelos efeitos negativos da doença.

No estudo empreendido ainda em 2020, a autora destaca uma fala constante do presidente que afirmava que o Brasil “estava em guerra”, mas esse conflito não seria contra a pandemia, como utilizou outros gestores tal metáfora, “pelo contrário, o presidente Bolsonaro preferiu declarar guerra aos governadores e prefeitos que, em diferentes estados do Brasil, defendem a implantação de políticas de isolamento social” (Caponi, 2020, p. 210), contando com o apoio de alguns empresários que também eram contra essas medidas.

Ademais, Jair Bolsonaro provocou diferentes aglomerações ao longo da pandemia, o que mobilizou outros indivíduos a se aglomerarem também, quebrando as regras de protocolos de isolamento em distintos estados e municípios, mantendo acesa a chama da campanha permanente, a característica de gerar polêmica e os conflitos com quem pensa diferente do seu projeto de governo. Essa postura de Bolsonaro e de seus apoiadores buscava ratificar a volta da normalidade defendida pelo presidente em seus discursos, o que se mostrou como uma grande controvérsia fomentada no país, mas como algo corriqueiro durante a pandemia.

Figura 22 – Mosaico de aglomerações estimuladas por Jair Bolsonaro durante a pandemia da COVID-19.



Fonte: Catro (2021); G1 (2021).

Caponi (2020) aponta alguns motivos que alimentaram essa postura conflituosa de Jair Bolsonaro frente à pandemia da COVID-19, dando origem a uma batalha ideológica em torno do vírus, formas de tratamento e controle, que podem ser divididas em questões epistemológicas vinculadas ao negacionismo científico; questões ético-políticas vinculadas aos direitos humanos e estratégias biopolíticas vinculadas à razão neoliberal.

Para a autora, durante o período crítico da pandemia houve o aumento da aceitação social do negacionismo científico que tem sido alimentado em redes sociais de influenciadores digitais e do presidente, que cultivava teorias conspiratórias, desconsiderando argumentos racionais em diferentes âmbitos sociais, tais como o terraplanismo, a ideologia de gênero, ideias ligadas ao criacionismo etc.

Essa atitude negacionista de Bolsonaro e de seus apoiadores passa pelo desprezo às universidades públicas, mesmo após o impacto positivo que estas instituições tiveram na saúde pública do Brasil durante a pandemia, com pesquisas que ajudaram a salvar vidas, desenvolvendo equipamentos e insumos para o controle e combate do vírus no país, mas que não foram suficientes para que parte da população reconhecesse sua importância.

Podemos destacar duas narrativas recorrentes de Jair Bolsonaro que evidenciaram seu ataque deliberado às instituições e pesquisas científicas sobre o coronavírus e que também foi exposto no estudo de Caponi (2020), são elas: a defesa do uso do “Kit Covid” encabeçado pelos fármacos cloroquina e hidroxicloroquina para o tratamento do vírus, sem nenhuma eficácia comprovada pela ciência, pelo contrário, teve a ineficácia atestada por diferentes estudos ao longo do tempo, e ainda uma intervenção que contraria as orientações da OMS, que foi chamada de “isolamento vertical”, que facilitaria aos brasileiros adquirir uma possível “imunidade de rebanho¹³”, defendida por Bolsonaro como estratégia para

¹³ Imunidade de rebanho (Q), ou imunidade coletiva, é um conceito aplicável para doenças transmitidas de uma pessoa para outra. Q descreve uma situação onde a cadeia de infecção é bloqueada, isto é a doença para de se alastrar, pois uma porcentagem de indivíduos, numa população definida, adquire imunidade a essa infecção e assim protege os que ainda não tem imunidade de serem infectados. Esta imunidade, ou resistência à infecção, pode ser adquirida pelos indivíduos que se recuperaram, após sofrer a doença, ou foram vacinados contra o agente causador. Em princípio, um indivíduo imune não se reinfecta após um período que varia com a natureza do agente infectante. Quando quantidade suficiente de pessoas tem imunidade para atingir a imunidade de rebanho, a propagação da doença diminui, não porque a infectividade do agente patogênico tenha diminuído, mas porque diminui a possibilidade de uma pessoa contagiável entrar em contato com uma pessoa infectada. O conceito fundamental a ser compreendido é que a população imune serve como barreira que impede que um transmissor da doença o infecte. R_0 , o “número de reprodução” de

vencer a pandemia, o que poderia causar uma tragédia ainda maior no país do que a vivenciada até o momento.

Outro ponto destacado por Caponi (2020) refere-se às estratégias biopolíticas e a razão neoliberal que pautaram a governabilidade de Jair Bolsonaro, que se baseou no dilema entre “defender a vida ou defender a economia”, colocando essas questões em sentidos antagônicos, gerando uma recursividade conflituosa entre os indivíduos, o que alimentou diferentes controvérsias sobre o coronavírus no Brasil, muitas regadas de fake news e desinformação.

Para entender a força dessa aparente oposição entre economia e vida, que divide países e, no Brasil, separa as estratégias adotadas pelos governadores de diferentes estados, vale a pena destacar a precariedade laboral, as iniquidades e desigualdades existentes no contexto neoliberal no qual surge a pandemia. Neste marco geral devemos situar-nos para entender por que motivo tantos estados repetem essa oposição como se de fato fosse possível imaginar conquistas econômicas edificadas sobre cadáveres. Esse marco geral permite entender por que motivo essa falsa oposição pode ser enunciada no Brasil pelo presidente e por seu ministro de Economia, mas também por figuras públicas e ex-presidentes neoliberais de outros países. (Caponi, 2020, p. 216).

A pesquisadora destaca que esse posicionamento foi bastante comum em países com governos declaradamente neoliberais, na qual a economia e as regras do mercado ganham relevância perante a vida humana, já que para os defensores desse tipo de política, a liberdade de escolha deve prevalecer sobre possíveis intervenções do Estado, pois cada um é responsável por seus êxitos e fracassos.

De acordo com Caponi (2020), a pandemia evidencia justamente a debilidade dessa razão neoliberal, centrada na meritocracia e no sujeito empreendedor de si mesmo, já que cria um problema de saúde coletiva que atinge a todos, mas com maior intensidade aqueles indivíduos que estão à margem da sociedade, como os precarizados e os desempregados.

Recorrendo aos estudos de Bourdieu (1998), expõe Caponi (2020, p. 218) como “o neoliberalismo cria uma ficção matemática que beneficia certos agentes

uma doença contagiosa, representa o número médio de pessoas que são infectadas por um único doente, antes deste se recuperar e se tornar imune, ou morrer. [...]Para a covid-19 hoje se estima que R_0 é 2,5, portanto 60% da população deveria estar imune para atingir a condição de imunidade de rebanho. [...]Atingir 60% da população imune por ter se curado de covid-19 implica que, no País, com uma população de 210 milhões de habitantes, teríamos entre 1 e 2 milhões de mortes causadas pelo Sars-CoV-2, pois a mortalidade por essa doença varia entre 1 e 2% dos infectados. [...]Esses números assustadores e trágicos somente podem diminuir por uma ação política que implemente proteção individual e distanciamento social até que uma cobertura vacinal de, pelo menos, 60% da população, garanta um efeito manada com um mínimo de mortes adicionais. (LACERDA; CHAIMOVICH; 2020, n.p.).

econômicos, ao mesmo tempo que se reduzem ou desaparecem os recursos destinados a assistência, a previdência e a proteção social”, e no nosso entender, é justamente essa conta que o governo federal na figura de Jair Bolsonaro não queria assumir, mesmo em um contexto pandêmico, o que coaduna com sua proposta de gestão defendida durante o período eleitoral de 2018, mesmo que colocado em prática de forma desorganizada durante o primeiro ano de seu mandato.

Em 2020, quando a pandemia se alastrou pelo mundo, houve a necessidade de os governantes assumirem as “rédeas” de seus países, colocando em prática estratégias biopolíticas que salvassem vidas, e para isso acontecer, era imprescindível controlar o coronavírus. Destaca Caponi (2020) que foi necessário restituir o estado de bem-estar social em diferentes partes do mundo, já que uma das formas de controlar a pandemia era impor o isolamento social obrigatório às populações, o que exigia também a criação de redes de proteção financeira para que tal feito ocorresse.

Mas tiveram governantes que falharam nessa missão, como foi o caso do Brasil, sob a gestão de Jair Bolsonaro, principalmente, porque o presidente preferiu adotar uma estratégia negacionista, enaltecendo com afinco as exigências do neoliberalismo, sem levar em conta a vida dos cidadãos, o que contribuiu de forma sem precedentes para a tragédia brasileira diante da pandemia.

4.2 Os tuítes de Jair Bolsonaro acerca da pandemia da COVID-19

O percurso do trabalho explorado até aqui, abordou algumas questões cruciais para a compreensão da crise ocasionada pela pandemia do novo coronavírus no país, no qual analisamos alguns aspectos da democracia, comunicação e cidadania em tempos de conservadorismo e como isso refletiu no cenário pandêmico.

Em especial, nos dedicamos mais detalhadamente sobre a gestão do governo federal sob o comando de Jair Bolsonaro, com o seu populismo conservador que fez parte da realidade brasileira entre os anos de 2019 até 2022, período que abarcou também, a fase mais crítica da COVID-19 no Brasil, que foi entre 2020 e 2021.

O objeto da nossa análise passou pela compreensão da pandemia da COVID-19 como uma controvérsia pública, que alimentou um comportamento igualmente

controverso de Jair Bolsonaro como presidente, principalmente pelas narrativas polêmicas que semeou durante suas falas públicas em torno do vírus, formas de tratamento e controle, além dos conflitos com outros poderes, em especial o Judiciário e os executivos de diferentes estados brasileiros, dando origem a outras controvérsias menores, mas que tiveram um efeito conturbado nas decisões políticas e no comportamento da população de um modo geral.

Também consideramos importante salientar as ações do Ministério da Saúde nesse contexto, onde procuramos demonstrar as incongruências do presidente diante da sua própria gestão da crise de saúde pública, infladas pela infodemia, desinformação e o negacionismo sobre o vírus.

Como salientado na introdução desse trabalho, optamos por uma abordagem multimétodo, sendo que iniciamos a pesquisa com uma entrada netnográfica nas diferentes redes sociais do presidente Jair Bolsonaro, procurando compreender a dinâmica social e comunicativa empreendida nesses ambientes digitais. Após o reconhecimento inicial, partimos para a identificação dos conteúdos e controvérsias publicados pelo presidente em seu Twitter e que tinham como pano de fundo a pandemia da COVID-19.

Com o auxílio do software Iramuteq, selecionamos os diferentes tuítes publicados entre 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2020, procurando identificar as regularidades, discrepâncias e intensidades divulgadas pelo presidente, fazendo algumas inferências sobre os achados da pesquisa.

O *corpus* de análise da nossa pesquisa corresponde a todo o ano de 2020, na qual foram coletados um total de 572 tuítes no perfil oficial de Jair Bolsonaro na rede social Twitter (@jairbolsonaro). A seleção ocorreu de forma manual, com *prints* e classificação geral dos tuítes em pastas no *google drive* por data de publicação, organizadas mensalmente. Pela dificuldade de lidar com linguagem de programação, não foi possível coletar grandes quantidades de dados na rede, como é bastante usual nessas redes on-line, mas de que certa maneira, nos fez analisar mais detalhadamente os dados coletados, sem perder as nuances das postagens.

Segundo Silva e Fossá (2015), a segunda fase da análise de conteúdo corresponde à exploração do material, construindo as etapas de codificação, considerando os recortes dos textos em unidades de registro, além da definição das regras de contagem e categorias temáticas ou simbólicas. Nesta etapa, identificamos seis unidades de registro ou categorias iniciais definidas por tema, que

posteriormente foram agrupadas segundo os critérios de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), utilizando o Método de Reinert no software livre Iramuteq, que opera com a linguagem R.

Quadro 7: Categorias iniciais de classificação dos tuítes de Jair Bolsonaro

Unidades de Registro
Orientação/informação
Insumos/Recursos Humanos
Desinformação/Fake News
Ações Sanitárias
Ações Econômicas
Ataques às instituições

Fonte: elaboração própria a partir dos tuítes publicados.

Após a exploração do material, caiu para 498 tuítes o nosso *corpus* de análise e que direta ou indiretamente tratam do tema da COVID-19, tendo como palavras-chave que orientam a coleta dos *prints* das publicações: **coronavírus**, **COVID-19**, **pandemia**, mas optamos por selecionar todos os tuítes que remetiam a esse contexto, o que foi feito com o olhar atento da pesquisadora na própria leitura flutuante, primeira etapa da análise de conteúdo.

O processo de codificação se torna fundamental para garantir consistência nas representações, o que permite critérios de validade e confiabilidade mínimas na pesquisa (Alonso, 2012; Cervi, 2018). A categorização inicial exposta na Quadro 7, possui uma maior interferência de interpretação da pesquisadora, o que depende da subjetividade. A análise automatizada independe da subjetividade ou das categorizações prévias, como realizadas acima. Optamos por expor essa classificação inicial para comparar os agrupamentos realizados pelo algoritmo de análise CHD, realizada no software Iramuteq.

Para Cervi (2018, p. 8), o método de Reinert (1990) apresenta “uma classificação hierárquica descendente das ocorrências dos termos em um segmento específico do texto”. Essa técnica apresenta a unidade de análise pelo termo/palavra isolado, na qual “mede-se a presença total (número de citações do termo/palavra), a presença relativa por subcorpus do texto (citações do termo/palavra do cluster temático) e as relações com outros termos/palavras (presença em cluster)” (Cervi, 2018, p. 8), realizando duas coisas ao mesmo tempo: identificar a co-ocorrência de

termos nos mesmos segmentos (distribuindo textos em classes de proximidade) e hierarquizar a presença relativa de cada termo nas classes de palavras criadas, identificando possíveis associações entre os termos por proximidade e intensidade, verificando os termos presentes nos textos, o modo de organização e os elementos que o constituem, o que Reinert nomeou de “mundos lexicais” (Cervi, 2018).

Na concepção de Cervi (2018), essa proposta permite avanços nas descrições, que deixam de ser explicados por critérios de quantidade para uma associação com o contexto da presença dos termos. A nossa entrada para coleta dos dados no Twitter de Jair Bolsonaro não partiu com categorias pré-definidas, pois um dos interesses era identificar as controvérsias publicadas pelo próprio presidente. Após exploração inicial do material, realizamos uma primeira catalogação para mostrar o olhar da pesquisadora, caso optasse por uma codificação manual, que teria que passar pela fase intermediária até chegar a uma classificação final, o que já é realizado pelo software, com maior precisão no agrupamento das categorias.

O autor sugere começar pelo uso do algoritmo de Reinert, o que facilita na identificação dos termos que mais aparecem e se aproximam entre si, garantindo a homogeneidade interna da classe dos termos.

Com isso, tem-se como principal resultado a produção de categorias analíticas que não são *ad-hoc*, mas o produto de um duplo processo de filtragem: i) pelo cluster CHD, que distingue o conjunto de termos temáticos dos demais conjuntos; e ii) pela frequência relativa da presença do termo no cluster temático. (Cervi, 2018, p. 10).

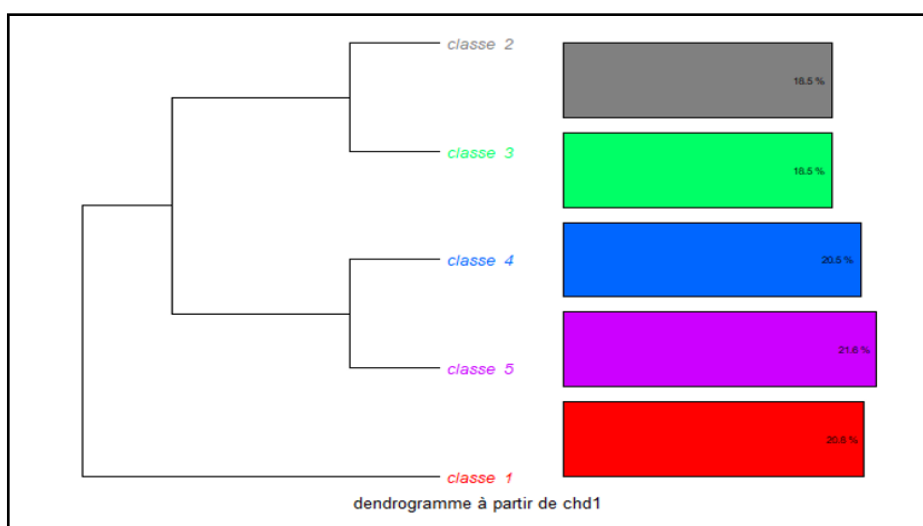
Após a transcrição das publicações¹⁴ e o tratamento do banco de dados no aplicativo Bloco de Notas, desconsideramos os *emoticons* e outros elementos que o software não reconhece, também realizamos uma limpeza semântica dos artigos e preposições. Após essa etapa, seguimos a orientação do trabalho de Cervi (2018), e rodamos o teste de cluster usando o algoritmo Reinert, com identificação dos termos mais frequentes que apareceram nos clusters temáticos, nomeando as variáveis que foram agregadas.

¹⁴ Os dados foram coletados via prints dos tuítes selecionados, agrupados mensalmente, sendo que a coleta foi realizada com o mês fechado. Após, digitamos manualmente as chamadas dos tuítes escritas pelo próprio presidente Jair Bolsonaro, desconsiderando o conteúdo disponíveis em imagens ou vídeos após a chamada inicial do tuíte. A transcrição foi feita no aplicativo Bloco de Notas do Windows que permite a codificação em UTF8, linguagem reconhecida pelo software Iramuteq. (Grifos da pesquisadora).

Apesar de ter realizado uma primeira classificação geral dos assuntos em seis categorias, não utilizamos um livro de códigos prévio, portanto ao rodar os dados no Iramuteq, os tuítes (textos) foram organizados, e após o uso do algoritmo de Reinert, os subconjuntos foram agrupados por intensidade e proximidade de conteúdo, o que permite ao pesquisador voltar ao texto para classificá-lo, acrescentando variáveis descritivas das características (Cervi, 2018). Assim, os primeiros dados gerados são as categorias no conjunto das 498 postagens de Jair Bolsonaro no Twitter, dando origem aos clusters sobre o conjunto geral de textos.

Nessa etapa de classificação pelo método de Reinert, foram codificados 498 conjuntos de textos (tuítes), gerando 511 segmentos de texto (que se agrupam geralmente, em até 3 linhas de conteúdo). A média de formas por segmentos foi de 20,82%, dando origem a cinco clusters, com um total de 453 segmentos classificados dos 511, o que corresponde a 88,65% da amostra, gerando confiabilidade dos dados classificados, ou seja, quase 90% dos termos foram agrupados em conjuntos de intensidade e proximidade de citações. Vamos a classificação:

Figura 23 - Dendrograma de classes extraídos dos tuítes de Jair Bolsonaro sobre a pandemia - 2020.



Fonte: elaboração própria no software Iramuteq.

No dendrograma a partir da classificação hierárquica descendente (chd), os conteúdos publicados por Jair Bolsonaro em seu Twitter foram agrupados em cinco classes de termos, que deram origem às nossas categorias finais de análise, sendo

renomeadas posteriormente, conforme os conteúdos predominantes. Do total do número de textos (498), tivemos 10.640 números de ocorrência com 3.422 número de formas, dessas 2.104 eram hapax (só apareceram uma vez). No quadro abaixo, destacamos alguns dos termos que mais circularam em cada classe, lembrando que quase 90% do conteúdo foi classificado, apresentando bons índices de classificação.

Quadro 8 - Termos frequentes em cada classe

Classe	Termos frequentes em cada classe
1 - (vermelho)	youtube, link, live, alvorada, jair, bolsonaro, palácio, presidente, liberdade, semana, compartilhar, fake, news, etc.
2 - (cinza)	emprego, preservar, vida, responsabilidade, auxílio, econômico, emergencial, problema, desemprego, comércio, fechar, etc.
3 - (verde)	hidroxicloroquina, covid19, ministro, tratamento, tomar, paciente, cloroquina, coronavírus, eficaz, ciência, medicamento, etc.
4 - (azul)	federal, minciadania, governo, estado, mapa_brasil, recurso, mineconomia, secomvc, damaresalves, govbr, ação, etc.
5 - (roxa)	saúde, equipamento, minsaúde, kit, teste, insumo, material, EPIs, distribuir, nacional, hospital, máscara, respirador, SUS, etc.

Fonte: dados da pesquisa.

Uma vez que o dendrograma constitui uma ferramenta de classificação dos termos, a Figura 23 sugere a divisão do *corpus* textual em cinco classes estáveis, agrupando Unidades de Contexto Elementar (UCE), ou seja, aquelas que contém vocabulário semântico similar. Dessa maneira, aferimos que os termos referentes à classe 1 (vermelho) possuem menor correlação ou proximidade com os termos que compõem as demais classes, estando relacionadas às questões envolvendo a presença de Jair Bolsonaro em determinado espaços, seja físico, com suas aparições diárias no “cercadinho” do Palácio da Alvorada para falar com seus apoiadores, ou ainda nos espaços virtuais, que dizem respeito às lives semanais realizadas pelo presidente, inicialmente executadas na rede social Facebook e posteriormente, por recorrentes problemas técnicos, passaram a ser transmitidas no canal oficial de Jair Bolsonaro no YouTube (@jbolsonaro), com duas entradas semanais, às terças-feiras e quintas-feiras, na qual Bolsonaro abordava diferentes assuntos ligados ao governo federal e até pessoais, com muita demanda relacionada à pandemia da COVID-19 durante o ano de 2020.

estando alinhados às questões de discursos, falas e medidas de apoio a Bolsonaro e sua atuação diante da COVID-19, ressaltando ações dos diferentes órgãos federais e seus ministros, com ênfase nos gastos que foram realizados pelo governo federal com produtos, insumos e medidas de contenção da pandemia, geralmente ressaltando as altas cifras utilizadas em tais contextos, reafirmando discursivamente e com dados a “boa” atuação de sua gestão diante do cenário de crise.

Conforme exposto no quadro 8, foi possível identificar os termos que mais apareceram em cada classe, o que nos permitiu renomear as cinco categorias de análise que nortearam a descrição e interpretação dos dados, cumprindo um dos objetivos específicos da pesquisa, na qual discutimos a partir de critérios de regularidade, intensidade e discrepância. A classe 1 (vermelha), ocupou 20,8% das postagens, tendo como pano de fundo o tema da pandemia da COVID-19, e foi a classe que deu origem às outras quatro classes no dendrograma, sendo a principal dentro do corpus de análise, com grande destaque para as aparições públicas do presidente Jair Bolsonaro nas redes sociais, com destaque para as lives realizadas via YouTube. A classe 2 (cinza) conteve 18,5% do conteúdo classificado, abordando os temas ligados à economia, emprego e desemprego e os gastos do governo federal, tendo grande destaque nos posts publicados no Twitter.

A classe 3 (verde) é a que abarca os temas ligados aos tratamentos medicamentosos de combate à COVID-19, e geralmente foi nesse contexto que circularam as maiores controvérsias regadas de desinformação fomentadas por Jair Bolsonaro sobre o vírus, como veremos mais adiante. Na classe 4 (azul), foram classificados 20,5% dos tuites selecionados, sendo a classe que continha notícias relacionadas a atuação do Ministério da Economia, Exército e das Forças Armadas na tarefa de compra e distribuição de insumos e materiais para o controle e tratamento do coronavírus no país, ressaltando os gastos públicos com tais políticas públicas, além de focar mais em aspectos da comunicação oficial do governo via @secomvc.

A classe 5 (roxa) foca especificamente nas ações ligadas ao Ministério da Saúde e suas ações de enfrentamento do vírus relacionadas a políticas de saúde coletiva para o combate ao coronavírus, como compra de insumos e quantitativo das políticas que circularam em diferentes locais do país, representando a classe com mais termos classificados, 21,6%.

As formas ativas que mais estiveram presentes nesse conjunto de dados classificados foram os termos COVID-19, que apareceu 83 vezes na amostra, seguidas de Youtube (81), governo (72), saúde (64), coronavírus (57), ação (60), estado (46), minsaúde (44), govbr (43), hidroxycloroquina (27), entre outros.

Abaixo renomeamos as classes de termos, com o olhar atento da pesquisadora sobre os assuntos que circularam no conjunto de tuítes selecionados com a temática envolvendo a pandemia da COVID-19, durante todo o ano de 2020 na página oficial do Twitter de Jair Bolsonaro. Interessante pontuar que a palavra óbito foi um dos termos que apareceu na amostra como hapax, ou seja, não fez parte das publicações do presidente o assunto, já que não deu muita ênfase discursiva para essa realidade cruel que o país viveu durante o período mais crítico da pandemia, que vitimou milhares de pessoas, chegando a quase 200 mil óbitos apenas durante o ano de 2020, se agravando posteriormente.

Para trabalhar com as categorias de análise propostas, renomeamos as classes de termos identificadas no Iramuteq, conforme os conteúdos predominantes, buscando apontar as narrativas de Jair Bolsonaro em seu Twitter com critérios de regularidade, discrepância e intensidade, na qual pretendemos extrair os principais discursos e controvérsias identificadas sobre o vírus e que circularam especificamente nessa rede social, para posterior cruzamento com outras narrativas proferidas em outros meios de comunicação ou tipos de mídia pelo ator investigado.

- Classe 1 (vermelha): **Redes sociais**
- Classe 2 (cinza): **Economia**
- Classe 3 (verde): **Desinformação**
- Classe 4 (azul): **Informação oficial**
- Classe 5 (roxa): **Medidas Sanitárias**

A classe 1 (vermelha) foi nomeada de **Redes Sociais**, por se tratar de tuítes sobre a rotina, mais especificamente, a agenda cotidiana do presidente, principalmente informando a prévia de assuntos que iriam ser discutidos nas lives semanais que aconteciam às quintas-feiras via YouTube, e também sobre os resumos das suas aparições na frente do Palácio da Alvorada para conversar com os seus apoiadores e com a imprensa, o que também acontecia quase cotidianamente, em dois turnos, pela manhã e ao final do dia, quando o mandatário

Como podemos perceber na nuvem de palavras, o termo **COVID-19** se destacou, seguido dos termos **governo, brasil, coronavírus, youtube, saúde, minsaude, auxílio, combate, milhão**, entre outros, o que nos permitiu inferir sobre uma intenção do presidente Jair Bolsonaro de abordar o assunto em seu Twitter a partir de distintos aspectos. Reiteramos que analisamos todas as publicações disponíveis na rede social do presidente durante o ano de 2020, armazenando os *prints* dos tuítes que abordavam diretamente ou tinham como pano de fundo a pandemia da COVID-19 no Brasil, o que nos fez selecionar um total de 498 postagens com esse teor, mais especificamente, entre o final de fevereiro a dezembro de 2020.

No conjunto de tuítes publicados pelo presidente encontramos algumas regularidades que expressaram as diferentes narrativas de Jair Bolsonaro sobre o vírus e suas consequências, dentre as quais selecionamos as principais, já que possivelmente, é nesse conjunto de publicações que encontraremos as controvérsias fomentadas por essa figura pública de extrema importância no contexto envolvendo o coronavírus e as políticas públicas implementadas durante o período em destaque, ou seja, o primeiro ano pandêmico, 2020.

Lembrando que em relação a esse tipo de classificação, os indicadores de regularidade, discrepância e intensidade não são necessariamente excludentes. As regularidades expressam constância e previsibilidade; as discrepâncias lidam com as divergências ou disparidades; e os posts contendo intensidade são aqueles que se destacam a veemência dada aos assuntos, noções de quantidade ou vigor. No decorrer da pesquisa, iremos expor esses indicadores e as controvérsias identificadas a partir dos três eixos que norteiam a nossa pesquisa: comunicação, desinformação e a negação da cidadania.

4.3 Discursos e controvérsias sobre a pandemia da COVID-19 no Twitter de Jair Bolsonaro em 2020

Camilo Aggio (2021) argumenta que a comunicação política se tornou fundamental tanto para a eleição como para a manutenção do apoio a Jair Bolsonaro ao poder, algo que se fortaleceu durante o período mais crítico da pandemia da COVID-19. Segundo o pesquisador, o bolsonarismo enquanto movimento político, “se sustenta, fundamentalmente, pelo modo como interpreta o

estado das coisas e das pessoas neste País e como tudo isso se entrelaça” (Aggio, 2021, p. 25).

A própria ascensão de Bolsonaro à presidência nos mostra como a comunicação e seus potenciais efeitos se modificaram com o tempo presente, já que o político foi eleito sem grandes doações financeiras, com pouco tempo de televisão e rádio, sem coligações fortes, sem destaques positivos na mídia, com pouco capital e recall eleitoral, divergindo das características anteriores que eram necessárias para eleger um candidato ao cargo de presidente, evidenciando o ineditismo de tal período.

Para o autor, a predileção do povo pelo candidato ocorreu por meio da comunicação digital, mesmo Bolsonaro sendo um representante da extrema direita e seus radicalismos, o seu apoio nas redes sociais não parou de crescer desde quando anunciou a sua candidatura para o pleito de 2018. Bolsonaro se apropriou com maestria da possibilidade de “descentralização ou desintermediação” da comunicação via redes sociais, divulgando mensagens e discursos sem filtros, algo muito utilizado pelos movimentos de extrema direita.

Aggio (2021) afirma que o movimento bolsonaristas no Brasil foi sustentado pelas convicções e valores de determinada parcela da sociedade brasileira, que apoiam e encorajam a persona moral e política do presidente, aumentando o seu capital político, e que devemos procurar compreender essas nuances ao invés de classificar essas pessoas como acrílicas ou manipuláveis.

Como salienta Weber (2021, p. 32), “os governos das democracias deveriam obedecer a princípios do interesse público, o que implicaria estabelecer relações, viabilizar a comunicação e promover o debate público sobre temas vitais”, como a pandemia, por exemplo. Sustenta a autora, que Bolsonaro construiu uma narrativa sobre a pandemia que fomentava a insegurança popular, o que fez refletir negativamente a imagem do Brasil no cenário internacional, gerando dúvidas a respeito da gravidade do vírus, desqualificando as ações protetivas e por vezes, desafiando o contágio em aglomerações públicas, o que aumentou o conflito em torno de um assunto que deveria ser tratado com cautela e responsabilidade governamental.

A falta de unidade em ações colocou a sociedade brasileira entre a narrativa presidencial, as decisões político-sanitárias de governadores e prefeitos, o

debate político-jurídico do Legislativo e do Judiciário e a cobertura ininterrupta da imprensa. (Weber, 2021, p. 32).

Essa falta de unidade no modo de agir pelas diferentes instâncias de gestão, as narrativas contraditórias do presidente e o engajamento das redes em apoio aos seus discursos, acabou impulsionando movimentos contestatórios sobre o vírus, incluindo manifestações populares que pediam a intervenção militar e o fechamento do congresso e do STF. A rede de apoio de Bolsonaro se tornou bastante barulhenta durante o período mais crítico da pandemia, principalmente por causa da cacofonia existente nas redes sociais, que ressoa de diferentes maneiras na vida prática.

Bolsonaro se apoiou fortemente em suas diferentes redes sociais para se comunicar de forma “oficial” com os seus apoiadores, sendo que o Twitter foi uma das redes escolhidas pelo presidente para se pronunciar a respeito da pandemia, além de divulgar as ações do governo federal de forma resumida nesse espaço virtual. Como exposto no tópico anterior, durante o ano de 2020, selecionamos 498 postagens que tinham como assunto principal ou como pano de fundo, o tema envolvendo a pandemia da COVID-19 no país, na qual foram divulgadas ações econômicas, sanitárias, governamentais, além de desinformação e negacionismo em torno da doença, aumentando as dúvidas e os conflitos entre as pessoas.

Houve muitas controvérsias durante o período, gerando um debate público quase perene sobre as narrativas de Bolsonaro e a pandemia, inclusive entre especialistas que se posicionavam contra e a favor do presidente, tanto nas redes como em programas jornalísticos via televisão e rádio.

Sobre os diferentes conteúdos predominantes identificados a partir das classes de termos filtradas pelo Iramuteq (**Redes sociais, Economia, Desinformação, Informação Oficial e Medidas Sanitárias**), todas podem ser enquadradas como fazendo parte da comunicação oficial do presidente, já que ele reivindicava esse critério de autoridade em suas postagens no Twitter. Inclusive, atestando veracidade discursiva sobre os diferentes assuntos que circulavam nesse ambiente virtual.

Sobre a classe de termos nomeada de **Redes Sociais**, podemos destacar algumas regularidades bem específicas que se concentraram em torno da agenda virtual relacionadas às lives do presidente via YouTube e outros eventos on-line, além de resumos em formato de vídeos de seus encontros quase que diários com seus apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada, na qual a retórica em torno da

liberdade e independência entre os três poderes se sobressaíram nas narrativas identificadas, já que Bolsonaro começou uma espécie de disputa de poder contra outras instâncias governamentais, para decidir quem tinha maior responsabilidade e direitos para decretar medidas envolvendo o vírus e seus desdobramentos.

Apesar do presidente abordar diferentes temas nas lives e na porta do Palácio da Alvorada, só foram selecionados tuítes que de alguma maneira fizesse referência à pandemia da COVID-19. As lives geralmente continham as chamadas iniciais e uma aba contendo a informação saiba mais, que destrinchava os tipos de assuntos que foram tratados no evento. O mesmo padrão segue os encontros com os apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada, sendo que o contexto da COVID-19 aparece mais especificamente se abrimos a barra de rolamento ou os vídeos publicados. Pelo menos 38 lives foram catalogadas durante o período selecionado, com destaque a partir do final do mês de fevereiro, quando o assunto envolvendo a pandemia começa a ser prioridade nas publicações de Jair Bolsonaro no Twitter.

Outro tipo de regularidade que identificamos na comunicação de Bolsonaro via Twitter teve relação com a classe 2 (cinza), intitulada de **Economia**, na qual os destaques ficaram a cargo das diferentes ações executadas pelo governo federal no campo econômico, como o Auxílio Emergencial e as medidas para a manutenção de emprego, por exemplo. É perceptível a constante ênfase ao montante gasto com a pandemia, geralmente os valores se destacavam em slides abaixo da postagem em caixa alta e cores chamativas, o que realça o uso de critérios de intensidade para se referir a quantidade de dinheiro investido para o combate do coronavírus, sempre com cifras bilionárias, reforçando o discurso de que o governo federal “estava fazendo a sua parte” no enfrentamento do coronavírus.

A economia representou a principal preocupação de Bolsonaro durante todo o período analisado, pois segundo o presidente, os efeitos nocivos na área econômica gerariam um efeito dominó em todas as áreas sociais, refletindo “no aumento do desemprego, na baixa autoestima do trabalhador e na fome”, principalmente com o aumento de custo dos itens da cesta básica, impactando sobremaneira a qualidade de vida do povo brasileiro.

Podemos afirmar que grande parte das publicações do presidente durante o ano de 2020, tiveram relação direta ou indiretamente com as questões econômicas do país, das quais selecionamos algumas postagens para confirmar a regularidade e a intensidade destacadas sobre essa classe de termos, são eles: “Neste primeiro

momento, já são cerca de R\$600 bilhões de recursos do governo federal para Estados e Municípios no enfrentamento ao covid-19”. Ou ainda quando anuncia a aprovação do Auxílio Emergencial: “Por iniciativa do Líder do Governo na Câmara, Deputado @MajorVitorHugo, foi aprovado um auxílio de R\$600,00 para 25 milhões de trabalhadores informais. Com validade de 3 meses, o Governo materializa sua sensibilidade com essa que foi a categoria mais atingida pela atual crise”, com mais de 65 mil curtidas e 10,7 mil retuítes, o que expõe a capacidade de replicação da mensagem do presidente.

Bolsonaro costumava se apoiar em termos como milhões, milhares ou bilhões para potencializar (intensidade) as ações de sua gestão de crise da saúde pública, com muita interação com os seus ministérios mais estratégicos como o Ministério da Saúde e da Infraestrutura, além do Ministério da Ciência e Tecnologia, determinantes para o sucesso das políticas públicas na área.

Nesta classe, houve uma narrativa predominante, que fez parte do repertório de Jair Bolsonaro durante todo o período pandêmico, ou seja, o discurso de que “a missão do governo era proteger vidas e empregos”, sendo divulgados vários posts nesse sentido. Ainda em março, o presidente publicou que “A pandemia afeta diretamente a todos, mas medidas extremas sem planejamento e racionalidade podem ser mais nocivas do que a própria doença no longo prazo. Quando falamos em proteger empregos, também estamos falando de preservar a vida das pessoas. É isso que faremos!”. Em seu primeiro pronunciamento em rede nacional, reafirmou esse posicionamento que foi seu mote discursivo durante todo o ano, em sua publicação argumentou: “Daqui a pouco, às 20h30 horas, entrarei em rede nacional de rádio e televisão. Vamos manter a calma, seguir as recomendações do Ministério da Saúde e zelar pelos mais vulneráveis. A saúde em 1º lugar, mas também a manutenção do emprego e condição de vida após a pandemia”, tendo mais de 56 mil curtidas, com 47 mil comentários e 7,7 mil retuítes, na época da coleta dos dados.

Sobre esse posicionamento, o presidente apresentou algumas contradições, já que ao mesmo tempo em que orientava para que as pessoas seguissem as recomendações do Ministério da Saúde, ele criticava as medidas de isolamento impostas pelo governadores e prefeitos, o que aconteceu justamente pela falta de planejamento, racionalidade e unidade para enfrentar a propagação do vírus, em

grande parte agravado pela omissão do governo federal em “guiar as rédeas” do país.

Em dezembro, o presidente publicou: “O verdadeiro alcance do Auxílio Emergencial do @govbr. Quem fecha o comércio tira o emprego dos mais humildes e o sustento de suas famílias. Recomendamos todos os cuidados com os mais idosos e com comorbidades. Link no YouTube: youtu.be/jlq_GQ2T0_Q”, na qual aparece o então presidente da Caixa Econômica, Pedro Guimarães, ao lado de um senhor que vendia artesanatos.

No discurso de Jair Bolsonaro, o comércio deveria permanecer aberto para salvar a economia e vidas, sendo que os cuidados especiais deveriam ser com as pessoas idosas e com comorbidades, o que na sua interpretação, seria suficiente para controlar as dificuldades causadas pelo vírus, defendendo que a população ativa deveria continuar produzindo, para o bem do país.

Outra regularidade que também se apresentou como uma controvérsia teve relação com o conflito alimentado por Jair Bolsonaro contra as medidas de isolamento social impostas por decretos estaduais e municipais, atitude que irritou bastante o presidente, que considerou tais decretos como decisões precipitadas dos gestores, pois iria impactar negativamente a economia do Brasil, além de prejudicar o seu governo, chegando a afirmar que o país estava em “guerra”, mas não era contra a doença, e sim contra os governadores, o que colocou parte da população em conflito com os gestores estaduais e seus decretos.

Bolsonaro acionou o STF contra essas medidas, mas não obteve êxito em derrubá-las. Uma das primeiras publicações nesse sentido ocorreu ainda em março, com o seguinte conteúdo: “O @govbr atua em todas as frentes possíveis de ajuda aos Estados e Municípios com o trabalho de todos os Ministérios, mesmo que muitos governantes trabalhem abertamente contra nós! Queremos um futuro rapidamente melhor para os cidadãos de nosso país! Menos Brasília, Mais Brasil!”, recorrendo ao adjetivo cidadãos para legitimar o seu discurso, já que estaria agindo em nome deles.

Além dessa publicação, o presidente demonstrou insatisfação em publicações como “Varejo fechado, ruas vazias e consumo menor de energia mostram País ‘parado’”, criando uma narrativa contra essas medidas de isolamento que teriam paralisado a economia. O presidente manifestou que era contra as medidas de isolamento, postando no dia 12 de abril que: “Além do vírus, agora

também temos o desemprego, fruto do “fecha tudo” e “fica em casa”, ou ainda o “TE PRENDO”. Para toda ação desproporcional a reação também é forte. O governo federal busca o diálogo e solução para todos os problemas, e não apenas um”, com quase 60 mil curtidas, 14 mil retuítas e 10 mil comentários, quando foi feita a coleta dos dados.

Essa controvérsia se manifestou mais como um jogo de poder, já que Bolsonaro não conseguiu articular um gabinete nacional de crise, cada estado tomou suas próprias medidas de combate ao coronavírus, que se traduziu em decretos estaduais e em alguns casos municipais, o que de certa forma desarticulou um enfrentamento sério da crise sanitária no país, gerando confusão de quais normas as pessoas deveriam seguir, se as nacionais ou a dos seus estados, que em muitos casos, acabaram prevalecendo sobre as normas federais. Nesse embate, quem perdeu foi a população, que ficou à margem de políticas públicas eficazes capazes de salvar vidas e empregos.

Figura 26 - Tuites que expressam a preocupação de Jair Bolsonaro com as medidas de isolamento social e decretos impostos por governadores.



Fonte: dados da pesquisa.

Essa tensão começou a ficar mais evidente quando o governador não era da base governista, ou que por algum motivo tivesse rompido com o presidente, como aconteceu com o então governador de São Paulo, João Dória, que na campanha de 2018 se elegeu com o apoio de Bolsonaro, mas que durante a crise pandêmica, se tornaram inimigos declarados, com acusações públicas de má gestão da crise sanitária, de ambos os lados, que se agravou com a fase de produção, aprovação e distribuição das vacinas no país, que deu largada a uma nova controvérsia em torno do vírus, já que o Instituto Butantan do Estado de São Paulo, produziu em parceria com o laboratório Sinovac que tem sua sede em Pequim na China, a vacina CoronaVac, muito criticada por Bolsonaro e seus apoiadores mais ideológicos.

De acordo com Paulo Baía, professor aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), houve uma disputa de egos entre esses gestores, no qual o país foi o único derrotado, atingindo com irresponsabilidade a população, que “não encontra nos seus líderes públicos um espelho sensato para encarar a crise sanitária” (*apud* Fernandes; Soares, 2021, n.p.).

O pesquisador destaca ainda a personalidade conflituosa de Bolsonaro, que não estava preocupado naquele momento em relativizar os conflitos, o que representou em sua visão uma insensatez, que fazia o país perder em suas escolhas, já que esses enfrentamentos iriam refletir no futuro das pessoas. Em sua visão, nossos governantes não conseguiram administrar suas divergências em prol dos brasileiros, tratando a pandemia com certo desdém, refletindo no comportamento das pessoas, que começaram a não respeitar o isolamento social, o que pode ter contribuído para o aumento do ritmo de contágio, colocando o sistema de saúde em crise, afetando a capacidade de atendimento das pessoas doentes, tanto de COVID-19 como de outras enfermidades.

O presidente instigou seus apoiadores e empresários a “pegarem pesado” contra os decretos rígidos de isolamento social dos governadores, alegando que o futuro do Brasil estava em jogo. A tensão entre os poderes executivos do Brasil se fortaleceu após o pronunciamento feito por Jair Bolsonaro em 24 de março de 2020, no qual criticava o que chamou de “confinamento em massa”, solicitando a volta à normalidade que tinha muita relação com a economia. Além de criticar os meios de comunicação, como veículos que espalharam o pavor à população com tantas notícias envolvendo o coronavírus. Esse posicionamento foi criticado pela maioria dos governadores na época, inclusive antigos apoiadores.

Élida Graziane Pinto (2020, n.p.), procuradora do Ministério Público de Contas do estado de São Paulo, destacou que a narrativa belicosa que pairou sobre a relação entre governo federal e governadores, “evidencia a fragilidade dos canais democráticos de pactuação, mesmo diante de um cenário dramático de aceleração de mortes e contaminações causadas pela pandemia”, o que gerou uma tensão na população, que teve que conviver com a possibilidade de um rompimento constitucional, civilizatório e democrático em nome do poder decisório.

Segundo a procuradora, o discurso de guerra procurou legitimar a ampliação do poder do Executivo diante do cenário de crise, buscando articular a coesão dos cidadãos perante esses quadros, estratégia muito utilizada por Jair Bolsonaro. Conforme destacou Pinto (2020), a guerra de narrativas e de poder se concentrou na disputa entre o isolamento horizontal que foi recomendado pela OMS, sendo adotada pela maioria dos governadores que confrontaram Bolsonaro, e o isolamento vertical, defendido pelo governo federal, onde o isolamento deveria ser feito apenas por pessoas pertencentes aos grupos de risco, o que manteria as atividades produtivas funcionando, “sem prejudicar” a economia do país.

Nesse contexto, os fármacos cloroquina e hidroxicloroquina entrariam como soluções para o enfrentamento do vírus na visão de Bolsonaro, o que acalmaria os cidadãos frente aos riscos de contágio. Pinto (2020) argumentou que em “tese, é vedado à União constranger ou tentar impor aos governadores e prefeitos sua agenda unilateral de relaxamento horizontal, sob pena de afronta ao art. 23, II e ao art. 30 da CF/88”. Mas que diante da crise sanitária, o governo federal promoveu uma espécie de “extorsão fiscal” nos estados e municípios, buscando medir forças com essas entidades, sendo denunciado pela Frente Nacional de Prefeitos, que chamou essas medidas de “distopia federativa”, já que faltava um planejamento efetivo, com distribuição de recursos orçamentários suficientes para suprir as necessidades dos estados e municípios, além de equipamentos de saúde suficientes para atender a demanda, principalmente de respiradores, o que deixou a desejar segundo o documento publicado.

Na Nota Técnica divulgada pela entidade no dia 15 de maio de 2020, foi destacado que:

[...] À União caberia o planejamento para o enfrentamento da doença, o fornecimento dos insumos necessários aos Estados e Municípios para o cuidado da população, especialmente na hipótese de necessidade de

importação de insumos. No entanto, a pandemia no Brasil, diferentemente de outros países, enfrenta crises políticas sucessivas e sinalizações contraditórias do governo nacional, ora apontando para o necessário isolamento social, ora incentivando a população a desrespeitar as medidas sanitárias adotadas pelos entes subnacionais. Tais atitudes têm contribuído para uma verdadeira distopia federativa. (FNP, 2020, p. 4 *apud* Pinto, 2020, n.p.).

Esse documento foi assinado praticamente no começo da pandemia, sendo que o cenário só piorou com o passar do tempo. A precariedade de diálogo entre os governos locais e a União foi uma das principais queixas que envolveram essa controvérsia. Os prefeitos cobraram ainda que o governo federal assumisse a liderança e o planejamento que competia a sua esfera de gestão, já que o artigo 21, inciso XVIII da Constituição Federal de 1988, estabelece os parâmetros e diretrizes de enfrentamento de crises no contexto de calamidade pública e que vinha sendo constantemente negligenciada pelo presidente, o que ajudou a aumentar os efeitos negativos da pandemia no Brasil.

Mas não adiantou o apelo, Bolsonaro insistiu na estratégia de disputa política com os governadores e prefeitos, reafirmando que estava fazendo a sua parte de enviar verbas e insumos, enquanto os outros gestores estavam apenas afrontando o seu governo com os decretos estaduais e municipais. Na visão estratégica do presidente, se a economia estivesse funcionando, sem que o comércio e outros estabelecimentos tivessem fechados, o resto era fácil de lidar, pois em algum momento chegou a dizer que a pandemia era “frescura, mimimi, gripezinha”, o que evidenciou o desdém de Jair Bolsonaro com os efeitos nocivos da pandemia e a dor das pessoas que tinham perdido entes queridos por causa do vírus.

Os governadores assim como os prefeitos, responderam ao presidente que os repasses de verbas feitos pelo governo federal era uma “obrigação constitucional”, e que o que foi gasto com a saúde representava uma parcela minoritária desses recursos, o que deixou os estados em situação de calamidade pública, por isso a necessidade de intensificação das medidas de isolamento social, já que os recordes de mortes e a escassez de leitos de UTI em diversos estados, forçaram os governos locais a tomarem essas medidas.

Salientaram que o fechamento dos comércios e a paralisação afetava a todos os estados e as suas arrecadações e não apenas atingia o governo federal, por isso a necessidade de ações rápidas e contundentes para o enfrentamento da crise, o que foi negligenciado pelo mandatário da república, que preferiu ficar numa disputa

discursiva, tentando provar para si mesmo e para os outros como vinha atuando bem na pandemia, principalmente com a distribuição de recursos, como se tivesse fazendo uma espécie de “concessão ou favor” para os estados.

Jair Bolsonaro participou de vários atos em locais públicos sem máscara (principal equipamento de proteção individual), algo que foi constantemente negligenciado pelo presidente, que contrariou as próprias medidas editadas pela Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, com acréscimo da Lei 14.019 de 02 de julho de 2020, que altera a anterior e dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, o que refletiu no comportamento das pessoas, que também passaram a reivindicar o não uso de máscaras, principalmente, entre os seus apoiadores.

Figura 27 - Aglomerações em torno de Jair Bolsonaro em 2020.



Fonte: dados da pesquisa.

O presidente realizou ao menos 80 postagens contendo algum tipo de aglomeração, lembrando que em algumas situações, eram mais de uma por dia, pois visitava diferentes cidades, o que levava em alguns casos, centenas de pessoas às ruas em pleno isolamento social, afrontando os decretos estaduais e municipais, procurando demonstrar certa “normalidade” diante da pandemia.

Também foi constante a inauguração de obras no período, reforçando a narrativa de que o governo federal não parou de trabalhar, não fez isolamento e a sua gestão continuou funcionando. Ademais, ocorreram diferentes manifestações populares em apoio ao presidente e sua conduta, o que fez aumentar o conflito social em torno de tais questões, algo que foi bastante perceptível nas redes sociais como nas ruas do país em diferentes ocasiões durante a crise de saúde pública.

A gestão de Jair Bolsonaro foi acusada de inação e constante divulgação de desinformação, o que teria contribuído para agravar a pandemia no Brasil. O ano de 2020 representou o começo de uma tragédia que foi se prolongando, tendo pico de mais de 4 mil mortes diárias em abril de 2021, sendo considerado o mês mais letal da pandemia no país.

Segundo Weber (2021), o Brasil fez parte dos países que relativizaram a gravidade da pandemia, principalmente pela postura discursiva e comportamental do presidente Bolsonaro, que fomentou dúvidas em seus apoiadores ao questionar tanto procedimentos indicados por órgãos competentes como a OMS, como os decretos estaduais e municipais de isolamento social. Além disso, demitiu dois ministros ligados ao ramo da saúde para colocar no cargo um general do exército sem familiaridade com a pasta. Também desmontou o funcionamento do centro de estatísticas do Ministério da Saúde, que deveria servir como espaço oficial de decisão e orientações confiáveis sobre a doença, ainda defendeu à volta do funcionamento normal do comércio e indústria, sem se preocupar com os efeitos da propagação desenfreada do vírus e as consequências que isso poderia gerar na sociedade e no SUS.

Para Weber (2021), todas essas situações exigiram fidelidade de seus seguidores a performance do governo federal, já que por diversas vezes, Bolsonaro se comportou como o “dono do tabuleiro”, alterando as regras do jogo conforme a sua vontade, o que aumentou “a tensão, as dúvidas e a insegurança” diante do processo. Esse tipo de situação se combate com uma democracia forte, onde a comunicação pública “como princípio normativo para a comunicação governamental, comunicação de órgãos estatais e dos poderes legislativos e judiciário é determinante para identificar a disputa entre interesse público e interesses privados” (Weber, 2021, p. 33), algo que foi desprezado nessa primeira fase da pandemia em nome do autoritarismo de Bolsonaro.

Mesmo nas questões relacionadas às Medidas Sanitárias, o foco principal foi de enfatizar as ações do governo federal na área, seguido a regularidade de demonstrar os gastos com determinadas políticas e a quantidade de insumos adquiridos ou distribuídos pelo governo federal aos estados brasileiros, geralmente se apoiando em imagens chamativas contendo seringas, tubo de ensaio, hospitais, respiradores, remédios etc., além de destacar o modo de logística e distribuição.

Alguns elementos de prova desses tuitos que se enquadram mais especificamente na classe 5 (roxa) foram: "Para minimizar os impactos do coronavírus no país e garantir a saúde da população temos como missão a circulação e o abastecimento de insumos, mercadorias e itens básicos em todas as regiões: @Mininfraestrutura". Outra publicação que caminha nesse sentido, mas com sinais de intensidade foi: "Mais ações do governo federal, envolvendo @minsaude no enfrentamento do coronavírus: 1- R\$432 milhões destinados a estados para reforçar ações contra Covid19. 2- Distribuição inicial de dezenas de milhares de kits para identificação do vírus".

Jair Bolsonaro costumava recorrer a um versículo bíblico para reivindicar seus próprios regimes de verdade, João 8:32 que diz: "E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará", que quase sempre soava como uma publicação discrepante em suas redes sociais.

No final de fevereiro de 2020, o presidente começou uma série de ataques à imprensa, que passou a divulgar dados de sua gestão diante da crise de saúde pública. Esses ataques ocorreram principalmente em relação aos jornalistas ligados ao grupo Globo e mais recentemente aos da CNN, o que por vezes, se apresentou como um certo descontrole emocional de Bolsonaro, eis um tuíte que exemplifica esse tipo de situação: "Da série João 8:32/O q leva parte da imprensa a mentir, deturpar, caluniar...enfim, atentar contra o Brasil 24h/dia? Abstinência de verba ou medo da verdade? - Jeremias 1:19/E pelejarão contra ti, mas não prevalecerão contra ti, porque eu sou contigo, para ti livrar, diz o Senhor. "

Como destacado, o presidente travou uma guerra de narrativas contra a imprensa tradicional, acusando esses meios jornalísticos de não publicar os feitos positivos do seu governo, o que segundo Bolsonaro seria uma espécie de injustiça contra a sua gestão, que na sua avaliação foi uma das melhores do mundo diante da crise de saúde pública ocasionada pela pandemia.

Foram identificados mais de 50 tuítes com teor agressivo, ataque ou algum tipo de resposta à imprensa nesta rede social específica, como um vídeo que teve mais de 700 mil visualizações, publicado no dia 11 de maio em que o presidente escreveu: "Hidroxicloroquina e, mais uma vez, grande parte da mídia é desmascarada sobre o uso do cartão corporativo. Lixo! Mentem 24 horas ao dia", sendo que o próprio presidente fez uma postagem com a repercussão de seu tratamento com a imprensa, evidenciando o conflito em tom de deboche, como podemos constatar no tuíte abaixo:

Figura 28 - Tuite de Jair Bolsonaro sobre seus ataques à imprensa - 2020



Fonte: dados da pesquisa.

Outro ataque deliberado à imprensa, mas com sinais de intensidade (principalmente por se apoiar em caixa alta para divulgar a mensagem), ocorreu quando o presidente fez seu primeiro teste de COVID-19 (negativo), que teve mais de 83 mil curtidas, 14 mil retuítes e 11 mil comentários, segue a publicação: “NÃO ACREDITE NA MÍDIA FAKE NEWS! SÃO ELES QUE PRECISAM DE VOCÊS!”, seguido de outra publicação reivindicado a legitimidade da verdade, colocando à prova a credibilidade da imprensa, “Para maiores detalhes verdadeiros acompanhe as postagens diárias, há semanas, dos perfis nas redes sociais: @minsaude @MinEconomia @mctic @secomvc @tvbrasilgov @govbr...” seguido da informação em cartaz destacado numa peça publicitária de que o Brasil lutava contra o Coronavírus, na qual o “GOVERNO CONVOCA REFORÇO DE 5 MIL MÉDICOS. Ministério da Saúde distribuiu 30 mil kits de diagnóstico”.

Os conteúdos discrepantes publicados no Twitter de Jair Bolsonaro no período analisado e que merecem destaque são menores do que os regulares, mas

como o próprio significado da palavra sugere, são destoantes do restante do conteúdo analisado até aqui. Destacamos um retuíte publicado em 29 de fevereiro pelo presidente, onde ele divulgou um serviço de prevenção e combate ao coronavírus que foi o aplicativo Coronavírus - SUS, sendo uma fonte de informação segura sobre a doença, e o destaque é importante, pois é a única referência sobre o assunto durante todo o ano de 2020.

A publicação original foi realizada por Henrique Mandetta, o ministro da saúde na época, com os seguintes dizeres: “O Ministério da Saúde/SUS (bandeira do Brasil) tem um novo serviço para prevenção e combate ao #coronavírus. Baixe agora o aplicativo e se mantenha informado. Ajude-nos a divulgar. Android e IOs - Coronavírus - SUS”. Esse aplicativo foi lançado pelo Ministério da Saúde com o objetivo de conscientizar a população sobre o vírus, mas não foi estimulado seu uso nas postagens do presidente sobre o assunto.

As mensagens discrepantes foram justamente aquelas em que o conteúdo continha informações importantes e corretas sobre a pandemia, já que foi bem comum circular desinformação no Twitter de Bolsonaro, sendo que o próprio presidente foi um dos grandes fomentadores desse tipo de conteúdo.

Em uma dessas postagens, o presidente explica o conceito de pandemia, a partir de um retuíte do Ministro Henrique Mandetta, em que diz: “Pandemia é o termo usado em referência a um aumento de casos de uma doença em uma ampla área geográfica. Não podemos deixar isso se transformar em histeria e desespero! Calma, serenidade, prevenção e ações eficazes são armas importantes para superarmos o coronavírus”. Na sequência desta publicação, Jair Bolsonaro tuitou uma espécie de provocação, na qual diz: “Superar este desafio depende de cada um de nós. Se, com serenidade, população e Governo, junto com os demais poderes, somarmos os esforços necessários para proteger nosso povo, venceremos não só este mal como qualquer outro”.

Apesar do discurso promissor de ser um bom gestor da crise ocasionada pela pandemia, o presidente falhou gravemente na sua função de governar durante o período. Ainda em março, Bolsonaro publicou um tuite em solidariedade às pessoas que perderam seus entes queridos, e essa publicação foi discrepante, pois só foram realizadas duas postagens nesse sentido, em todo o conjunto de dados analisados. Segue a mensagem: "De todo modo, às famílias que hoje sofrem a perda de seus entes por conta desta epidemia, a minha solidariedade. Essas perdas também são

nossas, afinal, somos todos uma grande família. Dou-lhes a certeza de que lutarei com todas as minhas forças para proteger a nossa nação”. Seguida de outra discrepância, já que o presidente orientava as pessoas a seguirem as recomendações de saúde com serenidade, algo que ele não fez durante toda a pandemia, sendo um exemplo negativo nesse sentido.

O tuite com essa contradição tem o seguinte conteúdo: “Peço a Deus que nos dê cada vez mais sabedoria para enfrentarmos essa tempestade. Peço a todos que sigam as recomendações de saúde com muita serenidade, e que não percam a fé em Deus e em nosso amado Brasil. Tenho certeza que venceremos esta batalha brevemente! ”, com mais de 32 mil curtidas.

Outra discrepância publicada teve relação com uma promessa de um pacto federativo para solucionar o problema do coronavírus no país, como prova, destacamos o tuíte do dia 23 de março: “Governo Federal, Justiça, Congresso, Estados e Municípios juntos construirão uma saída estrutural federativa”, o que teria sido uma ótima sacada para o enfrentamento da crise, mas que não se concretizou por questões políticas e ideológicas. Nesse mesmo dia, o presidente criticou o jogo de intrigas e poder, argumentando que isso alimenta a desinformação e o pânico entre as pessoas, e que é preciso cuidar da saúde física e emocional dos brasileiros, agindo com coragem e sabedoria, alertando que esse tipo de atitude conta com seu apoio. Acusa sem citar nomes que alguns jornalistas insistem em falar de “assuntos que alimentam intrigas, fofocas e pânico”.

Esse embate com os governadores ocorreu praticamente durante todo o ano de 2020, tendo uma trégua quando Jair Bolsonaro foi pressionado pelos próprios números da pandemia, que chegou a ter mais de 4 mil mortes em 24 horas, em abril de 2021, colocando um alerta sanitário para o país a níveis internacionais. Nesse período, o Brasil começava a vacinar a população, mesmo com morosidade e outras controvérsias em torno da vacina. No jogo de empurra e de culpabilização, outra instituição que se envolveu na questão foi o STF, se tornando outra controvérsia identificada no conjunto de dados no Twitter do presidente em 2020.

Apesar da retórica de Bolsonaro ser contra as medidas de isolamento social, principalmente aquelas que afetavam diretamente o funcionamento da economia do país, já que se posicionou por diversas vezes contra o fechamento do comércio e de postos de trabalho, em uma publicação do dia 05 de agosto, comemora a economia feita pelo governo federal com o teletrabalho, destacando as cifras economizadas no

seguinte tuíte: “Economia de R\$466,4 milhões com teletrabalho. Novos olhos! Os recursos economizados poderão ser aplicados em áreas que retornam diretamente ao cidadão. Saiba mais em gov.br/economia. bit.ly/39ZtCHy”, o que salienta certa contradição na narrativa do presidente, mas que segue a lógica de exaltar os feitos econômicos de sua gestão diante da crise. Também é uma publicação discrepante, pois é uma das poucas vezes em que Bolsonaro utiliza o termo cidadão para se referir ao povo brasileiro, mais precisamente, nesse conjunto de tuítes analisados, apenas duas vezes a palavra cidadão apareceu.

Ainda em 2020 começou a surgir uma divisão ideológica em torno do vírus no Brasil, alimentada pelo presidente Jair Bolsonaro, que teve apoio de grande parte da sociedade, mas que também sofreu muitas críticas pelo modo como geriu a crise pandêmica, principalmente da grande mídia, o que fez o político se colocar numa posição de vítima e injustiçado por diversas vezes, mas também cometeu ataques deliberados contra essas mídias.

No mês referido, houve manifestações contra Bolsonaro no formato de pannelaço, durante seus pronunciamentos em rede nacional, e em um desses eventos foi publicado o seguinte tuíte com sinais de intensidade: “O jornal Hoje (TV Globo) e Veja on line, divulgam, de forma ostensiva, PANELAÇO hoje às 20h30 contra o Presidente Jair Bolsonaro. Mas a mesma imprensa, que se diz imparcial, NÃO DIVULGA outro PANELAÇO, às 21h A FAVOR DO GOVERNO JAIR BOLSONARO”. Mesmo reivindicando atenção numa possível manifestação a seu favor, a retórica não funcionou já que o pannelaço tem relação com a insatisfação popular com o gestor, assim como foi com Dilma Rousseff entre 2015 e 2016, período que antecedeu o seu impeachment.

Bolsonaro se comunicou basicamente pelas redes sociais, sem se preocupar em colocar em prática uma comunicação pública adequada, que tratasse com honestidade a gravidade do vírus e suas consequências. O presidente preferiu fomentar o conflito e a dúvida em torno da pandemia, o que “obrigou, de alguma forma, a imprensa a ocupar um importante espaço, recuperando seu papel de mediação do interesse público” (Weber, 2021, p. 36), com a veiculação de informações, opiniões e debates de especialistas sobre o tema, buscando oferecer uma realidade mais fidedigna das questões sanitária e econômica do país.

Como foi identificado no conjunto de dados no Twitter, Bolsonaro realizou dezenas de ataques à imprensa nesta rede social específica, mas segundo Soares

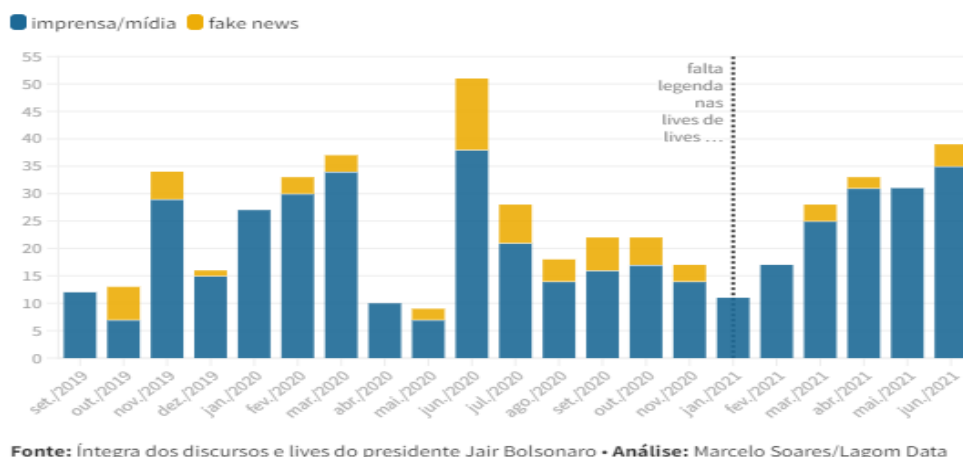
(2021), a maior parte dos ataques aconteceram nas lives, tendo seu ápice em junho de 2020, em plena efervescência da pandemia no país. De acordo com o pesquisador, “logo após a entrada de Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde, o Governo tomou medidas para tentar ocultar dados de mortes causadas pela COVID-19”, gerando uma movimentação de jornalistas contra essas medidas, levando a criação do consórcio de imprensa que tinha como objetivo a divulgação diária de dados sobre o coronavírus no país, afrontando a omissão de dados por parte do governo federal.

O atraso na divulgação dos dados foi realizado de forma proposital para que não fossem exibidos em horário nobre, como afirmou o próprio Bolsonaro quando questionado sobre tal medida: “Acabou matéria do Jornal Nacional”, algo que só foi revertido com a intervenção do STF, que ordenou que o Ministério da Saúde voltasse a publicar diariamente os dados sobre a COVID-19 no país.

O que percebemos nas atitudes de Jair Bolsonaro em relação à imprensa, é que o presidente não sabe lidar bem com as críticas, acaba agindo por impulso e costuma devolver as “provocações” ou as notícias divulgadas a seu respeito com um tom de deboche ou até mesmo com violência, geralmente verbal e simbólica, o que evidencia um certo descontrole emocional, já que o cargo de Presidente da República está sujeito a determinadas cobranças e exposições que são comuns, mas que o político interpretava como uma afronta pessoal, sempre acusando os veículos que divulgavam algo negativo a seu respeito de estarem mentindo, ou espalhando fake news sobre a sua gestão.

Constantemente Jair Bolsonaro é acusado de produzir fake news e desinformação sobre variados assuntos, o que se tornou corriqueiro durante a pandemia, mas mesmo com a fama de ser um divulgador de fake news, o presidente se apropriava do termo para atacar a imprensa, e como argumenta Soares (2021), a expressão fake news por parte de Bolsonaro é utilizada tanto para defender a si mesmo e seus aliados em assuntos relacionados a democracia e desinformação, “quanto para acusar empresas de comunicação de mentir”, e essa retórica foi comprovada em uma das regularidades identificadas na pesquisa.

No gráfico abaixo, o pesquisador destaca como a mídia, a imprensa e a expressão fake news fizeram parte dos discursos de Jair Bolsonaro durante suas lives, entre setembro de 2019 a junho de 2021, abarcando todo o ano de 2020, período da nossa análise.

Figura 29 - Menções a imprensa e fake news nas falas de Bolsonaro - Lives

Fonte: Soares, 2021.

O fato é que Jair Bolsonaro não consegue compreender o papel importante que os veículos de imprensa livre ocupam em um país democrático, principalmente em períodos de crise, como o vivenciado pelo seu governo durante a pandemia do novo coronavírus, o que o faz enxergar tudo como um ataque pessoal. O presidente não conseguia ter uma troca saudável com os jornalistas, principalmente quando faziam perguntas que não o agradava, sendo assim, por diversas vezes abandonou a entrevista ou coletiva no meio ou agredia verbalmente algum jornalista por não ter gostado da pergunta ou a forma como foi feita, o que evidencia a falta de decoro habitual de Bolsonaro, mas que é interpretada por muitos de seus apoiadores como uma marca que define a sua “personalidade e autenticidade”, o que faz com que seja visto como alguém diferente de todos os outros, o “mito”.

4.4 Desinformação sobre a pandemia da COVID-19 no Twitter de Jair Bolsonaro

Divulgar desinformação no Twitter, gerando diversas controvérsias em torno da pandemia, se mostrou altamente regular nas publicações de Jair Bolsonaro durante o ano de 2020. Essa categoria abarca uma regularidade que faz parte da personalidade do presidente, que é divulgar desinformação e fake news como um discurso de verdade, que ele reivindica a partir de critérios de autoridade. Mas sobre a COVID-19, essas desinformações têm um peso muito maior, pois reflete na saúde coletiva e na vida das pessoas. Destacamos as principais frentes de desinformação feita por Bolsonaro em seu Twitter durante o período analisado: fármacos

(cloroquina e hidroxicloroquina); vacinas e a imunidade de rebanho; decretos (estaduais e municipais) e o STF.

Em 21 de março de 2020, o presidente publicou um vídeo de 36 segundos que teve 3,5 milhões de visualizações, contendo o seguinte enunciado: “Hospital Albert Einstein e a possível cura dos pacientes com o Covid-19”, começando a divulgar o seu ciclo de desinformação sobre a doença e formas de tratamento. Esse tuite teve mais de 83 mil curtidas, 18 mil retuítes e 19 mil comentários na época, mostrando forte engajamento dos seguidores com a postagem. A maior regularidade nessa categoria refere-se a desinformação sobre os fármacos cloroquina/hidroxicloroquina, tendo Jair Bolsonaro como uma espécie de garoto propaganda que atesta a “eficácia” desses medicamentos contra a COVID-19.

Em uma das primeiras publicações da militância em torno das drogas, ele diz: “Isso se chama precaução. O medicamento é barato e caso venha a ser comprovada a eficácia no Combate à COVID-19, estaremos preparados para atender a todos os brasileiros rapidamente. Enquanto uns seguem buscando o caos, seguimos buscando soluções para proteger a nossa nação! ”. O presidente estava respondendo às críticas de ter mandado o Exército produzir cloroquina em larga escala, mesmo sem comprovação de eficácia por estudos científicos. Outra prova dessa militância que assumiu características de regularidade, ocorreu quando Jair Bolsonaro publicou mais ao final do mês de março que “Temos informações precisas que a Cloroquina tem sido usada pelo Brasil com uma grande taxa de sucesso. O remédio existe, apenas se aguardavam as formalidades para seu uso legal. Nosso parabéns à @anvisa_oficial pela presteza na liberação do registro”, conteúdo repostado mais de 5 mil vezes, com mais de 31 mil curtidas.

O presidente insistiu por diversas vezes na mesma narrativa: “A Hidroxicloroquina cada vez mais demonstra sua eficácia em portadores do COVID-19. Tenho recebido relatos de todo o Brasil nesse sentido. Preservar vidas e empregos”, expressando uma das maiores controvérsias que rodeou a gestão de crise da pandemia no Brasil, e que só começou a dar sinais de desgaste apenas em julho de 2021, após mais de um ano de militância e investimento do presidente nesses fármacos, o que pode ter contribuído para agravar os quadros de saúde dos pacientes com COVID-19, inclusive apoiado por uma classe médica como a imunologista e oncologista Nise Yamaguchi, que foi uma parceira do governo nessa

militância, tendo sido cotada para assumir o Ministério da Saúde em determinado momento, mas que não foi concretizado.

Também foi retuitado pelo presidente em 23 de abril que “O Conselho Federal de Medicina autorizou a utilização de cloroquina e hidroxicloroquina em pacientes com sintomas leves a partir da confirmação do diagnóstico de Covid-19. @RenovaMídia”. Essa narrativa regular em torno da eficácia dos fármacos cloroquina e hidroxicloroquina se manteve presente nos tuítes de Bolsonaro durante todo o ano de 2020, na qual foram identificados ao menos 36 publicações diretas com esse conteúdo, além de mais quatro relacionadas ao fármaco nitazoxanida e os benefícios da vitamina d e do zinco para o tratamento do vírus da COVID-19, que por um momento passou a ser a nova aposta de Jair Bolsonaro, que afirmou já em novembro daquele ano que “Baseado nas diretrizes da RedeVirus, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o @mctic: 1. Buscou entre 2000 medicamentos e encontrou a Nitazoxanida como remédio de reposição, cientificamente demonstrado no tratamento precoce da covid que reduz a carga viral. ”, curtido por mais de 23 mil pessoas, com 2,5 mil comentários e 4,1 mil retuítos.

Outras estratégias de divulgação de desinformação sobre a doença ocorreram quando o presidente divulgava conteúdos reivindicando critérios científicos para validar seus argumentos, mas sem fontes confiáveis, como no post retuitado a partir da página @conexapolitica em que afirmava que: “Três grandes nomes da saúde francesa recomendam o tratamento com hidroxicloroquina e azitromicina assim que os primeiros sintomas do coronavírus aparecem”, sem citar quais eram esses nomes, o que sugere um tom alarmante, com critério de autoridade para a chamada do artigo. Nesse contexto, o presidente afirmou algumas vezes que a cura do vírus estava próxima, sempre relacionando tal feito com o uso de medicamentos que foram refutados pela ciência, mas que continuavam pairando sobre o imaginário de Jair Bolsonaro e seus apoiadores.

Selecionamos mais alguns tuitos que expressam essa obsessão do presidente com esses medicamentos, as promessas de cura, a afirmação da eficácia da hidroxicloroquina, em que publica que “Milhares de vidas poderiam ter sido salvas caso a HCQ não tivesse sido politizada”, algo que foi feito especialmente por Jair Bolsonaro, que viu nesses medicamentos a solução para que o país voltasse a normalidade anterior à pandemia, mas que não convenceu toda a sociedade, mesmo com o auxílio de grande parte da classe médica, que apoiou esse discurso e

receitou esses fármacos com o famoso “kit covid”, chegando a ser distribuído por secretarias de saúde de algumas cidades do país e planos de saúde privado, o que é especialmente grave, já que a classe médica rejeitou a ciência em nome de um projeto político, rodeado de ideologia.

Figura 30 - Tuitos contendo desinformação - fármacos 2020.



Fonte: dados da pesquisa.

Essa provavelmente pode ser considerada uma das maiores controvérsias fomentadas pelo presidente ao longo de sua gestão da pandemia da COVID-19, já que se apoiou nesses fármacos como a solução possível para enfrentamento da gravidade do vírus. Em sua narrativa, esses remédios seriam capazes de salvar vidas, auxiliando desde casos leves como graves.

Atuou como militante a favor de tal tratamento, e por vezes como lobista do laboratório Apsen, já que por diversas vezes fez propaganda do medicamento Reuquinol (sulfato de hidroxicloroquina) em suas redes sociais. O presidente deste laboratório, Renato Spallicci, era um grande entusiasta do bolsonarismo no Brasil, e comemorou o fato do medicamento ter sido apresentado a líderes mundiais por Bolsonaro na reunião do G20. A droga se tornou uma das principais substâncias do “Kit Covid”, inclusive por recomendação do Ministério da Saúde, contrariando

inclusive, estudos científicos refutando a efetividade desses medicamentos para tratar a COVID-19.

Segundo Ana Flávia Gussen (2021, n.p.), “o comércio do “Kit Covid” cresceu surpreendentes 550% e movimentou mais de 500 milhões de reais”, inclusive tendo a cloroquina produzida em larga escala pelo Exército brasileiro, que teria distribuído 5,8 milhões de comprimidos até março de 2021, na qual houve grande investimento neste “placebo”, gerando bastante lucro para laboratórios privados.

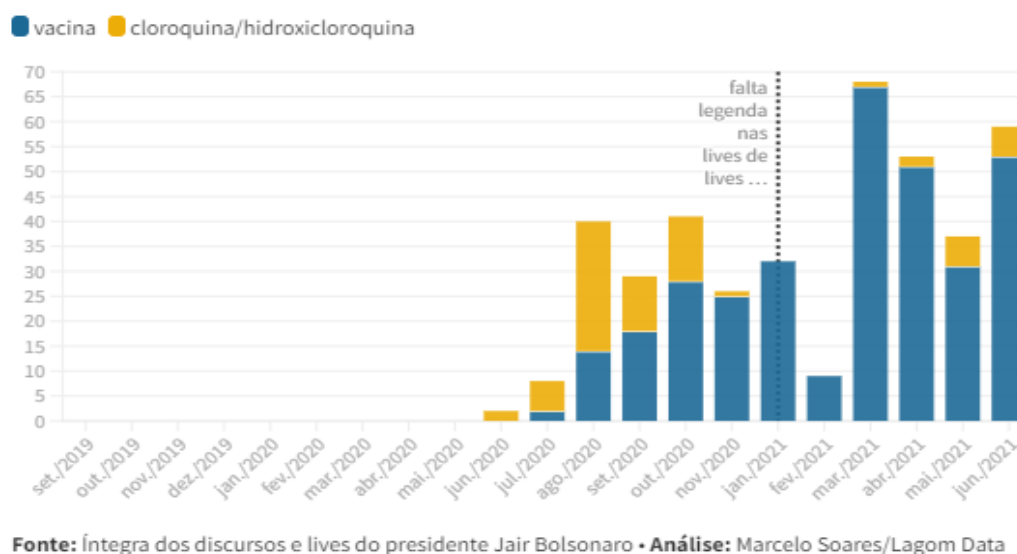
Já para a produção de vacina, houve grande dificuldade de repasse de verba e empenho para garantir os imunizantes em tempo hábil para a população, evitando mais mortes, pois até aquele momento, o vírus já tinha vitimado mais de 250 mil pessoas. Na reportagem da Carta Capital, a jornalista argumenta que “só para fazer propaganda do “tratamento precoce”, a Secretaria de Comunicação torrou 23 milhões de reais”, o que esconde certa nebulosidade em torno desses medicamentos, que além de negar a ciência, possibilita lucros exorbitantes para empresários apoiadores de Bolsonaro.

As vendas de cloroquina nas farmácias e drogarias saltaram de 963 mil unidades em 2019 para mais de 2 milhões no ano seguinte. O comércio da ivermectina, outro medicamento sem efeito comprovado, pulou de 8 milhões de unidades para 52,3 milhões no mesmo período. Pior, o excesso de consumo do antiparasitário provocou uma onda de casos de hepatite pelo País. (Gussen, 2021, n.p.).

A cloroquina e a hidroxicloroquina representou um dos maiores tensionamentos causados em torno do enfrentamento da COVID-19, gerando uma constante disputa discursiva em torno destas drogas, o que segundo Leal e Ribeiro (2020, p.189) gerou uma controvérsia pública sobre as substâncias, “construindo a partir daí uma rede de enfrentamentos em torno de uma disputa de sentidos que envolve a legitimidade da eficácia ou não desses medicamentos”.

Soares (2021) destaca que a cloroquina e a hidroxicloroquina fizeram parte da retórica de Jair Bolsonaro nas lives durante o segundo semestre de 2020, na qual foram tratadas como política de Estado pelo então presidente, sendo que as menções aos fármacos foram bastante reduzidas ao final do ano, quando o tema das vacinas entra em evidência em seus discursos. Argumenta que as drogas voltaram a fazer parte da retórica de Bolsonaro de forma defensiva com a abertura da CPI da COVID-19, no final de abril de 2021, já que o presidente passou a ser um dos investigados pela má gestão da pandemia.

Figura 31 - Menções às vacinas e os fármacos ineficazes na fala de Bolsonaro.



Fonte: Soares, 2021.

Na figura é possível visualizar como as narrativas envolvendo a cloroquina e a hidroxicloroquina vão diminuindo, dando lugar para um novo foco discursivo de Jair Bolsonaro, que passa a ser as vacinas, que envolve a questão da desinformação, ganhando destaque como uma das controvérsias fomentadas pelo presidente, pela própria dinâmica que envolveu a compra, liberação e aplicação dos imunizantes no país, além dos conflitos sociais que gerou.

Como salienta Stangl (2016), alguns temas controversos são facilmente identificados, como as polêmicas retratadas pelo jornalismo, assuntos que repercutem nas redes sociais, na sociedade e que dividem a opinião pública. A existência de debate com defesa de preferências é a marca principal para definir uma controvérsia, já que as disputas discursivas se tornam evidentes na sociedade, gerando repercussão em grande escala, o que foi bem visível quando o assunto envolveu a cloroquina e a hidroxicloroquina, e posteriormente, as vacinas.

Outra regularidade contendo desinformação que merece destaque na nossa análise diz respeito às repetições do presidente de que a vacina não seria obrigatória no país, uma narrativa que começa a ter destaque nas suas publicações a partir de outubro mais especificamente, o que contribuiu para uma retórica de negacionismo em torno da vacina por pessoas que apoiavam o presidente, criando diferentes teorias da conspiração em torno da sua produção e possível eficácia.

Em uma publicação de 20 de outubro ressalta na legenda “Peço assistir e compartilhar”, foi divulgado um vídeo de aproximadamente 14 minutos sobre uma espécie de pronunciamento em torno da vacina, na qual argumentou que “a vacina não será obrigatória, por decisão do Ministro da Saúde”. Afirmou ainda que “as vacinas devem ser aprovadas pela Anvisa e com comprovação científica”, e que ele não queria “levantar acusações, mas tinha gente falando que a vacina custava 10 dólares, mas que o governo fala que custa menos de 4 e que hoje em dia, pelo menos metade da população diz que não quer tomar essa vacina. Ninguém é obrigado a tomar essa vacina e não vamos obrigar ninguém”, um discurso contraditório e perigoso para uma autoridade pública que tentava controlar o vírus, e num período em que as vacinas começavam a se consolidar no mercado.

Jair Bolsonaro continuou afirmando que não compraria qualquer vacina, mais como uma resposta de negação da vacina CoronaVac, elaborada pelo Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac, que contava com o apoio do então governador de São Paulo, João Dória, que na época virou adversário político do presidente e crítico ferrenho de sua gestão da crise ocasionada pela pandemia. Apesar de atacar a Ciência em diferentes ocasiões, Bolsonaro se apropriou do discurso científico para validar seu posicionamento contra a universalização e obrigatoriedade da vacina no país (estratégia muito utilizada pelos negacionistas).

Figura 32 - Publicações sobre a não obrigatoriedade da vacina.



Fonte: dados da pesquisa.

Uma das primeiras publicações sobre o imunizante foi em março, quando o presidente publicou que os testes da vacina contra a COVID-19 tinham sido realizados pela primeira vez em humanos nos EUA, mas até a compra pelo Brasil e o começo da aplicação demorou quase um ano, o que fez Bolsonaro ser alvo de várias críticas. Como já dito, a maior controvérsia do presidente no quesito vacina foi afirmar por diversas vezes que a vacina não seria obrigatória, caso contrário, poderia ferir o direito de liberdade de escolha das pessoas e a Constituição Federal.

Dessa maneira, alimentou em seus apoiadores a dúvida sobre a efetividade da vacina, abrindo brechas para os cidadãos questionarem a sua eficácia para o combate do vírus, o que foi um erro do presidente, pois como autoridade pública, ele devia ter incentivado a vacinação em massa, pois o Brasil estava enfrentando um vírus com potencial letalidade, e os discursos negacionistas não ajudavam a legitimar a imunização.

Lembrando que o Brasil e o SUS sempre foram pioneiros em questões de imunização coletiva, mas que começaram a ser questionados nos últimos anos por movimentos antivacinas, que ganharam força nas redes sociais, prejudicando a população e a vida das pessoas, pois doenças que antes eram consideradas erradicadas no país, voltaram a aparecer, como o sarampo e a paralisia infantil, por exemplo, o que pode vir a refletir numa geração futura.

Em outubro de 2020, o presidente fez uma publicação um tanto quanto contraditória em relação à vacinação, pois disse que “Não se justifica um bilionário aporte financeiro num medicamento que sequer ultrapassou sua fase de testagem. Diante do exposto, minha decisão é a de não adquirir a referida vacina”, mais uma vez se referindo a vacina coronavac, argumento que não foi levado em conta quando o assunto envolvia a cloroquina/hidroxicloroquina, no qual foi investido muito dinheiro para a sua produção e compra, inclusive pelo Exército brasileiro, mesmo após ser refutado cientificamente, o que evidencia uma disputa ideológica em torno das vacinas e não uma preocupação com a população, como afirmou o presidente na época.

Já em novembro publicou que o governo “Faz testes em todo o Brasil para monitorar o sequenciamento genético e mutações do vírus para garantir eficiência da vacina nacional. Investe em pesquisa para conhecer a patogênese da doença. Investe em 15 protocolos de vacinas nacionais e uma delas já está em fase de testes clínicos com humanos. E que aumentou 13 laboratórios de campanha e 14

laboratórios de Nível de biosegurança 2 foram transformados em nível de biosegurança 3”. Já em dezembro publicou que “Em havendo certificação da @anvisa_oficial (orientações científicas e preceitos legais) o @govbr ofertará a vacina a todos, gratuita e não obrigatória. Segundo o @MinEconomia não faltarão recursos para que todos sejam atendidos. Saúde e Economia de mãos dadas pela vida.”

Bolsonaro também se vangloriou quando a vice-diretora da OMS na época, Mariângela Simão, disse que não recomendava que a aplicação de vacinas contra a COVID-19 fosse obrigatória, reivindicando que a entidade tomou essa decisão após sua manifestação de também ser contra, o que não é verdade. Na ocasião, a vice-diretora da OMS argumentou que era difícil a fiscalização e não caberia medidas autoritárias relacionadas a essa questão, pois as pessoas já eram adultas, tinham informações sobre o assunto e capacidade de discernimento para decidir o que era melhor para si mesmo.

Esse argumento também possui algumas fragilidades em tempos de negacionismo, já que muitos adultos antivacinas divulgam desinformação sobre e decidem não vacinar seus filhos menores de idade, o que coloca em risco o resto da população, já que se muitas pessoas ficaram sem imunização, o perigo da doença se alastrar continua alto, com risco de casos graves de contaminação, mesmo em crianças e jovens, o que coloca a obrigatoriedade ou não da vacinação coletiva no rol de controvérsias relacionadas à COVID-19.

Uma das publicações discrepantes e que contém desinformação refere-se a um vídeo sobre imunidade de rebanho, outra “paranoia” defendida por Bolsonaro como solução para combater o vírus da COVID-19. Esse conteúdo foi publicado no dia 16 de maio de 2020, com a seguinte chamada: “Uma aula para toda a vida. Como conseguir a sonhada imunidade”, na qual um médico indica situações que melhoram a imunidade contra a COVID-19, como não beber leite de vaca, por exemplo, alimentando a fonte de desinformação sobre o vírus.

Outra publicação que caminha no mesmo sentido teve o seguinte enunciado: “Como muitos profissionais, Nobel de Química e as consequências das medidas de isolamento”, questionando mais uma vez a eficácia das medidas empreendidas pelos governadores e fortemente criticada pelo presidente, com mais de 424 mil visualizações, na qual destaca os pontos “devastadores” de ficar em casa durante a

pandemia como medida de contenção do vírus, atribuindo critério de autoridade para o ganhador do Nobel de Química, mas sem citar o nome do químico na chamada.

Segundo Weber (2021, p. 38), a opção de Bolsonaro de cultivar “uma verdade mística para tomar decisões sobre a vida do país e dos cidadãos”, evidencia certo desprezo com o republicanismo e a democracia, que auxiliou na promoção de uma comunicação mortal entre o presidente e os cidadãos, já que preferiu promover a insegurança sanitária de diferentes maneiras, inclusive em suas narrativas contraditórias sobre o vírus e as políticas de saúde coletiva, que nega as evidências científicas e suas verdades metodologicamente comprovadas.

Bolsonaro se posicionou veemente contra os decretos estaduais e municipais de *lockdown*, principalmente por causa dos efeitos de tais medidas na economia, gerando conflitos com diferentes gestores locais, mesmo aqueles que o apoiaram durante a campanha de 2018, como foi o caso do governador do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado, que por ser médico e compreender a gravidade do vírus, foi um dos primeiros a decretar medidas de isolamento social no Brasil, o que criou certa tensão com o presidente.

Em uma entrevista concedida à CNN no dia 15 de março, data de uma manifestação popular em apoio a sua gestão e contra as medidas de isolamento impostas por outros governantes, Jair Bolsonaro reiterou a sua insatisfação com esses gestores, falou da sua prioridade na economia, criticando veementemente o fato das partidas de futebol terem sido canceladas, o que configurou como extremismo na opinião do presidente.

Apesar dessa narrativa contra as medidas de isolamento social impostas em decretos estaduais e municipais, publicou em março que “As medidas restritivas atendem à declaração de emergência da OMS e recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, tendo prazo de 15 dias, podendo ser prorrogadas conforme recomendação técnica da Anvisa. Serviços essenciais como transporte de cargas estão mantidos”, o que pode ser visto como discrepante, pois ao mesmo tempo que critica as medidas, também impõe via decreto restrições nacionais de circulação de pessoas.

Como salientado, houve muitos conflitos em torno das decisões locais que fecharam os comércios, em muitos casos com posicionamento contrário de Jair Bolsonaro, que foi atualizando o Decreto 10.282/2020, com atividades consideradas essenciais, e um dos pontos que causaram bastante polêmica teve relação com o

funcionamento das casas lotéricas, feita a partir de uma atualização com sinais de intensidade com o seguinte tuite publicado em 25 de março: “CASAS LOTÉRICAS/FUNCIÓNAMENTO: No Brasil existem 12.956 casas lotéricas e 2.463 encontram fechadas por decretos estaduais ou municipais. Para que possam funcionar em sua plenitude, atualizei, nessa data, o Decreto 10.282. ” Ainda sobre essa problemática, o presidente afirmou que “É mais fácil fazer demagogia diante de uma população assustada, do que falar a verdade. Isso custa popularidade. Não estou preocupado com isso! Aproveitar-se do medo das pessoas para fazer politicagem num momento como esse é coisa de COVARDE! A demagogia acelera o caos”.

Em outra publicação com sinais de intensidade, Jair Bolsonaro ataca o jornal O Estado de S. Paulo e crítica mais uma vez a política de isolamento social, o que representou um tema regular em suas publicações. A postagem diz: “Essa mesma imprensa diz que todos devem FICAR EM CASA. A continuar com o FECHA GERAL não está difícil de saber o que nos espera”. A reportagem em destaque que é criticada pelo presidente, traz a seguinte chamada: “No País, 91 milhões deixaram de pagar alguma conta em abril”. Seguido de um post destacando os seus feitos políticos: “COMO MOSTRADAS DIARIAMENTE NAS REDES SOCIAIS, AS AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL SEMPRE FORAM NA LINHA DE PRESERVAR E GARANTIR A MÍNIMA DIGNIDADE AOS BRASILEIROS NESTE PERÍODO EXCEPCIONAL! O BRASIL NÃO PODE PARAR! Detalhes no vídeo. ”

No embate discursivo de Jair Bolsonaro contra os governadores, a judicialização em algumas situações foi o caminho escolhido por ambas as partes, sendo que essas decisões ficaram a cargo do Supremo Tribunal de Justiça (STF), que foi muito criticado nas falas do presidente como a instituição que limitou suas ações durante a pandemia, algo que foi muito reproduzido por seus seguidores nas redes sociais, mas com uma interpretação errônea do que realmente abarcava a decisão, o que gerou uma controvérsia em torno do assunto, pois Bolsonaro tentava se esquivar de suas obrigações enquanto presidente, jogando a culpa de sua inação na decisão dada pelo STF, que teve que ser explicada pelo órgão de justiça, pois foi alvo de desinformação divulgada pelo presidente.

Figura 33 - Tuite sobre a decisão do STF.



Fonte: dados da pesquisa.

Mas em suas falas no Twitter, salientava que mesmo com essa “proibição” de atuar diretamente na pandemia, seu governo continuava agindo em prol dos brasileiros. Essa interpretação foi apontada pelo órgão de justiça como um equívoco do presidente, que teria se apropriado desse discurso para se isentar de suas obrigações com o país. Na página oficial do STF na internet, o órgão divulgou uma nota de esclarecimento sobre as decisões a respeito do papel da União, dos estados e dos municípios na pandemia, na qual a Secretaria de Comunicação Social do Supremo Tribunal Federal “esclarece que não é verdadeira a afirmação que circula em redes sociais de que a Corte proibiu o governo federal de agir no enfrentamento da pandemia da COVID-19”. O esclarecimento segue abaixo:

Na verdade, o Plenário decidiu, no início da pandemia, em 2020, que União, estados, Distrito Federal e municípios têm competência concorrente na área da saúde pública para realizar ações de mitigação dos impactos do novo coronavírus. Esse entendimento foi reafirmado pelos ministros do STF em diversas ocasiões. Ou seja, conforme as decisões, é responsabilidade de todos os entes da federação adotarem medidas em benefício da população brasileira no que se refere à pandemia. (STF, 2021, n.p.).

Em relação a pandemia, o STF publicou uma peça nas redes sociais reforçando o esclarecimento sobre a decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6341) que reconheceu a competência tanto da União, como dos estados e municípios, além do Distrito Federal no combate à pandemia, procurando desfazer a deturpação que se propagou nas redes sociais de apoiadores de Jair Bolsonaro e de suas ideias. No caso, no site da Corte possui uma seção

intitulada “#VerdadesdoSTF”, com uma lista de notícias que envolvem boatos, fake news e a Corte.

Figura 34 - Slogan da seção de checagens de notícias no site do STF



Fonte: STF, 2023.

O problema de desmentir fake news que circula nas redes sociais é o alcance das medidas, já que as notícias falsas e a desinformação podem alcançar públicos inimagináveis em quantidade, enquanto a notícia verdadeira pode não ser tão popular, o que faz ela ficar restrita a determinado público que busca se informar. A desinformação costuma circular em larga escala, viralizando nas redes, o que faz as pessoas criarem um imaginário sobre determinada notícia que passa a ser vista como verdade, como foi essa questão do presidente Jair Bolsonaro com o STF.

No site, é possível verificar que até a data de acesso da nossa pesquisa, apenas 4.594 pessoas tinham lido a reportagem sobre a seção que trata das verdades do STF, enquanto a notícia de que o STF proibiu o presidente de atuar diretamente no combate a COVID-19 pode ter alcançado essa quantidade de pessoas em apenas alguns minutos, mostrando a potencialidade de uma notícia que viraliza nas redes sociais, mesmo que ela seja mentira ou contenha desinformação, algo que se torna muito difícil de reverter, mesmo que a notícia verdadeira ganhe destaque nas mídias. Para quem defende e acredita nas narrativas do presidente, a retórica de que o STF proibiu a sua atuação prevalece sobre qualquer outra narrativa, o que continua causando controvérsia e embates sociais, mesmo com Bolsonaro fora do poder.

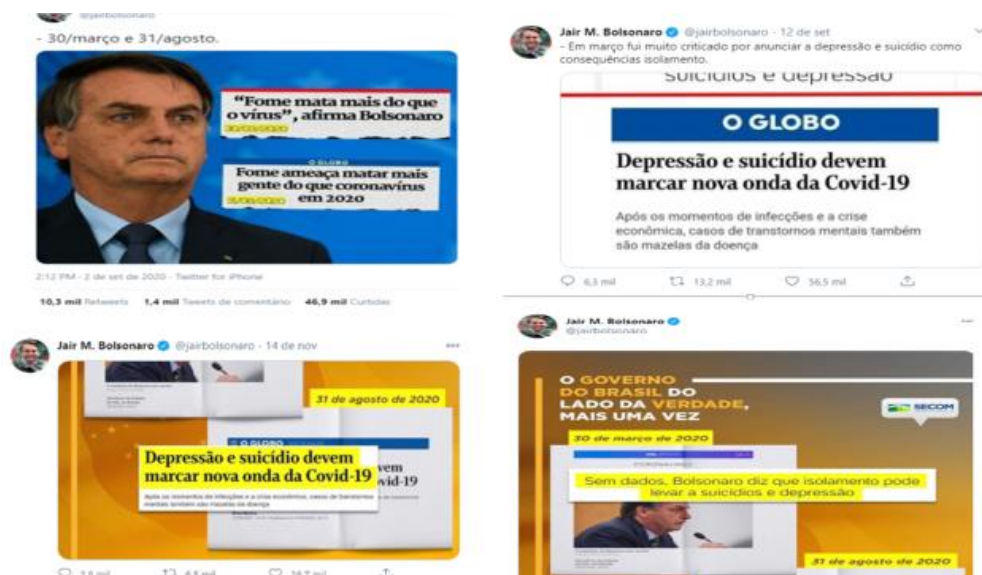
Em novembro, Bolsonaro começou a publicar algumas chamadas com sinais de intensidade e por vezes sensacionalistas sobre a possível relação entre o isolamento social e o suicídio, afirmando que essa notícia era algo que ele “previa”

ainda em março, quando a onda de decretos estaduais e municipais começaram a valer em diferentes cidades brasileiras, o que refletiria na saúde mental e emocional do brasileiro, principalmente por ter perdido poder aquisitivo, com o crescente quadro de desemprego, as mudanças econômicas e sociais impostas pela pandemia e por esses decretos, o que teria afetado a vida das pessoas de forma irreversível.

Quando alguns meios jornalísticos começaram a divulgar notícias com esse teor, Bolsonaro começou a replicar as notícias em seu Twitter, reivindicando quase que “direito autoral” sobre as mesmas, já que segundo ele, essa onda de depressão e suicídio era uma de suas preocupações desde o começo da pandemia, quadro social que em sua visão teria se agravado mais pelas questões econômicas do que a própria letalidade e consequências negativas do vírus.

Como Bolsonaro manteve uma retórica combativa com a imprensa durante o período, qualquer notícia que viesse a corroborar com os seus discursos, era considerado motivo de comemoração por parte do presidente e seus seguidores, já que “sustentava” a sua versão sobre a realidade.

Figura 35 - Publicações de Bolsonaro sobre suicídio no Twitter



Fonte: dados da pesquisa

O critério de intensidade se justifica, pois em um curto período de tempo, Bolsonaro publicou várias notícias com o mesmo teor, meio que se “vangloriando” de ter acertado esse tipo de previsão, cobrando um posicionamento de retratação desses canais de notícia, que o criticaram por ter divulgado esse tipo de comentário

em março de 2020, sendo que em agosto, realmente virou notícia. Por meio dessas notícias, o presidente reafirmava o seu posicionamento de que paralisação via decretos, traria consequências devastadoras para a economia que refletiria tanto na saúde como na vida das pessoas, prejudicando mais os indivíduos do que o fato de encarar a possibilidade de contrair o vírus e enfrentar os efeitos da doença.

4.5 O negacionismo como estratégia discursiva de Jair Bolsonaro durante a pandemia da COVID-19

A nossa proposta de readaptação do método da Cartografia de Controvérsias se concentra na análise das narrativas de Jair Bolsonaro sobre a COVID-19 em seu Twitter, procurando identificar como as polêmicas que permeou os discursos desse ator político podem ter influenciado para a negação da cidadania no período analisado.

Como salienta Lemos (2013), às controvérsias permitem que se perceba as redes de formação em disputa, e geralmente quando elas cessam, surgem as caixas-pretas, que lidam com a estabilização ou resolução de um problema ou demanda, que passaram a ser uma realidade somente no primeiro semestre de 2023, quando a OMS decretou o fim da pandemia da COVID-19 no mundo.

O nosso recorte temporal evidencia um período no qual a controvérsia se encontrava quente e inacabada, já que retrata o primeiro ano pandêmico (2020), onde os problemas eram muitos e as soluções estavam longe de serem alcançadas. A opção pelo recorte de um ano de pesquisa se deu por indicação da banca de qualificação, já que as problemáticas envolvendo o vírus da COVID-19 e a gestão do governo federal foram se alterando conforme passava o tempo, o que criou uma imensidão de assuntos a serem desdobrados sobre a pandemia, o que seria difícil de abordar em um único trabalho.

Mas o que se manteve perene e acabou se agravando durante o ano de 2021, foi a política negacionista de Jair Bolsonaro diante do vírus e o aumento de casos de óbitos relacionados à doença, colocando o Brasil em um dos patamares de destaque negativo sobre a gestão da crise ocasionada pelo vírus, que vitimou mais de 700 mil pessoas no país durante todo o período da declaração de emergência pública sanitária, que só se encerrou em maio de 2023. Apesar de ainda existir

casos de COVID-19, mas com menor gravidade, justamente por causa da imunização coletiva.

A pandemia escancarou as desigualdades sociais em diferentes partes do mundo, o que ficou bem evidente no Brasil, principalmente pela quantidade de pessoas que receberam o Auxílio Emergencial, já que até dezembro de 2020, o total de beneficiários do programa chegavam a 67,9 milhões de pessoas, o que representa $\frac{1}{3}$ da população brasileira, segundo dados do Ministério da Cidadania (Brasil, 2023), com mais de 288 bilhões gastos com essa política social até aquele momento, que foi imprescindível durante o período mais crítico da pandemia, representando um assunto recorrente do presidente Jair Bolsonaro em seu Twitter.

No conjunto dos dados analisados, foi possível perceber que nas diferentes narrativas divulgadas por Jair Bolsonaro, alguns termos se destacaram como aceitos e outros como controversos, pela própria capacidade de causar controvérsia e engajamento. Os termos aceitos fazem parte de narrativas que circulam com critérios de autoridade, sem necessidade de grandes explicações ou contradições envolvendo seus enunciados. Já os termos classificados como controversos tiveram maior capacidade de gerar engajamento popular via redes sociais, o que foi possível verificar a partir das curtidas, comentários e retuïtes nas publicações que os continha, gerando bastante recursividade nas redes e nas mídias jornalísticas, por vezes fazendo parte de um embate discursivo numa disputa aberta de poder. Em destaque, alguns dos termos que permearam a controvérsia em análise:

Quadro 9 - Glossário de Termos aceitos e controversos - 2020.

Termos aceitos	Termos controversos
Pandemia	Isolamento social e vertical
COVID-19	Vacinas
Coronavírus	Decretos
Auxílio Emergencial	Cloroquina
ANVISA	Hidroxiclороquina
Ministério da Saúde	Lockdown
OMS	Fake News

Fonte: dados da pesquisa.

Segundo Gortázar (2021), foi publicado um estudo pela revista *Science* e pela ONG Médicos Sem Fronteiras, na qual foi constatado que a gestão de Bolsonaro causou mortes evitáveis e agravou a pandemia no país, principalmente pela sua militância em torno de curas ineficazes ao invés de uma gestão de crise comprometida com a saúde coletiva dos brasileiros, o que dentre outras coisas, acabou colapsando os hospitais, expressando falta de vontade e comprometimento político, gerando desinformação que por diversas vezes foi divulgado com um discurso de verdade pelo governo federal, na figura do presidente.

A equipe da revista *Science* liderada pela pesquisadora brasileira Marcia Castro, da Escola de Saúde Pública da Universidade de Harvard, afirmou que "nenhuma narrativa sozinha explica a propagação do vírus no Brasil, mas cita expressamente a influência da politização no grau de adesão às recomendações básicas" (Gortázar, 2021, n.p.).

Gortázar (2021) destaca que o Brasil é um país que agiu na contramão do controle do vírus, e que "em nome da liberdade, houve manifestações contra as restrições", além do presidente ter insistido na retórica de que "a fome mata mais que o vírus", como constatamos por diversas vezes em suas publicações no Twitter. Cientistas e especialistas insistiam que era necessário um confinamento estrito para a contenção do vírus, o que nunca ocorreu de fato, já que houve uma guerra de narrativas entre os poderes sobre as medidas de isolamento e decretos em torno da pandemia, prejudicando o controle, aumentando o número de infectados, de casos graves e mortes, além de ter refletido na economia, já que o tempo de isolamento foi se prolongando, justamente por não ter sido executado de forma adequada desde o começo, se tornando cada vez mais politizado e um tema conflituoso entre as autoridades públicas e os cidadãos.

Durante a crise pandêmica, o governo Bolsonaro teve quatro ministros da saúde, o que evidenciou um problema na pasta, que não colocou em ação um plano de gestão nacional, articulado com as secretarias de saúde estaduais e municipais, o que pode ter gerado confusão sobre quais normas seguir. Faltou ainda um plano de comunicação mais efetivo, que alcançasse as pessoas nas mídias tradicionais e na internet, promovendo as medidas básicas e de eficácia comprovada, como o uso de máscara, o distanciamento social e o uso de álcool 70% para higienizar as mãos e superfícies, por exemplo. Também faltaram políticas públicas mais céleres,

principalmente relacionadas à testagem e isolamento das pessoas doentes, o que teria evitado a propagação em massa do vírus e o surgimento de novas cepas.

Em 2021, Jair Bolsonaro continuou espalhando desinformação sobre o vírus, inclusive foi realizado uma análise do vocabulário do presidente pela Lagom Data para o El País em suas lives semanais, que expôs um aumento de falas “contra o sistema eleitoral, maior simbiose com o Exército e informações erradas sobre vacinas”, (Soares, 2021, n.p.), algo que já era frequente desde outubro de 2020 e que foi se intensificando conforme a vacinação avançava no país.

Esse estudo salienta que foi retirado do ar pelo YouTube, alguns vídeos do presidente Bolsonaro em que ele divulga dados médicos incorretos ou informações errôneas sobre a doença, o que foi uma constante durante todo o período que durou o seu mandato e a pandemia. Parte da decisão do YouTube se justifica na seguinte mensagem destacada abaixo:

Nossas regras não permitem conteúdo que afirma que hidroxicloroquina e/ou ivermectina são eficazes para tratar ou prevenir a covid-19, garante que há uma cura para a doença; ou assegura que as máscaras não funcionam para evitar a propagação do vírus. [...] Para a análise, o Lagom Data coletou a íntegra do texto dos 406 discursos de Bolsonaro disponíveis no site oficial do Planalto, além das legendas automáticas de 89 das 110 lives do presidente, entre sua vitória eleitoral, em 2018, e o final do primeiro semestre de 2021. Destas, ao menos 10 lives parecem ter sido removidas pelo YouTube. [...] Ao todo, 14 vídeos ao vivo foram retirados do canal do presidente. (Soares, 2021, n.p.).

O negacionismo de Jair Bolsonaro nas publicações do Twitter se apresentou nas entrelinhas, não é algo declarado abertamente como faz muitas pessoas nas redes sociais, mas que é facilmente identificado quando realizamos a análise dos dados. O presidente negava a ciência quando indicava fármacos sem eficácia para o tratamento da COVID-19. Também teve uma atitude negacionista ao contestar a produção e a eficácia das vacinas, plantando a dúvida na cabeça das pessoas, o que fez muitos brasileiros terem uma atitude negacionista em relação a imunização em massa, que ressoa até hoje nas redes sociais, dando margem para diferentes teorias conspiratórias sobre as vacinas, impulsionando os movimentos antivacinas.

Eliane Brum (2021), destaca que o Brasil viveu um período macabro durante a pandemia da COVID-19, trazendo para a sua análise a pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos

Humanos, que é uma das mais respeitadas organizações de justiça da América Latina, afirmando que Jair Bolsonaro realizou sob seu governo uma “estratégia institucional de propagação do vírus da COVID-19”, o que também se apresenta como uma atitude negacionista, já que na interpretação do presidente, o vírus não era tão grave a ponto de ter que paralisar o país.

A referida pesquisa descarta uma possível incompetência ou negligência do governo federal diante da pandemia, revelando um empenho para a disseminação do vírus no país, com o intuito da retomada das atividades econômicas, mesmo que esse empenho custasse a vida dos brasileiros. A pesquisa foi coordenada por Deisy Ventura, uma jurista renomada no Brasil, além de Fernando Aith que é professor titular do Departamento de Política, Gestão e Saúde da FSP e diretor do CEPEDISA/USP, entre outros pesquisadores de renome, que elaboraram uma linha do tempo composta por três eixos entre março de 2020 até meados de janeiro de 2021, lembrando que a pandemia se agravou cada vez mais nos meses seguintes, com picos de 4 mil mortes diárias em alguns dias do mês de abril. A linha do tempo referida, possui a seguinte composição:

- 1) atos normativos da União, incluindo a edição de normas por autoridades e órgãos federais e vetos presidenciais; 2) atos de obstrução às respostas dos governos estaduais e municipais à pandemia; e 3) propaganda contra a saúde pública, definida como “o discurso político que mobiliza argumentos econômicos, ideológicos e morais, além de notícias falsas e informações técnicas sem comprovação científica, com o propósito de desacreditar as autoridades sanitárias, enfraquecer a adesão popular a recomendações de saúde baseadas em evidências científicas, e promover o ativismo político contra as medidas de saúde pública necessárias para conter o avanço da covid-19. (Brum, 2021, n.p.).

Os autores afirmam que houve “uma violação sem precedentes do direito à vida e do direito à saúde dos brasileiros”, já que a maioria das mortes seriam evitáveis se tivesse tido uma estratégia de contenção da doença sem as questões ideológicas que foram envolvidas durante o processo. Essa questão aponta mais um desdobramento da nossa pesquisa que se refere à negação da cidadania por parte do governo federal, já que os direitos básicos contidos na Constituição foram amplamente violados, precarizando a condição de cidadão dos brasileiros, que passaram a contar com a própria sorte durante o período mais crítico da pandemia.

Para Brum (2021), a pesquisa conseguiu evidenciar uma série de maldades colocadas em prática por Bolsonaro durante o primeiro ano de pandemia, deixando explícito quais grupos foram os mais atingidos. Salaria que os povos indígenas

foram um dos mais esquecidos, sofrendo vetos que prejudicaram a vida dessas comunidades, como o que limitava o acesso à água potável, falta de acesso a materiais de higiene e limpeza, leitos hospitalares e UTIs, materiais informativos e internet nas aldeias, além da entrega precária de cestas de alimentos, entre outras medidas que deixaram os povos originários mais esquecidos do que antes da pandemia.

Outro grupo que sofreu com as medidas impostas pelo presidente, foram os trabalhadores de um modo geral, já que Bolsonaro ampliou por diversas vezes o conceito de atividades essenciais, abarcando a maior quantidade possível de categoria de serviços (inclusive salões de beleza), impedindo que eles fizessem o isolamento social de forma adequada, preservando sua integridade física. Mas com o passar do tempo, parte da classe trabalhadora começou a apoiar o discurso do presidente, pois as condições financeiras ficaram prejudicadas com a paralisação da economia e as políticas públicas na área eram insuficientes para o sustento familiar da grande maioria, que passaram a se indispor com as normas de isolamento.

Num primeiro momento, o medo da doença e da morte era uma realidade para grande parte dos trabalhadores, que mesmo com as questões econômicas, apoiavam o isolamento social. A pesquisadora destacou também que o governo foi cerceando o direito do Auxílio Emergencial para várias categorias, o que fez aumentar a pobreza e as dificuldades financeiras da população.

De acordo com o recorte de Brum (2021), também não houve a valorização merecida aos profissionais de saúde do país, que tanto se esforçaram durante a crise ocasionada pela COVID-19. Primeiro Bolsonaro vetou integralmente um projeto de lei que previa compensações financeiras para trabalhadores que ficaram incapacitados em decorrência da sua atuação no enfrentamento do vírus, além de isentar funcionários públicos de responsabilidades e omissões no enfrentamento do vírus, o que para a autora se explica na seguinte sentença: “o trabalho duro e arriscado de prevenção e combate numa pandemia é desestimulado, a omissão estimulada” (Brum, 2021, n.p.).

Bolsonaro vetou o uso de máscaras, que representava um item de segurança básico para evitar a propagação do vírus e espalhou muita desinformação sobre a doença, o que fez muitas pessoas seguirem seus posicionamentos, pois o presidente tratava-se de um influenciador da opinião pública. Além disso, vetou a multa para estabelecimentos que não fornecessem álcool em gel em locais de

entrada e de trânsito de pessoas, como elevadores, por exemplo. Vetou ainda a obrigação de fixar informações sobre as medidas básicas de prevenção como uso de máscaras e proteção individual em presídios e estabelecimentos de cumprimento de medidas socioeducativas.

Mas ao mesmo tempo, o Exército brasileiro pagava “167% a mais pelo principal insumo da cloroquina, com a seguinte justificativa: “produzir esperança para corações aflitos” (BRUM, 2021). O negacionismo fez parte da estratégia governamental de Jair Bolsonaro e do discurso de seus seguidores mais radicais.

Para Duarte e César (2020), o negacionismo se fez presente em alguns momentos cruciais da guinada bolsonarista no país, reconfigurando o significado de negação à situação vivida. De acordo com os pesquisadores, primeiramente, houve a negação da política, na qual Bolsonaro afrontou valores democráticos básicos, mas sem romper de fato com a democracia, algo visível durante a sua campanha eleitoral e, no período pandêmico.

Após esse movimento inicial, o presidente optou por seguir a estratégia de negacionismo como política, algo bastante notável durante a gestão da pandemia, como evidenciado até aqui, elevando a crise da democracia brasileira, que na hipótese dos autores criou um fenômeno sócio-político de banalização e naturalização das mortes durante a pandemia no Brasil, na qual a vida das pessoas foram divididas “entre vidas valiosas, vidas submetidas a processos de menos-valia e vidas descartáveis” (Duarte; César, 2020, p. 3), táticas de governo que por vezes se expressaram na antipolítica como definiu Avritzer (2020), ou na recusa de governar conforme assinalou Nobre (2020).

Segundo Duarte e César (2020, p. 3), a falta de planejamento e de políticas públicas nacionais para o combate do coronavírus, se deu por escolha de Bolsonaro, “pareceu-lhe que mais importante do que combater o vírus era combater o sistema político e aproveitar-se da situação caótica para acertar contas com políticos”, o que gerou bastante desgaste para o mandato de Bolsonaro durante a pandemia, praticamente, três anos, se indispondo inclusive com antigos aliados, como Doria, Witzel, Moro e Mandetta. Os pesquisadores citam ainda que Nobre (2020) argumentou que o presidente entrou em “guerra” não contra o vírus, mas contra o impeachment e com o judiciário, ocupando bastante o tempo de Bolsonaro.

Para os autores, “a estratégia da negação da política dissemina uma concepção de democracia que faz dela um regime compatível com o autoritarismo”

(Duarte; César, 2020, p. 8). Esse modo de enxergar a política, ofereceu margem para Bolsonaro ser autoritário em sua postura comunicacional e no trato com o outro. O presidente reivindica para si, uma ética incorruptível e decente, o que estaria associado a pensamentos da extrema direita e dos conservadores, fazendo questão de reiterar sua visão negativa sobre a esquerda e os partidos da base política de oposição, impossibilitando o diálogo racional que a política exige.

O negacionismo como política se mostrou altamente eficiente como defende Roque (2020), além de ter sido desde o começo, “uma política de caráter autônomo e eficaz, e não mero diversionismo” (*apud* Duarte; César, 2020, p. 9). Outro ponto interessante apontado na análise, é que essa postura negacionista de Bolsonaro, não abalou a sua popularidade, pelo contrário. Segundo os autores:

O negacionismo de Bolsonaro constitui uma política per se, aquela que consiste em negar, confundir, agredir, ignorar, desprezar, silenciar quem quer que não esteja absolutamente de acordo com suas medidas de combate à pandemia, ou com as escolhas políticas e morais que pautam seu governo. (Duarte; César, 2020, p. 9).

Argumentam que o negacionismo trata-se de um fenômeno político e social, pois produz e difunde em larga escala, teses controversas em relação a consensos científicos que eram considerados validados, além de influenciar no comportamento de milhares de pessoas, o que na pandemia se mostrou como algo perigoso, pois envolveu a saúde coletiva e a vida dos indivíduos, já que o coronavírus se mostrou altamente contagioso e potencialmente letal.

O negacionismo dissemina a desconfiança, age por conveniência e utilidade, sem considerar os argumentos lógicos e por vezes, a coerência. Cria também uma espécie de adesão coletiva de quem acredita e divulga tais teorias, questionando cientistas, métodos e instituições consolidadas, levando em consideração as vertentes negacionistas para tomar decisões, inclusive que afetam à própria vida, como é o caso dos antivacinas, que vivem em uma espécie de realidade paralela, na qual a vacina provoca todo tipo de mal.

Destacam os autores, que as pessoas que compartilham teses negacionistas, partilham também de sentimentos de “pertencimento e autovalorização” (Duarte; César, 2020, p. 10), algo que provavelmente não existe no aspecto social mais amplo, o que os fazem se sentir cada vez mais inseridos, empoderados com esses “conhecimentos”.

De acordo com Duarte e César (2020, p. 10), devemos nos atentar de que “não pode haver negacionismo sem a reprodução social massiva de teses negacionistas, as quais são rapidamente transformadas em opiniões negacionistas, de caráter imediatamente acessível e de forte apelo emocional”. Nesse tipo de comunicação, a desinformação e as fake news ganham espaço para serem disseminadas em larga escala, de forma direta e acessível.

Assim, a proliferação do uso das redes sociais é parte do fenômeno que tem sido chamado de crise epistêmica, associada à [...] passagem de um regime de verdade baseado na confiança nas instituições para um outro regime regulado pela crença individual e pela experiência pessoal, dando voz a movimentos conspiratórios em que a informação é um campo de disputa sobre a produção de narrativa. (Oliveira, 2020, p. 22 *apud* Duarte; César, 2020, p. 11).

Em relação ao coronavírus, houve uma politização conflituosa em torno de questões extremamente importantes, que impactaram diretamente na vida das pessoas, que por vezes, optaram por seguir e divulgar teses negacionistas do que confiar na ciência e seus métodos comprovados.

Jair Bolsonaro foi um grande promotor desta politização, pois preferiu seguir com as narrativas duvidosas, recheadas de desinformação do que governar o país, o que refletiu diretamente nos dados negativos do Brasil no enfrentamento da crise. Mesmo que discursivamente, o presidente afirme o contrário, já que em sua visão restrita da realidade, se considera um grande gestor, e tem convicção de que fez um bom governo durante a pandemia, o que não expressa uma realidade factível, já que morreram mais de 700 mil pessoas em decorrência do vírus nos últimos três anos, colocando o país na triste estatística de segundo lugar em números de óbitos, além das subnotificações.

Para os pesquisadores citados, a tática de negação da política e do negacionismo de Bolsonaro acabaram se transformando em políticas específicas do seu governo, que visava a sua “autopreservação e autopromoção”, algo que deu certo, mesmo que o vírus tenha causado desastrosas consequências sociais e políticas para o país.

O governo não enfrentou de fato uma revolta e indignação social que enfraquecesse a sua gestão, mesmo que no começo da pandemia tenha tido pânico e mobilização contra Bolsonaro, com o passar do tempo, as pessoas se tornaram “anestesiadas” com as consequências nefastas do vírus, seguindo suas

vidas com certa normalidade, sem culpabilizar o governo por omissão ou desgoverno, mesmo com a impossibilidade de viver o luto de seus entes queridos, o que pode ser comprovado com o alto índice de eleitores que votaram a favor da reeleição de Bolsonaro em 2022, mais de 58 milhões de pessoas no segundo turno, tendo cerca de 400 mil votos a mais do que na eleição de 2018 (Cerqueira, 2022).

A nossa pesquisa se concentrou mais especificamente em dados do Twitter de Jair Bolsonaro em 2020, mas as consequências de sua gestão se arrastaram durante o ano de 2021, com a instalação da CPI da COVID-19, que apurou crimes envolvendo a pandemia, sendo que o relatório final foi apresentado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), que atribuiu nove crimes a Bolsonaro (Vieira, 2021), mas ainda sem efeitos práticos de punição.

A ressonância do negacionismo em torno da pandemia no país ainda se arrasta, com maior visibilidade nas redes sociais, na qual teses negacionistas sobre a vacina perduram, mesmo que as quantidades de óbitos tenham sido reduzidas vertiginosamente com os efeitos da vacinação em massa, o que não sustenta tais teses, mesmo assim, elas sobrevivem no imaginário de grupos bolsonaristas e dos negacionistas radicais.

4.6 Alguns desdobramentos: entre a biopolítica, a negação da cidadania e a necropolítica no Brasil pandêmico

A pandemia da COVID-19 escancarou diversos problemas sociais no Brasil, evidenciando como a nossa democracia ainda é bastante incipiente em alguns aspectos básicos, como a garantia de direitos, por exemplo, já que tantos direitos individuais e coletivos foram negligenciados em nome da crise de saúde pública. Em relação aos gestores, o foco da pesquisa se concentrou, mais especificamente, no governo federal, sob a figura de Jair Bolsonaro e a sua atuação nas redes sociais, com destaque para o Twitter, durante o primeiro ano pandêmico, ou seja, 2020.

Com a análise empreendida, foi possível perceber a estratégia de gestão da pandemia de Bolsonaro, que agiu em desfavor do combate ao vírus, priorizando exclusivamente os aspectos econômicos em detrimento do social, militando a favor de uma possível “imunização de rebanho”, que em sua visão distorcida da realidade seria capaz de acelerar a disseminação do vírus para o país, contribuindo para a

volta de uma possível normalidade anterior à chegada do coronavírus no Brasil, na qual a economia dava sinais de recuperação.

Mas foram tantas controvérsias fomentadas pelo então mandatário da república, que a gestão da crise vivenciada pela saúde pública em decorrência do vírus ficou em segundo plano, podendo ser considerada uma das mais desastrosas do mundo, o que fez nosso país alcançar tristes estatísticas relacionadas a COVID-19, vitimando mais de 708 mil pessoas, o que se justifica, dentre outros fatores, pela má gestão do governo federal.

No conjunto de dados analisados no Twitter, é possível identificar as características comunicacionais do presidente, marcada por seu linguajar agressivo, exaltado e por vezes, esdrúxulo, mesmo que seja dito em sua grande maioria em textos escritos, algumas nuances permitem tal análise. Os recursos em caixa alta são constantemente utilizados, o que demarca a ênfase que Bolsonaro pretendia dar para determinados assuntos. Mesmo sendo presidente, faltava a Bolsonaro certo decoro, principalmente na sua relação com a imprensa e a grande mídia.

A gestão de Jair Bolsonaro durante a pandemia, evidenciou também uma estratégia biopolítica do soberano que consiste nas práticas de “fazer viver e deixar morrer”, fundamentada por Michel Foucault (1988, p.147), que afirmava que “Por muito tempo, um dos privilégios do poder soberano fora o direito de vida e morte”, na qual a política se tornou um campo onde se discutia os mecanismos de poder ligados à vida, ou seja, o direito de viver.

Durante muito tempo na história política das sociedades, o poder soberano se definia a partir da capacidade de matar uns enquanto deixava outros viverem, e sem mencionar essas táticas políticas, o discurso minimizador do presidente sobre a gravidade do coronavírus, colocou os brasileiros nessa dinâmica, em que o soberano afirmou que “Essa é uma realidade, o vírus tá aí. [...] Todos nós iremos morrer um dia”, colocando em cheque a seletividade do vírus, que matou mais pessoas que eram consideradas “descartáveis” no discurso de Bolsonaro e pela própria dinâmica social brasileira, marcada por largas desigualdades sociais.

Foucault (1988) demonstrou que com o passar do tempo, o direito de morte ligado ao poder soberano foi sendo substituído pelo direito de “causar a morte ou de deixar viver”, esse poder se expressava ainda pela capacidade de subtrair algo da pessoa independente de sua vontade, na qual o livre-arbítrio da pessoa ou súdito não era considerado na relação de poder. Para o autor, “O poder era, antes de tudo,

nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la (Foucault, 1988, p. 148).

Esse tipo de relação foi se alterando a partir do século XIX, de tal forma que o poder de confisco deixou de ser a peça principal do exercício do poder soberano, dando lugar a um poder marcado pelo controle e pela vigilância, onde a mudança principal nas relações de poder passam a ser do “fazer morrer” para o “fazer viver”, tendo maior importância às relações de poder que se refere à produção da vida, à sua otimização, algo que refletiria no bem estar da sociedade, pois agora “Pode-se dizer que o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi sendo substituído por um poder de *causar a vida* ou *devolver à morte*” (Foucault, 1988, p.150), como algo inerente da política e de suas relações. Agora cabe ao poder político “a tarefa de gerir a vida” (Foucault, 1988, p. 151).

Fazer viver, incitar à vida, tornou-se o meio pelo qual o poder soberano se constitui na nossa época. A vida passa a ser o objeto fundamental e principal dos mecanismos de poder que são reconhecidos como tal, por sua vez, justamente por estarem lidando com a manutenção da vida. Ainda de acordo com o pensador francês, esse poder sobre a vida, desde o século XVII, desenvolveu-se a partir de duas formas fundamentais:

Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano* (Foucault, 1988, p.151).

Um foco, portanto, no corpo. Individualizando-o através da disciplina, busca garantir a duração da sua vida. Incitação não só da sua docilidade e utilidade, mas fundamentalmente uma aplicação dos mecanismos de poder para garantir a sobrevivência de cada um. Os mecanismos de poder tratam a vida particularizada no corpo individualizado para fazê-las viver cada vez mais. Essa vida segmentada das demais é que vai ser tratada pelas relações de poder, otimizada, cuidada. Os corpos são a base das relações de poder. O outro polo pelo qual se desenvolveu o poder sobre a vida,

se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-lo variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma bio-política da população* (Foucault, 1988, p.151-152).

A população, por conseguinte, constitui-se na segunda forma pela qual as relações de poder se desenvolvem na nossa época. O segundo foco é essa reunião de corpos tomados estatisticamente em conjuntos de saber-poder. Assim, a vida deve ser mantida não apenas no nível individualizado, mas também no nível populacional, de tal forma que as “disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (Foucault, 1988, p. 152).

As relações de poder político na nossa sociedade passam a ser fundamentadas pela administração dos corpos e pela administração calculista da vida segundo o pensador francês, na qual a morte é vista como uma ofensa ao funcionamento do poder do Estado, já que viver torna-se o imperativo do poder na contemporaneidade.

Para que essa relação de poder surtisse efeito nas sociedades modernas, tornou-se necessário ainda a criação de tecnologias que sustentasse essa relação de poder fundamentada na vida, surgindo a era de um bio-poder, da biopolítica, que significam nesse momento praticamente a mesma coisa, ou seja, “a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder - no campo das técnicas políticas” (Foucault, 1988, p. 154).

Em outros dizeres, por mais que esses conceitos tenham suas nuances de distinção na obra foucaultiana, podemos compreendê-los no que tangem à colocação da vida como elemento-chave do funcionamento do poder político. A introdução de elementos específicos para fazer viver cada indivíduo e sua população. O envolvimento do poder soberano com a tarefa de incitar à vida e mantê-la em seus níveis mais otimizados. Dessa maneira:

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar. (Foucault, 1988, p.155).

E foi justamente nesse ponto que o poder soberano, na figura de Jair Bolsonaro, falhou com os brasileiros durante a crise pandêmica, pois não se empenhou em fazer a população viver. Não otimizou o direito à vida, pelo contrário, fez morrer com a falta de políticas públicas coordenadas e eficazes para combater a proliferação do vírus e conseqüentemente, a morte. Minimizou com sarcasmo e desrespeito o direito do cidadão brasileiro de viver, seja imitando as pessoas que estavam hospitalizadas com falta de ar, seja atrasando repasses de verbas para os estados atuarem na batalha contra o vírus, ou ainda limitando o Auxílio Emergencial a uma parcela da população, com valores que não eram capazes de manter a qualidade de vida das pessoas em isolamento.

Bolsonaro reivindicou para si por diversas vezes o poder soberano, quando atacou com fake news e desinformação o STF e outros gestores públicos, mas não fez o básico para a população em geral, que é fazer viver. Para o presidente, “não deveríamos lamentar, pois o vírus estava aí, e quem tivesse que morrer, iria morrer”, principalmente as pessoas com comorbidades ou alguma fragilidade social, afirmando que “ele era Messias, mas não fazia milagres”. Mas o básico ele também não fez, ou seja, gerir politicamente a vida da população, preferiu exercitar uma queda de braço com outros gestores, procurando fortalecer seu projeto político rumo à reeleição, sem se importar com as conseqüências nefastas do vírus.

Essa política de morte, aos moldes da biopolítica de deixar morrer, se deu de forma velada e aos poucos foi sendo naturalizada pela própria população, que foram privados inclusive de “exercer o luto pela perda dos entes queridos, condição altamente estressante a que todos fomos submetidos durante a pandemia” (Duarte; César, 2020, p. 16). Bolsonaro chegou a orientar no início de agosto de 2020 com mais de 100 mil mortos que devíamos “tocar a vida”, colocando grande parte da população brasileira exposta ao risco, banalizando o quadro social que se desenhava em torno do vírus.

Essa política de deixar morrer se tornou mais evidente no ano seguinte, quando os primeiros quatro meses de 2021, concentraram os maiores índices de óbitos pelo novo coronavírus no Brasil, como salientado na reportagem do G1 (2021), “Covid-19 já matou mais brasileiros em 4 meses de 2021 do que em todo ano de 2020”, situação constantemente normalizada pelo presidente.

Segundo Flauzina e Pires (2020, p. 76), existem mortes que são “desejada, produzida e naturalizada pelas políticas de Estado”, e no Brasil, por exemplo, a

morte negra sempre foi aceitável, algo que ficou ainda mais evidente quando se explora os dados letais da pandemia. Debatem a repercussão que o empilhamento de corpos europeus causou na humanidade, e como o medo fez morada na mente das pessoas, trazendo à cena o momento em que o Papa Francisco deu a extrema unção em uma praça vazia, algo muito simbólico em um mundo globalizado.

A doença que mata pelo contato social tocou o centro da humanidade. Seguindo a métrica que determina o valor da vida, a sangria dos brancos fez da crise sanitária algo real/global e, a partir desses corpos, o luto deu o tom em toda a parte. (Flauzina; Pires, 2020, p. 76).

Duarte e César (2020) recorrem a obra de Judith Butler, para ratificar como o luto se dá como forma de luta política, argumentando que até isso nos foi tirado durante o período pandêmico, em que o descaso do governo Bolsonaro escancarou como “a vida de todos foi considerada, de maneira explícita ou implícita, como descartável ou como de pouca valia, isto é, como não merecedoras de luto” (Duarte; César, 2020, p. 16). Também é importante ressaltar que algumas condições de “precariedade está imposta, desde antes do nascimento e da morte, a amplas parcelas da população”, o que nos faz situar mais uma vez a condição de subalternidade colocada por Jessé de Souza (2018), quando este atesta que existem indivíduos que são tratados como subcidadãos, ou ainda na visão de Milton Santos (1996-1997), com as cidadanias mutiladas, na qual muitos brasileiros são expostos desde antes dos seus nascimentos.

Essas considerações nos remetem também a uma questão cara neste trabalho, que aborda a negação da cidadania aos brasileiros, num momento tão crucial, quando a política tinha que ter sido utilizada para garantir a vida da população, mas foi negligenciada por um projeto de governo, que se mostrou tão cruel em suas ações de enfrentamento da crise sanitária.

Flauzina e Pires (2020, p. 77), argumentam que “o racismo é a régua que mede o mundo”, tendo sido utilizado para organizar e definir os limites adotados no enfrentamento da pandemia. Recorrem as definições de Frantz Fanon e Sueli Carneiro sobre a *zona do não-ser*¹⁵, que são habitadas por seres considerados

¹⁵ Os conceitos de *zona do ser* e *zona do não ser* são utilizados para explicitar os processos desumanização que marcam as relações intersubjetivas e institucionais na colonialidade. Partimos da ideia de que o projeto moderno europeu, de base escravista, utilizou-se da categoria raça para instituir uma separação incomensurável entre humanos (representativos do eu hegemônico que configura a *zona do ser*) e não humanos (aqueles que conformam a *zona do não ser*, geralmente referenciados como Outros). A determinação do padrão de

desumanizados, sendo o “*lócus* em que se opera a deflagração sistemática de violações que são não só toleradas, mas desejadas e naturalizadas”.

Esse argumento serve para exemplificar as ações governamentais no Brasil durante a pandemia, onde o modelo de gestão de morte negra continuou sendo impulsionado como um projeto de Estado, já que a grande maioria dos habitantes das *zonas do não ser* pertencem a esse grupo racial ou às classes baixas, que mesmo durante a fase crítica de isolamento social tiveram que continuar trabalhando, recorrendo ao transporte público sem qualidade, sofrendo violência policial, como aconteceu em algumas comunidades do Rio de Janeiro, e de gênero, sem à devida intervenção estatal. Tal cenário são efeitos de uma persistente exclusão social que se impõem por meio de segregação espacial, falta de saneamento básico, precariedade das habitações, falta de água tratada e alimentação adequada, onde o isolamento social passa a ser um privilégio dos habitantes das *zonas do ser* compostas pelas classes médias e altas.

O projeto político de Bolsonaro contou com o apoio de grande parte da sociedade, evidenciando que a crítica de Santos (1996-1997) faz sentido, quando afirma que a classe média auxilia na negação da cidadania a outros brasileiros, preferindo gozar de privilégios do que lutar pela universalização de direitos a todos os indivíduos, negando a condição de cidadão a determinados grupos sociais. Tanto Bolsonaro como os grupos sociais que o apoiaram, com grande contingente de empresários, médicos, religiosos, políticos, etc., mostraram que a democracia de mercado que privilegia a economia, o mercado e o dinheiro, venceram na batalha discursiva contra a condição humana e a própria cidadania.

Com a pandemia, muitas teorias sobre cidadania no Brasil foram comprovadas, pois como destaca Carvalho (2002), para que exista um modelo de cidadania plena, deve existir a combinação de liberdade, participação e igualdade para todos, o que ficou bem evidente não existir durante a crise pandêmica. Bolsonaro falava muito em liberdade para acusar os governadores de estarem cerceando a liberdade dos indivíduos de seus respectivos estados, sempre visando

humanidade que estrutura e é estruturada pela própria existência da *zona do ser* é realizada a partir do sujeito soberano ou do eu hegemônico (homem, branco, cis/hétero, cristão, proprietário e sem deficiência). [...] “o racismo reduz *o ser* a sua dimensão ôntica, negando-lhe a condição ontológica, o que lhe atribui incompletude humana”. [...] Embora estejamos falando de incomensurabilidade entre as duas zonas, entendemos que há relacionalidade entre elas, na medida em que a existência da *zona do não ser* é tomada como condição de possibilidade para a existência da *zona do ser*. A humanidade da *zona do ser* só pode ser vivenciada como atributo exclusivo porque sustentada na violência permanente imposta pelos mais diversos processos de desumanização sobre a *zona do não ser*. (apud Flauzina; Pires, 2020, p. 77).

a volta do trabalho presencial, procurando desesperadamente um retorno “normal” das atividades econômicas, com receio de que isso fosse prejudicar sua reeleição, afetando sua imagem enquanto líder, desconsiderando todo o resto.

A cidadania no Brasil pandêmico se tornou silenciada, pois não houve nenhum tipo de envolvimento popular na elaboração de estratégias de enfrentamento do vírus, o que fez a experiência cidadã no período ser totalmente passiva, tutelada pelo poder público, que decretou medidas de isolamento social, políticas econômicas e sociais sem o debate com as pessoas afetadas por tais ações. Mas de certa maneira, a população legitimou essas decisões governamentais, o que segundo Leal e Signates (2020, p. 64), expressa uma “condição política de alta intensidade comunicacional”.

De fato, em períodos de crise abruptas como a ocasionada pelo novo coronavírus, se torna difícil criar espaços para que haja envolvimento popular na elaboração de políticas públicas, já que o aparato governamental deve estar apto a enfrentar essas situações excepcionais, com políticas assertivas, que diminuam os impactos negativos na vida das pessoas de forma rápida. Mas com o passar do tempo, se torna interessante o debate com os movimentos sociais e lideranças populares, buscando atender as reais demandas que a sociedade necessita, algo que não foi colocado em pauta na gestão de Bolsonaro.

É interessante pontuar que as políticas sociais do governo federal, como o Auxílio Emergencial, por exemplo, que cumpre exigências constitucionais em caso de estado de emergência coletiva, foi vista por grande parte da população como “um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade” (Carvalho, 2002, p. 126), algo que já era denunciado pelo autor em seu clássico estudo sobre a cidadania no Brasil, e que ainda reflete no modo como as pessoas enxergam esse tipo de política.

Esse distanciamento do brasileiro com os seus direitos, alimentou o aspecto clientelista da relação entre política e cidadania no país, dando margem para a confusão entre o público e o privado, que foi reforçado pelo próprio presidente, que fazia questão de destacar as altas cifras distribuídas pelo governo federal com as políticas econômicas e sanitárias, como se fosse uma espécie de “bondade ou favor” de seu governo com os estados e com as pessoas em geral.

Mais uma vez, é possível perceber que a cidadania que resulta desse tipo de relação é passiva e receptora, enquanto um contexto pandêmico carecia de uma cidadania ativa e reivindicadora, para o próprio bom funcionamento das políticas

públicas implementadas. Durante a pandemia, faltou justamente o aspecto comunicacional da experiência cidadã, o que auxiliaria na atribuição de legitimidade ao processo democrático vigente, tendendo para uma incomunicabilidade, na qual o cidadão só espera seus direitos “surgirem” como um passe de mágica, aguardando que o poder público resolva as demandas sociais, sem participação e principalmente, sem reivindicação de seus direitos, o que reforça a ideia de bondade e compadrio, comum nas relações políticas brasileiras.

Como salientado em outros trabalhos, uma participação efetiva corresponde a um dos componentes especificamente comunicacionais para se definir a cidadania, caso contrário, ela não se completa. Mas a comunicação sozinha não basta, as condições históricas e sociais como as de saúde, educação, saneamento básico, alimentação e segurança, são espectros importantes das realizações coletivas necessários à afirmação da cidadania (Leal; Signates, 2020). A cidadania comunicacional com seu elemento participativo é capaz de conferir aos indivíduos uma cidadania ativa, algo que parece ser uma realidade distante dos cidadãos brasileiros, como vimos durante a crise pandêmica.

A partir de uma concepção sócio-política, Duarte e César (2020, p. 17) salientam que algumas vidas estão mais expostas à violência e a morte por causa da “desigualdade no acesso às infra estruturas sociais e econômicas de proteção da vida”, principalmente em sociedades que perpetuam essas desigualdades como o Brasil. Devido às próprias características do vírus, com o medo da contaminação, a insegurança social, a negação da política e o negacionismo como política, as manifestações de indignação foram sendo silenciadas na medida em que a quantidade de mortos aumentava, gerando um sentimento de impotência, mas ao mesmo tempo de resignação, como apontam os autores, expressando algumas contradições vivenciadas no cotidiano dos brasileiros afetados pelo novo coronavírus.

A gestão de Bolsonaro e a atuação do Ministério da Saúde, principalmente sob o comando do general Eduardo Pazuello, se mostraram desastrosas no controle do vírus e na gestão básica do SUS e da saúde pública no Brasil. As pessoas chegaram a morrer por falta de logística de distribuição de insumos e de oxigênio, como aconteceu em Manaus, mobilizando artistas a assumirem as negociações para aquisição e distribuição, já que o Ministro da Saúde estava ocupado demais seguindo os desmandos do presidente, sem se preocupar com a vida das pessoas.

Nesse período, o que se viu foi um jogo de “empurra-empurra”, tentando culpabilizar outros gestores, afirmando que o governo federal tinha feito sua parte, com o repasse de verbas para os estados, o que também não é uma realidade, já que muitos repasses financeiros não foram entregues ou chegaram com atrasos significativos, o que fez os hospitais colapsarem, chegando a faltar remédios que serviam para entubar os pacientes.

Infelizmente, o governo federal atuou de forma tão desastrosa no combate ao coronavírus no país, que é possível afirmar que Jair Bolsonaro e o ministro Pazuello se pautaram na necropolítica como uma espécie de política pública no Brasil, pois como destrincha Achille Mbembe (2016, p. 123) em seu ensaio sobre a temática, “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”, se constituindo como os limites fundamentais da soberania.

Para o pesquisador camaronês, “Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (Mbembe, 2016, p.123), exatamente o que ocorreu no período mais crítico da pandemia. Inclusive, houve denúncias de que o ex-ministro da saúde desdenhava das mortes, sendo que em 2021 na CPI da COVID-19, “Em ação na Justiça, o Ministério Público diz que Pazuello fez uma gestão ‘imoral e antiética’ na pandemia” (Bomfim, 2021), de tal forma que o órgão listou no documento de denúncia erros “dolosos e graves” que teriam sido cometidos de forma intencional pelo então ministro, agravando os quadros de saúde dos brasileiros, por falta de providências que eram consideradas imprescindíveis para a contenção do vírus.

Em determinado momento, Pazuello gravou um vídeo dizendo que “É simples assim: um manda e outro obedece”, referindo-se a sua obediência “cega” aos mandos e desmandos de Bolsonaro em relação às políticas diante do coronavírus. No documento assinado por oito procuradores federais, as autoridades da justiça apontam “que as ações de Pazuello foram “dolosas” e amparadas em argumentos não científicos e vindos de pessoas de fora do governo” (Bomfim, 2021, n.p.).

Com o advento do coronavírus no país, foi declarado estado de calamidade pública, o que autoriza gastos extraordinários do governo federal, sem ferir os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), o que possibilitaria uma ação mais eficaz pela gestão de Bolsonaro, mas o presidente optou pelo caminho inverso.

No argumento de Mbembe (2016, p. 124), a política se define duplamente como “um projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento”, na qual deve ser feita uma distinção entre razão e desrazão (paixão e fantasia), sendo que “a razão é a verdade do sujeito, e a política é o exercício da razão na esfera pública. O exercício da razão equivale ao exercício da liberdade, um elemento-chave para a autonomia individual” (Mbembe, 2016, p. 124).

Mbembe (2016, p, 128) sustenta que nos escritos de Foucault, o biopoder se define a partir de um campo biológico numa “divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer”. Essa dinâmica é realizada a partir da divisão da espécie humana em grupos, que se subdivide ainda em subgrupos, que tem o fator biológico como elemento fundamental, em que o racismo se expressa com grande regularidade, principalmente em sociedades ocidentais, onde o marcador de raça sempre estiveram presentes para definir a “hierarquia” entre os povos.

Citando o pensamento de Arendt, o pesquisador relembra como a ideia de raça destrói a experiência da alteridade, relacionando ainda a política de raça com a política da morte, já que “em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte” (Mbembe, 2016, p. 128).

Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer” (Foucault, 1997, p. 228 *apud* Mbembe, 2016, p. 128).

O marcador de raça sempre esteve presente na dinâmica política e social brasileira, como já discutido nas teorias de cidadania, mais especificamente, onde pontuamos que o negro e o pobre, por exemplo, são colocados à margem de políticas públicas eficazes, como discutiu Milton Santos, o que ficou bastante evidente com o advento do coronavírus na sociedade, pois os mais afetados, foram justamente aqueles que de alguma forma já sofriam processos de exclusão e racismo pela própria sociedade e as dinâmicas sociais. Não precisou do poder soberano inovar nas tecnologias de assassinato, buscando “civilizar” os caminhos da morte como grifou Mbembe em seu estudo, o vírus somado a má gestão federal conseguiu eliminar um grande número de vítimas em um curto espaço de tempo, sem que o governo Bolsonaro fosse diretamente culpabilizado pelo massacre.

Como salientado pelo o autor, “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é” (Mbembe, 2016, p. 135), e o governo Bolsonaro mesmo de forma “velada” realizou esse papel do soberano de descartar aqueles indivíduos que consideraram pouco importantes, sem levar em consideração que essas pessoas eram importantes para outros sujeitos, afetando toda a dinâmica social, pois várias famílias se tornaram órfãs de um sujeito importante, que era querido por muitos.

A má gestão e a inação do governo federal diante do coronavírus se expressou como uma forma bem-sucedida do necropoder, mesmo Bolsonaro tentando se esquivar discursivamente da culpa, o vírus fez o papel “sujo” de eliminar em massa aquelas pessoas que por muitos são consideradas descartáveis ou insignificantes mediante o racismo que existe em nossa sociedade.

Seixas (2020) evidencia como Foucault em seu curso *Segurança, Território e População*, exemplificou como a epidemia da varíola nos séculos XVIII e XIX, foi determinante para o surgimento de técnicas ligadas à medicina que auxiliava no controle dos enfermos, que posteriormente se tornaram técnicas políticas de controle da população, sendo utilizadas a partir de então como dispositivos de segurança, um dos pilares da biopolítica. Destaca que dessa maneira, “A vida tornou-se o elemento político que legitimou a intervenção sobre o controle da população, em temas como a morbidade, a saúde pública, a higiene e as epidemias” (Seixas, 2020, p. 1-2), auxiliando no governo das populações de forma individual e coletiva.

Para o autor, a pandemia da COVID-19 reforçou a necessidade do poder soberano de colocar as técnicas disciplinares em funcionamento, exemplificando como o fechamento de fronteiras e o isolamento social fazem parte deste aparato governamental. Seixas (2020) cita também que no curso *É Preciso Defender a Sociedade*, o pensador francês expõe como as epidemias e pandemias podem ser altamente letais, exigindo do poder estatal estratégias de enfrentamento e combate, o que se configura como uma nova forma de governar a vida pelo poder estatal, através daquilo que Foucault nomeou de “estatização do biológico”, procurando aumentar a qualificação da vida. Ainda sobre o pensador francês, Seixas (2020), traz o paradoxo que envolve a biopolítica, entre *o fazer viver e deixar morrer*, com o potencial de morte do biopoder, questionando, cito parte do paradoxo:

Contudo, como um poder que visa promover a vida, pode deixar morrer ou mesmo levar à morte? A resposta encontra-se na prática do *Racismo de Estado*, caracterizando-se como tecnologias de poder que estabelece formas de eliminação dos indesejáveis, dos inúteis, dos descartáveis, objetivando promover a saúde e o bom funcionamento do corpo social. Eliminação realizada pela exclusão de determinados grupos ou indivíduos de seus direitos, por exemplo, à assistência social e aos serviços de saúde, por serem considerados não gestáveis. O racismo se configura enquanto a condição para a prática do direito de morte, numa configuração neoliberal e biopolítica do poder (Seixas, 2020, p. 3).

Frisa o autor, que o biopoder em nome da vitalidade do conjunto governado, exerce o direito de morte e o abandono da vida, mas daqueles indivíduos que são considerados “descartáveis”. Lembra Seixas (2020) que Foucault associa a biopolítica com o liberalismo, mas não em seu viés estritamente econômico, mas como uma racionalidade de governar.

O biopoder também foi eixo propulsor do capitalismo, pois esse arranjo econômico necessita de um controle dos corpos nos aparelhos de produção, além da população ter que ser ajustada aos processos econômicos da sociedade. Em seus dizeres, “A eclosão de uma pandemia, torna-se um momento efusivo à biopolítica: em nome da prevenção e proteção coletiva, se governam os corpos e limites entre fronteiras reais e imaginárias em relação a saúde (Seixas, 2020, p. 4).

Sobre o necropoder, Mbembe (2016) argumenta que o poder estatal em determinado momento deixa de ver a vida da população, subgrupo e até de indivíduos isolados como economicamente relevantes, o que pode levar à sua eliminação, sua morte. Essas questões possuem relação com os indivíduos que começam a “sobrar” na estrutura do processo produtivo, na qual sua força de trabalho já não impactam positivamente o sistema neoliberal em que estão inseridos, o que aos moldes do capitalismo deixa de ser uma vida produtiva, podendo ser descartada do sistema, o que facilita o “deixar morrer”.

Esses indivíduos que são colocados no papel de marginalizados pelo poder soberano, estão aptos para serem expostos à morte. Seixas (2020) recorre também ao conceito de *vida nua* de Giorgio Agamben, exemplificando que trata-se de “uma vida matável, desprovida de qualquer valor para a produção e o consumo” (Seixas, 2020, p. 6), coadunando com o Estado de exceção, em que distribui de forma “excludente e desigual recursos políticos, econômicos e de saúde, exercendo um exercício de veto por parte do soberano, sobre as condições de vida dos que são classificados como descartáveis” (Seixas, 2020, p. 6), colocando outros indivíduos que são considerados impuros ou marginalizados expostos à morte. Nesse ponto, o

racismo se torna uma tecnologia ideal para fazer tal “seleção”, expondo esses indivíduos a uma morte que pode ser “física, política ou simbólica” (Seixas, 2020).

O racismo torna-se uma alavanca do necropoder, que enxerga o desprezo e o aniquilamento do Outro como algo natural e desejável, onde o negro sempre esteve exposto a esse racismo, sendo a “vítima” preferida desse Estado que silencia o indivíduo pela morte. Durante a pandemia no Brasil, o necropoder se fez visível no discurso de autoridades como Bolsonaro e Pazuello, que minimizaram por diversas vezes os efeitos nocivos do vírus, não colocando em prática políticas públicas eficientes que fizessem os brasileiros viverem.

Grupos que sempre foram marginalizados pelo Estado e pela própria sociedade, foram deixados à própria sorte, nas quais as pessoas negras e pobres continuaram sendo os grupos mais negligenciados pelo poder público, na condição de subcidadão, por vezes, não tiveram acesso nem ao básico, como alimentação, recursos digitais para os filhos frequentarem as aulas remotas e quiçá, nem o Auxílio Emergencial, por falta de acesso ou aparelhos telefônicos para criar a conta social da Caixa Econômica Federal.

Interessante pontuar como a lógica neoliberal se inseriu nesse contexto pandêmico, algo constantemente reforçado no discurso de Jair Bolsonaro, pois os indivíduos passaram a ser vistos pelo seu valor produtivo, sua capacidade de gerar riqueza para uma sociedade, o que faz outras pessoas terem menos valor e serem descartáveis, potencialmente, matáveis, o que se expressa em situações veladas, mas são grupos que estão constantemente “expostos às situações de morte como no caso de pandemias semelhantes a do Coronavírus” (Seixas, 2020, p. 7), pois são vistos como menos “merecedores” de políticas sanitárias e de saúde pública que outros indivíduos que têm condições de pagar por esses serviços, o que demonstra a desigualdade na letalidade do vírus, que pode até ser democrático em suas formas de contágio, mas não nas possibilidades de morte.

Seixas (2020) recorre ao ensaio *Crítica da Razão Negra* de Mbembe para destacar como alguns corpos são vistos como supérfluos e descartáveis na sociedade, principalmente quando suas capacidades de trabalho diminuem ou cessam, ou quando deixa de ser vistos como produtivos ou necessários à lógica neoliberal, o que significa dizer que:

só existem nômades do trabalho, sendo estes relegados a uma humanidade supérflua, entregues ao abandono e sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital, tornando-se dispensáveis e até mesmo, convertendo-se em vidas matáveis, exatamente por se tornarem inúteis (Mbembe, 2014, p. 17 *apud* Seixas, 2020, p. 8).

Essa dinâmica foi bem perceptível durante a pandemia no Brasil, escancarando a quantidade de pessoas que vivem à margem do funcionamento do capital, vivendo na informalidade, tentando ganhar a vida com subempregos e por vezes, administrando a escassez da *vida nua* a que estão submetidos. São pessoas que vivem num sistema desigual, que dita as oportunidades de quem deve viver e quem pode morrer, virando estatísticas invisibilizadas em um sistema democrático que não se importa com as suas existências.

Seixas (2020) se questiona, sobre quais vidas se referia o então presidente? Provavelmente não era a vida dos desempregados, dos idosos, das pessoas em situação de rua, ou com privação de liberdade, dos negros e pobres invisibilizados pelo sistema (já que seu ministro da economia chegou a propor um auxílio de apenas R\$200, com a pressão da oposição, o valor passou a ser de R\$600), além dos informais, que se dependesse realmente do seu governo, nem receberia programas sociais para se manter durante a pandemia. Os interesses econômicos sempre se mostraram mais importantes do que o bem estar social e coletivo da sociedade brasileira no discurso do presidente, que desdenhava dos dados da pandemia, procurando “normalizar” a situação que o país enfrentava.

Afirma Seixas (2020) que a violência nestes contextos é velada, mas se fazem presente na racionalidade neoliberal de governar ou administrar a vida da população, na qual a necropolítica é imposta por “ajustes” no sistema que auxiliam na morte dos indesejáveis, seja cortando verbas que atingem a qualidade de vida da população ou ainda não viabilizando políticas de saúde eficazes para devolver a saúde das pessoas. A necropolítica deixa morrer nas filas de exames, em procedimentos médicos que não concluem, em leitos hospitalares e de UTIs que faltam, ou ainda no desmonte da máquina pública. Apesar de Bolsonaro argumentar em suas redes sociais que estava zelando pelo povo brasileiro, a realidade se mostrou mais cruel e matável do que o discurso conseguiu sustentar.

Convenientemente, a exposição à COVID-19, se transforma em um mecanismo de eliminação e descarte ideal, pois ao atingir os indivíduos pertencentes aos denominados grupos de risco, como os idosos ou incapacitados

para o trabalho, estes tornam-se plenamente sacrificáveis. Sua “eliminação ou sacrifício, passa a ser justificada em consonância à lógica neoliberal, que visa manter a saúde econômica do corpo social administrável” (Seixas, 2020, p. 10), o que foi defendido constantemente nas narrativas de Bolsonaro quando salientava a importância da economia no contexto.

A pandemia colocou as pessoas numa dinâmica por vezes cruel, pois as medidas de exceção tais como o fechamento de comércio, escolas, isolamento social, foram ações necessárias para gerir com qualidade a crise pandêmica, mas ao mesmo tempo, “concorrem diretamente com a preocupação da manutenção da economia capitalista” (Silva; Silva, 2020, p. 367), tanto por parte dos detentores dos meios de produção, quanto dos trabalhadores, que viveram “entre a incerteza da manutenção do emprego e a segurança sanitária de si e de seus familiares” (Silva; Silva, 2020, p. 367), o que exigia uma intervenção contundente dos gestores, procurando minimizar os danos tanto na economia quanto na vida das pessoas, mas que no Brasil, como em outras partes do globo, colocaram os interesses particulares dos neoliberais como sendo o interesse da população geral, o que não representa uma realidade.

Citam algumas falas problemáticas de Jair Bolsonaro sobre o vírus, na qual os autores destacam haver traços de um *darwinismo social* entrelaçado com a lógica economicista, sobressaindo traços da necropolítica, tais como: “Outros vírus mataram muito mais que esse, não teve essa comoção toda”; “Vai morrer gente? vai morrer gente”; “Devemos sim voltar à normalidade”; “O brasileiro quer trabalhar, esse negócio de confinamento aí tem que acabar, temos que voltar às nossas rotinas. Deixem os pais, os velhinhos, os avós em casa e vamos trabalhar. Algumas mortes terão, mas acontece, paciência” (Silva e Silva, 2020).

Esses discursos do presidente foram proferidos ao longo de todo o processo pandêmico em diferentes mídias, e aos poucos foi sendo normalizado e até reivindicado como algo que deveria ser atendido, pois a “normalidade” econômica superaria todos os outros obstáculos impostos pelo vírus.

Que alguns (muitos) possam vir a morrer é o preço pago para a manutenção da ordem econômica. No limite, que esse chamado ao trabalho possa representar um espalhamento descontrolado da doença, pondo em risco a própria ideia de manutenção da população (biopoder), expressa-se como a face crua do necropoder. (Silva; Silva, 2020, p. 369).

Para Bolsonaro, com a volta da normalidade econômica, a circulação de pessoas contribuiria para a proliferação mais rápida do vírus, fazendo com que os brasileiros adquirissem rapidamente a chamada “imunidade de rebanho”, o que em seu entendimento, livraria o país mais rápido do vírus, tese não comprovada cientificamente. O fato é que a pandemia expôs a subalternidade a que muitos indivíduos estão submetidos, “expondo todos, de forma irrestrita, ao perigo objetivo da morte” (Silva; Silva, 2020, p. 372), que foi agravado com a má gestão governamental, que operou cisões sobre quem pode viver ou morrer.

Os autores citam uma fala do médico Jaques Sztajnbok, supervisor da unidade de tratamento intensivo do Instituto de Infectologia Emílio Ribas, em que fica claro como se deu a escolha de quem deveria ser salvo, algo que coaduna com a visão economicista de Bolsonaro e seus ministros quando proferiu os discursos destacados acima.

Não há como ampliar a estrutura desse tipo de serviço para atender 20 mil pessoas de uma só vez. Então, você precisa analisar quem tem mais chance de sobreviver. Isso assusta e pode parecer cruel, mas é absolutamente racional (...). Se você escolher tratar o paciente “errado”, vai usar muito tempo e recursos com alguém que não chegará a ser salvo e deixará de atender duas ou três outras pessoas, que vão morrer (pela falta de atendimento). Em uma situação assim, é melhor salvar um do que nenhum. (Barifouse, 2020, *apud* Silva; Silva, 2020, p. 372).

Destacam também que não se trata de um argumento isolado, mas de uma racionalidade que pautou as ações médicas diante da crise agravada pela superlotação dos hospitais e falta de insumos, colocando a questão neoliberal que vê o indivíduo em idade produtiva com mais chances de sobrevivência e utilidade do que outros sujeitos, como os idosos e os indivíduos com comorbidades.

Mas o vírus só veio escancarar como algumas políticas sociais já eram extremamente frágeis no país, expondo estruturas precarizadas de saúde pública que se agravaram com a crise pandêmica, afetando com maior “violência” as pessoas pertencentes a determinadas classes sociais, com uma cor e gênero específico, evidenciando que algumas pessoas sofreram mais com o coronavírus do que outras, principalmente, por causas das desigualdades sociais preexistentes na sociedade brasileira.

Os pesquisadores chamam a atenção “para o fato de que quando somamos neoliberalismo e crise humanitária, a tendência é para a degradação de uma maior parcela da população global e não ao contrário” (Silva; Silva, 2020, p. 373), e o

Brasil seguiu essa tendência global. Outro ponto destacado na presente análise é de que a “comunidade moderna, hegemônica, é uma comunidade da perda, cindida, constantemente ameaçada de extermínio, que se acostumou com a morte do outro” (Silva; Silva, 2020, p. 374).

Ponderam também seguindo o pensamento de Mbembe, de que é “pela morte que a comunidade se revela”, e isso aconteceu no país, pois movimentos sociais e ONGs ligadas às comunidades de periferia, tentaram amenizar as perdas e as desigualdades sociais com a articulação de políticas sociais que não foram mobilizadas pelo Estado, como a distribuição de alimentos e de produtos de higiene para pessoas em situação de vulnerabilidade e que estavam sofrendo os reveses econômicos agravados pela pandemia, mostrando como a comunidade age em prol do bem coletivo quando a gestão pública falta com o seu papel.

A biopolítica já faz parte do arranjo político das sociedades modernas, onde os governos colocam em ação estratégias de biopoder para regular a população, o que pode desencadear na máxima entre o *fazer viver e deixar morrer*, pois em países como o Brasil, em que as políticas públicas são mal elaboradas, implementadas e fiscalizadas, a lógica de *deixar morrer* ocorre quase que cotidianamente, mesmo que não se discuta abertamente, principalmente nas políticas sociais e de saúde, que são executadas com bastante morosidade, por vezes, sendo alvo de desvios e corrupção.

Mas a problemática em torno do que representa ser um cidadão é algo estrutural no país, afetando a compreensão que os indivíduos possuem de si mesmo e da sua relação com o Estado. A noção de falta é algo que permeia essa relação, onde os sujeitos aceitam ser tratados como mero consumidores de políticas públicas e não como alguém que tem direito sobre tais políticas, o que retira a responsabilidade de ambos os lados, deixando os gestores agirem sem comprometimento com o bom funcionamento da máquina pública, e os cidadãos como indivíduos que são silenciados pela própria estrutura estatal, o que coloca em evidência a incomunicabilidade entre as partes.

Hur, Sabucedo e Alzate (2021), salientam que Bolsonaro agiu em nome dos grandes empresários, beneficiando esse grupo específico com seus decretos e medidas, esquecendo da população em geral. Nas palavras desses pesquisadores sobre o presidente, “não vemos suas ações guiadas por traços psicopáticos, meramente personalistas, ou um afã genocida, tal como propagado por alguns

colunistas da mídia” (Hur, Sabucedo e Alzate, 2021, p. 560), não tem nada de loucura no posicionamento de Bolsonaro, que agiu em nome do funcionamento do neoliberalismo e suas instituições, o que foi feito de modo bastante racional. A necropolítica nesse contexto, se torna uma espécie de estratégia política visando mais produção, procurando aumentar a mais-valia.

Com uma gestão caótica da crise ocasionada pelo novo coronavírus, mas bem pensada por Jair Bolsonaro, foi colocado em ação estratégias da biopolítica, com certo abuso do biopoder por parte do presidente e dos seus diferentes ministros da saúde no período. Além de todos os corpos descartáveis expostos pela biopolítica, a pandemia colocou em transparência novos sujeitos matáveis, ou seja, os corpos produtivos também podem ser descartados seguindo essa lógica da necropolítica. Para os autores, “Corpo e vida que são inclementemente substituídos, nesse contexto, a morte é apenas um risco a ser enfrentado” (Hur, Sabucedo e Alzate, 2021, p. 560). Destacam também, que em tempos de coronavírus, todos os indivíduos se tornam potencialmente matáveis, *Homo sacer* como definiu Agamben.

Apesar das características autoritárias de Bolsonaro e sua gestão, os pesquisadores realçam que o presidente agiu mais em nome de uma elite empresarial, procurando “salvar” o capital, do que por desejo do “déspota”, pois o neoliberalismo e as engrenagens do capital tinham que continuar funcionando, mesmo em cima de corpos, com a máxima que passa a ser “*Produzir e deixar morrer*”, sendo assim:

Bolsonaro não é o protagonista soberano da necropolítica, mas sim a máscara infame da necropolítica neoliberal, que conjuga a ideologia de um extremismo político de direita a serviço do exercício de um neoliberalismo radical. (Hur, Sabucedo e Alzate, 2021, p. 561).

Para os autores, a economia seguiu durante toda a pandemia em primeiro plano durante a gestão de Bolsonaro, enquanto as vidas humanas ocupavam as posições subsequentes, ignorando totalmente o discurso científico. Reafirmaram que apesar da pandemia, a governamentalidade neoliberal não parou de funcionar, e o presidente agiu em prol dessa mentalidade, sem se importar com a vida dos cidadãos, contrariando inclusive o seu discurso de patriota, religioso e conservador, afetando negativamente a vida dos brasileiros, que tiveram que lidar com esse cenário de crise, sem um líder que realmente zelasse pela sua existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela observação dos aspectos analisados nessa pesquisa, podemos mencionar algumas considerações sobre os achados mais importantes identificados. Primeiramente, foi constatado que Jair Messias Bolsonaro enquanto Presidente da República, fomentou diferentes controvérsias sobre a pandemia do novo coronavírus em suas redes sociais, com destaque para o Twitter, que foi utilizado como uma espécie de canal oficial de comunicação do governo federal, pela voz do agora ex-presidente no período analisado, ou seja, o ano de 2020, que corresponde ao primeiro ano pandêmico, onde a controvérsia em torno da COVID-19 se encontrava quente e inacabada, com muitos aspectos sendo descobertos naquele período, o que auxiliava para que os assuntos se tornassem controversos, rodeados de polêmicas.

Aparentemente, conseguimos cumprir os objetivos geral e específicos da pesquisa com a proposta de readaptação do método da Cartografia de Controvérsias, nos quais exploramos as diferentes controvérsias publicadas por Jair Bolsonaro em seu Twitter sobre a pandemia, trabalhando essas controvérsias de forma discursiva, imagéticas, institucionais, por meio de leis e do debate científico, situando como essas questões habitaram o imaginário e as narrativas do então presidente durante o período analisado, com algumas menções sobre os anos subsequentes para exemplificar questões pertinentes ao estudo. O último objetivo específico, iremos comentar nesta parte da pesquisa, pois trata-se de propostas para um melhor enfrentamento de crises como a vivenciada durante a pandemia da COVID-19, de forma comunicacional.

Tivemos algumas limitações referentes ao uso de ferramentas digitais e tecnológicas, o que nos fez optar por procedimentos manuais de coleta e análise de dados, o que tornou a pesquisa mais trabalhosa, mas que nos permitiu compreender a dinâmica da rede mais detalhadamente, além de ter tido acesso a todo o conteúdo publicado pelo nosso ator central, o que por vezes se perde quando a análise ocorre de forma totalmente automatizada.

Optamos por uma abordagem multimétodo, que facilitasse a observação da rede social em questão. Iniciamos com uma entrada netnográfica, procurando observar as nuances que compunham as relações comunicacionais entre os

diferentes atores no Twitter do presidente, o que possibilitou a escrita de trabalhos paralelos à tese, mas que nos permitiu ter uma visão geral de como Jair Bolsonaro se comunicava com seus apoiadores e críticos, o que nos fez perceber que existia uma tendência comunicativa com seus apoiadores e certa incomunicabilidade com as pessoas que o criticavam, pois Bolsonaro não sabia lidar com críticas ou visões discordantes do seu posicionamento discursivo.

Mas de uma maneira ou de outra, a possibilidade de comunicação sempre existiu, já que como pontua Marcondes Filho (2013) em seus estudos, determinados discursos e posicionamentos que circulam em ambientes midiáticos, possuem a capacidade de refletir nos indivíduos, o que acaba gerando embates e conflitos que fazem os sujeitos reagirem uns aos outros, e quando deixamos de ser indiferentes a determinadas questões, acontece a comunicação, visto que nessa dinâmica, ocorre a reflexão, o movimento de pensamentos, e por vezes, a mudança de opinião, num processo que acontece a partir da emissão e recepção de informações entre os sujeitos, algo bem comum nas redes sociais de Jair Bolsonaro.

Citamos a compreensão de Marcondes Filho (2013), pois segundo o autor, a comunicação é aquilo que reflete no outro, trazendo o indivíduo para a cena comunicativa, algo recorrente nas redes sociais, que possibilitam dinâmicas nas quais os indivíduos se sentem legitimados a participar do ato comunicacional, principalmente, porque a seleção de conteúdos mexe com os egos em interação, fazendo-os romper a censura e se comunicar sobre diferentes temas, com destaque para aqueles que geram polêmica e repercussão, como tem sido o caso da pandemia.

A comunicação no sentido exposto pelo o autor citado, pode ser fruto de um “choque imediato ou lento, que vai envolvendo o indivíduo e transformando as suas convicções” (Leal, 2021, p. 255), ou ainda como eventos tentativos no sentido exposto por Braga (2010), sendo que as redes sociais representam ambientes perfeitos para que haja o rompimento do isolamento comunicativo entre os indivíduos, possibilitando a comunicação, mesmo que de forma virtual.

E como destacado na pesquisa, as redes sociais de Jair Bolsonaro se tornou uma grande rede comunicacional, onde ocorreram embates, conflitos, debates, discursos, informações, notícias e até desinformação, alcançando milhares de pessoas ao mesmo tempo, escancarando a capacidade de recursividade desse ator

político, além da possibilidade de replicabilidade e viralização de conteúdos que circulam nesses ambientes digitais.

Com a entrada netnográfica, ficou evidente que o presidente se comunica de forma pacífica com os bolsonaristas, uma vez que estes são simpatizantes de suas ideias, compactuando com a sua visão conservadora e moralizante da realidade, enquanto age de modo estratégico com os não bolsonaristas, ou seja, os críticos, por vezes com uma tendência a incomunicabilidade, já que não costuma respeitar as opiniões contrárias do seu pensamento. Esse posicionamento de Bolsonaro demarca também, a sua tendência autoritária, pois como destacou Signates em seus escritos (2012, p. 12-13), “[...] será mais autoritária e antidemocrática uma sociedade, quanto os modos de comunicação forem reduzidos ao silêncio ou impedidos de circular, pela ação violenta dos sistemas de poder”.

Para o pesquisador, o jogo democrático exige um posicionamento contrário das autoridades políticas, na qual a comunicação se situa como uma condição imprescindível para que haja democracia, possibilitando que os processos de produção e circulação social de sentidos sejam livres. Mas as disputas e conflitos devem ser resolvidos de forma não violenta, por meio da argumentação, algo quase impossível quando falamos de Bolsonaro, o que prejudica o próprio regime democrático, dado que a democracia exige uma espécie de comunicabilidade entre os atores políticos e sociais.

Com esse cenário posto, também foi possível desfazer esse posicionamento epistemológico de Signates e Morais (2016), que afirmaram que quanto mais comunicação em uma sociedade, mais democracia, o que a partir dos estudos sobre Bolsonaro, podemos inferir ser uma proposição incorreta, pois é possível negar tanto a democracia como a cidadania de forma comunicacional, algo bastante comum no governo de Jair Bolsonaro, principalmente, durante o período pandêmico, onde existiu uma evidente tensão entre comunicabilidade e incomunicabilidade em torno do vírus e também da cidadania, mas não necessariamente mais democracia.

Pelo contrário, a política de Bolsonaro caminhou no sentido de construir uma gestão cada vez mais autoritária, se apoiando fortemente no uso da comunicação como instrumento de legitimação política. Nesse sentido, é possível existir mais comunicação com menos democracia, o que vem sendo discutido com maior propriedade nos estudos recentes de Signates e Leal (2020, 2021). Dessa maneira, a comunicação se expressa nessa constante tensão entre comunicabilidades e

incomunicabilidades, o que geralmente ativa as trocas simbólicas entre os indivíduos, o que também caracteriza a comunicação segundo o pesquisador.

Quando falamos da comunicabilidade e da incomunicabilidade de Jair Bolsonaro nas redes sociais, podemos recorrer aos conceitos de ação estratégica e ação comunicativa explorados na obra de Jurgen Habermas (2012), em que “as peculiaridades do mundo da vida se apresentam, cabendo ao sujeito decidir se age de modo estratégico visando o êxito, ou de modo comunicativo, buscando o entendimento” (Leal, 2021, p. 257).

E na explicação de Signates (1999) sobre os conceitos, a ação comunicativa ocorre por meio do diálogo, sendo que o *alter* e o *ego*, consideram os argumentos de ambos os lados, algo que exige escuta mútua. No caso da ação estratégica, o *ego* tenta se impor constantemente sobre o *alter*, agindo de modo não dialógico, o que dificulta a escuta, conseqüentemente, a comunicação.

Na análise empreendida sobre o Twitter do presidente, foi possível perceber que Bolsonaro se apoia no uso da ação estratégica quando tem que lidar com a oposição, com seus críticos e os não bolsonaristas, se pautando naquilo que Habermas (2012) nomeou de ato perlocucionário, que tem a capacidade de provocar determinados efeitos no ouvinte, por diferentes motivos, desde o ato de impressionar, causar medo, insatisfação etc.

Nesse tipo de ação, busca-se influenciar o outro, que na maioria das vezes, são percebidos como oponentes. A ação estratégica não se compromete com o entendimento, pois não leva em consideração a opinião do outro. Já com os bolsonaristas, o presidente até consegue manter uma espécie de comunicação dialógica como apontado por Leal (2021), pois compartilham símbolos e visões de mundo que facilitam o entendimento entre as partes, por vezes, possibilitando o diálogo, ou nem sendo preciso a troca comunicacional, visto que ratificam os posicionamentos comunicacionais do presidente sem muita criticidade.

Dessa maneira, a tendência comunicacional de Jair Bolsonaro é manter uma comunicabilidade plena com seus apoiadores, que costumam apoiar os seus discursos e visões de mundo, enquanto tende para uma incomunicabilidade com os não apoiadores, sejam eles eleitores, jornalistas ou atores políticos, o que fez o presidente trabalhar mais especificamente em torno das demandas dos seus apoiadores, colocando todo o resto no lugar de “inimigo”, digno da não governabilidade, algo que foi desarticulado pelas demandas advindas com a

pandemia da COVID-19, que exigiu certa comunicabilidade com todos os setores da sociedade, mesmo com os seus opositores, algo realizado de modo precário por Bolsonaro, que preferiu continuar fomentando conflitos, mesmo num período crítico, como o que vivenciamos durante a pandemia da COVID-19.

Em relação a pergunta que deu sentido ao nosso problema de pesquisa: Por que as narrativas de Jair Bolsonaro publicadas em suas redes sociais (destaque para o Twitter) e expressas em declarações públicas auxiliaram para a construção de uma controvérsia pública em torno da COVID-19 no Brasil, colaborando ainda para a emergência de desinformação sobre a doença e para a negação da cidadania no país? A resposta gira em torno do argumento de que por ser uma autoridade política e um grande influenciador digital nas redes sociais, Jair Bolsonaro exerce poder e influência sobre milhares de outras pessoas ao mesmo tempo, o que faz com que suas narrativas atinjam os indivíduos com grande impacto (positivo ou negativo), criando uma interação conflituosa entre os sujeitos, que passam a defender ou rejeitar discursivamente suas visões de mundo, dando origem àquilo que chamamos de controvérsia, cenários nos quais a polêmica e o conflito fazem parte da racionalidade comunicativa entre os indivíduos.

Com suas narrativas sobre a COVID-19, o presidente auxiliou na criação de dúvidas e teorias absurdas sobre o vírus, alimentando e inclusive, divulgando desinformação, além de construir pós-verdade sobre a doença, o que pode ser muito perigoso em um contexto pandêmico, facilitando o surgimento e o desdobramento de outras controvérsias, alimentando a cena conflituosa sobre tal questão.

Com esse cenário exposto, a cidadania passa a ser afetada por um projeto de poder que não visava a eliminação da doença, mas apenas a autoafirmação da soberania diante de outros poderes, o que contribuiu para uma péssima gestão de crise, conseqüentemente, o aumento de contaminados e mortos, já que a preocupação central de Bolsonaro “era salvar a economia, alegando que com isso, estaria protegendo todo o resto, mesmo que algumas pessoas tivessem que ser ‘sacrificadas’”, situação que se desdobra na necropolítica como uma espécie de política pública, uma vez que a vida humana ocupou o segundo plano.

A nossa hipótese de pesquisa se confirmou, pois Jair Bolsonaro se apropriou do seu cargo de Presidente da República, que lhe conferia autoridade política, para divulgar dados e notícias contendo desinformação sobre a pandemia da COVID-19 em suas redes sociais, com destaque para o Twitter, se apoiando num discurso de

autoridade para legitimar as suas narrativas, o que desencadeou um processo de negação da cidadania no Brasil, já que muitos direitos foram negligenciados e até negados à população, que se viu exposta à própria sorte na luta contra o novo coronavírus, principalmente, pela má gestão do governo federal, representado pela figura do presidente Bolsonaro e do Ministério da Saúde, além dos diferentes ministros que passaram pela pasta durante a pandemia, com destaque para o general Eduardo Pazuello, apontado por especialistas como o pior gestor da saúde durante a crise pandêmica, principalmente, porque não tinha familiaridade nenhuma com o SUS.

Infelizmente, durante o processo pandêmico no Brasil, foi possível perceber como os sujeitos mais vulneráveis são negligenciados pelos gestores públicos e os políticos, o que os deixou expostos à vida nua, evidenciando aquilo que já foi denunciado por diferentes estudiosos da cidadania no Brasil, como Jessé de Souza (2018), que afirma existir uma subcidadania no país, ratificada pela classe média, que luta por privilégios e não pela universalização de direitos para todos.

Além da negação de direitos para os brasileiros, houve ainda uma espécie de “silenciamento voluntário” por parte dos cidadãos, já que estes assistiram totalmente passivos o desenrolar da pandemia no país, sem reivindicar ações mais contundentes do poder público diante das mazelas que estavam vivendo durante a pandemia, inclusive quando faltou oxigênio em algumas cidades, o que se viu foram gigantescas filas de pessoas tentando adquirir o produto de forma privada, com recursos próprios.

Nesse contexto, Jair Bolsonaro como Presidente da República, colocou em marcha uma política de morte que pode ser explicada aos moldes da necropolítica como expõe Mbembe (2016), nas quais a vida de alguns indivíduos tem mais valia do que de outros, o que os colocam em condições matáveis, com a anuência de parte da sociedade, que não percebem esses indivíduos como sujeitos iguais em direitos, inclusive do direito à vida, contrariando preceitos básicos da própria Constituição Federal do nosso país, que garante no artigo 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988). Essa igualdade acabou sendo formalista, sem validade prática na vida cotidiana.

Em relação ao sexto objetivo específico da pesquisa, onde prometemos determinar indicadores qualitativos adequados à orientação de políticas públicas de informação e comunicação, no intuito de garantir conteúdos mais confiáveis e efetivos sobre assuntos de interesse geral da população, tais como a pandemia da COVID-19 e a saúde pública, estimulando uma espécie de cidadania comunicacional, trazemos para o debate a questão do ato responsivo de Bakhtin (2016), algo que devemos ter em mente ao criar e compartilhar conteúdos nas redes sociais, pois vozes como a de Jair Bolsonaro, por exemplo, ressoa em milhares de outras vozes, o que faz com que as informações e desinformações compartilhadas nesses espaços virtuais alcancem públicos inimagináveis, alimentando conflitos e visões fragmentadas da realidade, que podem afetar diretamente a vida das pessoas, como aconteceu com as informações falsas que circularam sobre o vírus e as vacinas.

Para Bakhtin (2016), os enunciados ressoam dialogicamente nos indivíduos, o que permite a contradição, além de estarem envolvidos em atitudes responsivas que se ligam a determinados campos da comunicação discursiva. Jair Bolsonaro ofereceu vertentes enunciativas para que as pessoas se apoiassem discursivamente, o que fez esses sujeitos se apropriar e compartilhar tais enunciados, alargando o alcance das contradições.

Segundo Signates e Leal (2021), as redes sociais deixam rastros que são manejados pelos indivíduos, e quando ocorre a interação com o enunciado do outro nesses espaços on-line, realizamos a nossa própria leitura de mundo, mas ao fazê-lo, criamos uma atitude responsiva diante do conteúdo que interagimos e compartilhamos na internet, sendo responsáveis eticamente por aquilo que produzimos e divulgamos.

Jair Bolsonaro com os seus enunciados, principalmente aqueles rodeados de controvérsias tem a capacidade de despertar essa “ativa posição responsiva” nos indivíduos que circulam em suas redes sociais, algo que se destacou durante o período mais crítico da pandemia.

Para Geraldi (2002), quando os indivíduos leem determinada palavra ou conteúdo, ocorre uma espécie de “startização” de diversas outras palavras no leitor, o que dá origem às contrapalavras, onde a compreensão “resulta não do reconhecimento da palavra aí impressa, aí ouvida, mas do encontro entre a palavra e suas contrapalavras - na metáfora bakhtiniana, na faísca produzida por esse

encontro” (Geraldi, 2002, p. 5), argumentando que se torna impossível prever os diferentes sentidos que a compreensão gera no leitor, além dos sentimentos que são despertados a partir da interação.

Signates e Leal (2021) se apoiaram na ideia de contrapalavras para pensar uma extensão com a realidade virtual, que denominaram de “contraclínicas”, procurando “definir as ações realizadas pelos sujeitos que são responsivos aos enunciados, conteúdos e discursos que visualizam e com os quais interagem, respondem e/ou compartilham em suas redes sociais” (Signates; Leal, 2021, p. 71), já que os internautas dotados de suas contrapalavras em forma de cliques, colocam em prática o ato ético e responsivo, tendo a capacidade de recriar novos enunciados e significados a partir do conteúdo que interagem em suas redes, sem que tenham exata compreensão do poder de alcance das reações que podem desencadear a partir de seus posicionamentos.

A pandemia e o posicionamento comunicacional de Bolsonaro nas redes sociais tiveram a capacidade de acionar nos indivíduos essas contraclínicas, já que segundo Santaella (2014), a cultura digital possui uma natureza dialógica, que possibilita a interação dos indivíduos por meio das curtidas, comentários e compartilhamento de conteúdo na rede, sendo que cada tipo de interação representa também, um tipo de relação e o posicionamento discursivo dos sujeitos. Geralmente, curtir tem relação com a aprovação sobre o conteúdo publicado; comentar permite a emissão de uma opinião sobre o assunto e compartilhar tem relação com a divulgação e distribuição da informação pela web, sendo retroalimentado por outros usuários.

Santaella (2014, p. 207) recorre a alguns conceitos de Bakhtin, procurando elucidar o pluralismo presente nas redes, em que a “heteroglossia, dialogismo e polifonia se prestam à perfeição para a análise da interatividade nas redes sociais digitais”. A heteroglossia coaduna com a coexistência conflitiva presente nas diferentes vozes que circulam nos espaços virtuais. O dialogismo serve para compreender a “comunicação interativa em que cada um se vê e se reconhece através do outro” (Santaella, 2014, p. 207); e a polifonia corresponde a matéria-prima que sustenta o dialogismo, na qual “a interação, a multiplicidade de vozes e a convivência daria o tom do diálogo, de modo que quanto mais controverso um debate ou assunto, maior a polifonia entre os indivíduos, podendo se transformar em cacofonia” (Signates; Leal, 2021, p. 72).

Além do ato responsivo como um tipo de responsabilidade ética ao atuar nas redes sociais, urge a implementação de uma literacia digital e científica empreendida como projeto educacional no país, algo que ficou bastante evidente ser necessário durante a pandemia, pois como demonstrado na pesquisa, foram muitas as desinformações que circularam sobre o vírus, inclusive divulgadas por autoridades políticas, como Jair Bolsonaro.

Assim como a aprendizagem da leitura e da escrita são importantes para o desenvolvimento social de uma população, a literacia digital entra nesse patamar, já que nos dias atuais, a tecnologia faz parte do nosso cotidiano, mas por vezes, não somos capazes de ter um posicionamento crítico sobre as informações que recebemos e compartilhamos na internet, o que auxilia inclusive, para a negação da ciência, que é algo extremamente importante para o desenvolvimento das sociedades.

Segundo Leal, Andrade e Medeiros (2022) a alfabetização e a literacia digital, possuem relação direta com a capacidade do uso e compreensão das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, de códigos que circulam nesses espaços virtuais, se traduzindo como uma forma de educar de modo crítico, ético e consciente, além de contribuir para uma educação para a cidadania, já que aborda questões ligadas à diferença e a alteridade.

De acordo com esses pesquisadores, a divulgação científica de qualidade também se torna extremamente importante para que as pessoas desenvolvam a criticidade ao lidar com assuntos importantes que circulam nesses ambientes digitais, como aqueles que envolveram a pandemia da COVID-19 e seus desdobramentos, o que auxiliaria no combate às fake news e o compartilhamento de desinformação sobre a doença e a ciência, de um modo geral. Aqui entra a possibilidade de uma pedagogia da comunicação, que auxiliaria na compreensão do fenômeno da pós-verdade como defendeu Signates (2019), e do funcionamento das redes sociais de forma crítica.

Além de todas essas problemáticas, cabe às autoridades políticas um comprometimento com a verdade e a ciência, e em períodos críticos como o vivenciado pela crise de saúde pública, os meios de comunicação devem ser utilizados como parceiros para divulgar informações confiáveis e que oriente os cidadãos de forma consciente de como lidar com as questões envolvendo calamidade pública, algo que foi feito de forma muito precária pelo governo federal,

que inclusive se apropriou desses canais oficiais de comunicação para espalhar informações contraditórias sobre o tratamento e combate ao vírus, o que foi denunciado na CPI da Pandemia, mas que ainda não teve efeitos práticos de punição para as autoridades envolvidas. Inclusive, campanhas informativas devem ser divulgadas em mídias de grande circulação, algo que quase não foi visto durante a pandemia.

Ao concluir essa pesquisa, a situação da pandemia no país e no mundo já encontra-se sob controle, sendo que em maio de 2023 a “OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19” (Opas, 2023), mas como destacou o diretor da organização, Jarbas Barbosa, “Não devemos baixar a guarda, precisamos continuar vacinando os grupos vulneráveis, e fortalecendo a vigilância”, pois a pandemia da COVID-19, foi um alerta sanitário a níveis mundiais de que outros vírus com potencial pandêmico podem se disseminar a qualquer momento, fazendo-se necessário à vigilância e cuidado redobrado com a saúde coletiva das populações, já que somente o novo coronavírus vitimou mais de “14,9 milhões de pessoas, entre 01 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021”, de forma direta ou indiretamente, segundo estimativas da OMS, o que foi descrito como “excesso de mortalidade” (Opas, 2022).

Esses dados preocupantes não apenas apontam para o impacto da pandemia, mas também para a necessidade de todos os países investirem em sistemas de saúde mais resilientes que possam sustentar serviços essenciais de saúde durante crises, incluindo sistemas de informação de saúde mais fortes, declarou Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS. “A OMS está empenhada em trabalhar com todos os países a fim de fortalecer seus sistemas de informação em saúde e gerar dados melhores para melhores decisões”. (Opas, 2022, n.p.).

A controvérsia em torno da COVID-19 no Brasil se estabilizou em uma caixa-preta nos termos de Venturinni (2009), Lattour (2012) e Lemos (2013), mas deixou um histórico negativo de enfrentamento da maior crise sanitária dos últimos 100 anos, agravada pela má gestão pública, principalmente, por parte do governo federal, sob liderança do presidente Jair Bolsonaro, que apesar de toda a polêmica envolvendo sua gestão, não foi culpabilizado nas instâncias federais de justiça e nem por grande parte da população em geral, já que na eleição de 2022, contou com mais de 58 milhões de votos no segundo turno, totalizando 49,1% dos votos válidos, “cerca de 400 mil votos a mais do que em 2018, quando recebeu 57.797.847 votos (55,1%) e ganhou as eleições” (Cerqueira, 2022).

O presidente nesse novo pleito, recebeu uma baixa de seis pontos percentuais, sendo que só não foi reeleito, porque mais eleitores foram às urnas em 2022, reforçando que o capital político de Jair Bolsonaro continuou alto e estável, mesmo após a crise ocasionada pela pandemia da COVID-19.

Outro gestor bastante criticado durante a gestão da pandemia, como o general Eduardo Pazzuelo, foi eleito como o segundo deputado federal mais votado pelo Rio de Janeiro durante as eleições de 2022, o que deixa claro que o estrago ocasionado pela crise pandêmica não causou memórias negativas no eleitorado brasileiro, que apoiou à ideologia de morte desses gestores, o que provoca um sentimento de impotência e tristeza diante de uma crise sanitária que ocasionou a morte de mais de 708 mil pessoas, somente no Brasil. Mas que não abalou as convicções de grande parte da população, já que legitimaram as ações desse governo na figura de Jair Bolsonaro, mas que por forças da outra metade do eleitorado, não conseguiu ser reeleito e continuar seu projeto de gestão focado na negação da cidadania e na necropolítica.

Para pesquisas futuras, talvez seja interessante nos aprofundarmos sobre as consequências da pós-verdade em contextos de crise política, onde as redes sociais são utilizadas como ferramentas para a consolidação de conteúdos duvidosos, mas que são reafirmados como verdade, o que cria uma espécie de realidade paralela na mente das pessoas que acreditam e compartilham de tais visões de mundo, o que pode ser bastante perigoso quando se trata de assuntos relacionados à saúde coletiva, como pandemias, por exemplo.

Também urge um enfrentamento responsável e até jurídico em torno do combate de desinformações que circulam nos ambientes on-line, já que as sociedades estão cada vez mais inseridas em contextos virtuais que regem e monitoram as nossas vidas, exigindo uma mudança coletiva no modo de pensar, produzir e compartilhar informações, onde a ética seja o mote de ação dos indivíduos e instituições, algo que deve ser estimulado via processos educacionais, desde a alfabetização básica.

A negação da cidadania se fez presente na vida de grande parte da população brasileira, apesar de que os ratificadores do governo de Jair Bolsonaro não devem ter percebido essa lógica social, já que defenderam a gestão do presidente até o último momento, mesmo que isso tenha refletido negativamente em sua própria existência e na vida de seus familiares, com privações, falta de políticas

contundentes, morte e a impossibilidade de vivenciar processos de luto. A paixão e a idolatria cega continuaram se sobressaindo sobre os processos de racionalidade, o que legitimou as ações descabidas de Jair Bolsonaro durante o período.

A relação entre comunicação, cidadania e democracia também é um assunto inacabado, em que as possibilidades de pesquisa se expandem conforme os contextos políticos se alteram.

No Brasil, depois de um período extremamente caótico relacionado à pandemia da COVID-19, vivenciamos um distanciamento democrático apoiado por uma classe política, religiosa e por indivíduos que aceitaram romper com as possibilidades de uma cidadania ativa em nome de um projeto político, rodeado de ideologias conflitantes que lutaram contra o nosso próprio sistema eleitoral, evidenciando o quão frágil ainda é a nossa democracia, mas que graças as regras do jogo, asseguradas por esse próprio sistema, resistimos.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Camillo. A eficácia da hidroxiclороquina. In: **Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões** / Rafael Sampaio, Rayza Sarmiento, Viktor Chagas (Organizadores) – Curitiba: Compólitica/Carvalho Comunicações, 2021. Disponível em: http://compolitica.org/novo/wp-content/uploads/2021/04/Comunicacao-e-politica-no-contexto-da-pandemia_EbookCompolitica.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

ALBUQUERQUE, Afonso. Populismo, elitismo e democracia: Reflexões a partir da Operação Lava Jato. **Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**, nº 12, p. 17-30, 2021. Disponível em: <https://impactumjournals.uc.pt/mediapolis/article/view/8534>. Acesso em: 22 jun. 2021.

ALONSO, Angela. “O Brasil é um país muito conservador, que não muda fácil, nem rápido e nem sem reação”. **EL PAÍS**, 6 de fevereiro de 2019, São Paulo, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/01/politica/1549050356_520619.html. Acesso em 03 dez. 2020.

AMARAL, Adriana; *et al.* Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. Sessões do IMAGINÁRIO, cinema, cibercultura e tecnologia da imagem. **Revista Famecos/PUCRS**, nº 20, Porto Alegre, p. 34-40, dezembro, 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/4829/3687>. Acesso em: 07 out. 2020.

ANÁLISE BITES: 2019, o ano de Jair Bolsonaro nas redes sociais. **Jornal 140**, publicado em 20 de dez. 2019. Disponível em: <https://jornal140.com/2019/12/20/analise-bites-2019-o-ano-de-jair-bolsonaro-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 03 de mai. 2021.

APPADURAI, Arjun. Fadiga da democracia. In: **A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los**; tradução Silvia Bittecourt [*et al.*]. 1. ed. – São Paulo: Estação Liberdade, 2019, p. 19-35.

ARISTÓTELES. **A POLÍTICA**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2020.

BAHIA, Ligia, *et al.* **A tragédia brasileira do coronavírus/covid-19: Uma análise do desgoverno do governo federal, 2020-2021**. Documento entregue à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covi-19 do Senado Federal, 28 de abril, 2021. Disponível em: [tragedia-brasileira-covid_final.pdf \(unicamp.br\)](#). Acesso em: 30 out. 2022.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Organização: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**; Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 1977.

_____. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2000.

_____. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2010.

BARTHES, Roland, 1915-1980. **Mitologias**; tradução de Rita Buongermino e Pedro de Souza. – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BENITES, Afonso. Comunicação do Governo priorizou economia à saúde no combate à pandemia, revelam documentos da CPI. **El País Brasil**, Brasília, 07 jun. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-08/comunicacao-do-governo-priorizou-economia-a-saude-no-combate-a-pandemia-revelam-documentos-da-cpi.html>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BOBBIO, Norberto, 1909- Democracia. In: **Dicionário de política**/ Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale *et al.*; coord.trad.João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. ed, 1998. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.

BOLSONARO anda de jet ski no dia em que país passa de 10 mil mortos por Covid-19. **CNN Brasil**, publicado em 09 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-anda-de-jet-ski-no-dia-em-que-pais-passa-de-10-mil-mortos-por-covid-19/>. Acesso em: 21 de set. 2022.

BOMFIM, Camila. Em ação na Justiça, Ministério Público diz que Pazuello fez gestão 'imoral e antiética' na pandemia. **G1**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/08/mpf-aponta-negligencia-grave-e-dolosa-de-pazuello-na-compra-de-vacinas.ghtml>. Acesso em: 13 de jun. 2023.

BRAGA, Claudomilson Fernandes; LEAL, Maiara Raquel Campos. Fake News e a crença na verdade da mentira. In: **Anais de artigos completos do XIII Seminário Nacional de Mídia e Cidadania** (recurso eletrônico]. Organizado por Ana Rita Vidica et al. – Goiânia: PPGCOM/FIC/UFG, 2019. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1072/o/Semic_Cidadania.pdf?1591618461. Acesso em: 13 de out. 2023.

BRAGA, José Luiz. Nem rara, nem ausente – tentativa. **Revista MATRIZES**, ano 4, n. 1, jul./dez., São Paulo, p. 65-81, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38276>. Acesso em: 21 jul. 2023.

_____. Interação como contexto da comunicação. **Revista MATRIZES**, ano 6, n. 1, jul./dez., São Paulo, p. 24-41, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/48048>. Acesso em: 02 mai. 2021.

_____. O que é comunicação? **Revista LÍBERO** – São Paulo – v. 19, nº 38, p. 15-20, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/794>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 dez. 2022.

_____. **Lei nº 13.460**, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, Secretaria-Geral da Presidência da República, Subchefia para assuntos jurídicos, Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm. Acesso em 12 de mai. 2021.

_____. **Lei nº 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Secretaria-Geral da Presidência da República, Subchefia para assuntos jurídicos, Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm. Acesso em: 14 de jul. 2022.

_____. Controladoria-Geral da União. **Coronavírus: Ações do Governo Federal na luta contra a pandemia**. CGU, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus/governo-federal>. Acesso em: 13 de jul. 2023.

_____. **Relatório de publicações voltadas à questão da Covid-19 no Brasil** – Março de 2020 a abril de 2021. Secretaria Especial de Comunicação Social do Governo Federal (Secom). Brasília, 2021.

BRASIL tem novo recorde de casos de Covid, com 298.408 registros; mortes passam de mil. **Reuters**, publicado em 03 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2022/02/03/brasil-tem-novo-recorde-de-casos-de-covid-com-298408-registros-mortes-passam-de-mil.htm>. Acesso em: 21 de jul. 2023.

BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. República, Democracia e Cidadania em tempos de pandemia: uma nota sobre a situação brasileira. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 11, especial, p. 187-194, agosto, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/BMKvXc6MwVgjf7J6cNS3mhK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2024.

BROCKINGTON, G; MESQUITA, L. As consequências da má divulgação científica. **Revista da Biologia**, v. 15 /(1), p. 29-34, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revbiologia/article/view/114838>. Acesso em: 16 out. 2020.

BRUM, Eliane. Bolsonaro (des)governa o Brasil pelo Twitter. **El País**, 07 mar. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/06/opinion/1551904505_351681.html. Acesso em: 05 set. 2020.

_____. Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”. **El País Brasil**, publicado em 21 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>. Acesso em: 21 abr. 2023.

CAIXA-PRETA. Priberam Dicionário, 2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/caixa-preta>. Acesso em 20 de out. 2023.

CAMARGO, Brigido V.; JUSTO, Ana Maria. IRaMuTeQ. Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ, 2013. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em: 13 mai. 2021.

CAMBRICOLI, Fabiana; BRAMATTI, Daniel. Um em cada quatro brasileiros não tem certeza se tomará vacina, mostra pesquisa. **Estadão Conteúdo**, São Paulo, 09 set. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/estado/2020/09/06/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-certeza-se-tomara-vacina-mostra-pesquisa.htm>. Acesso em: 27 jun. 2021.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Ineficácia do Governo Federal no combate à pandemia gera ações no STF e no TCU. **Jornal da USP**, São Paulo, 24 mar. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/ineficacia-do-governo-federal-no-combate-a-pandemia-gera-acoes-no-stf-e-no-tcu/>. Acesso em: 09 jul. 2021.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, 34 (99), p. 209-223, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tz4b6kWP4sHZD7ynw9LdYYJ/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CAPOZOLI, Ulisses. A divulgação e o pulo do gato. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (Org.). **Ciência e público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 121-131. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/14916642/a-divulgacao-e-o-pulo-do-gato-com-o-casa-da-ciencia>. Acesso em: 26 jun. 2021.

CARDOSO, Gustavo *et al.* **As Fake News numa Sociedade Pós-Verdade**. Contextualização, potenciais soluções e análise. Reuters Digital News Report. OberCom, 2018, p. 1-70. Disponível em: <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2018/06/2018-Relatorios-ObercomFake-News.pdf>. Acessado em 17 jun. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 3^o ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal; tradução Joana Angelica d'Ávila Melo. – 1. Ed – Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CAVALCANTE, Ricardo B. et al. A Teoria Ator-Rede como referencial teórico-metodológico em pesquisas em saúde e enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 26, n. 4, p. 6-9, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tce/a/wLNYVms6xSQ7J5sxcLDZmHC/>. Acesso em: 13 de jun. 2022.

CESAR, Marcelo de O. “Corpos que não (im)portam” enchem o lago de sangue. E ele está ali com seu *jet ski*. São Paulo: **N-1 edições.org.**, 2020. Disponível em <https://n-1edicoes.org/020>. Acesso em: 26 mai. 2022.

CERVI, Emerson U. Análise de conteúdo automatizado para conversações em redes sociais online: uma proposta metodológica. *In: 42º Encontro da ANPOCS*, Caxambu, 23 a 26 out, 2018. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-3/gt-31/gt17-22/11253-analise-de-conteudo-automatizada-para-conversacoes-em-redes-sociais-online-uma-proposta-metodologica/file>. Acesso em: 16 jul. 2021.

CERQUEIRA, Carolina. No 2º turno Bolsonaro teve 400 mil votos a mais em 2022 do que em 2018. **CNN Brasil**, publicado em 31 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/no-2o-turno-bolsonaro-teve-400-mil-votos-a-mais-em-2022-do-que-em-2018/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: O deputado, o candidato e o presidente. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 13, nº 3, p. 135-151, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/28571>. Acesso em: 18 nov.2023.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus, porém não há motivo para pânico, **CNS**, Brasília, 27 de fev. 2020. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1042-brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus-porem-nao-ha-motivo-para-panico>. Acesso em: 18 de jul. 2023.

CONTROVÉRSIA. **DICIO** – Dicionário Online de Português, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/controversia/>. Acesso em: 13 de mai. 2022.

CORDEIRO, Marcelo dos Santos ; TUZZO, Simone Antoniacci. O lado sub da cidadania a partir de uma leitura crítica da mídia . **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 4972, 10 fev. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/55607>. Acesso em: 23 dez. 2022.

COSTA, Maria Izabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zollner. Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica [online]. São

Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/sysng>. Acesso em: 13 dez. 2022.

COVID-19 já matou mais brasileiros em 4 meses de 2021 do que em todo ano de 2020. **G1**, publicado em 24 de abril de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/25/covid-19-ja-matou-mais-brasileiros-em-4-meses-de-2021-do-que-em-todo-ano-de-2020.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2023.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**; tradução Carlos Szlak. 1. ed. - Barueri: Faro Editorial, 2018.

DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/109146>. Acesso em: 11 jun. 2023.

DUNNING, Brian. As cinco manobras da negação da ciência. **Revista Questão de Ciência**, 3 set. 2019. Disponível em: <https://www.revistaquestaoodeciencia.com.br/index.php/artigo/2019/09/19/cinco-manobras-da-negacao-da-ciencia>. Acesso em: 27 jun. 2021.

EM 1.459 dias como presidente, Bolsonaro deu 6.685 declarações falsas ou distorcidas. **Aos Fatos**, 30 dez. 2022. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/?q=&t=8&o=&page=13#i>. Acesso em: 21 de set. 2023.

ESCLARECIMENTO sobre decisões do STF a respeito do papel da União, dos estados e dos municípios na pandemia. **Supremo Tribunal Federal**, publicado em 18 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=458810&ori=1>. Acesso em: 13 mai. 2023.

FALCÃO, Paula; SOUZA, Aline Batista. Pandemia de desinformação: às fake news no contexto da Covid-19 no Brasil. **Reciis - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 55-71, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2219>. Acesso em: 01 jul. 2021.

FARIAS, Flaubi. Google Trends: o que é a ferramenta e como usá-la na sua estratégia. **Resultados Digitais**, 09 de maio de 2020. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/o-que-e-google-trends/>. Acesso em: 13 de out. 2023.

FERNANDES, Carla Montuori et al. A pós-verdade em tempos de Covid-19: o negacionismo no discurso do governo no Instagram. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.16, n. 2, dez. 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5317>. Acesso em: 10 jul. 2021.

FERNANDES, Augusto; SOARES, Ingrid. Como a ‘guerra’ entre Bolsonaro e governadores pode ferir o Brasil. **Estado de Minas**, publicado em 17 de maio de 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/17/interna_politica,1148039/com-o-a-guerra-entre-bolsonaro-e-governadores-pode-ferir-o-brasil.shtml. Acesso em: 21 mai. 2023.

FERNANDES, Aline Ouriques Freire; FOLLONE, Renata Aparecida. Os efeitos da pandemia de COVID-19 nos direitos fundamentais do Brasil: O “novo normal” requer uma “nova cidadania”? **Revista Jurídica UNICURITIBA**, v. 1, nº 73, Curitiba, 2023. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/5726/pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

FLAUZINA, Ana; PIRES; Thula. Políticas de morte: Covid-19 e os labirintos da cidade negra. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 74-92, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/6931/pdf>. Acesso em: 13 jan. 2024.

FLECK, Giovana; MARTINS, Laís. Influenciadores digitais receberam R\$23 mil do governo Bolsonaro para propagandear “atendimento precoce” contra Covid-19. **Agência Pública**, 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/03/influenciadores-digitais-receberam-r-23-mil-do-governo-bolsonaro-para-propagandear-atendimento-precoce-contra-covid-19/>. Acesso em: 21 de ago. 2023.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREIXO, Adriano; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Brasil em Transe: Bolsonaroismo, Nova Direita e Desmocratização**. Freixo, A.; Pinheiro-Machado, R. (orgs.) Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS. NOTA TÉCNICA. Documento compilado a partir de informações dos municípios. Publicado em 15 de maio de 2020. Disponível em: <https://multimidia.fnp.org.br/biblioteca/documentos/item/805-nota-tecnica-falta-de-equipamentos-e-medicamentos-nas-cidades>. Acesso em 13 mai. 2023.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. O conservadorismo e as questões sociais [recurso eletrônico]. São Paulo. 2019. Disponível em: <<https://conteudo.fundacaotidesetubal.org.br/downloadconservadorismo>>. Acesso em: 13 out. 2019.

GEISELBERGER, Heinrich. Prefácio. In: **A grande regressão**: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrenta-los. Arjun Appadurai [et al.]; tradução Silvia Bittencourt [et al.]. – 1º ed. – São Paulo : Estação Liberdade, 2019.

GERALDI, João Wanderley. Leitura: uma oferta de contrapalavras. **Revista Educar**, Curitiba, n. 20, p. 77-85 (1-9), Editora UFPR, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2099/1751>. Acesso em: 03 nov. 2022.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**; tradução de Maria de Lucia Machado. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, José Álvaro Fonseca; BENTOLILA, Silvia. COVID-19 no Brasil: tragédia, desigualdade social, negação da ciência, sofrimento e mortes evitáveis. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, 10 (3), p. 349-359, 2021. Disponível em: <https://journals.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/3595>. Acesso em: 13 dez. 2022.

GORCZEWSKI, Clovis; MARTIN, Nuria Bellosso. **A necessária revisão do conceito de cidadania** [recurso eletrônico]: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática. -Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. Disponível em: www.unisc.br/edunisc. Acesso em: 20 dez. 2022.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Inação e desinformação do Governo Bolsonaro agravam a pandemia no Brasil. **El País Brasil**, publicado em 15 abr. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-16/inacao-e-desinformacao-do-governo-bolsonaro-agravam-a-pandemia-no-brasil.html>. Acesso em: 13 mai. 2023.

GRISOTTI, Marcia. Pandemia de Covid-19: agenda de pesquisas em contextos de incertezas e contribuição das ciências sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20(2), p. 1- 7, 2020. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/redecovid19humanidades/index.php/br/pandemia-de-covid-19-agenda-de-pesquisas-em-contextos-de-incertezas-e-contribuicoes-das-ciencias-sociais>. Acesso em: 03 de jun. 2021.

GUSSEN, Ana Flávia. O que há por trás do lobby de Bolsonaro pelo uso da cloroquina. **Carta Capital**, publicado em 01 de mar. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-ha-por-tras-do-lobby-de-bolsonaro-pelo-uso-da-cloroquina/>. Acesso em: 13 de abr. 2023.

HABERMAS, Jurgen. Primeira consideração intermediária: agir social, atividade teleológica e comunicação. In: **Teoria do Agir Comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social; tradução Paulo Astor Soethe; revisão da tradução Flávio Beno Siebeneichler. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p. 475-581.

HUR, Domênico U.; SABUCEDO, José Manuel; ALZATE, Mónica. Bolsonaro e Covid-19: Negacionismo, militarismo e neoliberalismo. **Psicologia Política**, vol. 21, n. 51, p. 550-569, 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v21n51/v21n51a18.pdf>. Acesso em: 13 de out. 2022.

IGLESIAS, Fábio; ANFINITO, Solange. A abordagem multi-metodológica em comportamento do consumidor: dois programas de pesquisa na oferta de serviços. **Rpot**, vol. 6, n. 1, p. 138-165, janeiro-junho, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v6n1/v6n1a06.pdf>. Acesso em: 13 de mar. 2022.

JUNQUEIRA, Diego. Sem tomar vacina, Bolsonaro boicota plano do governo de combate à Covid. **Repórter Brasil**, 04 mai. 2021. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/05/sem-tomar-vacina-bolsonaro-boicota-plano-do-governo-de-combate-a-covid/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia** [recurso eletrônico]: realizando pesquisa etnográfica online; tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Tatiana Melani Tosi, Raúl Ranauro Javales Júnior: - Dados eletrônicos. – Porto Alegre, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7938683/mod_folder/content/0/Kozinets%20%20Robert.%20Netnografia.pdf. Acesso em: 13 de out. 2023.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. – Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.

LACERDA, Caroline Dutra; CHAIMOVICH, Hernan. O que é imunidade de rebanho e quais as implicações? **Jornal USP**, São Paulo, 06 de ago. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-que-e-imunidade-de-rebanho-e-quais-as-implicacoes/>. Acesso em: 27 out. 2023.

LAGO, Miguel. Bolsonaro fala outra língua. O ex-capitão é o único presidenciável na era da conectividade. **Revista Piauí**, publicado em 13 de agosto de 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/bolsonaro-fala-outra-lingua/>. Acesso em 13 de abr. 2021.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: Edufba; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LEAL, Maiara Raquel Campos; SIGNATES, Luiz. A negação comunicacional da cidadania: o que as fake news do bolsonarismo no Brasil tem a nos ensinar sobre comunicação. In: **Comunicação, Estado e Cidadania** [Ebook]/ Organizadores, Claudomilson Fernandes Braga, Simone Antoniaci Tuzzo, Carlos Henrique Martins. – Goiânia: Cegraf UFG, 2020. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/76/o/Livro_-_Comunica%C3%A7%C3%A3o_Estado_e_Cidadania.pdf?1604493387. Acesso em: 21 out. 2022.

LEAL, Maiara Raquel Campos. **Net-ativismo e o discurso anticorrupção no Brasil entre duas controvérsias: #Vem Pra Rua e #Não Vai Ter Golpe**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8979>. Acesso em: 13 out. 2023.

_____. Comunicação como aporte para compreender a ascensão de Jair Bolsonaro e do bolsonarismo no Brasil. In: **Epistemologia da comunicação: reflexões metateóricas sobre o especificamente comunicacional** [E-book]/ organizador, Luiz Sigantes. – Goiânia: Cegraf UFG, 2021. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/76/o/Livro_-_Epistemologia_da_comunica%C3%A7%C3%A3o_%28e-book%29.pdf. Acesso em: 11 jul. 2023.

LEAL, Maiara Raquel Campos; RIBEIRO, Geisa. M. C. . Disputas discursivas em torno da cloroquina/hidroxicloroquina no combate ao coronavírus no Brasil: entre a ciência e a desinformação. In: Douglas Farias Cordeiro, Kátia Kelvis Cassiano, Andrea Pereira dos Santos, Núbia Rosa da Silva. (Org.). **Mídias, Informação e Ciência de Dados: pesquisas, tendências e interface**. 1 eded. Goiânia: Cegraf UFG, 2020, v. 1, p. 188-207.

LEAL, Maiara Raquel Campos; ANDRADE, Priscilla de Souza; MEDEIROS, Magno Luiz. A importância da alfabetização e literacia digital para uma efetiva divulgação científica em tempos de desinformação e negacionismo. **Panorama**, Goiânia, v. 12, n.1, p. 36-41, jan./jun. 2022. Disponível em:

<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/panorama/article/view/12677/5807>. Acesso em 31 jul. 2023.

LECLERCQ, Michel. Primeiro ano do governo Bolsonaro foi “tempestuoso”, segundo Le Figaro. **rfi Brasil**, publicado em 31 de dezembro de 2019. Disponível em:

<https://www.rfi.fr/br/brasil/20191231-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro-foi-%E2%80%9Ctempestuoso%E2%80%9D-segundo-le-figaro>. Acesso em: 15 mai. 2022.

LEMOS, André. **A comunicação das coisas**: teoria ator-rede e cibercultura. – São Paulo: Annablume, 2013. (Coleção ATOPOS)

LIMA, Daniela. Justiça manda governo federal adotar plano de comunicação anti-Covid. **CNN Brasil**, 22 abr. 2021. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/04/22/justica-federal-manda-governo-federal-adotar-plano-de-comunicacao-anti-covid>. Acesso em: 12 jul. 2021.

LUHMANN, Niklas. Comunicação e Ação. In: **Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral**/Niklas Luhmann; tradução de Antonio C. Luz Costa, Roberto Dutra Torres Junior, Marco Antonio dos Santos Casanova. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 161-201. – (Coleção Sociologia).

MARCONDES FILHO, Ciro. **Nova teoria da comunicação**, v. 1: o rosto e a máquina: o fenômeno da comunicação visto dos ângulos humano, media e tecnológico. – São Paulo: Paulus, 2013. (Coleção Comunicação)

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**; tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MATHIAS, Maíra; TORRES, Raquel. Os acontecimentos da semana. A esperança que ressurgue em meio à pandemia. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em:

<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/599551-os-acontecimentos-da-semana-a-esperanca-que-ressurgue-em-meio-a-pandemia>. Acesso em: 05 de set. 2023.

MATTOS, Marcela; RODRIGUES, Paloma; BORGES, Beatriz. Teich diz que pediu demissão em razão de desejo do governo de ‘ampliação do uso da cloroquina’. **G1, TV GLOBO**, Brasília, 05 de mai. 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/05/teich-cpi.ghtml>. Acesso em: 28 de set. 2023.

MAZUI, Guilherme; CALGARO, Fernanda. DE CAPITÃO A PRESIDENTE: conheça a trajetória de Jair Bolsonaro. **G1** – Eleições 2018, Brasília, publicado em 28 de out. 2018. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/de-capitao-a-presidente-conheca-a-trajetoria-de-jair-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 06 jul. 2019.

MAZUI, Guilherme. 'É simples assim: um manda e o outro obedece', diz Pazuello ao lado de Bolsonaro. **G1**, Brasília, 22 de out. 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/22/e-simples-assim-um-manda-e-o-outro-obedece-diz-pazuello-ao-lado-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 21 jul. 2023.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MESSEMBERG, Debora. A cosmovisão da “nova” direita brasileira. In: **Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desmocratização** / Rosana Pinheiro-Machado, Adriano de Freixo (organizadores) - Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la; tradução Cássio de Arantes Leite, Débora Landsberg. - 1º ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva**: por que Bolsonaro venceu. – 1º ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

NAMISE, Daniel Kei; RIZZOTTO, Carla. Trollando em tempos de crise: Uma análise dos discursos de Bolsonaro durante a pandemia. **Revista Eco-Pós**, 26 (01), p. 168-189, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v26i01.28019>. Acesso em: 14 de out. 2023.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. – 1º ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NIGRO, Carla Bianca Correa; SANTANA, Laís Batista; GOVEIA, Fábio Gomes. Vitória do Mito: Análise Imagética de Bolsonaro no Twitter. **Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste - Vitória - ES- 03 a 05/06/2019.

Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2019/resumos/R68-0677-1.pdf>. Acesso em: 21 de abr. 2021.

NOBRE, Marcos. **Ponto-final**: A guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 1º ed., 2020.

OPAS. Histórico da pandemia de COVID-19. Folha informativa sobre COVID-19. **Organização Pan-Americana da Saúde**, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 13 jul. 2023.

_____. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVI-19**. Kit de ferramentas de transformação digital. Folheto informativo. Organização Pan-Americana da Saúde, 2020, p. 1-5. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=14%5d. Acesso em: 13 dez. 2021.

_____. OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. **Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS**, publicada em 5 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 28 jul. 2023.

_____. Excesso de mortalidade associado à pandemia de COVID-19 FOI DE 14,9 milhões em 2020 e 2021. **Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS**, publicada em 5 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2022-excesso-mortalidade-associado-pandemia-covid-19-foi-149-milhoes-em-2020-e-2021>. Acesso em: 28 jul. 2023.

PEDRON, Caio César. O carisma incivilizado de Jair Bolsonaro: a política do ressentimento na pandemia. In: **Covid-19 e sociedade**: Ensaios sobre a experiência social da pandemia. [recurso eletrônico]/organizadora: Bárbara Castro. - Campinas, SP: UNICAMP IFCH, 2020, p. 31-47. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/ifch/pf-ifch/public-files/noticias/60762/e-book_covid-19_e_sociedade.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.

PESQUISAS apontam que milhares de mortes por covid poderiam ter sido evitadas no Brasil. **Agência Senado**. Brasília, 24 de junho de 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-milhares-de-mortes-por-covid-poderiam-ter-sido-evitadas-no-brasil>. Acesso em: 13 de jul. 2023.

PINHEIRO NETO, Livino Virginio. **Jair Bolsonaro e a busca pelo conflito permanente**: análise crítica do discurso das publicações no twitter de Jair Bolsonaro durante a eleição presidencial brasileira de 2018. Lisboa: ISCTE-IUL, 2019. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/19038>>. Acesso em: 29 de mai. 2021.

PINTO, Élide Graziane. Guerra política desvenda primazia do patrimonialismo na pandemia. **Revista Consultor Jurídico**, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mai-19/contas-vista-guerra-politica-desvenda-primazia-patrimonialismo>. Acesso em: 21 mai. 2023.

PORTA, Donatella dela. Política progressista e regressiva no neoliberalismo tardio. In: **A grande regressão**: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los; tradução Silvia Bittecourt [et al.]. 1. ed. – São Paulo: Estação Liberdade, 2019, p. 57-68.

POSETTI, Julie; BONTCHEVA, Kalina. **Desinfodemia**. Decifrar a desinformação sobre a Covid-19. Resumo de políticas 1. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, 2020, p. 1-18. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/disinfodemic>. Acesso em: 01 jul. 2021.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**; tradução Berilo Vargas. - 1º ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RAMONET, Ignacio. Geopolítica da pós-verdade: a informação na era das fake news. In: **Poder midiático e disputas ideológicas**/organizado por Dênis de Moraes. – Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 113-130.

RECUERO, Raquel. Mídia x rede social. Blog Social Media. Publicado em 10 de novembro de 2010. Disponível em: http://www.raquelrecuero.com/arquivos/midia_x_rede_social.html. Acessado em 26 de dez. 2019.

_____. Mídia social, plataforma digital, site de rede social ou rede social? Não é tudo a mesma coisa? **Medium**, publicado dia 09 de julho de 2019. Disponível em: <https://medium.com/@raquelrecuero/m%C3%ADdia-social-plataforma-digital-site-de-rede-social-ou-rede-social-n%C3%A3o-%C3%A9-tudo-a-mesma-coisa-d7b54591a9ec>. Acessado em 25 dez. 2019.

ROQUE, Tatiana. O negacionismo no poder: como fazer frente ao ceticismo que atinge a ciência e a política. **Revista Piauí**, ed. 161, fev. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-negacionismo-no-poder/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

ROSA, André. Mês mais letal da pandemia, abril tem alta de 23,5% em mortes por Covid-19. **CNN Brasil**, São Paulo, publicado em 30 de abril de 2021. Disponível em: [Mês mais letal da pandemia, abril tem alta de 23,5% em mortes por Covid-19 \(cnnbrasil.com.br\)](https://www.cnnbrasil.com.br/mês-mais-letal-da-pandemia-abril-tem-alta-de-23-5-em-mortes-por-covid-19/). Acesso em: 13 jan. 2023.

SANTAELLA, Lucia. Gêneros discursivos híbridos na era da hipermídia. **Revista Bakhtiniana**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 206- 216, ago./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bak/v9n2/a13v9n2.pdf>. Acesso em: 29 de out. 2023.

SANTOS, Cléber dos. Conheça as fake news mais absurdas já checadas sobre o coronavírus no mundo. **Tilt UOL**, 31 ago. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/08/31/conheca-as-fake-news-mais-absurdas-ja-checadas-sobre-o-coronavirus.htm>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SANTOS, Milton. Cidadanias Mutiladas. In: **O Preconceito**/Júlio Lerner editor. - São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997, p. 133-145.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal - 6^o ed. - Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O Espaço do Cidadão**. 7^o ed. São Paulo: Editora da Universidade de São PAULO - eDUSP, 2007. (Coleção Milton Santos)

SCHUELER, Paulo. O que é uma pandemia. Fiocruz, publicado em 14 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia#:~:text=Segundo%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%2C%20pandemia%20%C3%A9,sustentada%20de%20pessoa%20para%20pessoa>. Acesso em: 18 de mai. 2021.

SEIXAS, Rogério Luis da Rocha. Da biopolítica a necropolítica e a racionalidade neoliberal no contexto do COVID-19. **Voluntas**, Santa Maria, v. 11, e50, p. 1-11, ago 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/article/view/43939> . Acesso em: 13 jul. 2023.

SIGNATES, Luiz. Epistemologia da Comunicação na Democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos, **Revista Novos Olhares**, 11(1), p. 7-18, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51443>. Acesso em: 25 mar. 2021.

_____. Da exogenia aos dispositivos: roteiro para uma teorização autônoma da comunicação. **Revista LÍBERO**, - São Paulo – v. 18, n. 36, p. 143-152, jul./dez., 2015. Disponível em: <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/51/29>. Acesso em: 03 mai. 2021.

_____. Pós-verdade e comunicação: a circulação simbólica como critério de verdade no mundo contemporâneo. **Questões Transversais** – Revista Epistemológica da Comunicação, v. 7, nº 13, janeiro-junho, 2019. Disponível em: <https://revistas.unisinus.br/index.php/questoes/article/view/19176/PDF>. Acesso em: 09 de out. 2023.

SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela. A cidadania como comunicação: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania. In: Signates, Luiz; Moraes, Ângela. (Org.). **Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa**. 1ed.Goiânia: FIC/UFG, 2016, v. 1, p. 15-35.

SIGNATES, Luiz; LEAL, Maiara Raquel C. LEITURAS MUTILADAS DE MUNDO E FAKE NEWS ONLINE: A responsividade do ato discursivo nas redes sociais no período eleitoral de 2018. In: **Comunicação em tempos dúbios** [recurso eletrônico]: construção de sentidos e discursos na era das fake News, da pós-verdade e das encenações midiáticas/ Luiz Signates, Rogério Borges, organizadores. – Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2021. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/76/o/Comunica%C3%A7%C3%A3o_Tempos_D%C3%BAbios_SIGNATES-BORGES_2021_.pdf?1624882501. Acesso em: 12 jul. 2023.

SILVA, Andressa. H.; FOSSÁ, Maria Ivete T. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, [S.l.], v. 16, n. 1, mai, 2015.

SILVA, Ana Esther Santos Gomes da. **As mitadas do mito**: uma análise semiótica sobre como foi construído o mito Jair Messias Bolsonaro na narrativa do jogo Bolsomito 2k18. 2020. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, 2020. 162f. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33368/1/Ana%20Esther%20Santos%20Gomes%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 13 de set. 2023.

SILVA, Eliane Alves da; SILVA, Marcelo Martins da. O Brasil frente à pandemia de COVID-19: da bio à necropolítica. **Confluências**, v. 22, n. 2, p. 361-383, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/43040>. Acesso em: 21 jun. 2023.

SOARES, Marcelo. Radiografias das 'lives' e discursos de Bolsonaro mostra escalada de autoritarismo e desinformação. **El País Brasil**, publicado 25 de julho de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-25/radiografia-das-lives-e-discursos-de-bolsonaro-mostra-escalada-de-autoritarismo-e-desinformacao.html>. Acesso em: 13 mai. 2023.

SOBRAL, Adail. O Ato Responsável, ou Ato Ético em Bakhtin, e a Centralidade do Agente. **SIGNUM: Estud. Ling.**, Londrina, n. 11/1, p. 219-235, jul. 2008. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3092>. Acesso em: 25 out. 2022.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

STANGL, Andre Figueiredo. Estratégias para uma Cartografia de Controvérsias “Culturais”: o caso dos rolezinhos nos jornais e redes digitais. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 18 (2), p. 180-193, maio/agosto de 2016. Disponível: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2016.182.07>. Acesso em: 30 de out. 2022.

STRUCK, Jean-Philip. Caos e explosão de mortes: o legado de Pazuello na Saúde. **DW Brasil**, publicado em 16 de março de 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/caos-omiss%C3%A3o-e-explos%C3%A3o-de-mortes-o-legado-de-pazuello-na-sa%C3%BAde/a-56890646>. Acesso em: 29 de out. 2022.

SUPREMO reforça nas redes esclarecimento sobre competência conjunta da União, estados e municípios no combate à pandemia. Supremo Tribunal Federal, publicado em 07 de julho de 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=470036&ori=1>. Acesso em: 12 mai. 2023.

TODAS as declarações de Bolsonaro, checadas. Essa base agrega todas as declarações de Bolsonaro feitas a partir do dia da sua posse como presidente. **Aos Fatos**, 2022. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>. Acesso em: 04 jan. 2021.

TURBIANI, Renata. Quem é Nelson Teich, médico e empresário que substituiu Mandetta no Ministério da Saúde. **BBC News Brasil**, São Paulo, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52316229>. Acesso em: 13 de jul. 2023.

TURINI, Yasmin; CORREA, Nicholas. As influências do antipetismo no jogo político atual: o atravessamento do fenômeno nas eleições de 2018. **Revista Habitus**, Rio de Janeiro, v.18, n. 1, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/view/51341/27740>. Acesso em: 13 fev. 2024.

TUZZO, Simone Antoniaci. O lado sub da cidadania a partir de uma leitura crítica da mídia. In: **Comunidade, Mídia e Cidade**. Possibilidades comunitárias na cidade hoje (Organizadoras: PAIVA, Raquel e TUZZO, Simone Antoniaci). Goiânia: FIC/UFG, 2014. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/3ecc9a_0a2198152c-c34bfd82980922f99ac7bd.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**/ Alfredo Veiga-Neto. 3. ed.; 2. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016

VEIGA, Edison. "A democracia brasileira está respirando por aparelhos". **DW Brasil**. [S.L], 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-democracia-brasileira-est%C3%A1-respirando-por-aparelhos/a-61607695>. Acesso em: 25 ago. 2022.

VEJA quem são os empresários que ganham com a cloroquina no Brasil. **Correio Brasiliense**, 11 de jul. 2020. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/07/11/interna-brasil,871362/veja-quem-sao-os-empresarios-que-ganham-com-a-cloroquina-no-brasil.shtml>. Acesso em: 14 de ago. 2023.

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma : how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science XX**, p. 1-16, 2009. Disponível em: <http://www.tommasoventurini.it/wp/wp-content/uploads/2011/08/DivingInMagma.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

VIEIRA, Anderson. Com nove crimes atribuídos a Bolsonaro, relatório da CPI é oficialmente apresentado. **Agência Senado**, Brasília, 20 de out. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado>. Acesso em: 13 de set. 2023.

VOLPATTI, Leonardo; LIMA, Fábio Monteiro. Um presidente eleito pelas redes sociais. **Congresso em foco**, publicado em 04 de novembro, 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/um-presidente-eleito-pelas-redes-sociais/>. Acesso em: 13 de out. 2022.

WEBER, Maria Helena. A perversa narrativa presidencial e a comunicação pública. In: **Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões** / Rafael Sampaio, Rayza Sarmiento, Viktor Chagas (Organizadores) – Curitiba: Compolítica/Carvalho Comunicações, 2021. Disponível em: http://compolitica.org/novo/wp-content/uploads/2021/04/Comunicacao-e-politica-no-contexto-da-pandemia_EbookCompolitica.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. The COVID-19 pandemic in Brazil: chronicle of a health crisis foretold. **Cad. Saúde Pública**, v. 35 (5), p. 1-4, 2020. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41242/2/en_1678-4464-csp-36-05-e00068820.pdf. Acesso em: 07 jul. 2020.